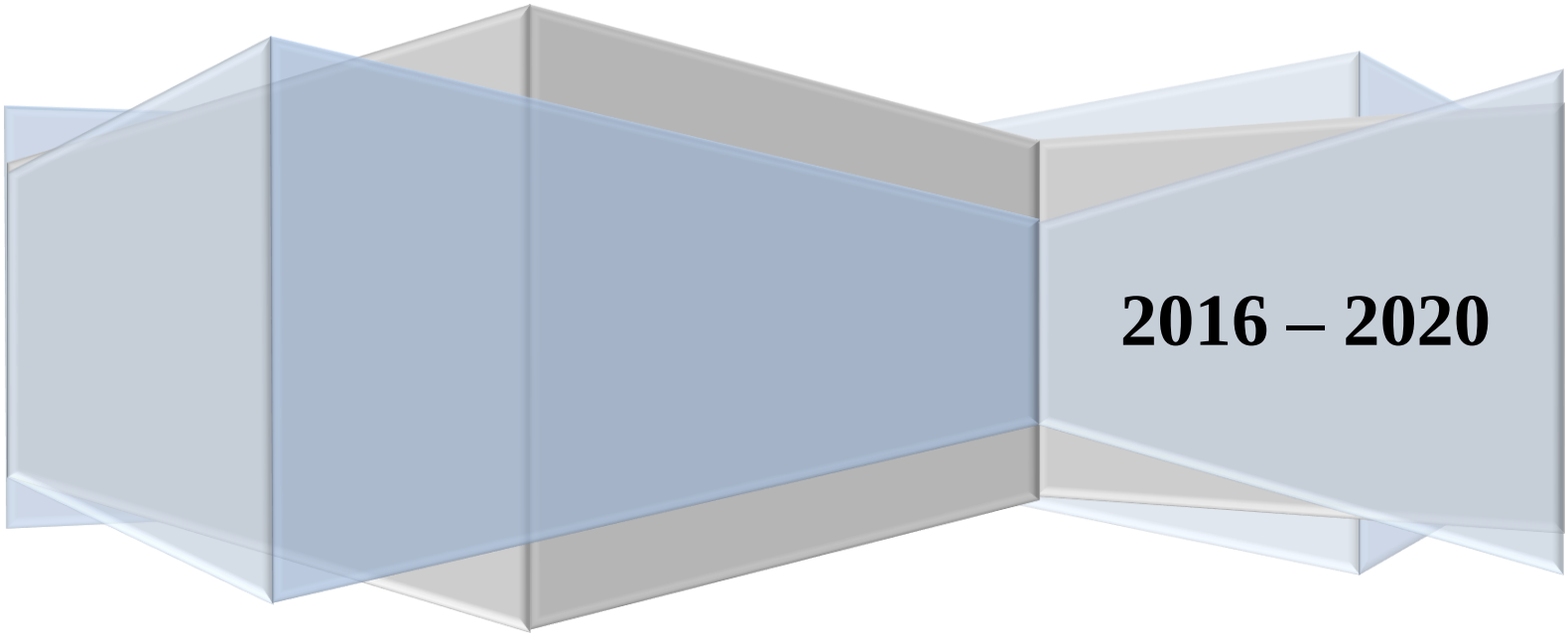
FACULDADE PATOS DE MINAS

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL (PDI)



2016 – 2020

Sumário

APRESENTAÇÃO 6

EIXO 1 - PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL 7

1.1. Evolução institucional a partir dos processos de Planejamento e Avaliação Institucional. 7

1.2. Localização Geográfica 13

1.3. Projeto/processo de autoavaliação institucional. 24

1.4. Autoavaliação institucional: participação da comunidade acadêmica. 32

1.5. Autoavaliação institucional e avaliações externas: análise e divulgação dos resultados. 34

1.6. Elaboração do relatório de autoavaliação. 37

EIXO 2 - DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL 38

2.1. Missão institucional, metas e objetivos do PDI. 38

Descrição dos Objetivos e Quantificação das Metas 41

2.2. Coerência entre o PDI e as atividades de ensino de graduação e de pós-graduação. 49

2.2.1. METODOLOGIA 53

2.2.2. - Perfil Geral dos Egressos 55

2.2.3. Habilidades Básicas para a Formação 61

2.2.4. Formas de Ingresso 63

2.3. Coerência entre o PDI e as práticas de extensão. 63

2.4. Coerência entre o PDI e as atividades de pesquisa/iniciação científica, tecnológica, artística e cultural. 68

2.5. Coerência entre o PDI e as ações institucionais no que se refere à diversidade, ao meio ambiente, à memória cultural, à produção artística e ao patrimônio cultural. 72

2.6. Coerência entre o PDI e as ações institucionais voltadas para o desenvolvimento econômico e social. 77

2.7. Coerência entre o PDI e ações de responsabilidade social: inclusão social. 82

2.8. COERÊNCIA ENTRE O PDI E AÇÕES AFIRMATIVAS DE DEFESA E PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS E IGUALDADE ÉTNICO-RACIAL. 86
2.9. POLÍTICA INSTITUCIONAL PARA A MODALIDADE EAD. 86
2.10. Estudo para implantação de polos EaD. 91
2.10.1. Polo João Pinheiro. 91
2.10.2. Polo Coromandel. 101
2.10.1. Polo Brasília. 111
2.10.3. Polo/Sede Patos de Minas. 117
EIXO 3 - POLÍTICAS ACADÊMICAS 128
3.1. POLÍTICAS DE ENSINO E AÇÕES ACADÊMICO-ADMINISTRATIVAS PARA OS CURSOS DE GRADUAÇÃO. 128
POLÍTICA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DA INSTITUIÇÃO 132
POLÍTICA PARA A INSERÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS NO ENSINO SUPERIOR 133
POLITICA AFRODESCENDENTE E INDÍGENA 136
POLÍTICA PARA A PROTEÇÃO DA PESSOA COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA 136
3.2. POLÍTICAS DE ENSINO E AÇÕES ACADÊMICO-ADMINISTRATIVAS PARA OS CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU. 137
3.3. POLÍTICAS DE ENSINO E AÇÕES ACADÊMICO-ADMINISTRATIVAS PARA OS CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU. 139
3.4. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS E AÇÕES ACADÊMICO-ADMINISTRATIVAS PARA A PESQUISA OU INICIAÇÃO CIENTÍFICA, TECNOLÓGICA, ARTÍSTICA E CULTURAL. 141
3.5. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS E AÇÕES ACADÊMICO-ADMINISTRATIVAS PARA A EXTENSÃO. 142
3.6. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS E AÇÕES DE ESTÍMULO RELACIONADAS À DIFUSÃO DAS PRODUÇÕES ACADÊMICAS: CIENTÍFICA, DIDÁTICO-PEDAGÓGICA, TECNOLÓGICA, ARTÍSTICA E CULTURAL. 145
3.6.1. Estímulo ás Atividades Acadêmicas 147
3.6.2. Atividades Complementares 149
3.6.3. Atividades Extraclasses 152
3.6.4. Iniciação Científica 152
3.6.5. Atividades Práticas e Estágio 153
3.6.6. Práticas Laboratoriais 153
3.6.7. Estágios Supervisionados 154

3.6.8. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) 155
3.7. Comunicação da IES com a comunidade externa. 156
3.8. Comunicação da IES com a comunidade interna. 157
3.9. Programas de atendimento aos estudantes. 159
3.10. Programas de apoio à realização de eventos internos, externos e à produção discente. 164
3.11. Política e ações de acompanhamento dos egressos. 167
3.12. Atuação dos egressos da IES no ambiente socioeconômico. 168
3.13. Inovação tecnológica e propriedade intelectual: coerência entre o PDI e as ações institucionais. 169
EIXO 4 - POLÍTICAS DE GESTÃO 171
4.1. Política de formação e capacitação docente. 171
4.1.1. Núcleo de Apoio Pedagógico e Experiência Docente. 174
4.2. Política de formação e capacitação de tutores 175
4.3. Política de formação e capacitação do corpo técnico-administrativo. 182
4.4. Gestão institucional. 185
4.5. Sistema de registro acadêmico. 197
4.6. Sustentabilidade financeira. 198
4.7. Relação entre o planejamento financeiro (orçamento) e a gestão institucional. 199
Demonstrativo Financeiro FPM 201
4.8. Coerência entre o plano de carreira e a gestão do corpo docente 206
4.9. Coerência entre o plano de carreira e a gestão do corpo técnico-administrativo. 208
EIXO 5 - Infraestrutura Física 213
5.1. Instalações administrativas 213
5.2. Salas de aula. 216
5.3. Auditório(s). 218
5.4. Sala(s) de professores. 218
5.5. Espaços para atendimento aos alunos. 219
5.6. Infraestrutura para CPA. 220
5.7. Gabinetes/estações de trabalho para professores Tempo Integral – TI. 220

5.8. Instalações sanitárias. 221
5.9. Biblioteca: infraestrutura física. 223
5.10. Biblioteca: serviços e informatização. 226
5.11. Biblioteca: plano de atualização do acervo. 227
5.12. Salas(s) de apoio de informática ou infraestrutura equivalente. 228
5.13. Recursos de Tecnologias de Informação e Comunicação. 229
5.14. Laboratórios, ambientes e cenários para práticas didáticas: infraestrutura física 230
5.15. Laboratórios, ambientes e cenários para práticas didáticas: serviços. 233
5.16. Espaços de convivência e de alimentação. 234
EIXO 6 - Requisitos Legais e Normativos 234
6.1. Alvará de Funcionamento. 234
6.2. Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB). 234
6.3. Manutenção e Guarda do Acervo Acadêmico. 234
6.4. Condições de acessibilidade física para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, transtornos de conduta e altas habilidades/superdotação. 240
6.5. Condições de acessibilidade pedagógica, atitudinal e das comunicações para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, transtornos de conduta e altas habilidades/superdotação. 243
6.6. Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. 246
6.7. Plano de Cargos e Carreira Docente. 247
6.8. Plano de Cargos e Carreira dos técnicos administrativos. 248
6.9. Titulação do Corpo Docente 248
6.10. Forma Legal de Contratação dos Professores. 249
6.11. Comissão Própria de Avaliação (CPA). 250
6.12. Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira, Africana e Indígena. 252
6.13. Políticas de Educação Ambiental 254
6.14. Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. 255

APRESENTAÇÃO

O Plano de Desenvolvimento Institucional é visto como a prática da expressão, em função do atendimento sócio cultural, no qual o conjunto de atividades de desenvolvimento possa assegurar ao grupo a aquisição de experiência social, historicamente acumulada e culturalmente organizada.

O PDI da IES caracteriza-se pelo conjunto de diretrizes e estratégias que expressam e orientam a prática pedagógica e a dinâmica de nossa instituição, não se restringindo a mera organização de componentes administrativos, mas sim em resumo organizados dos atos até hoje praticados, nas ações a serem realizadas pela instituição e de acordo com o que resolve a atual legislação educacional se alonga por um prazo de até 05 (cinco) anos.

O Plano de Desenvolvimento Institucional da Associação Educacional de Patos de Minas e da Faculdade de Patos de Minas, que ora apresentamos, está estruturado de modo a permitir uma postura que contemple essa nova realidade político-educacional.

Tal posicionamento está embasado no tratamento epistemológico dado aos conteúdos e no acompanhamento de todas as atividades das áreas de conhecimento da Instituição, sempre compatíveis com os seus objetivos, com os princípios e as condições de desenvolvimento da Associação Educacional de Patos de Minas e sua mantida.

Portanto, conjuntamente ao histórico da Instituição e da região em que está inserida, que constitui a fonte ou a matriz dos conteúdos das necessidades futuras que cobrem o desenvolvimento da Instituição, acresceu-se um Plano de Desenvolvimento de atividades e de ações administrativo-pedagógicas necessárias para alcançar o modelo Institucional desejável.

EIXO 1 - PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

1.1. Evolução institucional a partir dos processos de Planejamento e Avaliação Institucional.

Breve Histórico da IES

A Associação Educacional de Patos de Minas, desde seu nascimento é uma instituição voltada à Educação Superior, pois na mesma data de sua fundação, em 1999, criou-se também a Faculdade Cidade de Patos de Minas, Instituição de Ensino Superior que se propõe à manutenção de cursos graduação, pós-graduação, pesquisa, extensão, cursos sequenciais e tecnológicos, podendo estes ser presenciais, semipresenciais e à distância. Os seus idealizadores são profissionais ligados à área do Ensino com experiência comprovada e com o propósito de prover a cidade de Patos de Minas e sua região com a oferta de cursos superiores em todas as áreas do ensino superior com qualidade, eficiência e profissionalismo, adjetivos que serão inseridos como a marca desta instituição durante a sua existência.

O início das atividades desta instituição deu-se no primeiro semestre do ano 2005 com a aprovação pelo DEPES/ SESU/MEC, dos cursos de Bacharelado em Fisioterapia e Licenciatura em Educação Física, desde o primeiro momento estes cursos tiveram total aceitação pela população local. O curso de Fisioterapia foi reconhecido em 2010 (portaria 1907) e passou por renovação de reconhecimento em 2014 (portaria nº 820 de 30/12/2014). O curso de Educação Física foi reconhecido em 2012 (portaria 276 de 14/12/2012) e passou por renovação de reconhecimento em 2015 (portaria nº 1092 de 24/12/2015). No segundo semestre de 2005 foram autorizados os cursos de Biomedicina e Enfermagem. O curso de Biomedicina passou por reconhecimento em 2011 (portaria nº 564 de 17/03/2011) e o curso de Enfermagem passou por reconhecimento em 2011 (portaria nº 849 de

14/04/2011) e por renovação de reconhecimento em 2016 (portaria nº 54 de 01/11/2016).

Desde o início de suas atividades a FPM se preocupou com a avaliação constante de todos os procedimentos adotados em seus setores administrativos, acadêmicos, pedagógicos e de relacionamento com a sociedade civil, em busca disto, já em 2005 foi institucionalizada a CPA-Comissão Própria de Avaliação, prevista na Lei n.º 10.861/2004, com o intuito de fomentar a autoavaliação institucional utilizando como principal referencial o PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional. Esta comissão é composta por representantes dos mais diversos setores da comunidade acadêmica incluindo a sociedade civil, ficando vedada à existência de maioria absoluta por parte de qualquer um dos segmentos representados, em busca de maior representatividade entre os setores e maior fidedignidade dos resultados. Desde então a CPA sistematiza os processo de sensibilização, preenchimento dos questionários, tabulação/organização dos dados e divulgação dos resultados à comunidade acadêmica, dados estes gerados através dos questionamentos realizados aos discentes, docentes e técnicos administrativos.

Em 2006, ainda no primeiro semestre, foram autorizados os cursos de Graduação em Odontologia, Administração, Ciências Biológicas e Matemática. O curso de Odontologia passou por reconhecimento em 2012 (portaria nº 317 de 27/12/2012), o curso de Administração foi reconhecido em 2012 (portaria nº 37 de 19/04/20120) e passou por renovação de reconhecimento em 2016 (portaria nº 543 de 23/09/2016), o curso de Ciências Biológicas foi reconhecido em 2011 (portaria nº 491 de 22/02/2011) e passou por renovação de reconhecimento em 2012 (portaria nº 286 de 21/12/2012) e o curso de Matemática foi reconhecido em 2014 (portaria nº 60 de 10/02/2014).

Os atos regulatórios de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos dos quais a instituição participou tem grande peso na evolução institucional, visto que, estes atos sempre foram encarados como

ótimas oportunidades de aprendizagem para que a IES encontre os caminhos mais corretos a serem trilhados. Todos os relatórios gerados pelas comissões de avaliação ministerial *in loco* são disponibilizados pela coordenação acadêmica aos coordenadores de curso sendo os mesmos responsáveis pela transmissão destas informações ao corpo docente e discente para que possam ser avaliados e discutidos em busca de uma da melhoria contínua.

Atualmente a instituição oferta, além destes cursos supracitados, os cursos de Bacharelado em Ciências Contábeis (autorização portaria nº 338 de 29/05/2014), Engenharia Civil (reconhecimento portaria nº 248 de 30/06/2016), Engenharia Elétrica (reconhecimento portaria nº 618 de 30/10/2014), Engenharia de Produção (autorização portaria nº 247 de 06/07/2011), Farmácia (reconhecimento portaria nº 271 de 19/07/2011), Medicina Veterinária (autorização portaria nº338 de 29/05/2014), Pedagogia (autorização portaria nº338 de 29/05/2014) e Psicologia (renovação de reconhecimento portaria nº267 de 03/04/2017) e CST em Gastronomia (reconhecimento portaria nº 1110 de 25/10/2017).

A FPM atualmente possui 1.608 (mil seiscentos e oito) alunos matriculados em seus cursos de graduação. Para acompanhar o desenvolvimento dos cursos ofertados pela IES, a mesma participa de efetivamente de todos os processos que envolvem o ENADE - Exame Nacional do Desempenho do Estudante, que se torna outro importante instrumento de avaliação externa o qual gera resultados que são utilizados pelos dirigentes da instituição como indicadores dos caminhos a serem tomados em busca da formação de profissionais com possibilidade de atuação de destaque no mercado de trabalho.

No ano de 2007, no primeiro semestre, iniciou-se o Programa de Pós-graduação, onde os cursos de Saúde Pública e do Trabalhador, Gestão Ambiental, Tecnologia de Alimentos, Auditoria em Sistemas de Saúde, Fisioterapia Clínica, Gestão Estratégica de Marketing e Vendas, Gestão Estratégica de Finanças e Planejamento Tributário e Docência do Ensino Superior formaram as turmas iniciais do referido programa.

Atualmente, além dos cursos supracitados, a IES oferta os seguintes cursos de especialização lato sensu: Dentística, Engenharia Ambiental e Sanitária, Engenharia de Bioprocessos, Engenharia de Segurança do Trabalho, Engenharia de Tráfego, Engenharia e Gerenciamento de Manutenção, Endodontia, Geoprocessamento e Georreferenciamento de Imóveis Rurais e Urbanos, Gestão de Pessoas, Gestão em Marketing, Financias e Pessoas, Gestão Estratégica de Pessoas e Psicologia Organizacional, Implantodontia, Odontologia/Pediatria, Orientação Educacional, Inspeção Escolar e Supervisão Pedagógica, Ortodontia, Periodontia, Promoção da Saúde e Psicologia Hospitalar, Prótese Dentária, Psicologia do Trânsito, Psicopedagogia Clínica Institucional e Psicoterapia Clínica. Atualmente a FPM conto com 86 alunos matriculados nos cursos de pós-graduação e 46 alunos matriculados nos cursos de atualização, cursos estes que são ofertados aos nossos alunos dos cursos de graduação.

Para o funcionamento destes cursos de graduação e pós-graduação a instituição conta com 03 (três) campus nos quais estão distribuídos laboratórios nas áreas de Microbiologia, Citologia, Histologia, Embriologia, Fisiologia, Bioquímica, de Automação, de Acionamento de Máquinas, de Física, Anatomia, Informática, de Hidráulica, de Desenho Técnico, de Solos, de Geologia de Materiais de Construção Civil, Cozinha e Panificação, de Farmacotécnica, de Farmácia, de Fisioterapia e Laboratório de Odontologia Virtual (seus laboratórios de informática estão equipados com computadores ligados em rede com total acesso via banda larga à internet divididos em suas 3 unidades e 7 laboratórios). Os demais laboratórios dos diversos cursos estão totalmente equipados para as aulas práticas. As bibliotecas da Instituição contam com o acervo completo para o funcionamento destes cursos, bem como computadores para acesso ao acervo e pesquisa e o acesso total dos professores e alunos à Minha Biblioteca (acervo online disponibilizado gratuitamente para a comunidade acadêmica) a qual foi contratada no segundo semestre de 2016.

A instituição atualmente conta com 03 (três) unidades distribuídos na região central da cidade além de uma estruturada POLICLÍNICA onde funcionam os estágios em Biomedicina, Fisioterapia, Odontologia, Farmácia e Enfermagem.

Seu endereço atual conforme as documentações inseridas no Ministério de Educação constam de uma Unidade sede, localizada à Rua Major Gote nº 1408, Centro, Unidade II, Shopping, localizada na Rua Major Gote nº 1901, Centro, Unidade II, Shopping - Pós Graduação, localizada na Rua Major Gote, n° 1901, Centro, Unidade III – localizada na Avenida Juscelino Kubitschek de Oliveira, 1278, bem como sua POLICLÍNICA situada à Rua Major Gote, nº 1409.

Conceitos Obtidos pela IES nas Avaliações Externas de Institucionais

	ANO-IGC	ANO-CI
Faculdade Cidade de Patos de Minas	2009 - 02 2010 - 02 2011 - 03 2012 - 03 2013 - 03 2014 - 03 2015 - 02	2005 - 03 2010 - 03

Conceitos Obtidos pela IES nas Avaliações Externas de Cursos

CURSO	ANO/CC	ANO/CPC	ANO/ENADE
Biomedicina	2010 - 04	2007 - SC 2010 - SC 2013 - SC	2006 - SC 2007 - SC 2010 - 02 2016 - 03

Farmácia	2011 - 03 2016 - 03	2010 - SC 2013 - 02	2010 - SC 2013 - 02 2016 - 02
Psicologia	2011 - 04 2014 - 04 2017 - 04	2009 - SC 2012 - 03 2015 - 03	2009 - SC 2012 - 03
Fisioterapia	2010 - 03 2015 - 03	2007 - SC 2010 - 03 2013 - 03	2007 - SC 2010 - 02 2013 - 02 2016 - 03
Odontologia	2013 - 03 2016 - 04	2007 - SC 2010 - 03 2013 - 02	2007 - SC 2010 - 03 2013 - 02 2016 - 01
Medicina Veterinária	2013 - 03	SC	SC
Matemática	2012 - 03	2011 - SC 2014 - 02	2011 - 03 2014 - 02
Educação Física Licenciatura	2012 - 03 2016 - 03	2007 - SC 2014 - 03	2007 - SC 2014 - 03
Administração	2011 - 03 2016 - 04	2009 - SC 2012 - 03 2015 - 02	2009 - SC 2012 - 02
Ciências Contábeis	2013 - 04	SC	SC
Ciências Biológicas	2011 - 03	2008 - SC	2008 - SC

	2013 - 03 2015 - 03 2017 - 04	2011 - 03 2014 - 02	2011 - 02 2014 - 02
Engenharia Elétrica	2010 - 04 2014 - 03 2017 - 04	SC	SC
Engenharia Civil	2011 - 04 2016 - 04	SC	SC
CST - Gastronomia	2014 - 03 2017 - 04	SC	SC
Enfermagem	2010 - 03	2007 - SC 2010 - 02 2013 - 02	2007 - SC 2010 - 02 2013 - 02

1.2. Localização Geográfica

A Cidade-Sede – PATOS DE MINAS

Patos de Minas está situada na região intermediária às regiões do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. A cidade é a terceira maior e mais importante cidade da mesorregião e ganhou projeção nacional através da Festa Nacional do Milho realizada no mês de maio, movimentando vários setores da economia. É um município essencialmente voltado para a agroindústria e o agronegócio.

A Mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Parnaíba é uma das 12 mesorregiões do estado de Minas Gerais. Nela estão inseridas duas das dez regiões de planejamento do estado, a região do Triângulo Mineiro e a do Alto Paranaíba. É formada pela união de 66 municípios agrupados em sete microrregiões, localizada na região oeste de Minas Gerais. Conta com

2.279.478 habitantes, bem como uma área de 90.545 km², equivalente a 15,4% do território mineiro.

Em comparação com as demais mesorregiões do estado, dispõe do terceiro maior contingente populacional da segunda maior área e segunda maior economia do estado. A mesorregião tem hoje forte influência estadual. Faz fronteira a norte com o Sul Goiano e com o Noroeste de Minas; ao sul com Ribeirão Preto e São José do Rio Preto, ambas no estado de São Paulo e com o Sul e Sudoeste de Minas; a leste com a Central Mineira e com o Oeste de Minas; a oeste com o Leste de Mato Grosso do Sul.

A mesorregião é circundada pelos rios Grande e Paranaíba. Sete de seus municípios estão entre os mais populosos do estado: Uberlândia, Uberaba, Patos de Minas, Araguari, Ituiutaba, Araxá e Patrocínio, sendo que Uberlândia é o maior município do interior mineiro.

Pode-se evidenciar ainda a produção agrícola bastante diversificada, com produção de grãos e hortifrutigranjeiros. A cidade destaca-se, também, pela significativa produção leiteira e, atualmente, detém 70% da genética nacional de suínos.

No campo da educação, há a preocupação em se criar instituições capazes de instrumentalizar os trabalhadores em suas funções, as escolas de Ensino Médio, além de elaborarem seus projetos procurando atender as exigências dos vestibulares, procuram desenvolver projetos que levem os alunos a descobrirem seus ideais e os orienta para conquistá-los.

Características Regionais de Patos de Minas

Município	População 2010	Área da unidade territorial (km²)	Densidade demográfica (hab/km²)

Patos de Minas	138.710	3.189,77	43,5

Fonte:IBGE/Cidades

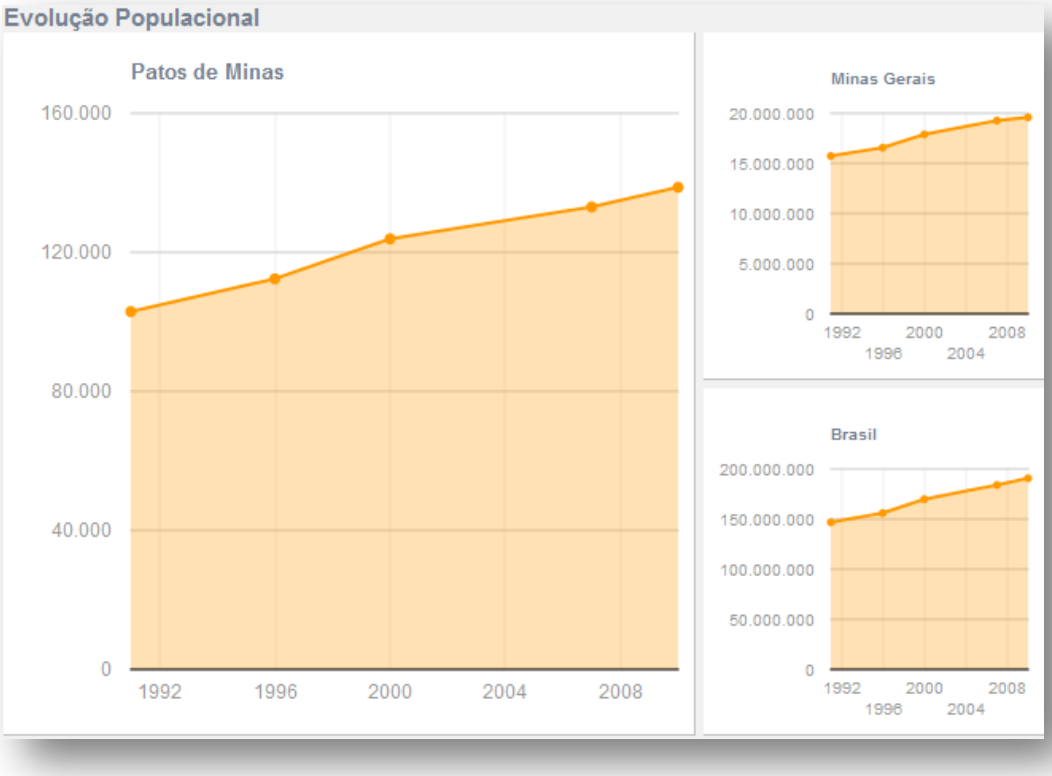
A Mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Parnaíba é uma das 12 mesorregiões do estado brasileiro de Minas Gerais. Nela estão inserida duas das dez regiões de planejamento do estado, a região do Triângulo Mineiro e a do Alto Paranaíba. É formada pela união de 66 municípios agrupados em sete microrregiões, localizada na região oeste de Minas Gerais. Conta com 2.279.478 habitantes, bem como uma área de 90.545 km², equivalente a 15,4% do território mineiro.

Em comparação com as demais mesorregiões do estado, dispõe do terceiro maior contingente populacional e da segunda maior área. Segunda maior economia do estado, a mesorregião tem hoje forte influência estadual. Faz fronteira a norte com o Sul Goiano e com o Noroeste de Minas; ao sul com Ribeirão Preto, com São José do Rio Preto, ambas no estado de São Paulo e com o Sul e Sudoeste de Minas; a leste com a Central Mineira e com o Oeste de Minas; a oeste com o Leste de Mato Grosso do Sul.

A mesorregião é circundada pelos rios Grande e Paranaíba. Sete de seus municípios estão entre os mais populosos do estado: Uberlândia, Uberaba, Patos de Minas, Araguari, Ituiutaba, Araxá e Patrocínio, sendo que Uberlândia é o maior município do interior mineiro.

Evolução Populacional			
Ano	**Patos de Minas**	**Minas Gerais**	**Brasil**
1991	102.946	15.743.152	146.825.475
1996	112.384	16.567.989	156.032.944
2000	123.881	17.891.494	169.799.170
2007	133.054	19.273.506	183.987.291
2010	138.710	19.597.330	190.755.799

Fonte:IBGE/Cidades



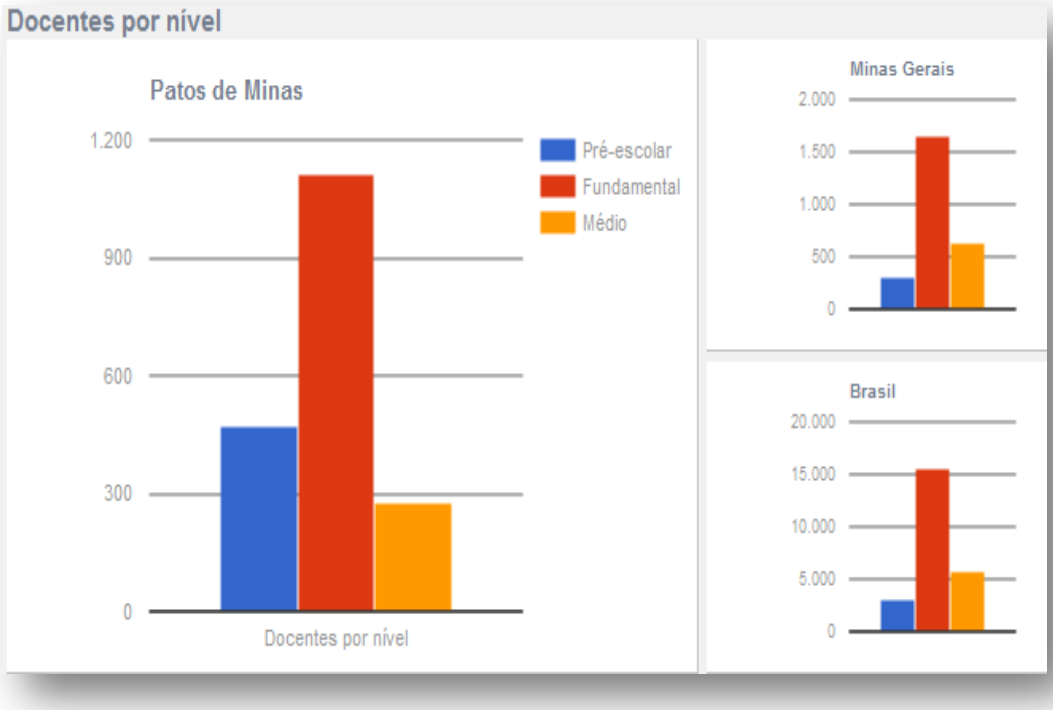
Municípios da Microrregião de Patos de Minas

Município	População[1]		PIB (R$)[2]		PIB per capita (R$)[2]		IDH[3]	
Arapuá	2.772	10ª	65.375.000	9ª	23.584,01	2ª	0,724 alto	3ª
Carmo do Paranaíba	29.752	3ª	459.741.000	2ª	15.452,44	4ª	0,705 alto	3ª
Guimarânia	7.290	6ª	85.291.000	7ª	11.699,78	8ª	0,693 médio	4ª
Lagoa Formosa	17.136	4ª	184.769.000	5ª	10.782,20	10ª	0,703 alto	9ª
Matutina	3.763	8ª	45.244.000	4ª	12.023,50	7ª	0,707 alto	5ª
Patos de Minas	138.710	1ª	1.999.571.000	1ª	14.402,40	5ª	0,765 alto	1ª
Rio Paranaíba	11.898	5ª	389.325.000	4ª	32.721,86	1ª	0,709 alto	7ª
Santa Rosa da Serra	3.224	9ª	34.973.000	9ª	10.847,76	9ª	0,705 alto	10ª
São Gotardo	31.807	2ª	431.132.000	3ª	13.555,27	6ª	0,736 alto	2ª
Tiros	6.906	7ª	120.615.000	6ª	17.494,20	3ª	0,683 médio	8ª

Fonte: IBGE – CENSO 2010

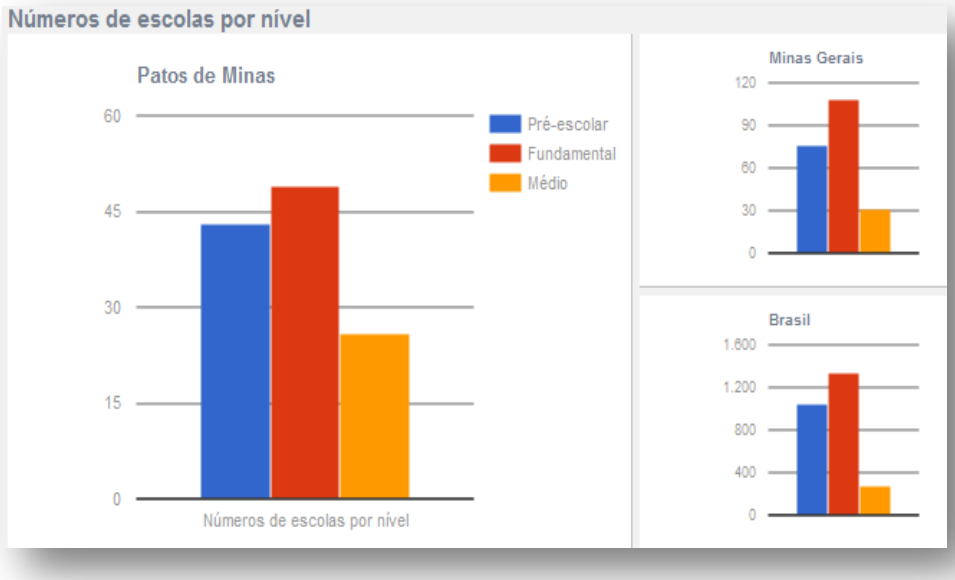
Número de Docentes por Nível			
Variável	**Patos de Minas**	**Minas Gerais**	**Brasil**
Pré-escolar	472	311,52	3.079,06
Fundamental	1.114	1.649,95	15.495,21
Médio	276	642,20	5.697,34

Fonte: IBGE/Cidades



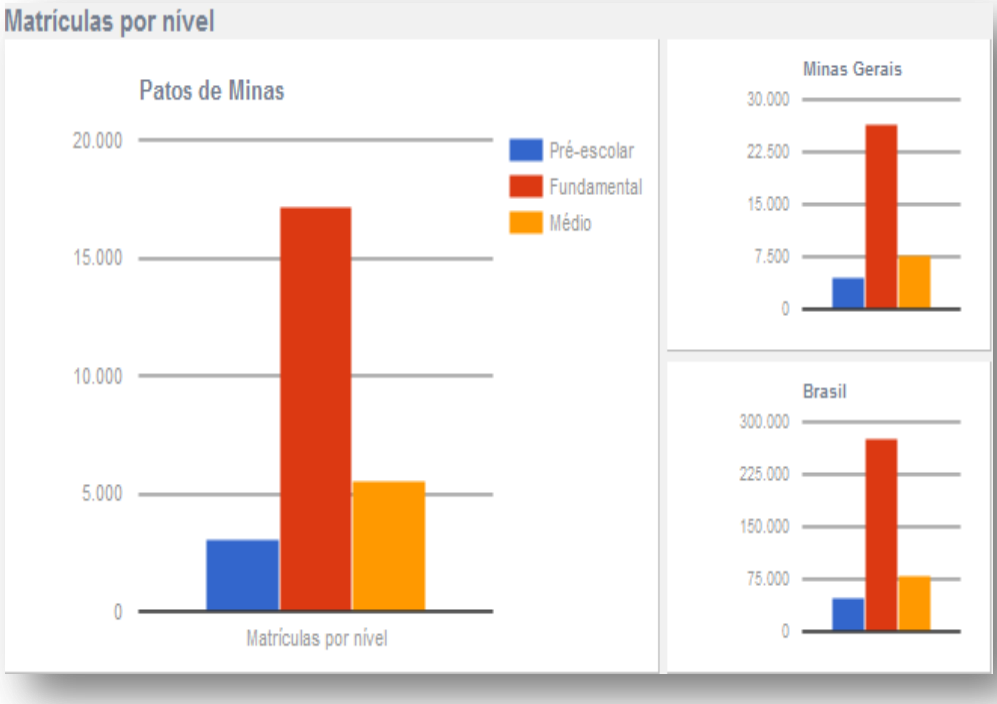
Número de Escolas por Nível			
Variável	**Patos de Minas**	**Minas Gerais**	**Brasil**
Fundamental	49	108,44	1.340,77
Médio	26	30,69	279,93

Fonte: IBGE/Cidades



Matrículas por Nível			
Variável	**Patos de Minas**	**Minas Gerais**	**Brasil**
Pré-escolar	3.054	4.515,81	49.165,25
Fundamental	17.191	26.571,85	278.253,38
Médio	5.560	7.873,59	80.748,81

Fonte: IBGE/Cidades

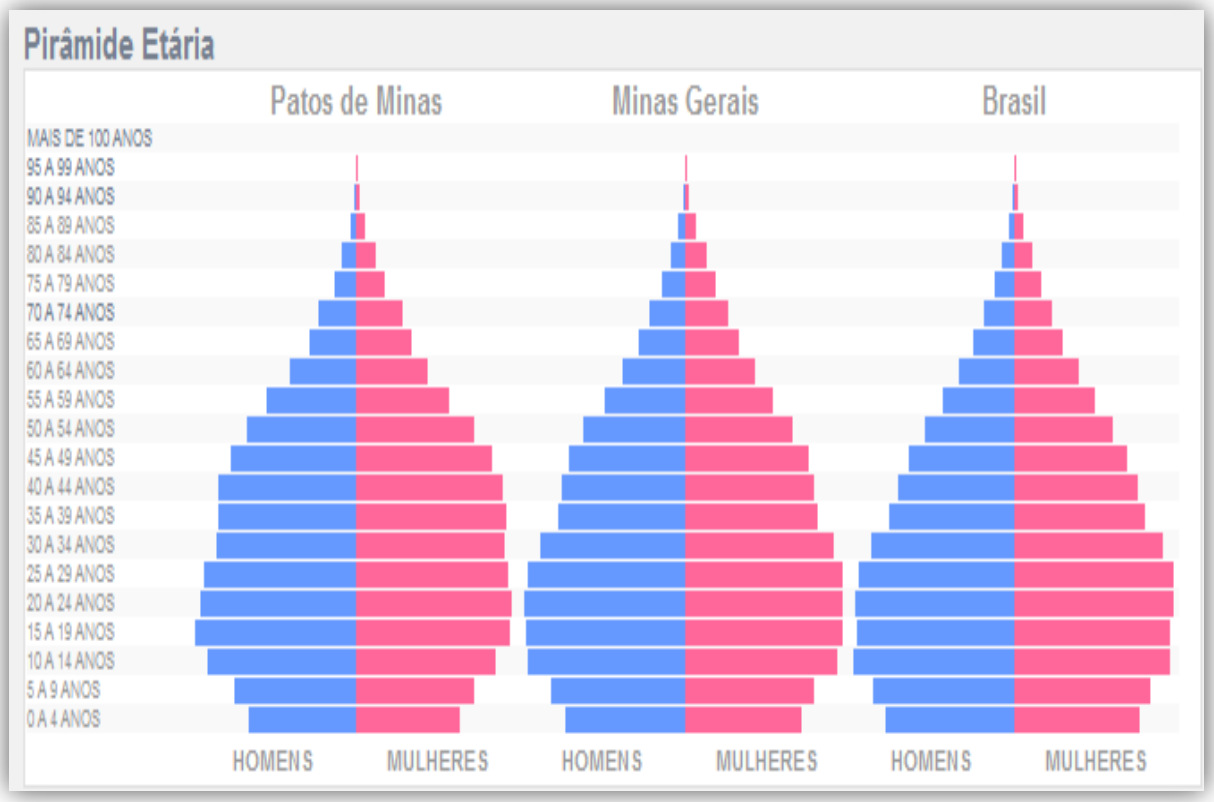


PIRÂMIDE ETÁRIA

Idade	Patos de Minas		Minas Gerais		Brasil	
	Homens	**Mulheres**	**Homens**	**Mulheres**	**Homens**	**Mulheres**
0 a 4 anos	4.077	3.931	649.660	627.206	7.016.614	6.778.795
5 a 9 anos	4.664	4.497	726.034	702.961	7.623.749	7.344.867
10 a 14 anos	5.645	5.356	858.109	830.051	8.724.960	8.440.940
15 a 19 anos	6.147	5.898	868.022	851.253	8.558.497	8.431.641

20 a 24 anos	5.970	5.954	874.104	859.390	8.629.807	8.614.581
25 a 29 anos	5.778	5.817	851.586	853.105	8.460.631	8.643.096
30 a 34 anos	5.295	5.638	790.229	805.450	7.717.365	8.026.554
35 a 39 anos	5.286	5.759	694.342	722.116	6.766.450	7.121.722
40 a 44 anos	5.258	5.589	671.738	702.039	6.320.374	6.688.585
45 a 49 anos	4.808	5.214	628.195	666.388	5.691.791	6.141.128
50 a 54 anos	4.186	4.511	548.830	584.829	4.834.828	5.305.231
55 a 59 anos	3.393	3.528	441.415	479.714	3.902.183	4.373.673
60 a 64 anos	2.532	2.761	339.165	376.212	3.040.897	3.467.956
65 a 69 anos	1.807	2.085	251.626	290.172	2.223.953	2.616.639
70 a 74 anos	1.409	1.768	191.852	233.376	1.667.289	2.074.165
75 a 79 anos	824	1.113	129.276	168.843	1.090.455	1.472.860
80 a 84 anos	521	782	76.292	112.030	668.589	998.311
85 a 89 anos	220	354	34.862	56.569	310.739	508.702
90 a 94 anos	82	167	12.469	24.269	114.961	211.589
95 a 99 anos	17	53	3.332	7.576	31.528	66.804
Mais de 100 anos	5	11	739	1.904	7.245	16.987

Fonte: IBGE: Censo Demográfico 2010

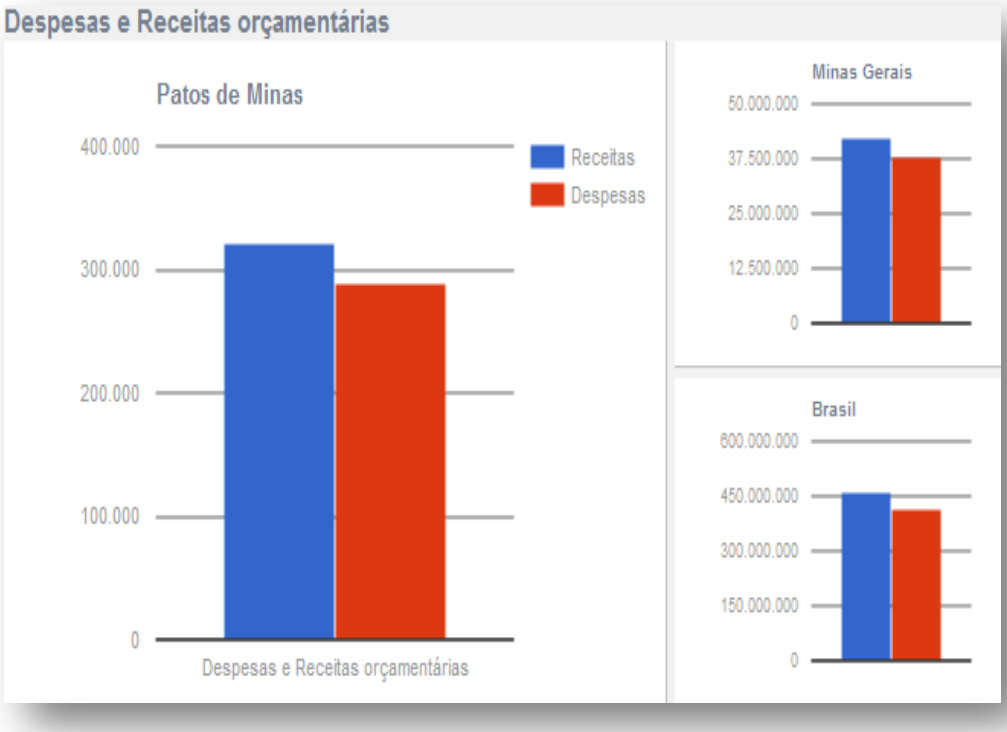


Fonte: IBGE: Censo Demográfico 2010

DESPESAS E RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS

Variável	Patos de Minas	Minas Gerais	Brasil
Receitas	320.935	42.111.468	461.146.647
Despesas	288.573	37.742.140	412.501.044

Fonte: Disponível em: https://siconfi.tesouro.gov.br/siconfi/index.jsf.

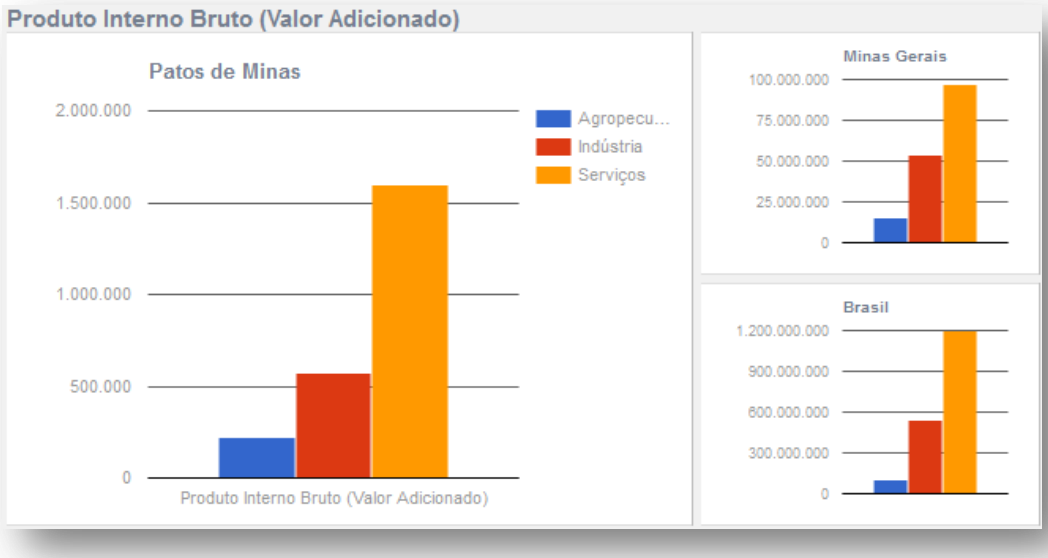


Fonte: IBGE/Cidades

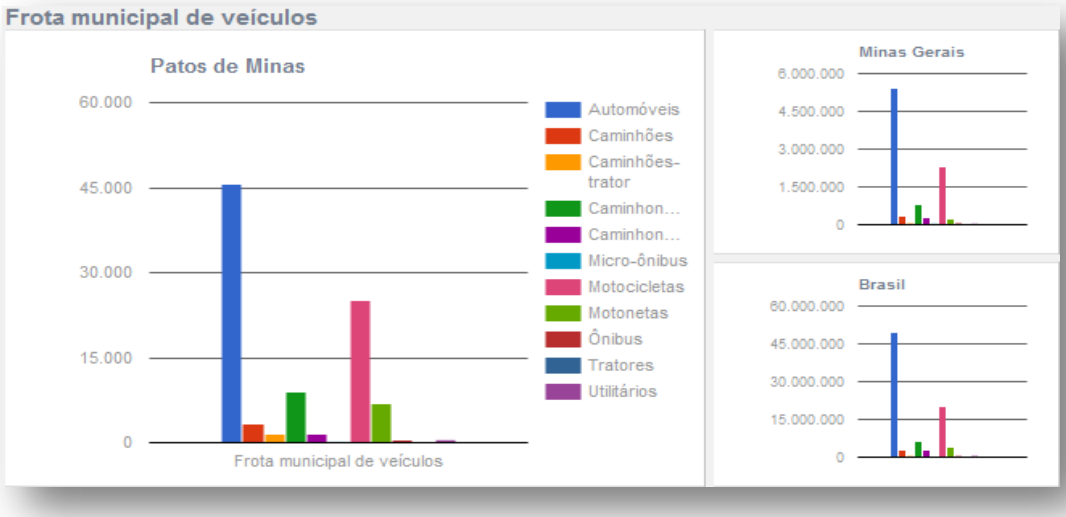
PRODUTO INTERNO BRUTO			
Variável	**Patos de Minas**	**Minas Gerais**	**Brasil**
Agropecuária	224.420	15.568.048	105.163.000
Indústria	575.250	54.306.183	539.315.998
Serviços	1.600.670	97.398.820	1.197.774.001

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

A estrutura econômica do Alto Paranaíba é centrada na atividade agropecuária, e a do Triângulo Mineiro é mais diversificada, com destaque para as agroindústrias. O Produto interno bruto (PIB) do Triângulo Mineiro registrado em 2009 era de 42,897 bilhões de reais, em Minas Gerais, está atrás apenas da Mesorregião Metropolitana de Belo Horizonte. A mesorregião participa com 16,57% do PIB estadual e com 1,74% do PIB nacional. E o em PIB per capita de 20.035,00 reais (1º lugar de Minas Gerais).



Fonte: IBGE/Cidades



Variável	Patos de Minas	Minas Gerais	Brasil
Automóveis	45.719	5.441.609	49.822.708
Caminhões	3.375	318.436	2.645.992
Caminhões-trator	1.460	63.067	593.892
Caminhonetes	9.081	783.208	6.588.813
Caminhonetas	1.566	273.991	2.908.233
Micro-ônibus	188	43.346	375.274

Motocicletas	25.047	2.308.174	20.216.193
Motonetas	7.009	257.972	3.833.159
Ônibus	396	71.950	590.657
Tratores	7	2.052	30.371
Utilitários	543	51.271	637.211

Fonte: Ministério das Cidades - DENATRAN - 2015.

Educação Superior

Diferentemente de outras regiões da América Latina, o caráter tardio da implantação dos processos de escolarização nesta região do Brasil fez com que a Educação Superior só se desenvolvesse em meados do Séc. XX. A região, porém, viveu o "*boom"* educacional do final dos anos sessenta, com a implantação de diversas instituições privadas de Educação Superior. Nos anos setenta foram implantadas duas instituições de Educação Superior públicas na região, a de Odontologia, em Uberaba e a Universidade Federal de Uberlândia, em Uberlândia.

A região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba é um centro de referência econômico e cultural para o Centro-Oeste e se constitui em polo de confluência de diferentes demandas científicas e culturais. Seu sistema de Educação Superior integra varias IES em uma área que as separa em no máximo 200 km, para onde convergem alunos de toda a região que aspiram desenvolver seus conhecimentos culturais, científicos e profissionais.

Para atender a essas aspirações, as IES necessitam de conhecimentos acumulados com elevado nível de qualidade e de pesquisas capazes de contribuir com eficiência para o desenvolvimento e a intervenção no meio social.

1.3. Projeto/processo de autoavaliação institucional.

REGULAMENTO DA COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO – CPA DA FPM

TÍTULO I – DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º – O presente Regulamento disciplina a organização, as competências, a composição, a organização e o funcionamento da Comissão Própria de Avaliação - CPA, da Faculdade Cidade de Patos de Minas (FPM), prevista na Lei nº 10.861, de 14-04-2004 e regulamentada pela Portaria do Ministério da Educação nº 2.051, de 19-07-2004.

Parágrafo único – A Comissão Própria de Avaliação – CPA, órgão suplementar da Direção Geral terá atuação autônoma em relação aos Conselhos e demais Órgãos Colegiados da Instituição.

TÍTULO II – DA NATUREZA E FINALIDADE

Art. 2º – A Comissão Própria de Avaliação - CPA tem por finalidade o planejamento, o desenvolvimento, a coordenação e a supervisão da Política de Avaliação Institucional.

TÍTULO III – DA COMPETÊNCIA E ATRIBUIÇÕES

Art. 3º – Compete à Comissão Própria de Avaliação - CPA, além daquelas definidas nas legislações próprias:

I. planejar, desenvolver, coordenar e supervisionar a execução da política da Avaliação Institucional;

II. promover e apoiar os processos de avaliação internos;

III. sistematizar os processos de avaliação interna e externa;

IV. prestar informações sobre a avaliação institucional ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), sempre que solicitada.

Art. 4º – São atribuições da Comissão Própria de Avaliação - CPA:

I. Apreciar:

a) o cumprimento dos princípios, finalidades e objetivos institucionais;

b) a missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI);

c) as políticas de ensino, pesquisa, pós-graduação e extensão;

d) a responsabilidade social da Instituição;

e) a infraestrutura física, em especial a do ensino, pesquisa, pós-graduação, extensão e biblioteca;

f) a comunicação com a sociedade;

g) a organização e gestão da Instituição;

h) o planejamento e avaliação, especialmente os processos, resultados e eficácia da autoavaliação institucional; e

i) as políticas de atendimento aos estudantes.

II - analisar as avaliações dos diferentes segmentos da FPM, no âmbito da sua competência;

III - desenvolver estudos e análises, visando o fornecimento de subsídios para fixação, aperfeiçoamento e modificação da política da Avaliação Institucional;

IV - propor projetos, programas e ações que proporcionem a melhoria do processo avaliativo institucional;

V - participar de todas as atividades relativas a eventos promovidos pelo Conselho Nacional de Educação Superior (CONAES), sempre que solicitada; e

VI - colaborar com os órgãos próprios da FPM, no planejamento dos programas de Avaliação Institucional.

TÍTULO IV – DA COMPOSIÇÃO E DO MANDATO

CAPÍTULO I – DA COMPOSIÇÃO

Art. 5º – A Comissão Própria de Avaliação - CPA, será designada pelo Diretor Geral por meio de portaria da Direção Geral da FPM, e terá a seguinte composição:

I - 3 (três) representantes do corpo docente;

II - 2 (dois) representantes do corpo técnico-administrativo;

III - 2 (dois) representantes do corpo discente;
IV - 2 (dois) representantes da sociedade civil.

§1º - Um dos três membros efetivos, representante do corpo docente, será o presidente da CPA.

§2º - As indicações dos membros da CPA, excetuada a representação da sociedade civil, deverão ser efetuadas em até 10 (dez) dias, após a recepção de sua solicitação, cabendo ao Diretor Geral a prerrogativa da indicação, na hipótese de ausência de resposta da parte do solicitado.

CAPÍTULO II – DO MANDATO

Art. 6º – O mandato dos membros do corpo docente, discente, técnico-administrativo e da sociedade civil da Comissão Própria de Avaliação - CPA será de 2 (dois) anos, podendo haver recondução por igual período.

TÍTULO V – DA ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA, DO FUNCIONAMENTO E DAS REUNIÕES

CAPÍTULO I – DA ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

Art. 7º – A Comissão Própria de Avaliação - CPA terá a seguinte organização administrativa de apoio:

I - Secretária;
II - Coordenação Acadêmica
III - Coordenações dos Cursos Ofertados pela IES.

Art. 8º – Compete à Comissão Própria de Avaliação - CPA:

I - propor alterações no Regimento;
II - deliberar sobre questões a ela pertinentes;

III - formalizar a destituição e/ou a substituição de seus membros, nas situações previstas no artigo 10º, deste Regulamento;
IV - elaborar, anualmente, o calendário das reuniões ordinárias;
V - promover reuniões com a comunidade acadêmica para discutir questões de interesse coletivo, sempre que for solicitada ou que se fizer necessário;
VI - apreciar, dentro dos prazos estabelecidos, as matérias apresentadas à Comissão; e
VII - desempenhar outras atividades que lhe forem atribuídas, na área da sua competência.

Art. 9º – Compete ao Presidente da Comissão Própria de Avaliação - CPA:

I - convocar e presidir as reuniões;
II - representar a Comissão;
III - distribuir para exame dos membros os processos e as proposições que exijam pronunciamento;
IV - designar subcomissões e grupos de trabalho, fixando-lhes as atribuições, respeitadas as deliberações da CPA; e
V - orientar os trabalhos e atividades dos funcionários colocados a serviço da CPA.

Art. 10º – Compete aos Membros da Comissão Própria de Avaliação - CPA:

I - participar das reuniões da Comissão, contribuindo no estudo, nas discussões e na busca de soluções de consenso;
II - exercer o direito de voto nas tomadas de decisão;
III - relatar, mediante emissão por escrito de parecer, a ser submetido à aprovação da Comissão, as matérias que lhe tenham sido encaminhadas pelo Presidente;
IV - participar de Comissões Especiais designadas pelo Presidente; e
V - manter o endereço profissional e de correio eletrônico atualizados, junto à Secretaria Geral da IES.

Art. 11º – A administração da FPM proporcionará os meios, as condições materiais e recursos de pessoal para o funcionamento da Comissão Própria de Avaliação - CPA, assim como toda a infraestrutura administrativa necessária para este fim.

CAPÍTULO II – DO FUNCIONAMENTO DA COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO - CPA

Art. 18 – A iniciativa de proposições de matérias ou trabalhos à Comissão Própria de Avaliação - CPA, por seus Membros ou por funcionários da FPM, deverão ser oficialmente encaminhadas em documento escrito e protocolado na Secretaria Geral.

Art. 19 – A Comissão Própria de Avaliação - CPA poderá solicitar a quem de direito, desde que notificado o Chefe do Setor, a realização de diligências e providências necessárias à elucidação de assuntos que lhe forem encaminhados, podendo solicitar a colaboração de qualquer funcionário da FPM, na área competente.

§ 1º – A CPA poderá obter consultoria de técnicos especializados da Instituição ou de outros órgãos públicos e/ou privados, mediante autorização da administração superior da FPM.

§ 2º – A CPA poderá convocar funcionários, mediante a anuência da chefia imediata, para dirimir dúvidas sobre qualquer matéria que suscite esclarecimentos ou otimize os seus trabalhos.

§ 3º – A CPA poderá solicitar documentação e informação aos órgãos da Instituição, respeitadas as de caráter sigiloso, assim definidas na legislação vigente.

CAPÍTULO III – DAS REUNIÕES

Art. 20 – A Comissão Própria de Avaliação - CPA reunir-se-á ordinariamente duas vezes por semestre e, extraordinariamente, por convocação do Presidente ou por solicitação de 2/3 (dois terços) dos seus Membros.

§ 1º – As reuniões terão início com a presença da maioria simples de seus Membros, nos primeiros 15 (quinze) minutos do horário estabelecido no ofício de convocação e, transcorrido este prazo, com qualquer número de presentes.

§ 2º – As reuniões ordinárias serão realizadas nos dias e horários estabelecidos no calendário de reuniões da CPA, a ser planejado na primeira reunião do ano.

§ 3º - A pauta das reuniões ordinárias será divulgada com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas.

§ 4º - As reuniões extraordinárias serão convocadas com antecedência mínima de 5 (cinco) dias, podendo este prazo ser reduzido, em caso de urgência, com prévia e ampla divulgação de sua pauta. Esta poderá ser comunicada verbalmente, desde que este procedimento seja justificado pelo Presidente.

Art. 21 – As matérias submetidas à votação serão consideradas aprovadas por maioria simples dos Membros da Comissão Própria de Avaliação – CPA:

§ 1º – O processo de votação será aberto e nominal.

§ 2º – Caberá ao Presidente o voto de qualidade em caso de empate.

Art. 22 – Serão lavradas atas de todas as reuniões que, após aprovadas, serão armazenadas na sala da CPA – FPM.

CAPÍTULO IV – DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS E FINAIS

Art. 22 – Com a instituição da Comissão Própria de Avaliação - CPA fica vedado o funcionamento de comissão, no âmbito da FPM, com finalidades similares.

Art. 23 – Os trabalhos da Comissão Própria de Avaliação - CPA são considerados prioritários para seus Membros sobre quaisquer outras atividades da Instituição, exceto convocações expedidas pelo Diretor Geral.

Art. 24 – Qualquer setor da Universidade, mediante a ciência do superior responsável, poderá solicitar a presença de membros da Comissão Própria de Avaliação - CPA em reuniões, desde que solicitada à Presidência, com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis.

Art. 25 - A Comissão Própria de Avaliação - CPA deverá manter a comunidade da FPM informada de suas principais atividades e resoluções, por meio da publicação das mesmas, divulgadas através dos coordenadores de curso.

Art. 26 – O presente Regulamento poderá sofrer alterações e adaptações, desde que propostas oficialmente à Comissão Própria de Avaliação - CPA, sob as seguintes circunstâncias:

I - Por solicitação de 2/3 (dois terços) de seus Membros; ou
II - Por solicitação do Diretor Geral da FPM.

Art. 27 – Os casos omissos serão resolvidos pelo Presidente da Comissão Própria de Avaliação - CPA.

Art. 28 - O comparecimento às reuniões é obrigatório e tem precedência sobre qualquer outra atividade, exceto quanto aos membros representantes da sociedade civil.

Art. 29 – O presente Regulamento entrará em vigor na data da publicação de sua aprovação pela Direção Geral, revogadas as disposições em contrário.

1.4. Autoavaliação institucional: participação da comunidade acadêmica.

O processo de avaliação e de autoavaliação institucional adotado pela FPM está intrinsecamente articulado às mudanças e melhorias implantadas ao longo da sua trajetória.

A FPM conta, em sua estrutura organizacional, com a Comissão Própria de Avaliação (CPA), responsável pela condução dos processos de avaliação interna da instituição, tanto no âmbito docente, quanto discente, de gestão e de infraestrutura.

As avaliações realizadas pela CPA são objeto de discussão e análise pelo Colegiado do Curso e pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE), contribuindo, desta forma, para a consolidação e aprimoramento dos processos acadêmicos.

Ainda na lógica da avaliação e autoavaliação, a Coordenação do Curso realiza avaliação anual junto ao corpo discente, através de instrumento próprio, quando os alunos são convidados, de forma voluntária, a responder questões referentes às disciplinas, ao corpo docente e à infraestrutura do curso. A partir dessa avaliação são gerados resultados que são discutidos nas reuniões de NDE e de Colegiado para a elaboração de estratégias que devem ser adotadas para o saneamento das fragilidades apontadas.

Também os docentes, através da CPA, são convidados a responder questionários específicos sobre o desempenho discente. Utilizam-se ferramentas eletrônicas e os docentes apresentam a sua impressão das turmas para as quais já ministraram aulas, completando assim, a avaliação 360º. Tanto os resultados das avaliações como as estratégias preparadas são apresentados e discutidos com os professores e estudantes.

Além do processo de autoavaliação, a identificação das principais demandas pontuais dos estudantes é feita pela aproximação da coordenação com a representação discente. São realizadas reuniões com os estudantes representantes de turma, quando é possível avaliar a percepção dos graduandos em relação ao curso. Nesses encontros é possível não só aproximar os alunos da coordenação, o que visa manter clara e transparente a comunicação no curso, mas também tomar as providências ou prestar os esclarecimentos que se fizerem necessários.

Os processos de avaliação externa e de autoavaliação de institucional da FPM sempre se mostraram como excelentes norteadores para a melhoria contínua dos processos e políticas institucionais propostas em nosso PDI.

As avaliações externas regulamentadoras de credenciamento, recredenciamento, autorização e renovações das mesmas, orientam a IES em todos os processos de melhorias, tanto na organização didático pedagógica quanto na infraestrutura e corpo docente, para que possamos trilhar caminhos cada vez mais próximos à excelência no processo de ensino e aprendizagem.

A CPA – Comissão Própria de Avaliação, através de seus questionamentos direcionados à todos os setores da IES, se coloca como uma ferramenta aproximadora entre a Direção Geral e todo o corpo técnico e alunado, apontando para as principais necessidades e anseios dos acadêmicos, técnicos administrativos e docentes.

O Exame Nacional de Desempenho do Estudante – ENADE, avaliação a qual a FPM sempre teve participação ativa, traz a tona as potencialidades e as fragilidades de nosso alunado no que diz respeito à absorção de conteúdos de conhecimentos gerais e específicos, podendo assim também servir de ferramenta para diagnose e intervenção na busca de um egresso com as características solicitadas pelas DCN’s – Diretrizes Curriculares Nacionais.

A FPM percebe a importância dos processos avaliativos externos e internos, e tenta sempre, após levantamento realizado pelos mesmos, utilizá-los como fontes de informação fidedigna na busca de tomadas de decisões mais acertadas em todo e qualquer processo de modificação e/ou melhoria aplicado na IES.

1.5. Autoavaliação institucional e avaliações externas: análise e divulgação dos resultados.

Todos os procedimentos para o devido preenchimento dos questionários referentes à comissão Própria de Avaliação da FPM são iniciados após uma intensa sensibilização focada nos alvos do questionário daquele momento. Como a CPA apresenta em sua composição membros que representam os mais diversos setores da comunidade acadêmica, a cada membro é dada a atribuição de tentar ao máximo transmitir ao seu setor representativo o tamanho da importância da participação efetiva no processo de autoavaliação, são expostas faixas em todos os campus com orientações gerais e períodos de preenchimento dos questionários as quais são afixadas em local de grande circulação dos interessados, os membros da comissão possuem camisetas nos períodos de preenchimento dos questionários para ampliar a divulgação do processo autoavaliativo.

Para que os resultados alcançados sejam os mais fidedignos possíveis, nem os acadêmicos, nem os técnicos administrativos nem os docentes são identificados e muito menos obrigados a participarem do processo, a comissão tenta apenas sensibilizá-los sobre a importância de sua participação efetiva para o crescimento institucional.

Os acadêmicos participam do processo preenchendo o questionário da CPA no primeiro semestre de cada ano, em período pré-determinado durante as reuniões ordinárias da comissão. Através do portal do aluno, os acadêmicos com a utilização de suas senhas pessoais, poderão acessar o *link* “Avaliação

Institucional", o qual os levará até as questões que se apresentarão de forma objetiva (sendo a última questão apresentada de forma subjetiva e intitulada (Elogios/Reclamações e/ou Sugestões).

Após o término do período de resposta dos questionários o próprio sistema irá tabular os resultados em gráficos por questão, facilitando a visualização e o entendimento dos resultados para todos os interessados da comunidade acadêmica que tiverem acesso aos mesmos.

Os Coordenadores de curso tem acesso automático aos resultados através do ambiente do coordenador no portal LS-Educação, onde, através dos *links* "Coordenação", "Avaliação Institucional" o coordenador poderá visualizar, imprimir e/ou encaminhar em formato eletrônico os resultados tabulados referentes ao seu curso. A Comissão Própria de Avalição da FPM orienta os coordenadores de curso na divulgação dos resultados da autoavaliação aos seus acadêmicos e professores. A CPA se coloca como uma ótima ferramenta para a tomada de decisões no âmbito dos cursos ofertados pela FPM por demonstrar as reais necessidades e solicitações dos principais setores acadêmicos necessários para o pleno funcionamento de uma Instituição de Ensino Superior.

Os técnicos administrativos contratados pela IES e todos os docentes são chamados ao preenchimento do questionário da CPA no segundo semestre de cada ano letivo. Os docentes tem acesso a autoavaliação também através do sistema eletrônico com a utilização de suas senhas pessoais e, para os técnicos administrativos, é gerada uma senha através do setor de Tecnologia da Informação, as quais serão distribuídas aos técnicos para que os mesmos possam utilizá-las no acesso ao sistema e à avaliação institucional.

A Comissão Própria de Avaliação, na pessoa de seu presidente, está encarregada de apresentar os resultados da autoavaliação à Direção Geral, em reunião com pauta voltada a este fim. A direção Geral da FPM, de posse destes resultados, consegue perceber as principais potencialidades e

fragilidades apontadas por todos os setores da comunidade acadêmica, norteando assim as decisões que podem ser tomadas de forma mais acertada no que diz respeito à ampliação das potencialidades e a minimização das fragilidades apresentadas.

O ENADE - Exame Nacional do Desempenho do Estudante, exame no qual a FPM tem participação efetiva em todas as suas edições, se coloca como um outro instrumento bastante eficaz na diagnose e no direcionamento das melhores ações em busca do desenvolvimento da instituição. Através dos insumos gerados pelo ENADE a instituição pode verificar se o desenvolvimento das ações acadêmicas e pedagógicas implantadas cumprem com o dever de formar profissionais competentes em suas áreas de saber e prontos para enfrentarem o mercado profissional.

Todos os processos de enquadramento de cursos, inscrições de alunos, preenchimentos dos questionários dos alunos e coordenadores, além da prova ENADE, são acompanhados por representantes de diversos setores como coordenação acadêmica, procuradoria institucional e coordenações de cursos, afim de que o acadêmico possa ter participação ativa no processo e possa representar seu curso e instituição neste importante momento.

Os resultados alcançados no ENADE, apesar de serem de conhecimento público, são também divulgados pela instituição em seus instrumentos de comunicação interna e externa.

A FPM, em busca de um constante crescimento e aprimoramento, passa constantemente por processos regulatórios do Ministério da Educação, sejam estes na forma de autorizações, reconhecimentos ou renovações de reconhecimentos de cursos além de credenciamentos e recredenciamentos institucionais. Além de todo o auxílio nos caminhos da organização documental da instituição, estes processos regulatórios são também utilizados pela FPM como norteadores e pedagógicos na organização curricular, na contratação de docentes e técnicos administrativos e na manutenção e

ampliação da infraestrutura disponibilizada aos discentes e colaboradores da IES.

1.6. Elaboração do relatório de autoavaliação.

A elaboração do relatório de autoavaliação para posterior postagem no sistema e-MEC é de responsabilidade da Comissão Própria de Avaliação da IES. A CPA - FPM se reúne ordinariamente duas vezes por semestre, nestas reuniões ordinárias são discutidas as ações referentes à sensibilização dos setores interessados, ao acompanhamento do preenchimento dos questionários e à divulgação dos resultados. Além disto, são também discutidos os principais tópicos referentes ao preenchimento do modelo de relatório de autoavaliação, o qual é postado no mês de março de cada ano.

O relatório de autoavaliação institucional é confeccionado pelo presidente da CPA o qual é o encarregado da postagem do mesmo em período hábil, determinado pelo próprio Ministério da Educação. A confecção do relatório pela presidência da CPA é feita contemplando as principais discussões e decisões apresentadas pela comissão durante as reuniões e pautada nos resultados apresentados nos questionários de discentes docentes e técnicos administrativos, sobretudo no que diz respeito às Ações Programadas, Ações Realizadas, Fragilidades e Potencialidades Apontadas.

O relatório de autoavaliação, após ser confeccionado é encaminhado à Coordenação Acadêmica e à Direção Geral da IES para leitura, revisão e deferimento do mesmo. Estas subdivisões do relatório, apresentadas no parágrafo anterior, são formuladas sobre cada uma das dez dimensões contempladas nos questionários, dimensões estas que englobam todos os setores da comunidade acadêmica e desde infraestrutura ofertada ao apoio ao discente, passando por responsabilidade social, organização didático/pedagógica, a comunicação com a sociedade, as políticas de pessoal, de carreiras e do corpo docente e corpo técnico administrativo entre outras.

EIXO 2 - DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

2.1. Missão institucional, metas e objetivos do PDI.

MISSÃO

A Missão elaborada pela direção da IES, de forma a comunicar de forma inequívoca, a sociedade, corpo técnico, docente e discentes, é:

“Educar, produzir e disseminar o saber universal, contribuir para o desenvolvimento humano, comprometendo-se com a justiça social, a democracia e a cidadania além de promover a educação visando o desenvolvimento sustentável do País”.

VISÃO

“A Tornar-se referência no setor educacional tendo como pilares a empregabilidade, a educação socioambiental e a crescente busca por excelência.”

VOCAÇÃO

“A vocação da instituição é o ensino superior em todas as suas instâncias, isto é, a graduação e a pós-graduação, buscando o aprimoramento de sua comunidade acadêmica e, por extensão, da própria comunidade que a acolhe através de suas clinicas laboratórios e demais atividades em parcerias.”

Conforme consta no artigo 3º, incisos de I a X do regimento da Instituição: “A Faculdade Cidade de Patos de Minas, de agora em diante denominada simplesmente Faculdade, tem como objetivos nas áreas dos cursos que ministra:

- Formar profissionais e especialistas de nível superior, nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira;
- Estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;
- Promover a extensão do ensino e da pesquisa à comunidade, mediante cursos e serviços especiais, incluindo a formação à distância;
- Participar do desenvolvimento socioeconômico do País e, em particular, do Estado de Minas Gerais, como organismo de consulta, assessoria e prestação de serviços, em assuntos relativos a seu campo de saber;
- Incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e a criação e difusão da cultura e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;
- Promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos, que constituem patrimônio da humanidade, e comunicar o saber por meio do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;
- Promover intercâmbio, bem como cooperar com instituições de ensino dos diversos graus, tendo em vista o desenvolvimento da educação, da cultura, das artes, das ciências e da tecnologia;
- Promover eventos de caráter cultural, visando a integração Comunidade – Faculdade;
- Estimular e promover a educação continuada, visando o aperfeiçoamento cultural e profissional da comunidade local e regional; e ser uma instituição aberta à comunidade, livre e democrática e um centro de preservação e divulgação do saber, da cultura e da história do homem".

A planificação das atividades e do desenvolvimento dos objetivos de uma instituição de ensino superior deve ser o resultado de uma iniciativa institucional própria elaborada num processo dialógico que expresse os valores essenciais e os propósitos mais fundamentais da faculdade.

Esses valores e propósitos, que todo planejamento deve refletir, sancionar e expressar, são construídos ao longo da história da faculdade e, consequentemente, não são estáticos, têm, uns e outros, a mesma dinâmica que os da instituição. Eles se constituíram, transformaram-se e evoluem em decorrência da estreita inter-relação com o contexto socioeconômico e educacional no qual ela existe e atua.

A Associação Educacional de Patos de Minas, como quaisquer outras organizações, não podem definir seu futuro e as linhas de seu desenvolvimento, sem levar em conta as características e as tendências do meio no qual evoluem, uma vez que elas têm uma apreciável força de impacto sobre os rumos e o destino institucional. Quanto mais rapidamente as características e as tendências do meio alteram e se transformam, mais urgentes e necessárias se fazem as adaptações, portanto, exigem mais das instituições que precisam reagir às transformações de forma criativa e crítica, assumindo, com a necessária dose de risco, o seu papel de interveniente ativo nesse processo de quase permanente mudança, que marca as sociedades contemporâneas.

Reconhecendo isso e acreditando que o efetivo planejamento do futuro de uma instituição de ensino superior é inseparável da visão própria de seu corpo gestor e de seu corpo social, o presente trabalho tem como objetivo facilitar o processo de planificação da Associação Educacional de Patos de Minas, constituindo-se em seu Plano de Desenvolvimento Institucional para o período 2016-2020.

Para que esta facilitação tenha procedência e utilidade e para que as sugestões e as propostas não sejam marcadas pela artificialidade, este trabalho foi desenvolvido a partir de uma análise cuidadosa da realidade acadêmica da desta Instituição e do meio social e educacional em que se insere.

Com o intuito de contribuir para um plano de desenvolvimento exequível e capaz de assegurar uma posição adequada à Associação Educacional de Patos de Minas no cenário educacional mineiro e nacional, as propostas, que são apresentadas, foram elaboradas a partir da identificação e da análise de um conjunto de variáveis, derivadas do contexto interno, consideradas capazes de afetar a situação da Instituição nos próximos anos.

Descrição dos Objetivos e Quantificação das Metas

OBJETIVOS E METAS	POLÍTICAS E AÇÕES	CRONOGRAMA
Promover o ensino integralizado, atendendo simultaneamente as obrigações legais e as necessidades de uma sociedade em processo de transformação.	Formar cidadãos participativos, capazes de atender a crescente demanda por profissionais realmente aptos para atuação no mercado de trabalho.	A partir do Recredenciamento da Faculdade e vigência do PDI 2016 – 2020
	Estabelecer parcerias com órgãos governamentais, convênios com órgãos públicos e privados, por meio de projetos comunitários e de cidadania, programas de difusão e divulgação.	

Capacitar o corpo docente nas atividades de planejamento e gerenciamento administrativo e acadêmico.	Capacitação de docentes gestores acadêmicos nos procedimentos relativos ao planejamento, gerência administrativa e acadêmica, subsidiando a ação dos docentes gestores acadêmicos com base em instrumentos gerências atuais; capacitar os docentes para análise e avaliação de sistemas de informação.	2016 a 2020
Criar cursos de graduação e pós-graduação nos modelos presencial e à distância	Atendimento ao apelo da sociedade quanto às opções que a Instituição oferece, ampliando sua área de ação na de graduação e pós-graduação.	2016 a 2020
Implantar políticas de Recursos Humanos.	Desenvolvimento de programas de acompanhamento e avaliação de desempenho para servidores técnico-administrativos; aprimoramento do processo de recrutamento e seleção; Implantação de serviços de assistência social e de programas de treinamento e desenvolvimento de pessoal.	2016 a 2020

Implementar atividades de comunicação e divulgação.	Ampliação dos meios de comunicação das ações da instituição visando ao estreitamento das relações com a comunidade interna e externa.	2016 a 2020
Desenvolver a política de publicação interna e externa.	Elaboração e divulgação de documentos que tratam das informações produzidas na instituição.	2016 a 2020
Implantar o programa de Iniciação científica.	Formação dos discentes como pesquisadores desde a graduação.	2016 a 2020
Estabelecer parcerias.	Estabelecimento de parcerias visando à obtenção de recursos que fomentem a pesquisa.	2016 a 2020
Desenvolver programas de monitorias.	Definição de parâmetros de seleção, desenvolvimento e avaliação da monitoria. Estruturação de um manual orientador das atividades de monitoria, visando a uma melhor qualidade de trabalho.	Permanente
Fortalecer e ampliar projetos integrados de ensino, pesquisa e extensão voltados ao atendimento das demandas sociais.	Desenvolvimento de ações multi, inter ou transdisciplinares entre a Faculdade e a realidade social.	2016 a 2020

Implementar a política de cursos de extensão presenciais e EAD.	Fortalecimento das ações extensionistas, através de programas e projetos institucionais de extensão e do incremento das parcerias com iniciativas municipais, estaduais, nacionais e internacionais.	2016 a 2020
Elaborar e divulgar as publicações internas e externas.	Elaboração de materiais para divulgação dos cursos de graduação e pós-graduação.	2016 a 2020
Implementar políticas de Convênios.	Convênios com órgãos públicos e privados.	2016 a 2020
Desenvolver uma sistemática de avaliação e acompanhamento contínuo das ações figuram o trabalho institucional, realçando parâmetros e critérios compatíveis com o cumprimento da missão institucional.	Assegurar uma sistemática de avaliação institucional, internas e externas, que contemple dimensões qualitativas e quantitativas vitais para o acompanhamento e aperfeiçoamento do modelo de gestão.	A partir de seu Credenciamento (através do CPA – Comissão Própria de Avaliação) e SINAES
Implementar sistema de divulgação.	Sistema de comunicação com a comunidade acadêmica do resultado da avaliação institucional e as ações a serem implementadas, contemplando a melhoria da instituição como um todo.	2016 a 2020

Promover a melhoria da qualidade acadêmica e privilegiar a capacitação formal e social dos docentes e técnicos administrativos, proporcionando o desenvolvimento das ações político-acadêmicas e administrativas pertinentes a sua missão.	Implantar programa de capacitação do corpo docente e técnico-administrativo de forma a assegurar a qualidade permanente da Educação promovida pela Instituição.	2016 a 2020
	Implementar o Plano de Carreira Docente e Técnico-Administrativo	2016 a 2020
	Implantar processo de modernização da infraestrutura organizacional com vistas na melhoria de qualidade de vida do trabalho na Instituição de Ensino	2016 a 2020
Proceder à atualização periódica do acervo bibliográfico	Destinar semestralmente 5% da receita liquida a atualização do acervo bibliográfico	2016 a 2020
Promover à produção científica intelectual do seu corpo docente através do fomento a divulgação e publicação dos seus trabalhos e incentivo a sua busca por melhor titulação	Incentivar a produção do material didático de qualidade do Ensino.	A partir do funcionamento dos cursos
	Disponibilizar núcleos de apoio à produção, formatação e difusão de materiais de Ensino.	

Previsão de oferta de cursos de graduação na modalidade Presencial

Curso	Titulação	Ano
Jogos Digitais	Tecnólogo	2018
Recursos Humanos	Tecnólogo	2018
Marketing	Tecnólogo	2018

Análise e Desenvolvimento de Sistemas	Tecnólogo	2019
Arquitetura e Urbanismo	Bacharelado	2019
Estética e Cosmética	Tecnólogo	2019
Direito	Bacharelado	2019

Previsão de oferta de Cursos de pós-graduação lato sensu na modalidade Presencial

Curso	Ano
Gestão Pública	2019
Gestão de Projetos Inovadores	2019
Gestão em Saúde	2019
MBA em Planejamento e Gestão de Negócios	2019
MBA em Gestão Comercial	2019
Negócios Digitais	2019
Neuropsicopedagogia e Educação Especial Inclusiva	2019
Planejamento Tributário e Controladoria	2019
Treinamento Desportivo e Personal Training	2019
Perícia Contábil	2020
Auditoria e Licenciamento Ambiental	2020
Eficiência Energética	2020
Engenharia de Materiais – Ênfase em Comportamento Mecânico e Análise de Falhas	2020
Engenharia de Produção – Ênfase em Qualidade e Produtividade	2020
Gestão Econômica e Financeira	2020
Odontologia Hospitalar	
Desenvolvimento Gerencial e Gestão de Pessoas	

Descrição dos Objetivos e Quantificação das Metas para a EAD

A educação a distância (EaD), segundo a Resolução n.º 1, de 11 de março de 2016, é caracterizada como modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica, nos processos de ensino e aprendizagem, ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com pessoal qualificado, políticas de acesso, acompanhamento e avaliação compatíveis, entre outros, de modo que se propicie, ainda, maior articulação e efetiva interação e complementariedade entre a presencialidade e a virtualidade "real", o local e o global, a subjetividade e a participação democrática nos processos de ensino e aprendizagem em rede, envolvendo estudantes e profissionais da educação (professores, tutores e gestores), que desenvolvem atividades educativas em lugares e/ou tempos diversos (BRASIL, 2016).

Acentuam-se os seguintes aspectos:

• O professor como mediador e facilitador do processo de aprendizagem do aluno;

• A interatividade como forma de tratamento do conteúdo e da comunicação que possibilita a aprendizagem;

• A colaboratividade entre alunos e professores como sujeitos centrais desse processo assistidos por um suporte pedagógico e tecnológico;

•

O uso das tecnologias da informação e da comunicação (TICs) como ferramentas no desenvolvimento das atividades educativas.

A EaD na FPM segue os princípios e as finalidades educacionais previstos na proposta pedagógica da Instituição.

No ciclo 2016-2020 do PDI, o credenciamento da FPM para oferta da EaD permanece como um projeto estratégico que abrange as seguintes metas:

* Obter o credenciamento institucional para EaD;

* Implantar os Polos de João Pinheiro, Brasília, Coromandel e Patos de Minas.

* Ofertar cursos de graduação e pós-graduação lato sensu na modalidade EaD após o credenciamento institucional.

Previsão de oferta de cursos de graduação na modalidade EaD

Curso	Titulação	Ano
Pedagogia	Licenciatura	2018
Educação Física	Licenciatura	2018
Administração	Bacharelado	2018
Ciências Contábeis	Bacharelado	2018
Gestão de Recursos Humanos	Tecnólogo	2019
Análise e Desenvolvimento de Sistemas	Tecnólogo	2019
Gestão Ambiental	Tecnólogo	2019
Gestão em Agronegócios	Tecnólogo	2019
Gestão Comercial	Tecnólogo	2020
Ciências Biológicas	Licenciatura	2020
História	Licenciatura	2020

Previsão de oferta de cursos de pós-graduação lato sensu na modalidade EaD

Curso	Ano
Educação Física Escolar	2019
Agronegócios	2019
Docência e Metodologia do Ensino Superior	2019
Educação Inclusiva	2019
Gestão de Pessoas	2019
Gestão e Educação ambiental	2019
Gestão Empresarial	2019
Orientação e Supervisão escolar	2019
Psicologia do Trânsito	2019
Psicopedagogia Institucional	2020
Saúde Pública e Saúde do Trabalhador	2020
Educação Infantil	2020

Gestão Financeira	2020
Sociologia	2020
Gestão de Negócios	2020

2.2. Coerência entre o PDI e as atividades de ensino de graduação e de pós-graduação.

A IES utiliza os seguintes parâmetros para seleção e elaboração de cursos, seus conteúdos curriculares e organizações curriculares:

I – Pesquisa regional que evidencia a necessidade dos cursos na região de abrangência
II – Escolha do coordenador de modo que atenda a legislação em vigor e ainda os padrões Institucionais de qualidade;
III – O coordenador de curso com o respaldo da Direção Geral da Instituição e do CONSUAD, instituirá o Núcleo Docente Estruturante (NDE) levando em conta os padrões de legais determinados pelos órgãos de regulação do ensino superior.
IV – Cabe ao NDE, elaborar as ementas e propor as bibliografias básica e complementares do curso, levando em conta as Diretrizes Curriculares Nacionais.
V – Caberá ainda ao NDE acompanhar a execução, propor alterações no Projeto Pedagógico do Curso.

VI – Após a autorização do curso pelos órgãos competentes, tanto o currículos do curso, sua matriz curricular e os conteúdos curriculares são aprovados pelo NDE e pelo Colegiado de Curso e chancelado pelo CONSUAD e pela Direção Geral da FPM que publicará portaria corroborando a estrutura do curso.

DIRETRIZES E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS

A FPM define as seguintes diretrizes pedagógicas gerais, que conduzem à elaboração dos projetos dos cursos e programas que ofertar:

Currículos de cursos atendendo as Diretrizes Curriculares Nacionais, em especial os Conteúdos de Formação para o mesmo, as Entidades de Classe e os Conselhos Nacionais;

Planos de ensino propiciando a integração, simultânea, entre teoria e prática, iniciação científica, extensão e as ações comunitárias;

Incentivo ás Metodologias de ensino criativas e inovadoras.

CONCEPÇÃO DE APRENDIZAGEM

A IES propõe uma concepção de aprendizagem apoiada nos princípios da pedagogia de Paulo Freire que defende uma educação baseada na relação dialógica e dialética entre educador e educando, considerando-se que seu público é o estudante adulto, traçando um caminho educacional que considera todos os seus componentes humanos, entendendo-o como um ser psicológico, biológico e social de tal maneira que o aprender fazendo torne-se um conhecimento significativo. Este conhecimento significativo é exposto por Freire: “o ato de conhecer ilumina a ação que é fonte de conhecer”.

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS

As práticas pedagógicas são todas as situações que se criam entre docentes, discentes, instituição, mundo produtivo e sociedade, a fim de atingir a apropriação e a transferência dos saberes nas suas relações, buscando o desenvolvimento de uma sociedade ávida de conhecimento. Propiciar ao discente o desenvolvimento das competências e habilidades necessárias para o seu bom desempenho e para a sua colocação no mercado de trabalho; Propiciar condições para que sejam desenvolvidas atividades em equipes, simulações, estágios, seminários, pesquisas, entre outros; Realizar uma

sondagem das experiências dos discentes, de forma que ele possa ter um perfil da turma.

INTERDISCIPLINARIDADE CURRICULAR

A FPM entende que o desenvolvimento de atividades e projetos de cunho interdisciplinar favorece a formação de profissionais pluralistas e ao mesmo tempo com domínio adequado do saber técnico em sua área de atuação. Este é um caminho viável para a superação da fragmentação, contribuindo para a construção e um perfil de egresso que tenha domínio sobre seu campo de conhecimento e seja capaz de dialogar com outros saberes, num processo permanente de autoformação.

A TRANSVERSALIDADE

O currículo de cada curso é elaborado tendo como base a perspectiva apontada no Parecer CNE/CP nº 14/2012, segundo a qual a abordagem curricular deve ser integrada e transversal, inter, multi e transdisciplinar, contínua e permanente em todas as áreas de conhecimento, componentes curriculares e atividades escolares e acadêmicas. Nesta perspectiva, os currículos representam, portanto, possibilidades de criação, organização e ampliação de experiências de aprendizagem que promovem o desenvolvimento de competências e habilidades dos alunos. Os temas transversais oportunizam que a interdisciplinaridade aconteça no currículo dos cursos. Os temas História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena, Educação Ambiental e Educação em Direitos Humanos são contemplados de forma transversal em todos os cursos.

ESTÁGIOS SUPERVISIONADOS

O propósito da FPM por meio do Estágio Supervisionado, quando integrar os cursos e de acordo com a legislação vigente, inserido na matriz curricular como

prática obrigatória é o de construir um meio eficaz para a consecução de atividades práticas que possibilite, simultaneamente:

Avaliar o aluno em relação aos conhecimentos adquiridos em sala de aula;
Ajudar os acadêmicos na aplicação e fixação dos conteúdos teóricos;
Capacitar os acadêmicos para o futuro exercício da profissão;
Materializar a pesquisa acadêmica e as práticas de extensão através de atendimento continuado à população, fazendo com que a FPM cumpra com sua função social;
Respeitar os critérios legais de excelência acadêmica.

Contudo, as modalidades de estágio, como ato educativo, de acordo com o projeto pedagógico de cada curso de graduação, atendido as diretrizes curriculares nacionais e o planejamento curricular do curso, são:

Estágio obrigatório, Estágio não obrigatório, Estágio sociocultural ou de iniciação cientifica, Estágio profissional.

PÓS-GRADUAÇÃO

A Pós-Graduação *Lato-Sensu*, essencial ao desenvolvimento profissional, científico e tecnológico do entorno, objetiva proporcionar uma formação científica e profissional sólida, consolidando a formação continuada do egresso do ensino da graduação. Desse modo, a Instituição buscará capacitar profissionais, proporcionar a formação que respondam aos problemas da área de conhecimento em que se situam, atuando em favor do desenvolvimento regional. A especialização, na FPM, volta-se para a implantação e desenvolvimento de programas de formação continuada e capacitação profissional de docentes para a região. Em vista destes aspectos, as políticas para a pós-graduação estão orientadas por diretrizes consideradas básicas ao desenvolvimento destes programas, onde se destacam as vinculadas a formação continuada.

Na FPM, a Pós-Graduação deve buscar a possibilidade de capacitar docentes, proporcionando a oportunidade da inserção acadêmica de profissionais a partir da aderência com a área de estudo. Neste sentido, buscar-se-á de modo constante a vinculação das prerrogativas institucionais com os programas de Pós-Graduação, destacando, neste sentido, a similitude com os programas de graduação e a área de conhecimento na qual a FPM funda seu projeto institucional.

A FPM, em função das linhas identificadas em seu Projeto Institucional, estabelecerá prioridades para os cursos na área de conhecimento ensejada, consubstanciando seu desenvolvimento em um projeto detalhado a partir das diretrizes propostas pela Instituição. Assim sendo, buscar-se-á o desenvolvimento da produção acadêmico-científica levando em consideração as especificidades dos programas neste nível de ensino. No bojo estrutural das políticas institucionais, a especialização levará em consideração as carências pedagógicas e técnicas do corpo docente e técnico-administrativo da Instituição, sobretudo ao proporcionar oportunidades de especialização e aperfeiçoamento.

De igual modo, os programas devem compor uma sistemática de formação continuada direcionada aos egressos da Instituição, permitindo à FPM, formar profissionais aderentes as suas prerrogativas acadêmicas e de acordo com as especificidades regionais.

No ensejo da qualidade do “fazer” acadêmico, os cursos de especialização da FPM devem passar por avaliações sistemáticas, interna e, quando for o caso, externa, as quais buscam identificar sua efetividade.

2.2.1. METODOLOGIA

Os princípios metodológicos da FACULDADE CIDADE DE PATOS DE MINAS estão norteados por sua missão, a qual deverá conduzir à obtenção do perfil desejado do egresso. No caso, a FACULDADE CIDADE DE PATOS DE MINAS, busca uma proposta metodológica que privilegie a qualificação do aluno, sem, no entanto, deixar de formar um cidadão crítico e capaz de pensar e estabelecer por si soluções inovadoras, não só para a organização em que trabalha, mas também para a comunidade em que vive a sociedade de um modo geral.

A metodologia utilizada pela IES é baseada na Dialética, cujo foco é a contraposição e contradição de ideias que levam a outras ideias e que tem sido um tema central na filosofia ocidental e oriental desde os tempos antigos.

O processo ensino-aprendizagem é composto por quatro elementos reais que devem ser considerados: o aluno, o professor, o conteúdo e as variáveis ambientais, ligadas às características da Instituição. Cada um desses elementos exerce uma rede de influências sobre os demais, ligando-os e alterando suas características.

Analisando cada elemento, entende-se que o aluno é um participante efetivo do processo de ensino-aprendizagem e não um mero coadjuvante; que o professor é um orientador no processo de aprendizagem, e não o detentor do conhecimento; que o conteúdo adequado é à base da captação e compreensão pelo aluno das informações necessárias ao seu aprendizado; que a percepção das variáveis ambientais, em especial, as questões de relacionamento e clima organizacional da Faculdade, é fundamental para o desempenho adequado de todos os fatores do processo.

No que se refere propriamente aos métodos de ensino, vale dizer que estas são as formas através das quais os professores irão trabalhar os diversos conteúdos, com a finalidade de atingirem os objetivos propostos no projeto pedagógico. Compreendem, então, as estratégias e procedimentos adotados no ensino por professores e alunos caracterizam-se por ações conscientes,

planejadas e controladas, e visam atingir, além dos objetivos gerais e específicos propostos, algum nível de generalização.

De modo geral, a FACULDADE CIDADE DE PATOS DE MINAS, aplica metodologias modernas e variados recursos de ensino-aprendizagem, de acordo com as necessidades e as especificidades de cada disciplina. Como exemplos podem ser citados o método expositivo-dialogado de aula, estudo dirigido, dinâmicas de grupo, estudos de caso, jogos e simulações, debates, entre outros. Busca-se a utilização de métodos de ensino que privilegiem a iniciativa, a criatividade, o trabalho em equipe dos alunos na busca de soluções práticas para os problemas organizacionais.

Entendemos que os meios de ensino são os recursos materiais e tecnológicos, utilizados por professores e alunos, sob determinadas condições previamente planejadas, que facilitam a comunicação docente e o aprendizado, seja pela apresentação ou representação de aspectos da realidade concernentes ao currículo, ou pela mediação de sistemas simbólicos que permitiriam uma relação crítico-ativo dos alunos com o seu entorno - o meio físico e o espaço sociocultural. Como meios pode-se citar o aparato tecnológico oferecido pela FACULDADE CIDADE DE PATOS DE MINAS, como laboratório de informática, com acesso à Internet, projetores multimídia, TV e vídeo, biblioteca adequada, laboratórios diversos específicos para os cursos entre outros.

Finalmente, procura-se uma constante melhoria na qualidade do processo de ensino-aprendizagem, principalmente nas disciplinas de conteúdo mais complexo, nas quais o corpo discente encontra maiores dificuldades.

2.2.2. - Perfil Geral dos Egressos

A FPM visa formar e qualificar profissionais, bem como estimular a iniciação científica e promover o desenvolvimento de novos processos, produtos e serviços, em estreita articulação com os setores produtivos e a sociedade, especialmente de abrangência local e regional, oferecendo mecanismos para a

educação continuada.

O Projeto Pedagógico de cada curso deve abranger as aptidões, competências e habilidades necessárias ao futuro profissional. Elas devem estar coerentes com os objetivos dos cursos, os componentes curriculares, o estágio curricular supervisionado, as atividades complementares, o sistema de avaliação, o projeto de iniciação científica e o trabalho de conclusão de curso.

Sendo assim, busca-se, por meio dos projetos pedagógicos de seus cursos, proporcionar aos alunos aptidões globais para:

- Desenvolver ações, tanto em nível individual quanto coletivo, dentro de seu âmbito profissional;
- Assegurar que sua prática seja realizada de forma integrada e contínua com as demais instâncias do sistema a que esteja ligado, sendo capaz de pensar criticamente, de analisar os problemas da sociedade e de procurar soluções para os mesmos;
- Realizar seus serviços dentro dos mais altos padrões de qualidade e dos princípios da ética;
- Desenvolver ações fundamentadas na capacidade de tomar decisões, visando o uso apropriado, a eficácia e o custo-efetividade, dos valores humanos e recursos materiais disponíveis;
- Serem acessíveis e manter a confidencialidade das informações a eles confiadas, na interação com outros profissionais e o público em geral;
- Dominar a comunicação verbal, não verbal, habilidades de escrita e leitura e de tecnologias de comunicação e informação;
- Trabalhar em equipe multiprofissional, assumir posições de liderança, sempre tendo em vista o bem-estar da comunidade, além de compromisso, responsabilidade, empatia, habilidade para tomada de decisões, comunicação e gerenciamento de forma efetiva e eficaz;
- Tomarem iniciativas e a atuar com criatividade e inovação;
- Serem capazes de aprender continuamente, tanto na sua formação, quanto

na sua prática;

- Serem empreendedores; e terem responsabilidade social no exercício de suas atividades profissionais.

Para alcançar este perfil profissional geral delineado, devem ser desenvolvidas nos alunos, ao longo dos cursos, competências e habilidades para:

- Reconhecer e definir problemas, equacionar soluções, pensar estrategicamente, introduzir modificações no processo em que estiver envolvido, atuar preventivamente, transferir e generalizar conhecimentos e exercer, em diferentes graus de complexidade, o processo da tomada de decisão;
- Desenvolver expressão e comunicação compatíveis com o exercício profissional, inclusive nos processos de negociação e nas comunicações interpessoais ou intergrupais;
- Refletir e atuar criticamente sobre a esfera de sua atuação, compreendendo sua posição e função na estrutura ou sistema sob sua responsabilidade, controle ou supervisão;
- Dominar os conhecimentos científicos básicos da sua área de atuação e ter raciocínio crítico na interpretação dos dados, na identificação da natureza dos problemas e na sua resolução;
- Conhecer os princípios da metodologia científica, possibilitando-lhe a leitura crítica de artigos técnico-científicos e a participação na produção de conhecimentos;
- Lidar criticamente com a dinâmica do mercado de trabalho e com as políticas de sua área profissional.

Contudo, ao final dos cursos, os egressos estarão habilitados a exercer suas funções junto ao mercado de trabalho.

COMPETÊNCIAS BÁSICAS PARA FORMAÇÃO

I. COMPETÊNCIA FILOSÓFICA

A pessoa humana é um ser reflexivo e criativo, em constante atuação que promove as mudanças do processo histórico, no qual está inserido, buscando sempre e cada vez mais o aperfeiçoamento de si mesmo. A pessoa humana é um ser libertável e perfectível, agente das transformações do mundo, das transformações de si mesmo e de outros homens.

Considerando estes aspectos, podemos defini-lo com sujeito ativo da História, como um ser comunitário e dialogal, vocacionado a ser, conscientemente, responsável pelo seu próprio crescimento humano e, por isso mesmo, transcendente.

A proposta institucional é refutar e desconsiderar os conceitos que consideram o homem como um mero observador isolado da evolução cosmológica, como um “escravo do destino”, como um repetidor passivo de fatos e conhecimentos sistematizados.

II. COMPETÊNCIA EDUCACIONAL

A formação integral é uma educação que procura o desenvolvimento harmônico de todas as dimensões do indivíduo, considerando que cada pessoa é agente de sua própria formação, que favorece tanto o crescimento para a autonomia como a localização do homem na sociedade, para que possa assumir a herança das gerações anteriores e para que seja capaz, diante dos desafios do futuro, de tomar decisões responsáveis, em níveis científico, cultural técnico e político. Esta formação integral busca dar sentido a todo processo da vida humana.

A promoção humana do discente será efetivada pela educação que:

- Leva o educando a tomar posições e a arcar com as consequências diante de fatos concretos da vida acadêmica;

- Oriente o educando para o exercício consciente e responsável da cidadania;
- Seja contextualizada, sem respostas prontas;
- Dê margem ao aluno para ampliar sua capacidade de reflexão sobre a realidade, sua criatividade e sua autocrítica;
- Seja criativa, dinâmica, em constante processo de aperfeiçoamento e adaptação às mudanças rápidas que ocorrem no mundo atual;
- Seja articulada com processos de educação continuada, que possibilite ao egresso, a reintegração no ambiente acadêmico, seja para atualização ou aperfeiçoamento;
- Seja ativa e útil à sociedade, uma educação desenvolvimentista que leve o corpo docente e o discente a pesquisar, a estudar e a participar ativamente do desenvolvimento político, social, cultural e econômico da região;
- Seja aberta, sem preconceitos, que permita a vivência e o crescimento do espírito democrático e a livre busca da verdade;
- Seja fundamentada no “aprender a aprender”, no “aprender a ser”, no “aprender a conhecer”, no “aprender a viver juntos” e no “aprender a fazer”, para desenvolver habilidades e competências definidas em projetos pedagógicos.

III. COMPETÊNCIA EDUCATIVA

A comunidade educativa é a união de pessoas ou grupos diversos, que se comprometem com a realização e alcance dos objetivos estabelecidos pela Instituição. O núcleo é a relação professor-aluno, onde se trabalha uma educação comunitária, com reciprocidade e produção coletiva do saber.

O diálogo é a prática determinante para o desenvolvimento e consolidação do crescimento da comunidade educativa.

Os professores serão chamados a melhorar a própria competência e para relacionar os objetivos, os conteúdos, os métodos e técnicas e os resultados da investigação, no contexto onde a instituição está inserida.

Os educandos serão chamados a perseguir uma educação que harmonize a excelência do desenvolvimento humanístico e cultural com a formação profissional especializada.

Os dirigentes e o pessoal administrativo devem promover o crescimento constante do Instituto e da comunidade local.

I. FORMAÇÃO DA COMPETÊNCIA PROFISSIONAL

A formação do profissional deve estar voltada para a prática educativa que seja realizada de forma reflexiva e criativa, na qual algumas aplicações concretas de caráter técnico possam ser necessárias.

Mostrar que a atividade técnica de não é o mesmo que aplicar métodos e técnicas, mas sim, identificar um problema ou as situações problemáticas que podem surgir nas diversas situações profissionais.

Formar um profissional que entenda que a reflexão é um conhecimento determinado pelas experiências de vida, por interesses sociais e políticos, intercâmbios simbólicos, valores e afetividades. Não é um conhecimento puro, mas impregnado pela vida social.

Três conceitos integram o pensamento prático, segundo Schon, 1983:

Conhecimento na ação: conhecimento técnico ou solução de problemas. É o componente inteligente que orienta toda atividade humana e se manifesta no saber fazer.

Conhecimento reflexão na ação, ou deliberação prática: é um processo de diálogo com a situação problemática e sobre uma interação particular que exige uma intervenção concreta. É um processo de reflexão sem o rigor da análise racional, mas com riqueza de improvisação de criação.

Conhecimento da reflexão sobre a ação e a reflexão na ação: reflexão crítica e a análise que o indivíduo realiza posteriormente sobre as características e o processo de sua própria ação. E a utilização do conhecimento para descrever, analisar e avaliar tudo o que ocorreu, a fim de compreender e reconstruir em novas bases práticas.

Estes três processos constituem o pensamento prático das competências do formando da Associação Educacional de Patos de Minas e são interdependentes, completando-se um ao outro.

A formação de profissionais deve proporcionar situações que levem à reflexão e à conscientização das limitações sociais, culturais e ideológicas da própria profissão. O conhecimento prático e pessoal implica uma relação de diálogo entre a teoria e a prática.

A concepção que privilegie a formação crítica e reflexiva não pode ser unilateral, pois devemos considerar outras dimensões como: as concepções de escola, de currículo, de professor e de sala de aula as quais devem estar claras nos projetos pedagógicos de cada curso.

O professor deve exercer um trabalho intelectual, deve assumir suas responsabilidades pedagógicas e políticas, a sua atuação devem ser de um intelectual autônomo, crítico e criativo, que se preocupa em tornar o pedagógico mais político (escolarização como luta em torno da definição de significados e de relações de poder) e o político mais pedagógico (tratando os educando como agentes críticos, questionando como o conhecimento é produzido e distribuído, utilizando o diálogo e procurando tornar o conhecimento curricular significativo, crítico e emancipador).

2.2.3. Habilidades Básicas para a Formação

I. HABILIDADES CIENTÍFICAS

- Domínio do saber nas diversas áreas do conhecimento do campo profissional, em especial, o conhecimento ligado à sua área de atuação;
- A visão global das estruturas sócio-político-econômico e cultural vigentes, que lhe possibilite o tratamento das questões profissionais de maneira integrada, como parte de um sistema universal de conhecimentos;
- A percepção de que não basta a reprodução do conhecimento científico existente, mas é preciso repensá-lo de maneira crítica e criativa, no exercício de suas funções;
- O domínio da tecnologia de pesquisa;
- O acompanhamento do avanço científico e tecnológico, através da Formação Permanente e Continuada.

II. HABILIDADES TÉCNICAS

- Domínio do "saber fazer" e a capacidade de comunicar de maneira clara e atualizada o conhecimento científico, utilizando tecnologia apropriada;
- A utilização de métodos e técnicas modernas e apropriadas ao desenvolvimento do processo profissional, visando o trabalho;
- A aplicação do conhecimento teórico na prática profissional.

III. HABILIDADES POLÍTICAS

- A posição crítica frente às situações reais, assumindo o compromisso com o momento histórico contemporâneo;
- A utilização da atitude democrática, como um dos princípios básicos da sua profissão.
- O estabelecimento de um princípio ético com a educação e com o respeito ao ser humano, em suas possibilidades e limitações.

IV. HABILIDADES PESSOAIS

- A liderança, a sociabilidade, a iniciativa, o dinamismo, o raciocínio

verbal, o raciocínio abstrato, a criatividade e a coerência no trabalho.

- O detalhamento está previsto no projeto pedagógico de cada curso da instituição.

2.2.4. Formas de Ingresso

O ingresso à Instituição é através de processo seletivo aberto através de Edital, no qual constam as respectivas vagas de todos os cursos, prazos, a documentação exigida, os critérios de classificação, desempate e demais informações úteis.

Por se tratar de uma instituição de formação de Ensino Superior é estritamente necessário para a matrícula no curso comprovante de conclusão de ensino médio.

As matrículas são efetuadas nos meses que antecedem o início das aulas podendo prolongar-se, caso haja vagas até o início do período letivo.

Os períodos de matrículas são divulgados com antecedência aos interessados, através de comunicados.

Em caso de haver vagas remanescentes ao processo seletivo a instituição pode emitir declaração de vagas para alunos oriundos de outras instituições de ensino superior, desde que estes atendam aos requisitos necessários especificados na legislação vigente e/ou para pessoas portadoras de diplomas de curso superior.

As matrículas são efetivadas pelos funcionários da secretaria da instituição, os quais verificam se os requisitos e a documentação estão de acordo com as normas regimentais.

2.3. Coerência entre o PDI e as práticas de extensão.

O ensino superior, como lócus privilegiado do saber científico, necessita abrir-se à comunidade e às exigências da realidade, não só como retorno à comunidade, sob a forma de cursos e serviços, mas também como retorno dos investimentos que a sociedade nela faz e, ao mesmo tempo, como uma forma de conseguir oxigenar suas próprias tarefas e ampliar sua fonte de recursos, tornando-a uma instituição construtora de uma nova na nossa região.

A proposta de extensão, considerada em seus diversos enfoques, inclusive de ação comunitária, deve significar uma troca sistemática de saberes, numa comunicação efetiva entre a instituição de ensino e seu meio. Neste sentido, a extensão não se faz apenas pelos cursos ofertados à comunidade e nem simplesmente pelos serviços que preste à mesma. Neste caso, há de proporcionar o desenvolvimento cultural, por meio de eventos de significação regional e nacional e há de promover a ação comunitária, especificamente em parceria com diversos fatores sociais.

Com o avanço da tecnologia, novas exigências, novas técnicas de aprendizagem, novas oportunidades e novas formas de conhecimento se tornam essenciais. Cumprindo seu papel, a faculdade vem desenvolvendo iniciativas, visando partilhar com a sociedade os conhecimentos obtidos com as atividades de ensino que são realizadas em seus cursos. As Atividades de extensão são colocadas em prática mediante o oferecimento de cursos de Extensão/Expansão Cultural às comunidades interna e externa, nas mais variadas áreas do conhecimento humano, por meio de uma filosofia de interação Docente/Discente/Comunidade, que envolve órgãos e setores da Instituição. A ação comunitária é e deve ser parte integrante dos programas de trabalho da FPM, visto que a extensão torna-se articulada com a sociedade a partir da instituição de métodos de transmissão do saber, da ciência, da cultura e do conhecimento por meio da ação comunitária, de serviços e de cursos, gerando, em seu interior, um processo de produção do conhecimento novo, adequadamente testado e alimentado pelo confronto com a realidade. Neste sentido, ratifica-se a relação entre o ensino superior e a sociedade,

consolidando a integração entre o ensino e extensão, na medida em que se estabeleça a continua revisão do saber acadêmico.

A extensão, pela sua própria natureza, deve conduzir o enraizamento da universidade na sociedade, constituindo-se métrica substantiva no sentido de aproximar a sociedade da FPM.

É através da Extensão que se consegue viabilizar a relação transformadora entre a Instituição de Ensino e Sociedade. As Atividades de Extensão tem caráter realimentador do ensino e da iniciação científica, por intermédio da integração Instituição/Comunidade e a de contribuir para a melhoria dos aspectos político-econômicos respondendo os interesses da comunidade. As ações de Extensão devem buscar capacitar a comunidade para perder a característica de uma Extensão apenas assistencialista. A prestação de serviços deve convergir para produtos de interesse acadêmico, científico, filosófico, tecnológico e artístico do ensino, pesquisa e extensão, buscando a transformação social que poderá ocorrer a partir da produção de conhecimentos. Assim, a IES, tomando como parâmetros os padrões de qualidade referendados pelo MEC, pretende desenvolver atividades de extensão, envolvendo corpo docente, discente e comunidade local sobre temas vinculados aos cursos existentes e incentivar a elaboração e implementação de projetos locais e regionais, em parcerias com o Setor Público, com o Setor Privado e com o Terceiro Setor.

A Faculdade, por seu Conselho, indicará membros do corpo docente e discente para a constituição de Grupo de Trabalho, com a finalidade específica de elaborar propostas de seminários e de outras atividades de extensão previstas no Regimento Interno, com vistas a dar efetividade ao seu programa de extensão, seguindo as seguintes diretrizes:

- A extensão da FPM deve ser embasada nas áreas de concentração de seus programas com a clara definição dos desejos da sociedade, de modo que as

ações e transformações geradas visem ao pleno desenvolvimento da nossa região;

- A integração da extensão com o ensino e a iniciação científica deve permitir que as ações geradas fluam dessa relação e integrem, em plenitude, as ações da Instituição;

- As atividades de extensão, diversificadas em modalidades e meios, inconfundíveis com as práticas de estágio, devem confluir para escritórios técnicos, institutos, incubadoras, clinicas, laboratórios, agencias prestadoras de serviços, como órgãos complementares, sejam catalisadores de recursos alternativos para a Instituição, favorecendo o aprendizado prático dos estudantes e envolvendo-o s em projetos específicos;

- As atividades de extensão, especialmente as de natureza desportiva, artística e cultural, devem visar à valorização e à estimulação da criação e difusão da arte e da cultura. Devem refletir o enraizamento da Instituição no contexto social, sendo base para o desenvolvimento de programas de ensino e para a produção do saber, recolhendo insumos para a contínua revisão do fazer acadêmico;

- Para que a Instituição e a sociedade se articulem em busca do desenvolvimento da região, é fundamental que as atividades de extensão sejam divulgadas sob a forma de cronograma de ações, de sorte que, internamente, delas participem os docentes e colaboradores e, externamente, o meio em que a Instituição está inserida;

Nesta orientação, fundam-se os aspectos essenciais para que se alicercem as práticas de gestão institucional designadas à continuidade da construção da identidade institucional da FPM.

A atividade de extensão é o espaço privilegiado para a comunidade acadêmica articular a difusão e a produção das diversas formas de

conhecimento, o que possibilita perceber os problemas sociais e suas soluções.

Com o avanço da tecnologia, novas exigências, novas técnicas de aprendizagem, novas oportunidades e novas formas de conhecimento se tornam essenciais. Cumprindo seu papel, a faculdade vem desenvolvendo iniciativas, visando partilhar com a sociedade os conhecimentos obtidos com as atividades de ensino que são realizadas em seus cursos.

As Atividades de extensão são colocadas em prática mediante o oferecimento de cursos de Extensão/Expansão Cultural às comunidades interna e externa, nas mais variadas áreas do conhecimento humano, por meio de uma filosofia de interação Docente/Discente/Comunidade, que envolve órgãos e setores da Instituição.

É através da Extensão que conseguimos viabilizar a relação transformadora entre a Instituição de Ensino e Sociedade.

Assim, a IES, tomando como parâmetros os padrões de qualidade referendados pelo MEC, pretende desenvolver atividades de extensão, envolvendo corpo docente, discente e comunidade local sobre temas vinculados aos cursos existentes e incentivar a elaboração e implementação de projetos locais e regionais, em parcerias com o Setor Público, com o Setor Privado e com o Terceiro Setor.

A Faculdade, por seu Conselho, indicará membros do corpo docente e discente para a constituição de Grupo de Trabalho, com a finalidade específica de elaborar propostas de seminários e de outras atividades de extensão previstas no Regimento Interno, com vistas a dar efetividade ao seu programa de extensão que deverá contemplar:

PROGRAMA DE EXTENSÃO

Objetivos	Metas	Prazos
Revisar e aprimorar os aspectos organizacionais e os instrumentos contratuais e de participação.	Regulamentar a realização de atividades extensionistas, mediante atividades interdisciplinares de interesse acadêmico e local.	A partir 2016
Propor linhas de atuação do Corpo Docente e Discente.	Identificar as linhas de atuação prioritárias. Elaborar plano de Extensão da IES	A partir de 2016
Fomento	Identificar as fontes de fomento às atividades extensionistas na área de influência da IES.	A partir do Primeiro Semestre de 2016
Eventos	Promover a divulgação dos eventos da área de extensão.	Com prazo de, no mínimo, 30 dias antes da sua realização.
Prestação de Serviços	Implementar serviços de assessoria, consultoria e parcerias junto a organizações públicas e privadas.	A partir do Primeiro Semestre de 2016.

2.4. Coerência entre o PDI e as atividades de pesquisa/iniciação científica, tecnológica, artística e cultural.

A FPM está consciente de que a indissociabilidade entre ensino, iniciação científica e extensão é pressuposto norteador de seu fazer institucional e constitui base para que a educação, nela realizada, vise ao desenvolvimento

da nossa região. A interligação que deve ocorrer entre estes aspectos devem resultar da superação da visão dicotômica de que é possível fazer ensino de qualidade sem iniciação científica e iniciação científica de qualidade apartada do ensino.

A iniciação científica, dentro desta perspectiva, deve ser um instrumento que avaliza a prática de ensino adotada pela Instituição, especificamente por meio da ação conjunta entre acadêmicos e professores. Nesta conjuntura, contudo, o ensino de qualidade deverá considerar o ensejo das competências do egresso, traçadas no perfil de formação designado a cada curso da FPM por meio do Projeto Pedagógico. O sentido de um ensino de qualidade deverá estar pautado no direcionamento da teoria e da prática, já que estes constituem parte integrante do esforço de docentes e discentes na consecução da aprendizagem. Esta, por sua vez, carece de conhecimento para que seja efetiva, conduzindo à erudição e a semântica designada para cada tipo de conhecimento. Neste sentido, o significado da informação dá sentido à mudança comportamental do homem, na sociedade na qual ele está inserido.

Nesta linha de pensamento, a construção semântica da estrutura da informação promove uma nova forma de ver a realidade, a qual proporciona um significado ao pensamento e leva os agentes envolvidos ao aprendizado. O exercício constante desta prática conduz à iniciação científica, à busca da essência da natureza e da cultura e produz conhecimento mediante a imparcialidade, meramente instrumental e pragmática. Neste caso, deve-se buscar a organização da informação para uma finalidade definitiva, levando em conta o fato de que a Instituição é parte da educação no seu sentido libertador, mas como parte não se constitui em um todo.

A iniciação científica na FPM não é, nem deve ser via de mão-única e exclusividade de poucos acadêmicos e professores, mas sim como um resultado do esforço permanente dos docentes no sentido de superar a ciência que detém e, de acadêmicos na reinterpretação, na criação e na recriação do conhecimento. Neste caso, o professor, enquanto cientista, dentro da análise

da realidade que deve permanentemente fazer, deve estar comprometido com o desvendamento da verdade e com o desenvolvimento da nossa região. O escopo essencial da iniciação científica é, pois, o saber e não uma simples cópia repetitiva ou a descrição da realidade estatística de um fato. Neste caso, deve-se buscar uma realidade que deve ser decifrada e reinventada a cada momento e que tem seu resultado no âmbito de um ensino que perscruta a realidade e busca permanentemente a verdade, estabelecendo um código de leitura dessa realidade, por meio da produção do conhecimento.

A FPM, por sua vez, assume o compromisso com a busca constante do conhecimento novo e que conduz à solução de problemas da região, bem como de variáveis que impactam de modo claro nos aspectos diretamente relacionados com o entorno. Sob este ponto de vista, a Instituição possui a preocupação institucional com o campo da iniciação científica, já que haverá dificuldades na compreensão da iniciação científica nas diversas áreas do saber onde a FPM atua. Assim sendo, algumas diretrizes devem ser estabelecidas para a consolidação destas práticas, onde se destacam as seguintes:

- A iniciação científica institucionalizada na FPM se concretiza especialmente nas áreas de concentração de seus cursos de graduação e especialização e em núcleos temáticos voltados para o estudo e a solução dos problemas atinentes ao desenvolvimento regional.

- As linhas de iniciação científica e áreas temáticas devem servir como um direcionamento para a capacitação de docentes e para o desenvolvimento de programas de iniciação científica, ao nível dos cursos de graduação. Constituirão prioridades, as linhas de iniciação científica e áreas temáticas em consonância com as áreas estratégicas de atuação da Instituição, a saber: educação, educação básica, educação superior e gestão escolar e universitária; socioeconômica: economia regional, geração de emprego e renda, infraestrutura econômica e social, empreendedorismo, saúde, gestão privada e pública e tecnologia.

- A avaliação constante dos estudos e das iniciações científicas nessas áreas problemáticas é essencial para a garantia efetiva da indissociabilidade, da qualidade, da regionalidade e da comunicação permanente de resultados aqui ensejados.

- O desenvolvimento da iniciação científica constitui elemento essencial para a solução de problemas do desenvolvimento regional, e os esforços realizados nesse campo devem servir de subsídios para as ações a serem empreendidas pela Instituição no atendimento aos anseios regionais.

- Da avaliação sistemática do desenvolvimento da iniciação científica na FPM, dependerá da manutenção destas linhas de iniciação científica e áreas temáticas, e /ou a substituição das mesmas por outras, para as quais o Projeto Institucional da FPM e o corpo social da Instituição apontem prioridades compatíveis com os problemas regionais.

- A FPM, com vistas ao desenvolvimento da iniciação científica, enviará esforços no sentido da fixação de seus docentes, inclusive por meio de mecanismos de estímulo financeiro aos professores em tempo integral, tornando-os disponíveis a essa atividade, sem prejuízo de seus trabalhos no campo do ensino.

- A iniciação científica não se constitui em tarefa exclusiva de docentes e, portanto, a Instituição, gradativamente, procurará engajar, nos seus projetos de iniciação científica, colaboradores e acadêmicos.

- Nesse contexto, a pesquisa também é desenvolvida como instrumento mediador dos cursos oferecidos pela FPM, que se traduzem nas seguintes práticas, a pesquisa indissociada das ações de ensino e extensão; a pesquisa com função estratégica, perpassando todos os níveis de ensino; o desenvolvimento de pesquisas para o atendimento de demandas sociais, do mundo do trabalho e da produção, com impactos nos arranjos produtivos locais

e contribuição para o desenvolvimento local, regional e nacional; o estímulo à pesquisa, preferencialmente comprometida com a inovação tecnológica e a transferência de tecnologia para a sociedade; e a divulgação dos resultados da pesquisa. Não sendo dissociada da pesquisa, a inovação também perpassa pelo tripé ensino/pesquisa e extensão sendo aplicada como norte: a transferência de tecnologia para a sociedade na forma de competências científicas e tecnológicas dos egressos e pesquisadores; assistência técnica e tecnológica a inventores independentes e setores produtivos; comercialização de bens intangíveis, devidamente protegidos no âmbito da propriedade intelectual; o desenvolvimento de inovações educacionais, sociais e organizacionais, em parceria com outras instituições de ensino, organizações da sociedade civil e entidades governamentais; e a contribuição à inovação tecnológica nas empresas pelo estabelecimento de parcerias de extensão tecnológica.

Não podemos deixar de mencionar a importância no núcleo CASE (Cultura, artes e saberes na educação) que através de ações diversas, dentre elas as atividades de extensão voltadas para a valorização e incentivo dos projetos artísticos culturais afro-brasileira e indígena.

2.5. Coerência entre o PDI e as ações institucionais no que se refere à diversidade, ao meio ambiente, à memória cultural, à produção artística e ao patrimônio cultural.

DIVERSIDADE

A IES, considerando o que dispõe o MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO e o CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO CONSELHO PLENO através da RESOLUÇÃO Nº 1, DE 30 DE MAIO DE 2012 que estabelece as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos (EDH) a formação para a vida e para a convivência, no exercício cotidiano dos direitos humanos como forma de vida e de organização social, política, econômica e cultural nos níveis regionais, nacionais e planetário e para assegurar o direito à educação a todos

(as), adota em sua missão e em todos regulamentos e ações que norteiam e efetivam suas ações práticas educativas para a defesa e aplicação na vida cotidiana e cidadã de sujeitos de direitos e de responsabilidades individuais e coletivas, nos âmbitos de direitos civis, políticos, sociais, econômicos, culturais e ambientais, sejam eles individuais, coletivos, a fim de garantir a igualdade e de defesa da dignidade humana, com a finalidade de promover a educação para a mudança e a transformação social, independente da área de estudo ou formação.

Para alcançar a Missão Institucional, de forma sistêmica, transversal e multidimensional, calcada fortemente no contexto da EDH, a IES declara como norteadores de suas ações seu PDI e PPC os seguintes fundamentos: I - dignidade humana; II - igualdade de direitos; III - reconhecimento e valorização das diferenças e das diversidades; IV - laicidade do Estado; V -democracia na educação, posicionamentos estes apresentados na Resolução CNE/CP 1/2012. Diário Oficial da União, Brasília, 31 de maio de 2012 – Seção 1 – p. 48. VI - transversalidade, vivência E globalidade; e VII - sustentabilidade socioambiental.

Os princípios supracitados são articulados nas dimensões:

I - apreensão de conhecimentos historicamente construídos sobre direitos humanos e a sua relação com os contextos internacional, nacional e local;

II - afirmação de valores, atitudes e práticas sociais que expressem a cultura dos direitos humanos em todos os espaços da sociedade;

III - formação de uma consciência cidadã capaz de se fazer presente em níveis cognitivo, social, cultural e político;

IV - desenvolvimento de processos metodológicos participativos e de construção coletiva, utilizando linguagens e materiais didáticos contextualizados; e

V - fortalecimento de práticas individuais e sociais que gerem ações e instrumentos em favor da promoção, da proteção e da defesa dos direitos humanos, bem como da reparação das diferentes formas de violação de direitos.

A FPM conta com atendimento psicopedagógico para acompanhar o aluno autista, oferendo ao mesmo o suporte necessário. São desenvolvidas periodicamente palestras e seminários que abordam a temática para toda a comunidade acadêmica. Os professores das diversas áreas deverão trabalhar o tema de forma transversal com os alunos, instigando a curiosidade e levando os mesmos a pesquisar e se informar mais sobre o assunto.

A Faculdade Cidade de Patos de Minas disponibiliza no projeto pedagógico de cada curso a inclusão da disciplina de libras. A FPM conta com uma excelente rede Wi-Fi que possibilita ao aluno com deficiência auditiva a utilização Pager e celulares, com possibilidade de recebimento e envio de mensagens escritas, que auxiliará no processo ensino-aprendizagem. A inclusão visa não só atender ao deficiente, mas a todos os alunos, no sentido de introduzir na instituição uma cultura de respeito e de mudança de atitude perante o diferente. Isso só e possível através de um programa de ensino com uma filosofia comum envolvendo os coordenadores de curso, professores e alunos ambos compromissados com o atendimento à diferença, para que o processo de incluir se efetive a FPM busca constantemente o treinamento dos profissionais, através de palestras, minicursos e incentivo na participação de projetos e eventos que abordem o tema.

A Faculdade Cidade de Patos de Minas proporciona condições de acesso e utilização de todos os seus ambientes ou compartimentos para pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida. A mesma conta com rampas de acesso ou elevadores que permitem o acesso livre do discente a todas as salas de aulas, aos setores administrativos, biblioteca, laboratórios, auditórios, cantina e área de convivência.

Conta com sanitários devidamente adaptados em toda a instituição.

Todos os períodos que possuem alunos que apresentam algum tipo de deficiência física são remanejados para salas de fácil acesso.

O laboratório de informática possui máquinas adaptadas para o aluno.

A instituição pensando nos deficientes visuais:

Possui em todos os Campos/Unidades o piso direcional indicando o caminho a ser percorrido e em espaços muito amplos e também o piso tátil de alerta que é usado para sinalizar situações que envolvem risco de segurança.

A instituição disponibilizará softwares instalados em maquinas especificas com fones de ouvido para atender ao aluno.

A Faculdade também disponibiliza caso necessário material didático impresso em tamanho diferenciado.

Caso necessário a instituição também tem a disposição do aluno um profissional capacitado para acompanhar o mesmo em sala de aula.

MEIO AMBIENTE

A abordagem do tema é feita não apenas na transmissão do conhecimento, mas na valorização e resgate do conhecimento prévio, possibilitando uma aprendizagem significativa, na qual se aproximam os conceitos com a realidade da comunidade.

Diante disso, a FPM iniciou um trabalho em conjunto com representantes da comunidade acadêmica com o objetivo de elaborar uma proposta de educação ambiental voltada para a realidade regional, contando com a participação de

professores, alunos e pessoal técnico administrativo. A possibilidade de integrar diferentes cursos superiores e preparar uma proposta a partir da realidade socioambiental regional, integrando Faculdade/Comunidade justificou plenamente a necessidade e relevância de um projeto que relaciona ensino, extensão e iniciação científica. No que se refere à defesa do meio ambiente, a FPM possui seu núcleo de Educação Ambiental, que tem como objetivo desenvolver práticas sustentáveis, melhorando, continuamente, o impacto no meio ambiente e na sociedade, por meio do conceito das três dimensões da sustentabilidade: os aspectos econômicos, ambientais e sociais.

MEMÓRIA CULTURAL

Execução de ações que visem a educação das relações étnico-raciais e o ensino de história e cultura não somente afro-brasileira, mas também africana, indígena e de outros povos que integram a formação étnica brasileira. Desta forma, no ano os cursos apresentam eventos destinados a esta prática e, por meio da transversalidade, pretende-se atingir e conscientizar a comunidade da importância destas inter-relações.

Para a execução da política na Faculdade Cidade de Patos de Minas a mesma inseriu em todos os cursos a disciplina “Cultura Afrodescendente e Indígena”. A instituição executa projetos que incentivem a cultura indígena e africana através de seminários, palestras, peças de teatro dentre outros eventos que visam discutir a temática não somente com a comunidade acadêmica, mais com a sociedade como um todo, através dos convênios que busquem o intercâmbio de conhecimento, possibilitando ao aluno um maior contato com a cultura tanto indígena quanto africana.

Neste contexto a IES busca constantemente parcerias entre movimentos sociais, gestores educacionais e sociedade civil com o objetivo de divulgar, promover e implementar as recomendações contidas nos pareceres do Conselho Nacional de Educação com relação à educação para as relações étnico-raciais e educação indígena.

PATRIMÔNIO CULTURAL

Com o compromisso ético-político de valorização e preservação da cultura nacional, a FPM interliga suas ações à promoção de atividades que visam o fortalecimento das raízes culturais do país, com destaque para as manifestações locais. Dentro deste contexto o núcleo CASE (Cultura Arte e Saberes na Educação) é o norteador de todas estas ações de valorização e respeito cultural.

2.6. Coerência entre o PDI e as ações institucionais voltadas para o desenvolvimento econômico e social.

A IES entende e tem como um de seus pilares a preocupação com a responsabilidade social, e atua através de ações com ou sem parceria que contribuam para uma sociedade mais justa e sustentável. Estas ações são instrumentalizadas através de trabalhos, atividades, programas e projetos desenvolvidos com e para a comunidade objetivando dentre outros o desenvolvimento econômico, a melhoria da qualidade de vida e a inovação social. Temos inúmeros exemplos destas ações, e algumas delas são citadas abaixo:

• Vila Vicentina Padre Alaor: atendimento fisioterapêutico interno dos idosos e acompanhamento de todos os eventos internos (festa junina, dia das mães, dia dos pais e outros);

• APAE: atendimento fisioterapêutico e hidro terapêutico interno das crianças com necessidades especiais e acompanhamento de todos os eventos internos (festa junina, dia das mães, dia dos pais e outros);

• UPA (Unidade de pronto atendimento): atendimento em fisioterapia respiratória dos internos no ambulatório e na unidade terapia intensiva;

• POLICLÍNICA: atendimento fisioterapêutico interno da comunidade em geral em traumato-ortopedia;

• Atendimento das escolas nas suas necessidades mensais de eventos, palestras e orientações;

• Atendimento às empresas nas suas necessidades associadas ao SIPAT e outras;

• Atividades de extensões voltadas para a comunidade e sociedade Patense e da Região, tanto na área da saúde;

• Parceria publica privada relacionada com analise e redução de gasto de energia e atualização de projetos;

• Conscientização de uso energia;

• Minicursos voltados para empreendedorismo e energia fotovoltaica;

• Nos laboratórios de Psicologia, como o LAP (laboratório de avaliação psicológica) são realizados testes psicológicos com o propósito de completar a avaliação psicológica de aspectos humanos como: inteligência, personalidade, estresse, habilidades interpessoais, cognitivas, vocacionais e profissionais; avaliação escolar e organizacional entre outros, disponíveis e gratuitos para toda a comunidade de Patos de Minas.

Outro laboratório dentro do curso de Psicologia e com funções sociais é o LAPOT (Laboratório de psicologia do trabalho) que oferece a comunidade atividades desenvolvidas que contemplam os processos de saúde e qualidade de vida no trabalho, recrutamento e seleção, planejamento de carreira, orientação vocacional e profissional, e bem como uma vasta opção de atividades vinculada as demandas de mercado da psicologia organizacional e do trabalho.

Ainda temos com características sociais os laboratórios de Laboratório de psicoterapia de grupo – LAPSIG, Laboratório do brincar – LABRIR, Projeto acolher - vinculado ao estágio de psicologia hospitalar que desenvolve ações a pacientes com câncer, temos as atividades que acontecem na APAC (associação de proteção aos condenados)

• Temos ainda parcerias e convênios, com a Prefeitura, com Estado, Empresas, Escolas, Policia Militar, Hospitais, dentre outros, todos com documentação comprobatória;

• Projeto de escovação nas escolas;

• Clinica odontológica com atendimento a comunidade em geral com procedimentos odontológicos preventivos e curativos;

• Em parceria com o SENAR é realizado atendimento rural com prevenção e detecção de câncer de boca;

• A policlínica é referencia para o noroeste de minas no que diz respeito a lesões de boca;

• O curso de Farmácia realiza frequentemente a Capacitação de injetáveis em drogarias, disponibilizada para toda a comunidade de interesse e afim;

• Núcleo de saúde da família – orientação farmacêutica a domicilio juntamente com unidade básica de saúde;

• O curso de Biomedicina atuando junto ao atendimento ao idoso, com seu projeto Saúde do Idoso;

• O curso de Biomedicina atendendo a comunidade Patense junto a uma parceria com o Hemocentro;

• A Educação física atuando junto a sociedade e comunidade com projetos como sábado de lazer e saúde, onde os visitantes são incentivados a fazer atividades físicas, melhorar seu condicionamento físico, muitas vezes sedentário, orientação para uma dieta balanceada e nutritiva além é claro da recreação;

• Projeto tarde recreativa-igreja dos capuchinhos: promover a integração entre a comunidade da igreja dos Capuchinhos com os alunos do curso de Educação Física da FPM;

• Projeto semana da criança escola estadual Deiró Borges: Projeto com a finalidade de promover uma manhã recreativa e educativa para os alunos do ensino fundamental e médio da Escola Estadual Deiró Borges;

• Projeto manhã recreativa escola estadual Paulina de Melo Porto: Projeto com objetivo geral de integrar o alunos do curso de Licenciatura em educação física à comunidade do Bairro Barreiro em Patos de Minas, oferecendo atividades lúdicas e de promoção de saúde aos alunos do ensino médio.

• Projeto escola estadual Abílio caixeta- intercalasses: Projeto com o objetivo de promover o esporte e a educação, através de jogos de intercalasses, entre os alunos da Escola Estadual Abílio Caixeta;

• Projeto movimento rosa, em parceria com fundação de prevenção e apoio à pessoa com câncer: Ação com objetivo de desenvolver atividades físicas com o público do evento “Movimento Rosa” promovidas pela fundação, na Orla da Lagoa Grande, em Patos de Minas/MG;

• A Engenharia Civil atuando de forma impactante com trabalhos sociais como a estruturação de obras como da Caixa econômica Federal, Batalhão da Policia Militar, Bombeiros e etc;

• O curso de ciências biológicas com trabalhos recorrentes de educação ambiental junto as escolas e empresas contribuindo de forma decisiva na conscientização da preservação ambiental;

• Os cursos de administração e Contábeis desenvolvendo palestras para empresas e seus funcionários de caráter motivacional e instrutivo além de capacitações para programas específicos do dia-a-dia da realidade da nossa região;

Não há dúvida, portanto que ao elaborar o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), a IES tem em mente a noção clara de responsabilidade social, de modo a traçar políticas institucionais que permitam e estimulem o desenvolvimento de ações destinadas a efetivar o seu compromisso por uma sociedade mais justa e igualitária.

As políticas institucionais para a responsabilidade social na FPM representam o compromisso pela busca de sua completa inserção na sociedade, através da contribuição efetiva para a garantia e o respeito aos direitos e garantias individuais e sociais estabelecidos na Constituição Federal.

A Faculdade ao longo da sua trajetória tem trabalhado levando em consideração a melhoria das condições de vida da população e as ações de inclusão e empreendedorismo, uma vez que tais pontos fazem parte dos objetivos e valores da IES.

Para a modalidade da EAD, a IES realizou estudos de implantação de polo levando em consideração as especificidades de cada região. Os polos serão implantados para atender a demanda da região. Os cursos contribuíram de forma significativa para o desenvolvimento social e econômico de cada região, trazendo melhorias para a população.

A partir dessas premissas, portanto, não é difícil concluir que a responsabilidade social tem como lócus institucional mais flagrante as atividades de extensão.

Sendo assim as politicas instituições da Faculdade Patos de Minas estão implantadas e articulam-se com o objetivos e valores da IES e promovem ações inovadores de ensino contribuindo para o desenvolvimento social, econômico e tecnológico da comunidade.

2.7. Coerência entre o PDI e ações de responsabilidade social: inclusão social.

A inclusão social está relacionada com a maneira como uma Instituição interage com a comunidade e os benefícios que essa interação oferece. No caso da IES, esse compromisso revela-se por meio das ações desenvolvidas durante o ensino e durante as atividades de extensão e das ações delas decorrentes, buscando, além de cumprir seu papel precípuo, melhorar a qualidade de vida da população.

A estratégia para o desenvolvimento e inclusão social é levar a educação e o ensino de qualidade, ampliando o acesso e possibilitando a equidade do saber. Os conhecimentos científicos e tecnológicos dão à comunidade a possibilidade de ampliar a visão do mundo em que vivem.

Os benefícios vão além do saber, uma vez que a Instituição pode articular a alocação de recursos para obras e pesquisas que vão transformar a vida da região. Um dos objetivos é a realização de pesquisas no âmbito das atividades de saúde, assistenciais e educativas as quais resultem em benefícios a todos em volta.

Dentro deste contexto, a IES possui um setor denominado Projeto Social, que apresenta por finalidade a função de receber, orientar e acompanhar o discente em todas as etapas que se relacionam com os programas de FIES e FAS

(financiamento acadêmico estudantil) com financiamento de até 50% sem juros. Continuando nesse processo de inclusão, a FPM construiu um projeto empresarial onde as empresas parceira, incluindo todos seus funcionários, apresentam 30% de desconto nas mensalidades.

Os nossos discentes apresentam também oportunidades diversas para descontos nas suas mensalidades. Somando a essas ações, a Instituição oferece vagas para monitoria remunerada nos seus diversos cursos e laboratórios e bolsas sociais.

Contamos com os nossos planos de vantagens, onde oferecemos descontos especiais e diferenciados para idosos, policiais, candidatos/discentes de escolas públicas, dentre outros. A IES possui também no curso de Psicologia uma bolsa denominada “Psicologia para todos”, com a finalidade de proporcionar maior igualdade social, com oportunidades para todos. A FPM através das suas atividades de extensão viabiliza um contato maior e igualitário com o ensino superior através de ações gratuitas nos seus diversos cursos.

A educação inclusiva é atualmente um dos maiores desafios do sistema educacional. Implica não apenas o acesso à educação, mas principalmente, a permanência na Instituição de pessoas portadoras de necessidades especiais, sem qualquer tipo de discriminação. Exige o atendimento, em condições igualitárias a despeito das características, desvantagens ou dificuldades que essas pessoas possam apresentar.

Com o objetivo de constituir-se como um espaço inclusivo, que respeita as diferenças e atenda às necessidades especiais de sua comunidade, a FPM assume o compromisso de criar e manter um ambiente favorável à aquisição de igualdade de oportunidades e participação total dos portadores de necessidades especiais.

Esse compromisso é efetivado tanto no espaço da Instituição como na sociedade. Nesse sentido, para os alunos portadores de deficiência física, a

FPM apresenta as seguintes condições de acessibilidade: livre circulação dos estudantes nos espaços de uso coletivo (eliminação de barreiras arquitetônicas); vagas reservadas em estacionamento; rampas com corrimãos, facilitando a circulação de cadeira de rodas;•portas e banheiros adaptados com espaço suficiente para permitir o acesso de cadeira de rodas; barras de apoio nas paredes dos banheiros;•lavabos e bebedouros em altura acessível aos usuários de cadeira de rodas. Em relação aos alunos portadores de deficiência visual e auditiva, a FPM está comprometida, caso seja solicitado desde o acesso até a conclusão do curso os equipamentos necessários ao desenvolvimento e apoio aos estudos.

A FPM coloca à disposição das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida ajudas técnicas que permitam o acesso às atividades escolares e administrativas em igualdade de condições com as demais pessoas. Além disso, a IES organiza programas internos de capacitação para a educação inclusiva, com oferta de informações sobre as características essenciais necessárias ao aprendizado dos portadores de necessidades especiais; cursos, seminários ou eventos similares, ministrados por especialistas; e, cursos para o entendimento da linguagem dos sinais.

A Instituição possui normas internas sobre o tratamento a ser dispensado a professores, alunos e funcionários portadores de necessidades especiais, com o objetivo de coibir e reprimir qualquer tipo de discriminação. Além disso, a FPM busca a integração Instituição/Empresa para a oferta de estágios profissionais, incluindo empregos permanentes, com adequadas condições de atuação para os portadores de necessidades especiais.

Entendemos que a responsabilidade social deve ser enfrentada como a busca de sua completa inserção na sociedade, através da contribuição efetiva para assegurar os direitos e garantias individuais e sociais estabelecidos na Constituição Federal.

Podemos definir a responsabilidade social dentro das premissas constitucionais pertinentes à garantia e efetivação dos direitos sociais. O princípio essencial da responsabilidade social de qualquer instituição educacional é, efetivamente, buscar diligentemente cumprir seus objetivos constitucionais, conforme estipulado no Art. nº 205 da Constituição Federal: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.” Por conseguinte, acreditamos e defendemos que o cerne de sua responsabilidade social é o atendimento aos objetivos constitucionais da prática educacional, quais sejam:

Proporcionar o pleno desenvolvimento do educando;
Preparar o educando para o exercício da cidadania;
Qualificar o educando para o trabalho.
Oportunizar esse nível de ensino a uma parcela maior da população é fator decisivo para a diminuição das desigualdades sociais e regionais, para o desenvolvimento científico e tecnológico, para a inclusão social e para a geração de trabalho e renda.

Conforme já veementemente abordado, em um mundo onde o conhecimento se sobrepõe aos recursos naturais como fator de desenvolvimento humano, cresce a importância da escolarização e, em particular, da educação superior.

A FPM vem adotando uma série de medidas com vistas à ampliação de cursos e vagas, à ampliação de oferta da Pós-graduação. Promovendo a elevação da qualidade acadêmica e a qualificação de recursos humanos, essa meta está presente no Programa Educação Superior Graduação, Pós-graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão.

O primeiro compromisso da IES com a responsabilidade social está implícito na promoção dos valores democráticos nas ações previstas no seu Projeto Pedagógico e na constante busca de coerência de sua identidade com a

realidade do contexto onde está inserida. A FPM estabeleceu com clareza no seu Estatuto que uma de suas finalidades é "promover a extensão, estabelecendo uma relação instituição-professor aluno-sociedade" e "contribuir para a compreensão dos direitos e deveres da pessoa, do cidadão e do Estado".

Estas finalidades são reiteradas no Regimento e no Projeto Pedagógico Institucional (PPI); este propõe, entre outros objetivos da Instituição, "educar o aluno para a compreensão do mundo presente, entender os fatos nacionais, regionais e internacionais, e viver intensamente os problemas de sua comunidade" e "despertar ou acentuar na comunidade interna (alunos, professores e pessoal técnico-administrativo) o espírito de solidariedade, fraternidade, respeito ao próximo, à diversidade e ao multiculturalismo".

A FPM busca, com profunda dedicação, cumprir as suas obrigações sociais, atuando de diferentes formas para estabelecer relações estreitas com a comunidade. Estas obrigações são partes inerentes à missão e aos objetivos da Instituição.

2.8. Coerência entre o PDI e ações afirmativas de defesa e promoção dos direitos humanos e igualdade étnico-racial.

O Programa Mundial de Educação Superior em Direitos Humanos tratando da sua implantação no ensino superior destaca que a responsabilidade da IES com a formação de cidadãos éticos e comprometidos com a construção da paz, em defesa dos direitos humanos e dos valores da democracia, além da responsabilidade de gerar conhecimento mundial.

As IES possuem a responsabilidade com a educação em direitos humanos no ensino superior e estão ligadas aos processos de construção de uma sociedade mais justa, pautada no respeito e promoção dos direitos humanos. A inserção da educação em direitos humanos (EDH) na educação superior é

transversalisada em todas as esferas institucionais, abrangendo o ensino, a pesquisa, a extensão e a gestão.

A FPM No que se refere a pesquisa incentiva o desenvolvimento de saberes e ações no campo da EDH através de apoio a investigações especializadas focando na promoção da paz, desenvolvimento, justiça, igualdade e liberdade, promovendo também atividades de gestão e extensão relacionadas com o tema.

Para a execução da política na Faculdade Cidade Patos de Minas a mesma inseriu a disciplina “Cultura Afrodescendente e Indígena”. A instituição dispõe de projetos que incentivam a cultura indígena e africana através de seminários, palestras, peças de teatro dentre outros eventos que visam discutir a temática não somente com a comunidade acadêmica, mais com a sociedade como um todo, através dos convênios com a casa da cultura e grupos de capoeira da região busca-se o intercâmbio de conhecimento, possibilitando ao aluno um maior contato com a cultura tanto indígena quanto africana.

Neste contexto a IES busca constantemente parcerias entre movimentos sociais, gestores educacionais e sociedade civil com o objetivo de divulgar, promover e implementar as recomendações contidas nos pareceres do Conselho Nacional de Educação com relação à educação para as relações étnico-raciais e educação indígena.

Destinado dentre outras funções à expressão das diferentes culturas do povo brasileiro, o CASE (Núcleo de cultura, Artes e Saberes na Educação) permite, por meio da expressão artística da comunidade acadêmica, a divulgação e respeito pelo patrimônio cultural. Por meio do projeto, docentes, discentes e colaboradores da IES tem a oportunidade de demonstrar suas habilidades artísticas e culturais e de conhecer o talento das pessoas com quem convivem.

O projeto prevê a realização de atividades que permitam a vivência e a valorização de diferentes culturas, tendo sido observado em sua elaboração o

disposto nas Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira, Africana e Indígena, na Lei n° 11.645 de 10/03/2008, na Resolução CNE/CP n° 01, de 17 de junho de 2004 e na Lei n° 10.639, de 09 de janeiro de 2003.

A partir de uma perspectiva interdisciplinar e transversal a FPM busca atingir e conscientizar a comunidade acadêmica sobre a importância das inter-relações por meio da inserção de eventos culturais, interdisciplinares, artísticos e sobre temas que englobem a educação para as relações étnico-raciais. Os cursos de graduação da FPM executam ações em cumprimento à Resolução CNE/CP nº 1, de 30 de maio de 2012, que institui Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, com instrumentos e processos que aplica para seu cumprimento a partir de uma perspectiva interdisciplinar e transversal. A temática é relevantemente e respeitada na política de ensino, pesquisa e extensão e de gestão, bem como nos processos de avaliação.

O PDI, por meio dos objetivos da Extensão, vem aprimorando as ações afirmativas de defesa e promoção dos direitos humanos e igualdade étnico-racial. Nesse sentido, foi fundado o CASE, que desenvolve entre outras tantas funções, as atividades educativas de ensino, pesquisa e extensão ligadas às questões étnico-raciais. A ideia é inserir a temática do ensino da história e cultura afro-brasileira e indígenas em ações trans e interdisciplinares, que direcionem para uma educação pluricultural e pluriétnica. Lembrando também que esta disciplina Direitos Humanos está inserida nas nossas matrizes Institucionais.

Entre os objetivos do CASE estão a capacitação da comunidade escolar das redes públicas e privadas de educação, no intuito de estimular o conhecimento e a valorização da história dos povos africanos, da cultura afro-brasileira, da cultura indígena, bem como da diversidade na construção histórica e cultural do país.

Também estão previstas ações como a realização de seminários, conferências, painéis, simpósios, encontros, palestras, oficinas, cursos e exposições de trabalhos e atividades artístico-culturais voltadas à temática afro-brasileira e Indígena.

2.9. Política institucional para a modalidade EaD

O grande avanço tecnológico produzido nos últimos anos, especificamente nas Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC), vem promovendo uma necessária reconfiguração do ensino em duas direções, sendo a primeira mais voltada a propiciar uma formação condizente com as necessidades da sociedade contemporânea, de modo a contribuir para o exercício pleno da cidadania e a segunda destinada à exploração das possibilidades pedagógicas geradas pelo uso competente dessas tecnologias na educação.

Desde que bem explorados, os recursos tecnológicos propiciam uma grande variedade de representações, analogias, simulações, enfim, de usos pedagógicos que contribuem para tornar o conteúdo mais acessível aos aprendizes. Potencialmente, favorecem o engajamento dos agentes envolvidos no processo, bem como a construção de autonomia, o que equivale dizer que, se bem desenvolvida e implementada, a modalidade favorece a realização de uma educação de qualidade. Ademais, oferece potencial para ampliar o acesso à educação, uma vez que contribui para preencher lacunas de oferta de educação de qualidade, inclusive em regiões do país ainda carentes nesse quesito.

É nesse contexto que se situa o credenciamento e a oferta de cursos na modalidade a distância, parte integrante da política educacional da FPM que vislumbra, na Educação a Distância, uma

grande possibilidade de aliar o compromisso político e ético – marca histórica dessa Instituição – à excelência pedagógica.

Nesse sentido, mantém suas exigências de qualidade, tanto no campo dos procedimentos acadêmicos e administrativos, quanto nos critérios de avaliação dos conhecimentos produzidos, em todas as suas formas de apresentação, sem deixar de explorar potencialidades características das diversas modalidades (presencial, semipresencial e a distância – ou online).

A instituição através do NEAD (Núcleo de Educação a Distancia) oferece, ao seu corpo docente, técnico - administrativo e discente uma formação permanente – o Programa de Qualificação em EAD – formação necessária em razão das rápidas transformações por que passa a tecnologia, condição que exige aprimoramento constante de

todos os usuários, especialmente dos professores, que enfrentam o desafio de saber lidar com a tecnologia e, ainda, de criar novas metodologias adequadas à Educação a Distância, tendo por objetivo a construção de conhecimentos.

De forma comprometida com sua missão institucional, normatizações e regulações internas e externas, por meio da Educação a Distância, tal politica objetiva - se:

- Fomentar o desenvolvimento de pesquisas relacionadas à EAD e ao uso de recursos tecnológicos na educação;
- Implantar o uso de tecnologias digitais de informação e comunicação nos processos de ensino e aprendizagem;
- Estimular a criação e implementação de metodologias adequadas à EaD, tendo por objetivo a construção significativa de conhecimentos;

- Ultrapassar os limites geográficos e temporais e levar educação superior de qualidade para uma parcela da sociedade carente de qualificação profissional;
- Desenvolvimento de programas de educação continuada permanente para docentes, equipe técnica e suporte administrativo;
- Adequação do modelo de gestão acadêmico - administrativa à modalidade;
- Manter o alinhamento da base tecnológica da instituição com os projetos pedagógicos;

A gestão, administração e implementação da educação a distância na FPM constituem - se em suas principais atribuições. Esta subordinada ao CONSUAD – Conselho Superior de Administração e Direção Geral.

As políticas de EAD, aprovadas pelos colegiados superiores, fundamentam - se nos princípios filosóficos e teórico - metodológicos previstos neste documento, em consonância com as especificidades dessa modalidade de ensino, a seguir apresentados:

- Atendimento às demandas de formação continuada à comunidade, segundo os mesmos princípios que norteiam as demais atividades acadêmicas;
- Valorização das atividades de EAD, de educação semipresencial e de atividades de aprendizagem mediadas pelas Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação na difusão do conhecimento produzido por essas atividades pela IES;
- Formação continuada de recursos humanos da IES (docentes, gestores, funcionários, comunidade);

- Valorização e expansão de cursos de Educação a Distância.
- Incentivo às atividades de pesquisa na área de EAD e uso de tecnologias integradas às atividades da docência;
- Monitoramento contínuo das ações empreendidas e compartilhamento dos dados com a comunidade interna e externa.
- Consolidar a qualidade e expandir a oferta de novos cursos de graduação e pós-graduação na modalidade EaD;
- Articulação e integração do Núcleo de Educação a Distância (NEAD) com as coordenações de cursos de Graduação, Pós-Graduação e Extensão com a finalidade de projeto, planejamento e avaliação de cursos;
- Planejar e manter procedimentos operacionais, tais como planejamento estratégico, planos de expansão e projetos de implantação de novas tecnologias, garantindo a integração com os diversos setores da IES dentro da proposta acadêmica da FPM;
- Análise e atendimento às demandas de formação continuada à comunidade a qual está inserida o EAD, mantendo a qualidade e excelência de outras atividades acadêmicas previstas na IES;
- Promover eventos com foco na EaD;
- Disponibilizar e monitorar suporte e atendimento contínuo aos discentes e colaboradores usuários dos sistemas mantidos pelo NEAD.
- Revisão e atualização periódica das metodologias aplicadas à EaD, assim com as tecnologias implantadas;
- Realizar estudos sobre a implantação dos polos de modo a analisar as condições reais da localidade de oferta, propondo ações que visem o desenvolvimento socioeconômico da região.

O ambiente virtual de aprendizagem utilizado pela Faculdade Patos de Minas é configurado para garantir a oferta da educação a distância. Nesse ambiente, o estudante terá acesso a todas as ferramentas necessárias para estudar, interagir com os colegas, professores e fazer as atividades indicadas, tirar as dúvidas, etc.

2.10. Estudo para implantação de polos EaD

2.10.1 Polo João Pinheiro

Distribuição Geográfica de João Pinheiro

João Pinheiro se localiza na porção Noroeste de Minas Gerais sendo o maior município em área de Minas Gerais, com 10.717 KM². Cidade aconchegante e com excelente estrutura, possui fácil acesso pela BR 040, responsável pela ligação Belo Horizonte / Brasília. E se liga por estradas pavimentadas e em boas condições aos municípios: Paracatu, Lagoa Grande, Brasilândia de Minas, Buritizeiro, Presidente Olegário, São Pedro da Ponte Firme e Varjão de Minas. O polo localiza-se próxima a BR 040, o que facilita o seu acesso aos estudantes de outras cidades do norte de Minas, sul da Bahia, entre outras regiões.

Figura 1: Cidade de João Pinheiro

Figura 2: Mapa de Minas Gerais –Noroeste

A cidade de João Pinheiro tem limites com os seguintes municípios: ao norte com Brasilândia de Minas a leste com Buritizeiro ao sul com Presidente Olegário, São Pedro da Ponte Firme e Varjão de Minas e a oeste com Lagoa Grande e Paracatu.

Dados sobre a região noroeste

Região Noroeste de Minas tem o PIB R$6.030.432,625 IBGE/2015 PIB per capita 24.442,55 IBGE/2015. O Noroeste de Minas tem a maior produção de grãos do Estado entre os municípios, Unaí aparece como o principal produtor de grãos em Minas Gerais, com uma safra de 798,5 mil toneladas.

O Noroeste de Minas Gerais liderou a produção de grãos no Estado em 2011. A região foi responsável por 25,4% da safra estadual, com 2,7 milhões de toneladas. Houve um crescimento de 13,9% em relação à produção colhida em 2010. A safra do Noroeste contribuiu para uma colheita recorde no Estado de 10,6 milhões de toneladas. Os números da produção de grãos estão no último relatório do IBGE sobre a safra de 2011, que está praticamente encerrada. Segundo o levantamento, a região do Alto Paranaíba aparece em segundo lugar no ranking do Estado com 2,4 milhões de toneladas, que correspondem a 22,3% do total em Minas. O Triângulo Mineiro vem em seguida com 2,2 milhões de toneladas colhidas. O número representa 20,8% da safra mineira.

Entre os municípios, Unaí (Noroeste) aparece como o principal produtor de grãos em Minas Gerais, com uma safra de 798,5 mil toneladas, seguido por Uberaba (Triângulo), com 577,6 mil toneladas. Completam a lista dos cinco maiores produtores os municípios de Buritis, Paracatu (ambos no Noroeste) e Perdizes (Alto Paranaíba).

Produtos

O milho é o principal grão cultivado em Minas Gerais. A safra 2011 deve chegar a 6,5 milhões de toneladas, segundo o IBGE. A região do Alto Paranaíba detém a maior produção estadual com 1,5 milhão de toneladas, o equivalente a 23,6% da produção mineira. Em seguida, aparecem as regiões do Sul de Minas (20,4%) e Noroeste (17,1%). Mas o município que mais produziu milho em 2011 está no Triângulo Mineiro: Uberaba liderou o ranking estadual com 329,2 mil toneladas. Em segundo lugar, aparece o

município de Unaí, com 249 mil toneladas, e Perdizes, com 198 mil toneladas.

A produção de soja em Minas Gerais, neste ano, será de 2,9 milhões de toneladas. O Noroeste foi responsável por 37,1% da produção do Estado, seguido do Triângulo Mineiro (35,8%) e do Alto Paranaíba (21,6%). Unaí lidera a produção de soja entre os municípios mineiros, com 330 mil toneladas. Na vice-liderança aparecem Buritis (Noroeste), com 253,7 mil toneladas, seguido por Uberaba, que produziu 240 mil toneladas.

Com a pavimentação asfáltica da Rodovia “Entre Ribeiros” de Paracatu até Brasilândia de Minas, cujas obras já iniciaram em 2014, o Agronegócio do Noroeste de Minas irá se firmar ainda mais no mercado brasileiro.

Mineração

Além do Agronegócio, a mineração é muito presente na região Noroeste. O Minério para produção do Zinco (Grupo Votorantim) em Vazante-MG, e a Mineradora Kinross, Multinacional Canadense que explora o ouro na cidade de Paracatu, cuja produção de ouro está entre as cinco maiores empresas produtoras de ouro do Brasil.

Dados Sobre o Município

População

João Pinheiro: 48.472 habitantes (estimativa/atualização IBGE, 2016) sendo:

Cidade: 34.489

Zona Rural: 13.060

Economia:

- PIB: R$ 1.177.617,00 (IBGE,2015);
- Renda Per-Capta: R$ 24.442,55 (IBGE, 2015);
- Orçamento do Município 2014: R$ 102.000.000,00.

A Economia de João Pinheiro tem crescido muito nos últimos 5 anos, um dos setores responsáveis por este crescimento é o Agronegócio que responde por boa parte da economia do Município com o reflorestamentos (Vallourec, Gerdau, Egir, Plantar e outras) usinas de álcool e açúcar (D

Agroflorestal, Destilaria Rio do Cachimbo, G5 e BEVAP, esta última uma das 20 maiores usinas de álcool e açúcar do Brasil), Pecuária (6º maior rebanho bovino do Estado de Minas Gerais com mais de 400 mil cabeças, com uma produção diária de leite na ordem de 130 mil litros). Destaca-se ainda a indústria do vestuário, cerâmica, comércio e serviços.

Indicador Valor – (Índices de Qualidade de Vida)

João Pinheiro é um município, onde sua população tem uma boa qualidade de vida. A cidade de João Pinheiro apresenta infraestrutura conforme listado abaixo:

- 95% das residências com rede de esgoto coletada;
- 100% com água canalizada e tratada;
- 95% de toda a cidade têm as ruas pavimentadas;
- É uma das cidades mais limpas do Estado de Minas Gerais;
- 82% das famílias com casa própria;
- O Sistema de Saúde conta com várias unidades básicas de saúde (PSF, Clínica de Saúde da Mulher, Clínica de Fisioterapia, CAPS, Farmácia Municipal, um Hospital Municipal com 53 leitos, de saúde e mais de 30 profissionais médicos atendendo diariamente);
- A Taxa de Mortalidade Infantil é de 12% por 1.000 crianças nascidas vivas até os 5 anos de idade;
- O IDH-M que era de 0,419 em 1991 passa para 0,697 em 2010, com uma estimativa de 0,722 em 2013;
- A Taxa de desemprego que em 2000 era de 13,57%, em 2010 este percentual cai para 6,7%.

Fonte: Secretaria Municipal do Trabalho, Ação e Desenvolvimento Social, Secretaria Municipal de Saúde, DATASUS, IBGE.

Renda Na Cidade

Dos 853 municípios mineiros, João Pinheiro está entre os 80 municípios mais desenvolvidos, com um PIB de R$ 1.177.617,00 com uma renda per capta de R$ 24.442,55 (IBGE, estimativa de 2015).

O movimento econômico e financeiro da cidade gira em torno das seguintes atividades pela ordem de empregabilidade e composição do PIB local.

- Agronegócio e pecuária (muita mão de obra empregada nas empresas de reflorestamentos, produção de álcool e açúcar, criação e comercialização de bovinos e produção de leite e seus derivados);

- Comércio e serviços (supermercados, lojas de roupas e tecidos, lojas de móveis, eletrodomésticos e produtos eletrônicos, bares, restaurantes, instituições financeiras, Serviços Públicos, escritórios e outros);

- Indústria (Usinas de Álcool e Açúcar, Confecções, Cerâmicas, Laticínios e outras);

- Aposentados e pensionistas do INSS, de órgãos estaduais e federais;

- A grande maioria da população economicamente ativa e com ocupação, cerca de 65% tem uma renda mensal de 1 a 2 salários mínimos. Outros 20% tem uma renda mensal de 2 a 5 salários mínimos. O restante, ou seja, 15% com renda mensal acima de 5 salários mínimos.

Fonte: IBGE, MTE, Secretaria Estadual da Fazenda de MG, INSS e Prefeitura Municipal de João Pinheiro.

Meios De Transporte

João Pinheiro tem uma localização estratégica localizada às margens da BR 040 que dá acesso a Brasília e Belo Horizonte, a Montes Claros e Uberlândia pela BR 365, a Patos de Minas pela MG 410 e a Unaí pela MG 188. O meio de transporte utilizado é o Rodoviário, com projetos em estudo e em fase de aprovação para construção futura de uma linha ferroviária de Unaí-MG a Pirapora-MG e Aéreo (João Pinheiro tem um dos melhores aeroportos da região todo pavimentado e com hangar). O Município está distante da Capital Federal a 310 Km, de Belo Horizonte a 420 Km, e de Uberlândia a 370 Km.

Aspectos regionais sobre a população do ensino médio

O município de João Pinheiro tem 14 Escolas de ensino pré-escolar: são 4 escolas - Ensino pré-escolar - escola privada – 2012 e 10 escolas de ensino pré-escolar pública municipal. O número de matriculas efetuado no ensino pré-escolar foi de 1.160.

Sendo efetivadas 160 matriculas no ensino pré-escolar em escola privada. Já no Ensino pré-escolar de escola pública municipal foram efetuadas 1.000 matriculas. O número de docentes no ensino pré-escolar foi 78. Sendo que 12 docentes estão inseridos no ensino pré-escolar da escola privada e 66 docentes pertencem ao quadro de ensino pré-escolar de escola pública municipal.

No município tem 28 escolas de ensino fundamental. São 04 escolas da rede privada, 12 escolas públicas estaduais e 12 escolas públicas municipais. O Número de matriculas efetuadas no ensino fundamental foi 7.200. O número de docentes no ensino fundamental é de 480.

As escolas de ensino médio no município são 09, assim distribuídas: escola privada 3 e 6 escolas pública estadual. O quadro de docentes no ensino médio e composto por 181 docentes.

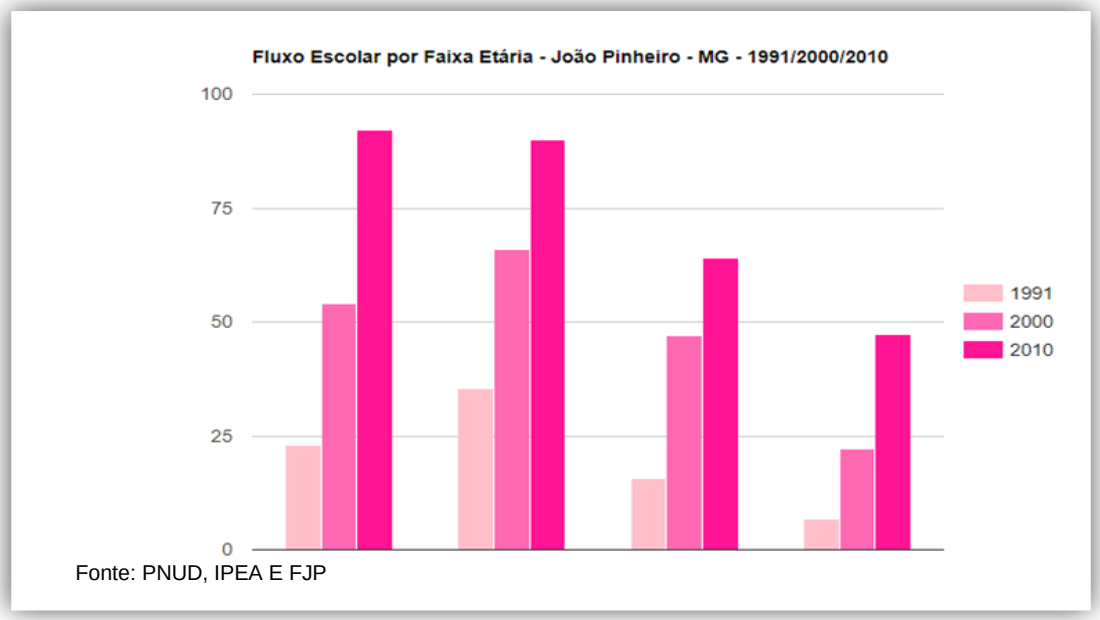
Fonte: (1) Ministério da Educação, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – INEP.

EDUCAÇÃO EM JOÃO PINHEIRO EM NÚMEROS

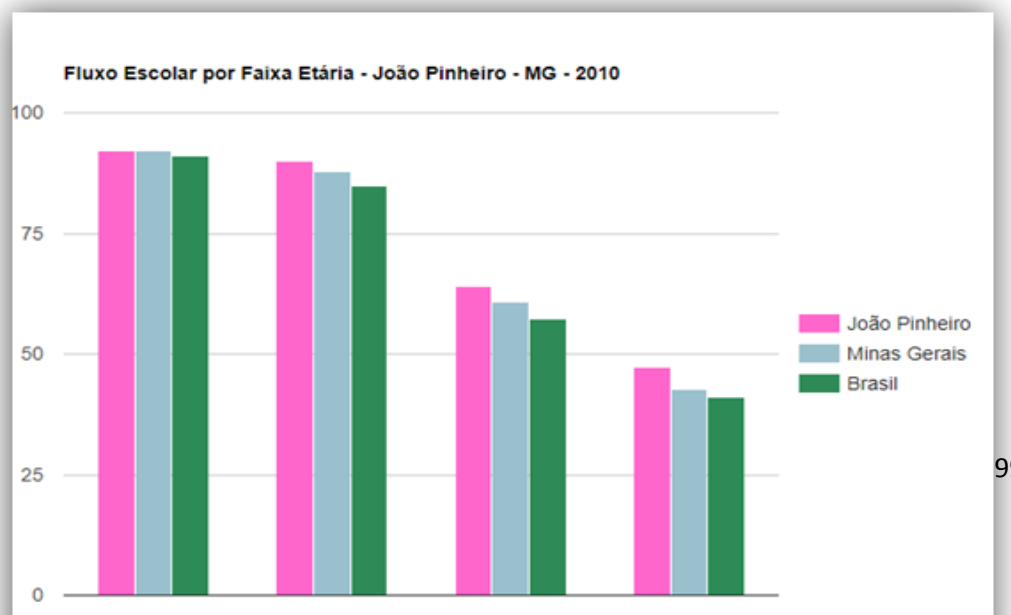
MATRÍCULAS INICIAIS	DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA				
	FEDERAL	ESTADUAL	MUNICIPAL	PRIVADA	TOTAL
ENSINO FUNDAMENTAL					
Anos Iniciais	0	0	963	157	**1.120**
Anos Finais	0	5.028	1.529	643	**7.200**
ENSINO MÉDIO					
Ensino Médio	0	1.800	0	218	**2.018**

Indicadores

Proporções de crianças e jovens frequentando ou tendo completado determinados ciclos indica a situação da educação entre a população em idade escolar do estado e compõe o IDHM Educação. No município, a proporção de crianças de 5 a 6 anos na escola é de 92,14%, em 2010. No mesmo ano, a proporção de crianças de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental é de 90,13%; a proporção de jovens de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo é de 63,96%; e a proporção de jovens de 18 a 20 anos com ensino médio completo é de 47,28%. Entre 1991 e 2010, essas proporções aumentaram, respectivamente, em 69,04 pontos percentuais, 54,62 pontos percentuais, 48,33 pontos percentuais e 40,40 pontos percentuais.



Fonte: PNUD, IPEA E FJP



Em 2010, 86,36% da população de 6 a 17 anos do município estavam cursando o ensino básico regular com até dois anos de defasagem idade-série. Em 2000 eram 84,83% e, em 1991, 75,48%.

Dos jovens adultos de 18 a 24 anos, 15,77% estavam cursando o ensino superior em 2010. Em 2000 eram 2,82% e, em 1991, 1,18%.

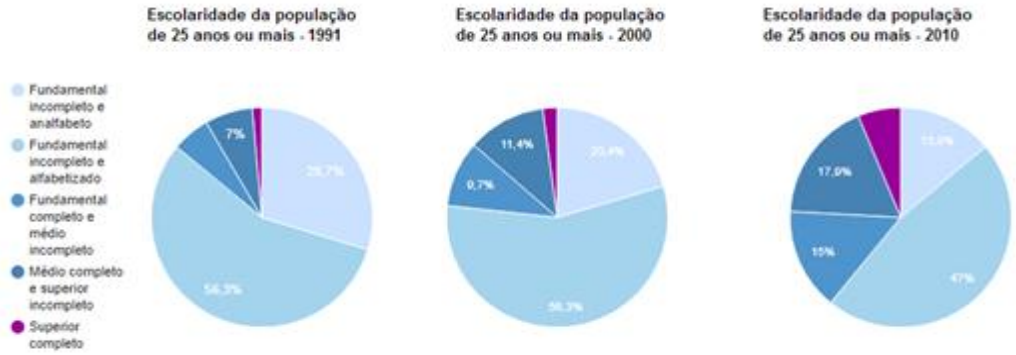
Expectativa de Anos de Estudo

O indicador Expectativa de Anos de Estudo também sintetiza a frequência escolar da população em idade escolar. Mais precisamente, indica o número de anos de estudo que uma criança que inicia a vida escolar no ano de referência deverá completar ao atingir a idade de 18 anos. Entre 2000 e 2010, ela passou de 8,98 anos para 9,00 anos, no município, enquanto na UF passou de 9,16 anos para 9,38 anos. Em 1991, a expectativa de anos de estudo era de 8,46 anos, no município, e de 8,36 anos, na UF.

População Adulta

Também compõe o IDHM Educação um indicador de escolaridade da população adulta, o percentual da população de 18 anos ou mais com o ensino fundamental completo. Esse indicador carrega uma grande inércia, em função do peso das gerações mais antigas, de menor escolaridade. Entre 2000 e 2010, esse percentual passou de 29,96% para 46,49%, no município, e de 39,76% para 54,92%, na UF. Em 1991, os percentuais eram de 17,23%, no município, e 30,09%, na UF. Em 2010, considerando-se a população municipal de 25 anos ou mais de idade, 13,86% eram analfabetos, 39,10% tinham o

ensino fundamental completo, 24,14% possuíam o ensino médio completo e 6,28%, o superior completo. No Brasil, esses percentuais são, respectivamente, 11,82%, 50,75%, 35,83% e 11,27%.

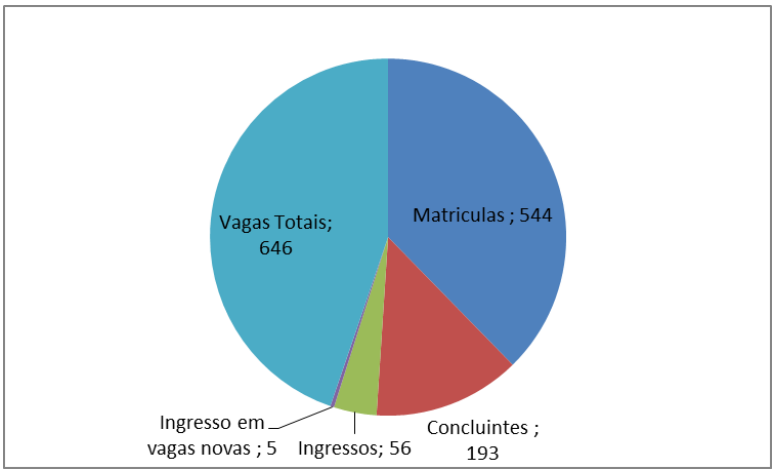


Fonte: PNUD, IPEA E FJP

Em 2015, os alunos dos anos inicias da rede pública da cidade tiveram nota média de 6.3 no IDEB. Para os alunos dos anos finais, essa nota foi de 5. Na comparação com cidades do mesmo estado, a nota dos alunos dos anos iniciais colocava esta cidade na posição 287 de 853. Considerando a nota dos alunos dos anos finais, a posição passava a 191 de 853. A taxa de escolarização (para pessoas de 6 a 14 anos) foi de 94.9 em 2010. Isso posicionava o município na posição 800 de 853 dentre as cidades do estado e na posição 5043 de 5570 dentre as cidades do Brasil.

Demanda por cursos superiores e a relação entre número de matriculados e de evadidos

De acordo com os dados do censo da educação superior do ano de 2016, 56 alunos ingressaram, sendo um numero extremamente baixo quando se comparado com a quantidade de alunos que concluíram o ensino médio em cursos superiores conforme gráfico abaixo:



Fonte: INEP – Censo da Educação Superior – 2016. Disponível em: http://portal.inep.gov.br/microdados.

O gráfico acima demonstra que existe uma demanda muito grande de possíveis alunos para ingresso no ensino superior uma vez que dos 1.000 alunos do ensino médio, apenas 59 se matricularam em cursos de graduação. Ou seja, apenas 5,6% desses alunos ingressaram no ensino superior, justificando-se assim a necessidade de expansão da oferta de cursos de graduação na região de estudo para implantação do polo.

Contribuição do(s) curso(s) ofertado(s) para o desenvolvimento da comunidade

Através das pesquisas realizadas percebe-se que a região de João Pinheiro possui uma carência grande quando se trata de profissionais da educação. A oferta dos cursos de Pedagogia e Educação Física pela Faculdade Patos de Minas na região de João Pinheiro contribuirá de forma significativa para o crescimento socioeconômico da região, que é composta por vários distritos, assentamentos e vilas, o que dificulta o acesso da população a uma educação de qualidade.

É através da oferta e inserção dos cursos que a sociedade pode se qualificar cada vez mais para o mundo do trabalho.

A formação dos profissionais da educação na área de pedagogia e educação física é de grande importância para a sociedade local, visto que, os mediadores do conhecimento, devem ter uma base bem estruturada e sólida,

não somente nos conhecimentos específicos do ensino, mas também do contexto como um todo.

A oferta dos cursos de Administração e Ciências Contábeis contribuirá para o crescimento econômico e social da região uma vez que a economia de João Pinheiro é baseada na agricultura, pecuária e comercio local, a formação de novos profissionais contribuirá para a implantação e manutenção de organizações de todos os setores econômicos e empresas de qualquer porte, podendo assim contribuir não só para a melhoria dos processos dentro das organizações, como para a otimização dos resultados, uma vez que o crescimento e o surgimento de novas empresas esta atrelado ao crescimento e desenvolvimento econômico e automaticamente social da comunidade.

2.10.2. Polo Coromandel

Distribuição Geográfica Coromandel

O Estado de Minas Gerais, localizado ao sudeste do Brasil, é um município essencialmente agrícola, destacando nesta área a produção de grãos como a soja, o milho e o café. Pode-se evidenciar ainda a agropecuária sendo uma área bem desenvolvida tecnologicamente nesta área no estado e a extração mineral de diamantes, do calcário e recentemente da água mineral, que fomentam a economia e possibilitam trabalho.

Na área educacional, é destaque a responsabilidade em criar instituições capazes de preparar e capacitar os educadores para desempenharem com êxito suas funções, nas escolas de Educação Básica, Cursos Profissionalizantes, Cursos Técnicos, Superiores e Especializações, para que possam elaborar seus projetos buscando atender as exigências do mercado atual.

A Instituição está localizada na região Oeste de Minas Gerais, tendo nas proximidades a região metropolitana composta dos seguintes municípios:

Norte: Guarda - Mor, Vazante e o Estado de Goiás;
Sul: Patrocínio e Guimarânia;
Leste: Lagamar e Patos de Minas;

Oeste: Monte Carmelo e Abadia dos Dourados

Área: 3310,07 km²

População: 29.017 (estimativa IBGE/2011)

Bairros: 20

Relevo: Levemente ondulado

Altitude média: 904,17 m no ponto central da cidade

Latitude: 47,2°

Longitude: 18,47°

Fuso horário: Brasília

Clima: Temperado

Pluviosidade: 1474,4 mm/ ano

Temp. média no verão: 29ºC

Temp. média no inverno: 15ºC

Demografia

O último censo demográfico de 2010 registrou 27.547 habitantes, onde a população estimada para 2017 é de 28.508 habitantes dos quais 13.957 do sexo masculino e 13.590 do sexo feminino. Na zona urbana 21.665 habitantes e na rural 5.882 habitantes. De acordo com a estimativa de 2011-2015 a população é será de 28.456 habitantes com uma demografia de 8,31 hab /km².Renda na Cidade

Renda per capita – 16.524,74

Produto Interno Bruto

PIB - Produto Interno Bruto anual, em R$ 466 658,662 (IBGE 2008)

PIB - Produto Interno Bruto per capita, em R$16.524,74 (IBGE 2008)

Inserção Regional

Coromandel é uma cidade progressista que traz em sua economia especialmente a agropecuária e o agronegócio a despontar no centro do

triângulo mineiro e para todo o Brasil, enquanto uma terra de pessoas com grande potencial de trabalho e intelectual.

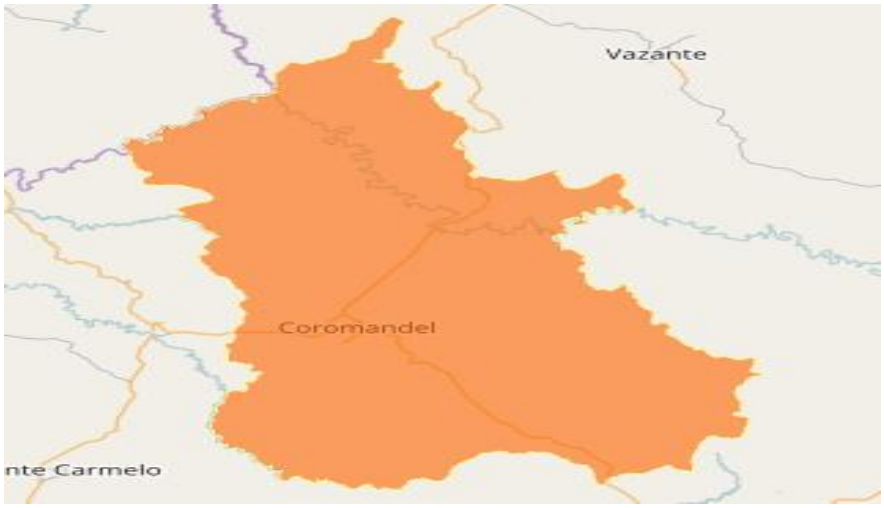
Acreditando nisso, Faculdade Patos de Minas, constatou no município a necessidade de implantação de um polo de educação a distancia que pudesse não somente formar mão de obra qualificada e profissionais competentes, mas como uma região pronta a receber o conhecimento científico e prático e causar um impacto social e econômico tanto almejado, cumprindo desta forma seu papel social.

Nesta perspectiva, é intenção da FPM ao implantar seu polo é formar profissionais com ampla formação técnica e científica mais também humanística e social e possa adaptar se a diferentes áreas de trabalho e potencializar estas frentes contribuindo com compromisso, conhecimento e responsabilidade com qualquer área empregatícia a que se integra.

Características Regionais de Coromandel

Município	População 2010	Área da unidade territorial (km²)	Densidade demográfica (hab/km²)
Coromandel	27.547	3.313,116	8,31

Fonte: IBGE/Cidades

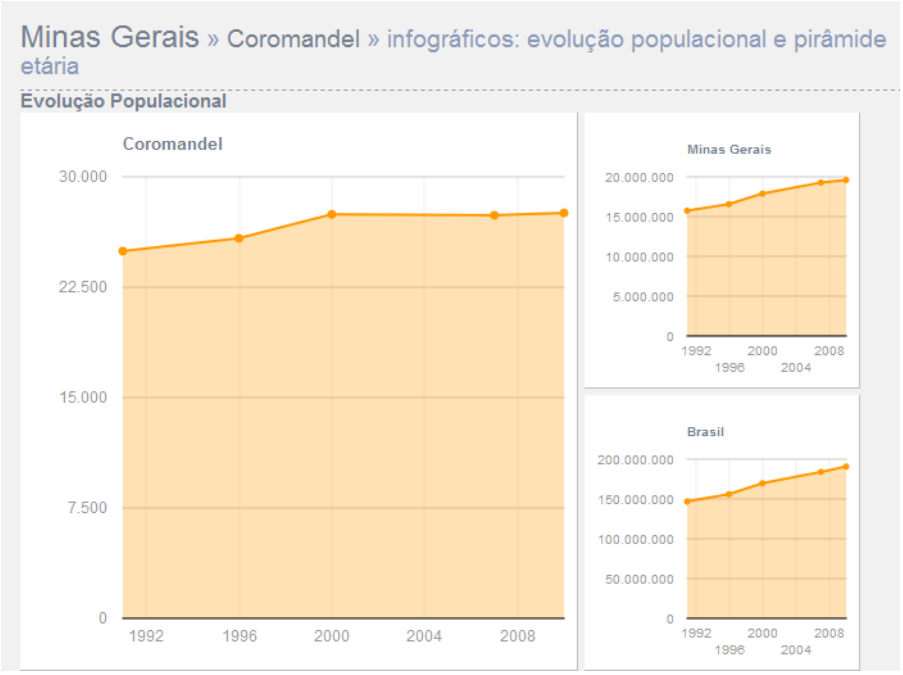


A Mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Parnaíba é uma das 12 mesorregiões do estado brasileiro de Minas Gerais. Nela está inserida duas das dez regiões

de planejamento do estado, a região do Triângulo Mineiro e a do Alto Paranaíba. É formada pela união de 66 municípios agrupados em sete microrregiões, localizada na região oeste de Minas Gerais. Conta com 2.279.478 habitantes, bem como uma área de 90.545 km², equivalente a 15,4% do território mineiro.

Em comparação com as demais mesorregiões do estado, dispõe do terceiro maior contingente populacional e da segunda maior área. Segunda maior economia do estado, a mesorregião tem hoje forte influência estadual. Faz fronteira a norte com o Sul Goiano e com o Noroeste de Minas; ao sul com Ribeirão Preto, com São José do Rio Preto, ambas no estado de São Paulo e com o Sul e Sudoeste de Minas; a leste com a Central Mineira e com o Oeste de Minas; a oeste com o Leste de Mato Grosso do Sul.

A mesorregião é circundada pelos rios Grande e Paranaíba. Sete de seus municípios estão entre os mais populosos do estado: Uberlândia, Uberaba, Patos de Minas, Araguari, Ituiutaba, Araxá e Patrocínio, sendo que Uberlândia é o maior município do interior mineiro.



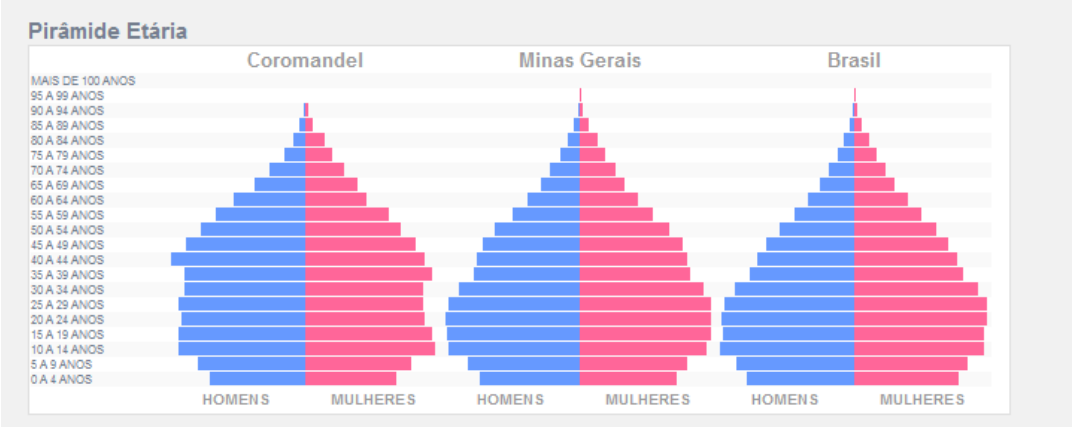
Fonte: IBGE/Cidades

Pirâmide Etária

Idade	Coromandel		Minas Gerais		Brasil	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
0 a 4 anos	8 836	793	649.660	627.206	7.016.614	6.778.795
5 a 9 anos	944	927	726.034	702.961	7.623.749	7.344.867
10 a 14 anos	1.110	1.132	858.109	830.051	8.724.960	8.440.940
15 a 19 anos	1.111	1.115	868.022	851.253	8.558.497	8.431.641
20 a 24 anos	1.087	1.043	874.104	859.390	8.629.807	8.614.581
25 a 29 anos	1.115	1.030	851.586	853.105	8.460.631	8.643.096
30 a 34 anos	1.059	1.037	790.229	805.450	7.717.365	8.026.554
35 a 39 anos	1.057	1.116	694.342	722.116	6.766.450	7.121.722
40 a 44 anos	1.176	1.047	671.738	702.039	6.320.374	6.688.585
45 a 49 anos	1.039	968	628.195	666.388	5.691.791	6.141.128
50 a 54 anos	915	832	548.830	584.829	4.834.828	5.305.231
55 a 59 anos	780	726	441.415	479.714	3.902.183	4.373.673
60 a 64 anos	622	537	339.165	376.212	3.040.897	3.467.956
65 a 69 anos	441	454	251.626	290.172	2.223.953	2.616.639
70 a 74 anos	313	336	191.852	233.376	1.667.289	2.074.165
75 a 79 anos	182	230	129.276	168.843	1.090.455	1.472.860
80 a 84 anos	100	165	76.292	112.030	668.589	998.311
85 a 89 anos	55	70	34.862	56.569	310.739	508.702

Idade	Coromandel		Minas Gerais		Brasil	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
90 a 94 anos	12	24	12.469	24.269	114.961	211.589
95 a 99 anos	2	6	3.332	7.576	31.528	66.804
Mais de 100 anos	1	2	739	1.904	7.245	16.987

Fonte: IBGE: Censo Demográfico 2010



Fonte: IBGE: Censo Demográfico 2010

A estrutura econômica do Alto Paranaíba é centrada na atividade agropecuária, e a do Triângulo Mineiro é mais diversificada, com destaque para as agroindústrias. O Produto interno bruto (PIB) do Triângulo Mineiro registrado em 2009 era de 42,897 bilhões de reais, em Minas Gerais, está atrás apenas da Mesorregião Metropolitana de Belo Horizonte. A mesorregião participa com 16,57% do PIB estadual e com 1,74% do PIB nacional. E o em PIB per capita de 20.035,00 reais (1º lugar de Minas Gerais).

Economia

Coromandel conta com laticínios, postos de resfriamento e moinhos de calcário. A agroindústria é uma das grandes demandas do município, já que a produção agrícola é o grande potencial da economia. Beneficiados pela grande extensão da bacia leiteira, os laticínios têm uma produção que é inclusive exportada para outros estados. Além do leite pasteurizado, há fabricação de requeijão, queijos, iogurte, que na sua grande maioria é comercializada em outros centros.

A Indústria de calcário vem processando seus produtos por várias décadas e as jazidas encontram-se localizadas no município que conta com reservas de matéria prima.

O diamante é outra fonte de riqueza do município. Nos garimpos de Coromandel foram encontrados 15 entre os 20 maiores diamantes brasileiros, razão de a cidade ser conhecida, mundialmente, como a Terra do Diamante.

O reflexo dessa produção se vê em alguns casos, na aquisição de bens móveis e também na construção civil. A exploração de diamante é a atividade mais antiga do município.

Além dos diamantes, outros recursos minerais do município são o calcário e a argila cerâmica, também de grande importância econômica.

A agricultura do município encontra-se em estágio bastante avançado, com tecnologia de ponta utilizando irrigações variadas, máquinas modernas e sofisticadas técnicas. O município conta atualmente com uma área de 56.000 hectares plantados com diversas culturas, das quais podemos destacar a soja, o café, o milho, o feijão, etc.

O rebanho bovino do município é constituído de gado leiteiro e de corte, dando maior enfoque para a produção de leite. A suinocultura vem se destacando com a instalação de granjas e utilização de técnicas avançadas na produção.

O Comércio local é competitivo e somente alguns produtos não são encontrados no município. Conforme alguns agricultores, o mercado de insumos agrícolas ainda deixa muito a desejar, considerando tanto os preços como a diversidade de produtos. Este problema tem diminuído com a presença

de cooperativas que vêm se instalando no município, propiciando diversidade de produtos e facilidades de pagamento. A Associação Educacional de Coromandel – AEC, é credenciada e parceira da ACIC/ CLD (Câmara de Diretores Lojistas de Coromandel) Na área de serviços, contamos com três hotéis com boas acomodações, entre quartos e apartamentos, empresas de transporte rodoviário, oficinas, diversos restaurantes e outros mais.

O município é servido por 04 estabelecimentos bancários, sendo 02 da rede pública (Brasil e Caixa Econômica Federal) e 02 da iniciativa privada (Itaú e Bradesco).

Meios de transporte

As principais rodovias que passam por Coromandel são a BR-352 e MG-188. A malha viária municipal é de 5.100 km de estradas municipais. A cidade conta com um aeroporto para pequenas aeronaves de 1.600 metros de pista asfaltada. O município conta com mais sete campos de pouso.

A distância entre a sede e as principais capitais e cidades é:

Cidade	Distancia / Km
Belo Horizonte	477 km
Brasília	420 km
São Paulo	710 km
Rio de Janeiro	915 km
Patos de Minas	122 km
Uberlândia	170 km
Uberaba	220 km
Patrocínio	75 km
Monte Carmelo	58 km

Com relação à dinâmica populacional de Coromandel e cidades circunvizinhas, verificamos a ocorrência de um crescimento mais acentuado entre os anos de 1970 a 1980, e um crescimento menor nos anos posteriores; esse fato é uma consequência direta das políticas implementadas pelo Estado brasileiro, com relação às cidades médias, dos programas de modernização agrícola e das estratégias de expansão da indústria. A taxa média de

incremento populacional, de 1996 a 2000, demonstra que as cidades médias metropolitanas têm, em termos demográficos, crescido mais que as cidades

médias do cerrado mineiro. Outro fato observado foi a importância dos fluxos migratórios, sobretudo aqueles realizados dentro do próprio estado de Minas Gerais.

Os indicadores econômicos mostraram que a maioria das cidades desenvolveram um processo de industrialização voltado principalmente para o beneficiamento de produtos primários de origem agrícola ou mineral produzidos ou extraídos preferencialmente na própria região, e que a importância do setor industrial tem sido, gradualmente, dividida com as atividades de comércio e no setor de agronegócios.

Por fim, os indicadores sociais apresentaram um crescimento quantitativo bastante expressivo, garantindo a permanência dessas cidades como centros polarizadores da rede urbana do cerrado mineiro.

Aspectos regionais sobre a população do ensino médio

O Ensino Fundamental é ministrado em 22 estabelecimentos, dos quais 12 são mantidos pelo governo do Estado, 07 pelo governo municipal e 02 de propriedade particular. O Ensino Médio é ministrado em 03 estabelecimentos, sendo 05 mantidos pelo governo do Estado e 01 de propriedade particular. O Ensino Superior dispõe de 01 Faculdade Particular.

O Ensino profissionalizante é ministrado em uma escola do SENAC, onde são ministrados vários cursos de formação e aperfeiçoamento profissional. A educação especial é feita pela APAE (Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais) em parceria com todas escolas do município. Atualmente há também a Universidade Aberta do Brasil (UAB) que oferece os cursos de Administração Pública, Matemática, Pedagogia, Sistemas da Internet e Educação Física.

Número de Escolas por Nível			
Variável	**Coromandel**	**Minas Gerais**	**Brasil**
Fundamental	12	108,44	1.340,77

Médio	6	30,69	279,93

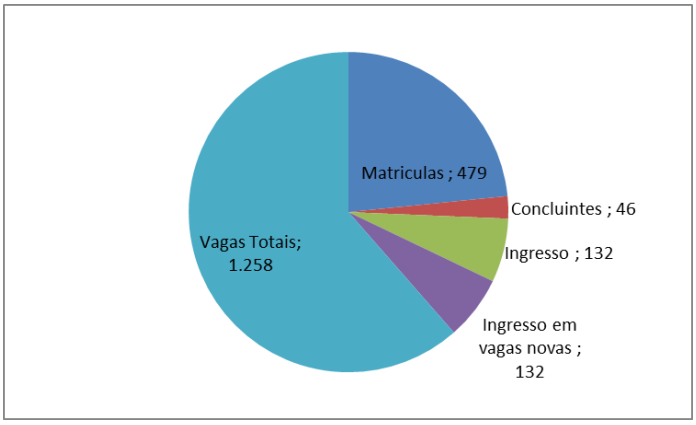
Em 2015, os alunos dos anos inicias da rede pública da cidade tiveram nota média de 6.9 no IDEB. Para os alunos dos anos finais, essa nota foi de

5.3. Na comparação com cidades do mesmo estado, a nota dos alunos dos anos iniciais colocava esta cidade na posição 53 de 853. Considerando a nota dos alunos dos anos finais, a posição passava a 79 de 853. A taxa de escolarização (para pessoas de 6 a 14 anos) foi de 96.4 em 2010. Isso posicionava o município na posição 685 de 853 dentre as cidades do estado e na posição 4281 de 5570 dentre as cidades do Brasil.

O numero de matrículas no ensino fundamental no ano de 2015 foi de 3.551 matrículas. No ensino médio foram registradas 3.551 matriculadas em 20

Demanda por cursos superiores e a relação entre número de matriculados e de evadidos

De acordo com os dados do censo da educação superior do ano de 2016, 132 alunos ingressaram, sendo um numero extremamente baixo quando se comparado com a quantidade de alunos que concluíram o ensino médio que foi de 3.551 em cursos superiores conforme gráfico abaixo:



Fonte: INEP – Censo da Educação Superior – 2016. Disponível em: http://portal.inep.gov.br/microdados.

Contribuição do(s) curso(s) ofertado(s) para o desenvolvimento da comunidade

A uma grande demanda de profissionais para a área da educação no município de Coromandel, a economia local gira em torno de agroindústria e mineração. Existem uma grande quantidade distritos e pequenas cidades onde a população acesso a educação de forma adequada.

A oferta dos cursos de Pedagogia e Educação Física contribuirá para o crescimento econômico e social da comunidade uma vez que permitirá que tais pessoas possam se qualificar e ter acesso e forma mais competitiva ao mercado de trabalho.

A oferta dos cursos pela FPM através do seu polo em Coromandel visa atender a demanda das necessidades das escolas de ensino infantil, fundamental e médio, principalmente da sua região de abrangência, tendo o preceito da cultura da educação, na sua dimensão mais abrangente, permeando as ações educativas e informativas, de forma articulada ao contexto social entendo-a como uma forma de participação e contribuição social.

Os cursos de Administração e Ciências Contábeis ofertados pela FPM contribuíram para o crescimento econômico da região uma vez que existe uma carência de profissionais, uma vez que uma boa parte da economia local gira em torno do comercio local e são profissões fundamentais dentro de qualquer empresa, pois onde há atividade econômica há também a necessidade da presença de um profissional.

A oferta dos cursos na região pode contribuir com a disseminação de ações empreendedoras que possibilitam às pessoa intervirem inovando, criando e avançando na busca de novos patamares de produção e de melhores níveis de qualidade de vida. Os novos empreendedores têm

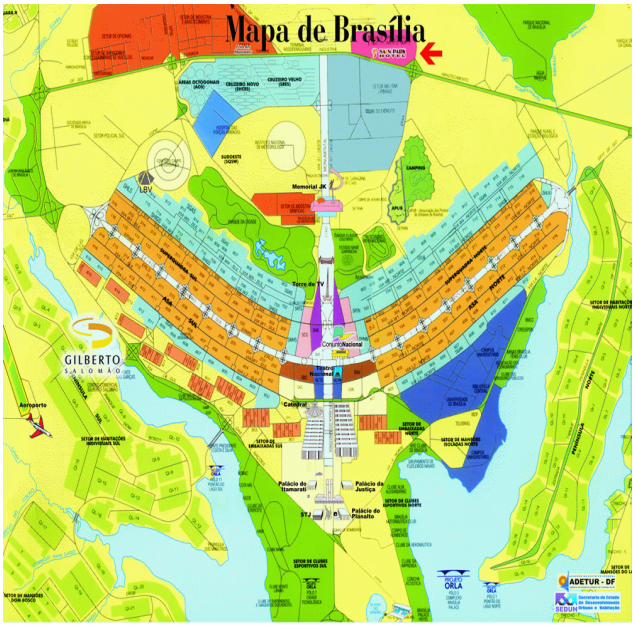
importância vital para a sociedade, pois, o desenvolvimento econômico de uma região tende a estar diretamente relacionado com o grau de empreendedorismo de uma comunidade.

2.10.3. Polo Brasília

Distribuição geográfica de Brasília

Brasília é a capital federal do Brasil e a sede do governo do Distrito Federal. A capital está localizada na região Centro-Oeste do país, ao longo da região geográfica conhecida como Planalto Central. Segundo estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE 2017) sua população é de 207.660.929 habitantes, sendo, então, a terceira cidade mais populosa do país.

A cidade está localizada a 15°47’ de latitude sul e a 47°56′ de longitude oeste e ocupa uma área de 5.779 km². A cidade fica a cerca de 1.000 metros do nível do mar e tem relevo predominantemente plano. O ponto mais alto é o Pico do Roncador, com 1.341 metros, localizado na Serra do Sobradinho. No seu entorno Municípios limítrofes Águas Lindas de Goiás, Cidade Ocidental, Cristalina, Formosa, Novo Gama, Santo Antônio do Descoberto, Padre Bernardo, Planaltina de Goiás, Valparaíso de Goiás e Cabeceira Grande.



A capital brasileira é a maior cidade do mundo construída no século XX. A cidade possui o maior produto interno bruto *per capita* em relação às capitais, o quarto maior entre as principais cidades da América Latina e cerca de três vezes maior que a renda média brasileira. Como capital nacional, Brasília

abriga a sede dos três poderes da República (Executivo, Legislativo e Judiciário) e 127 embaixadas estrangeiras.

A cidade começou a ser planejada e desenvolvida em 1956 por Lúcio Costa e pelo arquiteto Oscar Niemeyer, com cálculos estruturais do engenheiro Joaquim Cardoso. Inaugurada em 21 de abril de 1960, pelo então presidente Juscelino Kubitschek, Brasília tornou-se formalmente a terceira capital do Brasil, após Salvador e Rio de Janeiro. Vista de cima, a principal área da cidade se assemelha ao formato de um avião, porém foi projetada em formato de borboleta. A cidade, comumente referida como "Capital Federal" ou "BSB", é considerada um Patrimônio Mundial pela UNESCO, devido ao seu conjunto arquitetônico e urbanístico e possui a maior área tombada do mundo, com 112,5 quilômetros quadrados.

Localização: Entre os paralelos 15°30'00" e 16°03'06", fazendo divisa com os rios Preto, a leste, e Descoberto, a oeste
Área: 5.789,16 km2
Densidade demográfica: 354,3 hab./km2
Altitude: 1.172 m
Clima: Tropical de Savana e Temperado Chuvoso de Inverno Seco
Temperatura média anual: 20,5°C
Umidade relativa do ar: 40 a 70%
Hora local: - 3h em relação ao Meridiano de Greenwich
População estimada em 2017: 3.039.444 hab.
Participação no PIB (%): 1,8
Produtos agrícolas: Café, Goiaba, Laranja, Limão, Mamão, Manga e Tangerina

Produtos minerais: Água Mineral, Calcário e Dolomita
Pecuária - bovinos (cabeças) :P 110.157
Extrativismo vegetal: Madeiras
Indústria: Construção civil, gráfica, de transformação.
Arrecadação de ICMS 2002 - Valor Provisório (R$) 1.804.582,00
Crescimento Demográfico (% ao ano): 2,82

Vegetação: Cerrado
Rios principais: Paranoá, Preto, Santo Antônio do Descoberto, São Bartolomeu
Índice de Desenvolvimento Humano - IDH (0-1): 0,844
Analfabetismo (%): 4,35
Eleitores: 1.518.437
Extensão das ferrovias (Km) 36
Extensão das rodovias (Km) 1.855,5
Malha pavimentada (%) 44

Economia de Brasília

As particularidades de Brasília não se esgotam apenas em seu projeto urbanístico moderno, mas se estendem também ao contexto econômico. Para se ter uma ideia, o Produto Interno Bruto (PIB) de Brasília é seis vezes maior do que o do Estado do Maranhão, por exemplo, fator este que demonstra o desenvolvimento econômico e social de Brasília. Do mesmo modo, o Índice de Desenvolvimento Humano **(**IDH) de Brasília é alto, e demonstra que em teoria a população apresenta uma condição boa de vida.

Comércio e serviços

Já na década de 1960, Brasília apresentava um setor comercial bastante desenvolvido, principalmente quando comparado ao restante do país. Estão relacionadas também ao desenvolvimento de Brasília e da região, a existência das redes rodoviárias e ferroviárias, que dinamizavam a produção e a demografia da região. Durante um bom tempo, a construção civil movimentou a

economia de Brasília, setor que perde um pouco de força na década de 1990, quando passam a se destacar efetivamente os serviços.

Turismo

O turismo também é um importante elemento propulsor da economia de Brasília. Boa parte das pessoas que viajam para Brasília para negócios ou questões políticas, acaba usufruindo de serviços turísticos lá, como rede

hoteleira, restaurantes ou mesmo passeios e atividades culturais. Este fator está relacionado com as opções disponíveis aos visitantes em Brasília, que vão desde sua infraestrutura até elementos da cultura, como música, dança, moda, teatro, novas mídias, televisão, dentre outros.

São exemplos de pontos turísticos em Brasília, a Câmara Legislativa do Distrito Federal, localizada na “Praça do Buriti”. Além disso, existe ainda o Templo da Boa vontade, onde a premissa é a Espiritualidade Ecumênica, na qual os visitantes podem vivenciar momentos de reflexão, com base nos preceitos da cultura, arte e ecologia.

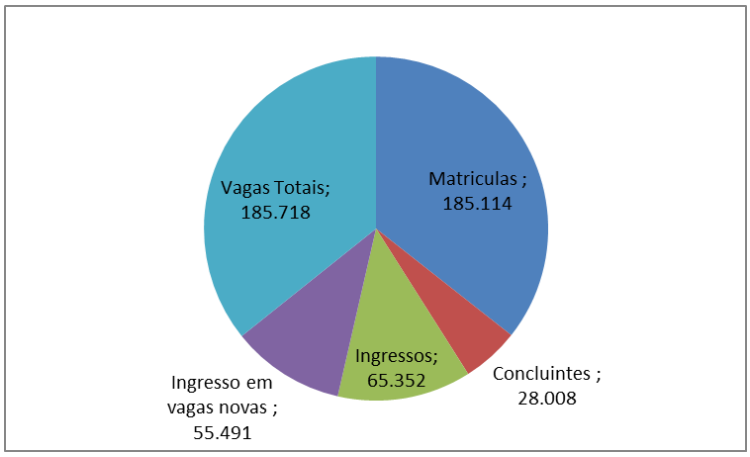
Aspectos regionais sobre a população do ensino médio

De acordo com o censo 2015 Brasília possui 826 escolas de ensino fundamental e 216 escolas de ensino médio. A taxa de matriculas no mesmo ano foi de 390.079 no ensino fundamental e 110.370 no ensino médio.

Em 2015, os alunos dos anos inicias da rede pública da cidade tiveram nota média de 5.6 no IDEB. Para os alunos dos anos finais, essa nota foi de 4. Na comparação com cidades do mesmo estado, a nota dos alunos dos anos iniciais colocava esta cidade na posição 1 de 1. Considerando a nota dos alunos dos anos finais, a posição passava a 1 de 1. A taxa de escolarização (para pessoas de 6 a 14 anos) foi de 97.5 em 2010. Isso posicionava o município na posição 1 de 1 dentre as cidades do estado e na posição 2904 de 5570 dentre as cidades do Brasil.

Demanda por cursos superiores e a relação entre número de matriculados e de evadidos

De acordo com os dados do censo da educação superior do ano de 2016, 65.352 alunos ingressaram em cursos superiores conforme gráfico abaixo:



Fonte: INEP – Censo da Educação Superior – 2016. Disponível em: http://portal.inep.gov.br/microdados.

O de acordo com os dados do gráfico acima o numero de ingressantes no ensino foi de 65.352 quando se comparado ao numero de alunos do ensino médio que foi de 110.370, demostra que existe essa demanda de alunos que não ainda não possuem acesso a educação superior, indicando que existe um mercado a ser explorado na região.

Contribuição do(s) curso(s) ofertado(s) para o desenvolvimento da comunidade

Através de pesquisas realizadas na região de Brasília, percebe-se que a oferta dos cursos a serem implantados pela FPM irá contribuir de forma significativa para a melhoria na qualificação profissional da comunidade. O polo localiza-se no setor de industriais, onde a maioria das pessoas trabalham em horários alternados o que dificultam o acesso a educação. Esse acesso a educação e melhora da qualificação profissional pode contribuir de forma significativa para melhora socioeconômica uma vez que atualmente a cidade de Brasília possui a maior desigualdade de renda entre as capitais brasileiras,

além de ser uma das capitais em que mais se registram homicídios para cada cem mil habitantes no país.

Segundo pesquisa da consultoria Mercer sobre o custo de vida, Brasília esta ocupando a posição 70 entre as cidades mais caras do mundo. Brasília entra na classificação logo depois de Nova Iorque, a cidade mais cara dos Estados Unidos. A oferta dos cursos e consequentemente a melhoria da

qualificação profissional da comunidade gera um aumento de renda da população melhorando sua condição socioeconômica.

A oferta de cursos na modalidade EAD permite um maior acesso da população a educação superior uma vez que em uma cidade com elevado custo de vida como Brasília o custo financeiro de um curso superior presencial é muito alto não sendo acessível a grande parte da população.

2.10.4. Polo Patos de Minas

Distribuição geográfica de Patos de Minas

Patos de Minas está situada na região intermediária às regiões do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. A cidade é a terceira maior e mais importante cidade da mesorregião e ganhou projeção nacional através da Festa Nacional do Milho realizada no mês de maio, movimentando vários setores da economia. É um município essencialmente voltado para a agroindústria e o agronegócio.

A Mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Parnaíba é uma das 12 mesorregiões do estado de Minas Gerais. Nela estão inseridas duas das dez regiões de planejamento do estado, a região do Triângulo Mineiro e a do Alto Paranaíba. É formada pela união de 66 municípios agrupados em sete microrregiões, localizada na região oeste de Minas Gerais. Conta com 2.279.478 habitantes, bem como uma área de 90.545 km², equivalente a 15,4% do território mineiro.

Em comparação com as demais mesorregiões do estado, dispõe do terceiro maior contingente populacional da segunda maior área e segunda maior economia do estado. A mesorregião tem hoje forte influência estadual. Faz fronteira a norte com o Sul Goiano e com o Noroeste de Minas; ao sul com Ribeirão Preto e São José do Rio Preto, ambas no estado de São Paulo e com o Sul e Sudoeste de Minas; a leste com a Central Mineira e com o Oeste de Minas; a oeste com o Leste de Mato Grosso do Sul.

A mesorregião é circundada pelos rios Grande e Paranaíba. Sete de seus municípios estão entre os mais populosos do estado: Uberlândia,

Uberaba, Patos de Minas, Araguari, Ituiutaba, Araxá e Patrocínio, sendo que Uberlândia é o maior município do interior mineiro.

Pode-se evidenciar ainda a produção agrícola bastante diversificada, com produção de grãos e hortifrutigranjeiros. A cidade destaca-se, também, pela significativa produção leiteira e, atualmente, detém 70% da genética nacional de suínos.

No campo da educação, há a preocupação em se criar instituições capazes de instrumentalizar os trabalhadores em suas funções, as escolas de Ensino Médio, além de elaborarem seus projetos procurando atender as exigências dos vestibulares, procuram desenvolver projetos que levem os alunos a descobrirem seus ideais e os orienta para conquistá-los.

Características Regionais de Patos de Minas

Município	**População 2010**	**Área da unidade territorial (km²)**	**Densidade demográfica (hab/km²)**
Patos de Minas	138.710	3.189,77	43,5

Fonte:IBGE/Cidades

A Mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Parnaíba é uma das 12 mesorregiões do estado brasileiro de Minas Gerais. Nela estão inserida duas das dez regiões de planejamento do estado, a região do Triângulo Mineiro e a do Alto Paranaíba. É formada pela união de 66 municípios agrupados em sete microrregiões, localizada na região oeste de Minas Gerais. Conta com 2.279.478 habitantes, bem como uma área de 90.545 km², equivalente a 15,4% do território mineiro.

Em comparação com as demais mesorregiões do estado, dispõe do terceiro maior contingente populacional e da segunda maior área. Segunda maior economia do estado, a mesorregião tem hoje forte influência estadual. Faz fronteira a norte com o Sul Goiano e com o Noroeste de Minas; ao sul com Ribeirão Preto, com São José do Rio Preto, ambas no estado de São Paulo e com o Sul e Sudoeste de Minas; a leste com a Central Mineira e com o Oeste de Minas; a oeste com o Leste de Mato Grosso do Sul.

A mesorregião é circundada pelos rios Grande e Paranaíba. Sete de seus municípios estão entre os mais populosos do estado: Uberlândia, Uberaba, Patos de Minas, Araguari, Ituiutaba, Araxá e Patrocínio, sendo que Uberlândia é o maior município do interior mineiro.

Evolução Populacional			
Ano	**Patos de Minas**	**Minas Gerais**	**Brasil**
1991	102.946	15.743.152	146.825.475
1996	112.384	16.567.989	156.032.944
2000	123.881	17.891.494	169.799.170
2007	133.054	19.273.506	183.987.291
2010	138.710	19.597.330	190.755.799

Fonte:IBGE/Cidades

Aspectos regionais sobre a população do ensino médio

Patos de Minas possui Número de estabelecimentos de ensino fundamental no ano de 2015 de 49 escolas enquanto o número de estabelecimentos de ensino médio em 2015 é de 26 escolas.

Em 2015, os alunos dos anos inicias da rede pública da cidade tiveram nota média de 7 no IDEB. Para os alunos dos anos finais, essa nota foi de 5. Na comparação com cidades do mesmo estado, a nota dos alunos dos anos iniciais colocava esta cidade na posição 39 de 853. Considerando a nota dos alunos dos anos finais, a posição passava a 191 de 853. A taxa de escolarização (para pessoas de 6 a 14 anos) foi de 98.6 em 2010. Isso posicionava o município na posição 188 de 853 dentre as cidades do estado e na posição 1139 de 5570 dentre as cidades do Brasil.

O numero de matrículas no ensino fundamental no ano de 2015foi de 17.191 matrículas, enquanto no ensino médio o numero foi de 5.560 matrículas.

Demanda por cursos superiores e a relação entre número de matriculados e de evadidos

Diferentemente de outras regiões da América Latina, o caráter tardio da implantação dos processos de escolarização nesta região do Brasil fez com que a Educação Superior só se desenvolvesse em meados do Séc. XX. A região, porém, viveu o "*boom"* educacional do final dos anos sessenta, com a implantação de diversas instituições privadas de Educação Superior. Nos anos setenta foram implantadas duas instituições de Educação Superior públicas na região, a de Odontologia, em Uberaba e a Universidade Federal de Uberlândia, em Uberlândia.

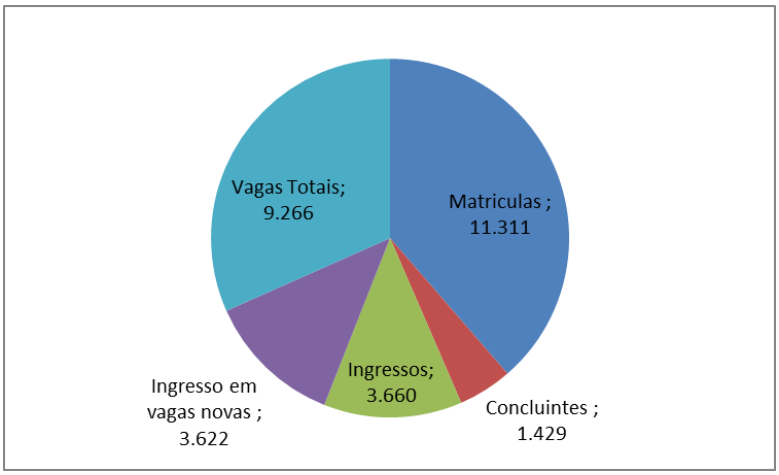
A região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba é um centro de referência econômico e cultural para o Centro-Oeste e se constitui em polo de confluência de diferentes demandas científicas e culturais. Seu sistema de Educação Superior integra varias IES em uma área que as separa em no máximo 200 km, para onde convergem alunos de toda a região que aspiram desenvolver seus conhecimentos culturais, científicos e profissionais.

Para atender a essas aspirações, as IES necessitam de conhecimentos acumulados com elevado nível de qualidade e de pesquisas capazes de contribuir com eficiência para o desenvolvimento e a intervenção no meio social.

Contribuição do(s) curso(s) ofertado(s) para o desenvolvimento da comunidade

A oferta dos cursos pela Faculdade Patos de Minas em Patos de Minas contribuirá para o desenvolvimento econômico da cidade e região. Estudos comprovam que existe uma grande demanda de alunos que concluem o ensino médio porém não ingressam no ensino superior por diversos fatores. Atualmente 24,41% da população patense possuem ensino médio completo sendo que apenas 12,17% possuem ensino superior completo.

De acordo com os dados do censo da educação superior do ano de 2016, 3.622 alunos ingressaram em cursos superiores conforme gráfico abaixo:



Fonte: INEP – Censo da Educação Superior – 2016. Disponível em: http://portal.inep.gov.br/microdados.

O município de Patos de Minas possui 07 distritos, onde a população que necessita de acesso a educação superior se desloca vários quilômetros para estudar, com a implantação dos cursos ofertados pelas IES acredita-se que o índice de estudantes aumente uma vez que a modalidade EAD permite

que os mesmos estudem sem a necessidade de viagens frequentes. Tal aumento gera uma melhora social e econômica nos distritos.

É evidente a falta de profissionais de educação em tais distritos, uma vez que os profissionais atuantes se deslocam principalmente da cidade de Patos de Minas. Com o aumento da qualificação desses profissionais

Esse aumento da qualificação profissional trará melhora econômica principalmente para os distritos, onde boa parte da população possui uma baixa renda. O Índice de Gini, que mede a desigualdade, registrado em Patos de Minas é de 0,50. A pobreza extrema no município era de 0,87%, e a população pobre somava 4,55%, sendo necessárias ações que melhorem tal índice, e a oferta de novos cursos na modalidade EAD podem contribuir para tal.

Atualmente segundo dados de 2015 o município de Patos de Minas conta 4.967 empresas de médio a grande porte, isso deixa claro a necessidade de profissionais de administração e contabilidade para atender a essa demanda de mercado.

Indicadores estabelecidos no PNE vigente

O Plano Nacional de Educação (PNE) é um instrumento da política educacional que estabelece diretrizes, objetivos e metas para todos os níveis e modalidades de ensino, para a formação e valorização do magistério e para o financiamento e a gestão da educação, por um período de dez anos. Sua finalidade é orientar as ações do Poder Público nas três esferas da administração (União, Estados e Municípios), o que o torna uma peça-chave no direcionamento da política educacional do país.

O PNE tem respaldo legal na Constituição de 1988 e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), aprovada em dezembro de 1996.

A LDB, em sintonia com a Declaração Mundial de Educação para Todos, determinou a elaboração de um plano nacional de educação no prazo de um ano, a contar da data da sua publicação. Entretanto, depois de três anos de tramitação no Congresso Nacional e muito debate com a sociedade civil organizada e entidades da área educacional, o PNE foi sancionado em janeiro de 2001.

A democratização do acesso à educação superior, com inclusão e qualidade, é um dos compromissos do Estado brasileiro, expresso nessa meta do PNE. O acesso à educação superior, sobretudo da população de 18 a 24 anos, vem sendo ampliado no Brasil, mas ainda está longe de alcançar as taxas dos países desenvolvidos e mesmo de grande parte dos países da América Latina.

O desafio é ainda maior quando se observa as taxas por estado e por região. Cada município também possui uma realidade diferente em termos da oferta e do acesso à educação superior, pois esse nível de ensino é de responsabilidade de instituições federais, estaduais ou privadas, e a oferta no município fica vinculada às decisões de expansão destas instituições.

A implantação e ofertas de cursos de graduação na modalidade a distância nos polos da Faculdade Patos de Minas segue como um dos instrumentos norteadores o PNE (Plano Nacional de Educação) bem como suas metas e indicadores.

Uma das principais metas estabelecidas pelo PNE é a de número 12 que visa elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para cinquenta por cento e a taxa líquida para trinta e três por cento da população de dezoito a vinte e quatro anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, quarenta por cento das novas matrículas, no segmento público.

A abertura de novos polos da Faculdade Patos de Minas contribuirá de forma significativa para a elevação da taxa de matricula bruta e liquida da população em instituições de ensino superior nos municípios de João Pinheiro, Coromandel, Patos de Minas e em Brasília. A meta se refere também a expansão da oferta, com a implantação de polos na modalidade EAD, a população que reside em regiões remotas, ou com condições econômicas baixas terão mais condições de cursar uma graduação.

As regiões escolhidas pela IES para a implantação dos polos são regiões carentes, com baixo índice de ingressantes nos cursos superiores e localizados em regiões com muitos distritos e vilas que são de difícil acesso.

Outra estratégia do PNE para o cumprimento da meta nº12 é ampliar a participação proporcional de grupos historicamente desfavorecidos na

educação superior, inclusive mediante a adoção de políticas afirmativas, na forma da lei;

Com a abertura de polos em regiões pouco favorecidas economicamente como é o caso do proposto pela Faculdade Patos de Minas, essa parcela historicamente desfavorecida terá mais condições de acesso a educação superior, uma vez que a EAD permite uma maior facilidade de acesso tanto no quesito financeiro como na flexibilidade de estudos, através das metodologias inovadoras de ensino proposta pela IES.

O PNE traz ainda como estratégia para o cumprimento da meta n° 12 assegurar condições de acessibilidade nas instituições de educação superior, na forma da legislação. A metodologia bem como a estruturas dos polos da Faculdade Patos de Minas permitem total acessibilidade dos alunos a uma educação superior de qualidade, permitindo assim que a implantação dos polos

e ofertas dos cursos contribuam de forma significativa para o cumprimento de tal meta.

A escolha da localização dos polos foi feita levando em consideração as necessidades econômicas, sociais e culturais de cada comunidade onde os polos estão inseridos. Os cursos foram escolhidos de modo a atender a necessidade de profissionais da região. Tais ações contribuem para o cumprimento da meta nº 12 através da estratégia sugerida pelo PNE de fomentar estudos e pesquisas que analisem a necessidade entre formação, currículo, pesquisa e mundo do trabalho, considerando as necessidades econômicas, sociais e culturais do país.

Para o cumprimento da meta nº 12 o PNE tem como estratégia promover a melhoria da qualidade dos cursos de pedagogia e licenciaturas, por meio da aplicação de instrumento próprio de avaliação aprovado pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (Conaes), integrando-os às demandas e necessidades das redes de educação básica, de modo a permitir aos graduandos a aquisição das qualificações necessárias a conduzir o processo pedagógico de seus futuros alunos(as), combinando formação geral e específica com a prática didática, além da educação para as relações étnico-raciais, a diversidade e as necessidades das pessoas com deficiência;

A Faculdade Patos de Minas visa ofertar dois cursos de licenciatura em seus polos, sendo eles o curso de pedagogia e o curso de educação física, ambos foram organizados de modo a atender a demanda e a necessidade da rede de educação básica das regiões dos polos, uma vez que após pesquisas verificou-se que as mesmas possuem um déficit de formação de professores muito intenso. A implantação dos polos permitirá que os alunos se qualifiquem de modo a conduzir o processo de ensino aprendizagem. É politica da IES trabalhar em seus conteúdos as relações étnicos-raciais, a diversidade bem como a inclusão das pessoas que possuem as mais diversas formas de deficiência. Ressalta-se que os alunos terão disciplinas voltadas aos temas e que a IES possuem acessibilidade em todos os polos e sede bem como no Ambiente Virtual de Aprendizagem (A.V.A.).

A Faculdade Patos de Minas também promove através de suas politicas de capacitação continuada a capacitação e atualização dos seus docentes e técnicos administrativos de acordo com a estratégia 13.9 do PNE.

EIXO 3 - POLÍTICAS ACADÊMICAS

3.1. Políticas de ensino e ações acadêmico-administrativas para os cursos de graduação.

A IES desde seu credenciamento procurou implementar todas as propostas relacionadas em seu PDI e Regimento Interno. Dessa forma, iniciou-se com os órgãos Administrativos de apoio, que conforme o organograma da Instituição contemplam todas as necessidades institucionais e legais.

Os órgãos de Colegiado Superior de Cursos estão funcionando normalmente com seus membros designados por portaria e através da realização de reuniões que vem ocorrendo frequentemente determinadas pelo regimento e demais normas.

A gestão institucional está em consonância com as atividades da Instituição, com os diretores, administradores e coordenadores, cumprindo todas as exigências e metas estipuladas pelo Conselho Superior (CONSUAD), compondo parte das decisões institucionais e das determinações do MEC.

O Plano de Desenvolvimento Institucional está estruturado de modo que permite uma postura que contemple essa nova realidade político-educacional, caracterizando-se pelo conjunto de diretrizes e estratégias que expressam e orientam a prática pedagógica e a dinâmica dessa Instituição, não se restringindo à mera organização de componentes administrativos, mas sim, em um planejamento estratégico organizado dos atos até hoje praticados e nas ações a serem realizadas pela Instituição em um prazo de até 05 (cinco) anos.

A época social norteia os novos paradigmas os quais a escola adotou e adequou- se. A educação por sua vez, é responsável pela formação de conhecimento científico, habilidades e práticas profissionais, bem como, convicções as quais levam a crítica reflexiva e consequentemente à ação refletida que proporciona a evolução da sociedade.

A FPM não pode definir seu futuro, mas pode delinear seu desenvolvimento, levando em conta as características e as tendências do meio na qual está inserida. Uma vez que ela tem uma apreciável força de impacto sobre os rumos, o destino institucional e da comunidade. Nesse contexto, as características e as tendências do meio, alteram e transformam a realidade da instituição, rapidamente se fazem necessárias as adaptações, para galgar às transformações de forma criativa e crítica, assumindo, com certa dose de risco, o papel de interveniente ativo nesse processo de permanente mudança, que marca a sociedade contemporânea e a Educação Nacional.

Reconhecendo isso e acreditando que o efetivo planejamento do futuro de uma instituição de ensino superior é inseparável da visão própria de seu corpo gestor e de seu corpo social, a IES tem o intuito de facilitar o processo de planificação do seu PDI e, para que esta tenha procedência e utilidade, as sugestões e as propostas que não sejam marcadas pela artificialidade.

O Plano de Desenvolvimento Institucional tornou-se exequível e capaz de assegurar uma posição adequada à Instituição no cenário educacional mineiro e nacional através das propostas, que foram apresentadas, e elaboradas a partir:

- Dos resultados nos processos de avaliação da instituição e de seus cursos, realizados nos últimos 5 anos pelo MEC, através do INEP;
- Dos resultados dos processos de avaliações internas e análise da CPA (Comissão Própria de Avaliação) que une a instituição através de representantes dos alunos, docentes, técnicos administrativos e membros da sociedade, onde através de reflexões críticas, analisam o desenvolvimento da instituição;

- Apoio do Colegiado composto por alunos, professores e corpo técnico administrativo da instituição e NDE, composto por docentes, onde através da discussão coletiva, análise de documentos e diretrizes descrevem caminhos e objetivos a serem alcançados para a maior significação do ensino e da formação dos discentes da instituição;
- Da identificação e da análise de um conjunto de variáveis, derivadas do contexto interno, consideradas capazes de afetar a situação da Instituição nos próximos anos.

Partindo da missão e dos objetivos institucionais, as ações do ensino de graduação dos cursos de bacharelado e licenciatura da FPM estão em consonância com seus princípios filosóficos, políticos e pedagógicos, no que diz respeito a idealização, elaboração e execução dos projetos dos cursos.
Os cursos em funcionamento foram organizados a partir da concepção da prática social, que emerge da relação entre professor e estudante, respeitando o princípio de flexibilidade e a capacidade de criar e recriar conhecimento, ou seja, da ação concreta e efetiva entre o sujeito, o objeto e o conhecimento.

O Programa de Inovação Curricular foi criado para acompanhar a atualização dos Projetos Pedagógicos de Cursos, o mesmo busca a consolidação da qualidade dos cursos, acompanhando a implantação e revisão dos conteúdos curriculares e de novos Projetos Pedagógicos de Curso (PPC) juntamente com o NDE de cada curso, incluindo o acompanhamento da divulgação dos cursos sequenciais de complementação de estudos.

A oferta de componentes curriculares na modalidade semipresencial é incentivada e orientada. Os professores da FPM que atuam com disciplinas semipresenciais são capacitados previamente, mediante a realização de cursos e treinamentos ofertados pelo NEAD (Núcleo de Educação à Distância). A formação da equipe de EAD, a reestruturação tecnológica e física, a capacitação docente e administrativa, passou por um incremento de qualidade visando ao credenciamento da Instituição junto ao Ministério da Educação,

para a oferta desta modalidade de ensino em seus Cursos de Graduação, Sequenciais e de Pós-Graduação *Lato Sensu*.

Atenta à importância de se reservar um espaço na graduação para experiências pedagógicas inovadoras, a FPM tem implantado alguns serviços de suporte às atividades acadêmico-administrativas, além de ter adquirido e aperfeiçoado programas de acesso, serviços e equipamentos, destacando-se:

Programa Conta E-Mail: disponibilizado a todos os alunos, professores e funcionários da Instituição;

Programa Aluno On-Line: ambiente de consulta que permite ampla e funcional interação com os setores acadêmicos e administrativos da Instituição;

Ambiente virtual FPM Virtual: suporte às atividades didático-pedagógicas para o ensino inclusive à prática da modalidade de ensino semipresencial na Instituição que serão implantadas e consolidadas no período de vigência do PDI (2016-2020).

A contínua revisão dos Projetos Pedagógicos dos Cursos também é um dos fatores que qualifica os cursos. Os PPC's são avaliados por meio da Avaliação de Disciplinas da Graduação.

A avaliação de disciplinas e a avaliação dos PPC's constituem processos consolidados e fundamentais para a gestão dos cursos. As avaliações são realizadas por meio da CPA através de questionário próprio, pelos NDE's dos cursos durante as reuniões semestrais devidamente registradas em atas bem como pelos processos de avaliação externos do INEP.

As IES através de seu PDI estabelece como objetivos e metas a criação de novos cursos de graduação, o estabelecimento de mais parcerias e convênios, a ampliação da ofertas de disciplinas Semipresenciais, aumentar a abrangência acadêmica dos questionários da CPA para a melhoria da avaliação das

disciplinas e a melhoria continua dos projetos pedagógicos dos cursos. O cronograma de tais ações compreende o período de vigência do PDI (2016-2020).

Política de Educação Ambiental da Instituição

A FPM compreende a importância da mobilização da comunidade acadêmica para reflexões que envolvem questões relacionadas à Educação Ambiental. Assim, as coordenações de cursos da instituição, juntamente com a Direção Geral da IES, elaboraram uma proposta de Educação Ambiental de acordo com os princípios de qualidade, ética, bem como com a legislação específica, incorporada pela Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, regulamentada pelo Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002, proporcionando uma visão crítica da ciência e cultura, permitindo atividades de conservação da biodiversidade, de gerenciamento de resíduos, de manejo sustentável de recursos ambientais, e melhoria de qualidade ambiental, a partir de uma visão mais globalizada da questão ambiental como propiciadora do pleno exercício da cidadania.

A abordagem do tema é feita não apenas na transmissão do conhecimento, mas na valorização e resgate do conhecimento prévio, possibilitando uma aprendizagem significativa, na qual se aproximam os conceitos com a realidade da comunidade.

A Discussão Acadêmica social e econômica problemática em relação ao meio ambiente e seu processo de degradação tem ganhado cada vez mais espaço e tem sido objeto de políticas públicas voltadas, principalmente, ao processo educacional. Neste contexto, várias ações foram realizadas: os primeiros Fóruns Nacionais de Educação Ambiental, a instituição do Programa Nacional de Educação Ambiental pelo Ministério do Meio Ambiente e dos Parâmetros Curriculares Nacionais pelo MEC, no qual a temática ambiental foi inserida como conteúdo transversal em todas as disciplinas do currículo escolar.

Diante disso, a FPM iniciou um trabalho em conjunto com representantes da comunidade acadêmica com o objetivo de elaborar uma proposta de educação ambiental voltada para a realidade regional, contando com a participação de professores, alunos e pessoal técnico administrativo. A possibilidade de integrar diferentes cursos superiores e preparar uma proposta a partir da realidade socioambiental regional, integrando Faculdade/Comunidade justificou plenamente a necessidade e relevância de um projeto que relaciona ensino, extensão e iniciação científica. A partir dessa necessidade foi Criado o NEA (Núcleo de educação Ambiental) cujo objetivo principal é a interação entre a comunidade acadêmica, sociedade e as questões ambientais.

Política para a Inserção dos Direitos Humanos no Ensino Superior

A IES, considerando o que dispõe o MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO e o CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO CONSELHO PLENO através da RESOLUÇÃO Nº 1, DE 30 DE MAIO DE 2012 que estabelece as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos (EDH) a formação para a vida e para a convivência, no exercício cotidiano dos direitos humanos como forma de vida e de organização social, política, econômica e cultural nos níveis regionais, nacionais e planetário e para assegurar o direito à educação a todos(as), adota em sua missão e em todos regulamentos e ações que norteiam e efetivam suas ações práticas educativas para a defesa e aplicação na vida cotidiana e cidadã de sujeitos de direitos e de responsabilidades individuais e coletivas, nos âmbitos de direitos civis, políticos, sociais, econômicos, culturais e ambientais, sejam eles individuais, coletivos, a fim de garantir a igualdade e de defesa da dignidade humana, com a finalidade de promover a educação para a mudança e a transformação social, independente da área de estudo ou formação.

Para alcançar a Missão Institucional, de forma sistêmica, transversal e multidimensional, calcada fortemente no contexto da EDH, a IES declara como norteadores de suas ações seu PDI e PPC os seguintes fundamentos : I - dignidade humana; II - igualdade de direitos; III - reconhecimento e valorização

das diferenças e das diversidades; IV - laicidade do Estado; V -democracia na educação, posicionamentos estes apresentados na Resolução CNE/CP 1/2012. Diário Oficial da União, Brasília, 31 de maio de 2012 – Seção 1 – p. 48. VI - transversalidade, vivência E globalidade; e VII - sustentabilidade socioambiental.

Os princípios supracitados são articulados nas dimensões:

I - apreensão de conhecimentos historicamente construídos sobre direitos humanos e a sua relação com os contextos internacional, nacional e local;
II - afirmação de valores, atitudes e práticas sociais que expressem a cultura dos direitos humanos em todos os espaços da sociedade;
III - formação de uma consciência cidadã capaz de se fazer presente em níveis cognitivo, social, cultural e político;
IV - desenvolvimento de processos metodológicos participativos e de construção coletiva, utilizando linguagens e materiais didáticos contextualizados; e
V - fortalecimento de práticas individuais e sociais que gerem ações e instrumentos em favor da promoção, da proteção e da defesa dos direitos humanos, bem como da reparação das diferentes formas de violação de direitos.

Caberá ainda a IES, incentivar a pesquisa e a extensão no tema, promovendo diálogo com segmentos em situação de exclusão social e movimentos sociais, atuando assim com ações efetivas na formação de uma sociedade mais cidadã e responsável, junto a região onde atua, divulgando inclusive, pelos mais diversos meios midiáticos, os resultados e experiências vivenciados e obtidos.

Iniciação Científica (Pesquisa)

No que se refere à pesquisa a IES incentivará o desenvolvimento de saberes e ações no campo da EDH através de apoio a investigações especializadas focando na promoção da paz, desenvolvimento, justiça, igualdade e liberdade.

Além de propostas de iniciação científica em questões ambientais, do afrodescendente indígena, memória do patrimônio cultural, gestões especificas de ações sociais e demais atividades que possam se tornar de referencia para o desenvolvimento de outros projetos.

Atividades de Extensão

São desenvolvidos projetos de extensão que enfatizam o compromisso da IES com a promoção e a defesa dos direitos humanos nos diversos segmentos que a mesma tenha inserção de forma direta ou indireta, internas e externas ao ambiente escolar de forma a contribuir com o crescimento local e regional em termos de políticas em prol dos direitos humanos.

Gestão

Na gestão os direitos humanos são incorporados na cultura e gestão organizacional, no modo de mediação de conflitos, lidando e reparando processos de violações através de ouvidorias, representação institucional e intervenção social junto ás esferas publicas de cidadania, com participação da IES em conselhos, comitês, fóruns de direito e politicas publicas além da participação em projetos sociais principalmente relacionados a saúde proposto pelo governo federal e que muitas vezes encontra dificuldades na gestão dos mesmos por falta de colaboradores com experiência ou conhecimento de gestão.

Desta forma a IES espera contemplar estes princípios orientadores e a EDH como parte do processo educativo uma vez que sem os direitos humanos não será possível consolidar uma democracia substancial e uma Educação Completa e Inclusiva. Fatores estes necessários ao comprometimento da IES com a cultura e política dos direitos humanos, contribuindo assim para o bem estar de todos, salientando que outras formas de problemas com o avanço das tecnologias (bullying, invasão de privacidade), também terão de ser repensadas para a manutenção destes direitos.

Politica Afrodescendente e Indígena

A instituição executa projetos que incentivem a cultura indígena e africana através de seminários, palestras, peças de teatro dentre outros eventos que visam discutir a temática não somente com a comunidade acadêmica, mais com a sociedade como um todo, através dos convênios que busquem o intercâmbio de conhecimento, possibilitando ao aluno um maior contato com a cultura tanto indígena quanto africana.

Neste contexto a IES busca constantemente parcerias entre movimentos sociais, gestores educacionais e sociedade civil com o objetivo de divulgar, promover e implementar as recomendações contidas nos pareceres do Conselho Nacional de Educação com relação à educação para as relações étnico-raciais e educação indígena.

Política para a Proteção da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista

O Autismo é uma denominação que atualmente é melhor explicada pelas nomenclaturas Transtorno Global do Desenvolvimento (TGD) ou Transtorno do Espectro do Autismo (TEA), que indicam uma ampla variação na sintomatologia, onde se inclui um tripé de características: dificuldade de comunicação, de interação social, e interesse e atividades restritos, estereotipados e repetitivos. Dentro do quadro do autismo, existem vários graus de comprometimento dos sintomas, tornando mais ou menos severa a situação do portador desta síndrome. Dentre os graus de severidade, propõe-se um indivíduo de comprometimento maior, outro intermediário e o terceiro com comprometimento mais discreto.

A Faculdade Cidade de Patos de Minas preocupa-se com a temática e trabalha em sala de aula práticas pedagógicas que visam a redução das barreiras à participação e à aprendizagem desses alunos, mostrando a importância da

mediação e destacando o ensino superior como um espaço privilegiado, sendo o professor como elemento essencial para o acesso à aprendizagem.

A FPM conta com atendimento psicopedagógico para acompanhar o aluno autista, oferendo ao mesmo o suporte necessário. São desenvolvidas periodicamente palestras e seminários que abordam a temática para toda a comunidade acadêmica. Os professores das diversas áreas deverão trabalhar o tema de forma transversal com os alunos, instigando a curiosidade e levando os mesmos a pesquisar e se informar mais sobre o assunto.

Neste contexto a FPM está propondo desenvolver uma política de acompanhamento e auxílio ao portador de autismo e não apenas a transmissão de conteúdos numa disciplina motivo este das reuniões e discussões sobre o tema em questão.

3.2. Políticas de ensino e ações acadêmico-administrativas para os cursos de pós-graduação *stricto sensu*.

Em decorrência da trajetória ascendente da Associação Educacional Patos de Minas, desde sua criação em 1999 e com o início das atividades da Faculdade Patos de Minas (FPM) em 2005, o seu grupo gestor já planejava a expansão de cursos em diferentes níveis, buscando oferecer à população da mesorregião de Patos de Minas ensino e pesquisa de qualidade.

Após a implantação, consolidação e expansão das políticas que regem dos cursos de graduação e pós-graduação lato sensu da FPM, no segundo semestre de 2015 em reunião ordinária com a direção geral, foi definida uma Política de Expansão para implantação de projeto de pós-graduação profissional stricto sensu que oferecesse capacitação e formação em pesquisa aos profissionais da região. Foi discutido então, que o município de Patos de Minas, além de ser referência em saúde na região, forma em nível de

graduação e pós-graduação, uma quantidade significativa de profissionais da grande área da saúde.

Com essa ideia em mãos a direção da FPM ofereceu oportunidade a um grupo de trabalho composto por professores doutores para que, a partir da Política de Expansão da Pós-graduação, fosse construída uma proposta de implantação de curso de pós-graduação profissional stricto sensu, que oferecesse capacitação e formação em pesquisa para a grande demanda de profissionais da área da saúde da região, tendo como fruto a melhora da qualidade de vida da população em geral.

Daí em diante esta comissão de implantação reuniu-se periodicamente com objetivo de analisar o manual do usuário para Apresentação de Propostas para Cursos Novos (APCN), disponibilizado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), e as portarias regulamentadoras, enfatizando a Portaria Normativa N° 17 de Dezembro de 2009 que regulamenta a implantação de cursos de mestrado profissional no país.

De comum acordo entre a comissão de implantação e a equipe gestora da FPM, foi definida que a área de conhecimento e concentração seria "Ciências da Saúde" em caráter multiprofissional e interdisciplinar, pois poderá atingir uma quantidade significativa de profissionais na região, de maneira a oferecer uma proposta que fomente pesquisa e aplicabilidade social para região.

Partiu-se então para a definição das linhas de pesquisa, sempre buscando ampliação interdisciplinar, integralizando diversas áreas acadêmicas e de pesquisa previstas na Política de Expansão, cujo resultado final será o oferecimento de mecanismos para melhora na qualidade dos serviços de saúde, em todos os níveis, para a sociedade em geral. As linhas de pesquisa foram definidas buscando maximizar a qualidade de vida dos indivíduos e das coletividades no seu sentido amplo e holístico, sempre de acordo com os conceitos de saúde propostos pela OMS. Também foram levadas em conta as

áreas que os docentes já possuíssem experiência em pesquisa, diante disso foram definidas como linhas de pesquisa:

- Saúde bucal e qualidade de vida;
- Saúde, movimento humano, atividade física e implicações para saúde;
- Saúde coletiva, ambiental e educação para saúde;
- Saúde mental, comportamental e vulnerabilidade social.

Logo, em Setembro de 2016, estas informações sobre o projeto de implantação e definição das linhas de pesquisa a serem oferecidas foram discutidas e disponibilizadas em reunião ordinária do corpo docente e apresentadas à direção geral da Instituição. A aceitação foi positiva e neste mesmo momento foi solicitado aos docentes que oferecessem disciplinas que contemplassem a área de concentração “Ciências da Saúde” de acordo com as respectivas linhas de pesquisa de cada um.

Ao final do ano de 2016, as ementas das disciplinas foram entregues á comissão de implantação para possíveis ajustes. Já no ano de 2017, com as informações do projeto em mãos, a comissão de implantação segue com seus projetos de pesquisa e aguarda a avaliação da proposta pela CAPES via Plataforma Sucupira.

3.3. Políticas de ensino e ações acadêmico-administrativas para os cursos de pós-graduação lato sensu.

A política ensino de pós-graduação da FPM está devidamente implantada, onde o ensino de pós-graduação, em diversas áreas de atuação, será ampliado na Instituição no decorrer da vigência do PDI (2016-2020). Isto será possível em face de densidade científica de sua comunidade docente, recrutada e selecionada entre profissionais de alto nível. A política de admissão à carreira docente da instituição privilegiará os docentes com títulos de Doutor e de Mestre.

A pós-graduação contribui para a melhoria das funções acadêmicas, da qualidade de vida da comunidade e do desempenho empresarial e governamental, particularmente nos campos gerencial e educacional.

O aprofundamento de estudos em nível de pós-graduação, seja na área acadêmico-científica ou na profissional, deverá expor os especialistas ao universo do conhecimento, com o objetivo de oferecer-lhes uma visão geral, fortalecendo, porém, a sua área específica.

Pós-Graduação Lato Sensu, que tem por objetivo atualizar e melhorar conhecimentos, técnicas e preparar especialistas em setores específicos de atividades. Internamente se procurará distinguir, pela afinidade, entre especialização acadêmica e profissionalizante, sendo a primeira voltada para a formação de recursos humanos para a docência e a segunda para formação de especialistas nas diversas profissões.

Com objetivo de consolidar a qualidade na pós-graduação, destaca-se a submissão de novas propostas de cursos nas mais diversas áreas do conhecimento conforme previsto no PDI (2016-2020).

A IES promoveu durante o período de vigência do PDI a revisão dos fluxos e procedimentos de aprovação de cursos de Especialização, visando estimular sua maior oferta e qualificação bem como a revisão dos documentos internos de regulação dos cursos de *Lato Sensu*, tais como Regulamento e Manual de Procedimentos da FPM.

A avaliação e ações decorrentes dos cursos de Pós-Graduação da FPM são realizadas pela CPA através de formulário próprio sendo expressa através de indicadores no relatório.

A IES tem como objetivo a criação e implantação de novos cursos de acordo com o PDI considerando as demandas da sociedades.

A IES tem como meta a criação de 05 novos cursos conforme PDI (2016-2020) sendo eles: Engenharia de Segurança do Trabalho, Geoprocessamento e Georefenciamento de Imóveis Rurais e Urbanos, Engenharia de Transito e Mobilidade Urbana, Defesa Civil- Monitoramento de Áreas Urbanas e Rurais, Gestão de Pequenos Negócios.

3.4. Políticas institucionais e ações acadêmico-administrativas para a pesquisa ou iniciação científica, tecnológica, artística e cultural.

A iniciação científica/tecnológica, artística e cultural vincula-se às atividades de ensino, principalmente na elaboração de monografias e trabalhos de conclusão de curso, bem como às estruturas formais de pesquisa. Na avaliação institucional externa, A iniciação científica “é uma modalidade de pesquisa acadêmica desenvolvida por alunos de graduação em diversas áreas do conhecimento”.

As políticas institucionais da FPM para a pesquisa estão norteadas pelos indicadores da excelência, da inovação, da interdisciplinaridade e da sustentabilidade, visando: excelência científica e tecnológica, acadêmica, artística e cultural em termos de geração e disseminação do conhecimento e dos resultados inovadores; a estimular a criação de estruturas de pesquisa em todas as áreas com interação entre os pesquisadores e discentes de graduação e pós-graduação; a oferecer as condições de implementação e execução de projetos e propostas de pesquisa; contribuição para a formação de recursos humanos altamente qualificados e capazes de atender às demandas da sociedade.

As ações de pesquisa e iniciação científica são gerenciadas pelo NIPE (Núcleo de Incentivo a Pesquisa). O Núcleo regulamenta os procedimentos, documentos e fluxo processual para criação e institucionalização de Grupos, Laboratórios e Projetos de Pesquisa. Nesse sentido, conforme estabelecido através de resolução própria, a pesquisa faz-se por meio de Projetos vinculados aos NIPE.

A capacitação do corpo docente e técnico, para elaboração de projetos e coordenação de pesquisas, nas mais diversas áreas é realizada através do NIPE bem como a solicitação de recursos financeiros para elas. Para tanto, tem como meta a consolidação dos Grupos de Pesquisa, bem como da divulgação dos resultados obtidos junto à comunidade.

A IES apoia as pesquisas e eventos científicos voltados para a tecnologia bem como a produção artística e cultural, através não somente de pesquisas, mas também de movimentos que valorizem a cultura local e regional.

A IES conta com a política de Arte e Cultura e atendendo a política foi criado IES o CASE (Cultura Arte e Saberes na Educação da Faculdade Patos de Minas) cujo objetivo e incentivar os discentes, docentes e sociedade produção artística e cultural. O Núcleo visa fomentar a arte em Patos e nas cidades vizinhas. De acordo com PDI (2016-2020) a meta é que o grupo se expanda atingindo mais cidades no município. Nos últimos semestres o CASE realizou um total de 38 eventos artísticos/culturais.

A IES ainda conta com o NEA (Núcleo de Educação Ambiental), que apoia os discentes no desenvolvimento de projetos de pesquisas relacionados a área ambiental. Nos últimos semestres o NEA realizou 18 projetos voltados para a área de meio ambiente/educação ambiental.

3.5. Políticas institucionais e ações acadêmico-administrativas para a extensão.

A atividade de extensão é o espaço privilegiado para a comunidade acadêmica articular a difusão e a produção das diversas formas de conhecimento, o que possibilita perceber os problemas sociais e suas soluções.

Com o avanço da tecnologia, novas exigências, novas técnicas de aprendizagem, novas oportunidades e novas formas de conhecimento se

tornam essenciais. Cumprindo seu papel, a faculdade vem desenvolvendo iniciativas, visando partilhar com a sociedade os conhecimentos obtidos com as atividades de ensino que são realizadas em seus cursos.

As Atividades de extensão são colocadas em prática mediante o oferecimento de cursos de Extensão/Expansão Cultural às comunidades interna e externa, nas mais variadas áreas do conhecimento humano, por meio de uma filosofia de interação Docente/Discente/Comunidade, que envolve órgãos e setores da Instituição.

É através da Extensão que se consegue viabilizar a relação transformadora entre a Instituição de Ensino e Sociedade.

As Atividades de Extensão tem caráter realimentador do ensino e da iniciação cientifica, por intermédio da integração Instituição/Comunidade e de contribuir para a melhoria dos aspectos sócio-político-econômicos respondendo os interesses da comunidade.

As ações de Extensão devem buscar capacitar a comunidade para perder a característica de uma Extensão apenas assistencialista. A prestação de serviços deve convergir para produtos de interesse acadêmico, científico, filosófico, tecnológico e artístico do ensino, pesquisa e extensão, buscando a transformação social que poderá ocorrer a partir da produção de conhecimentos.

Assim, a IES, tomando como parâmetros os padrões de qualidade referendados pelo MEC, desenvolve atividades de extensão segundo sua política que esta devidamente regulamentada e implantada, envolvendo corpo docente, discente e comunidade local sobre temas vinculados aos cursos existentes e incentivam a elaboração e implementação de projetos locais e regionais, em parcerias com o Setor Público, com o Setor Privado e com o Terceiro Setor.

A Faculdade, por seu Conselho, indicará membros do corpo docente e discente para a constituição de Grupo de Trabalho, com a finalidade específica de elaborar propostas de seminários e de outras atividades de extensão previstas no Regimento Interno, com vistas a dar efetividade ao seu programa de extensão que tem como meta, objetivos e prazos segundo o PDI (2016-2020):

Revisar e aprimorar os aspectos organizacionais e os instrumentos contratuais e de participação.

Propor novas linhas de atuação do Corpo Docente e Discente.

Identificar as fontes de fomento e às atividades extensionistas na área de influência da IES.

Implementar serviços de assessoria, consultoria e parcerias junto a organizações públicas e privadas.

São características essenciais desta Política:

Aspecto formativo crítico-reflexivo: levar o aluno a aprender, a refletir e a participar, criticamente, da sociedade pelo desenvolvimento da capacidade de compreensão do mundo em que vive;

Aspecto interdisciplinar: minimizar os prejuízos sociais da fragmentação do conhecimento, buscando a interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade;

Socialização do saber produzido na IES pela integração com a comunidade, especialmente, pelo incentivo ao voluntariado e à prestação de serviços para a inclusão social como integrante da prática pedagógica.

Busca-se, portanto, atender aos diversos segmentos da comunidade pela via do incremento da graduação, criando condições para a real conexão entre teoria e prática, mediante, principalmente, o desenvolvimento das atividades de

extensão. O investimento prioritário na formação dos alunos dos cursos de graduação tem o sentido de inseri-los numa dimensão cidadã de atenção e apoio às demandas da sociedade.

Prioritariamente, devem ser beneficiadas com as atividades extensionistas: a comunidade interna composta pelos corpos docente, discente e técnico-administrativo da IES bem como a comunidade externa.

A Política Institucional de Extensão apresentada é uma mediação entre a proposta pedagógica e os projetos pedagógicos dos cursos e as políticas de ensino e de pesquisa. Sendo um delineamento referente às avaliações externas e internas. Em decorrência das avaliações externas (avaliação institucional e de cursos pelo INEP, pelo ENADE, pelo CPC) e das determinações legais, são implantadas as mudanças necessárias tanto no âmbito institucional como no dos cursos de graduação ofertados.

3.6. Políticas Institucionais e ações de estímulo relacionadas à difusão das produções acadêmicas: científica, didático-pedagógica, tecnológica, artística e cultural.

A IES realizou ações de estímulo à difusão das produções científico-tecnológicas e de inovação, em âmbitos interno e externo por meio de:

Envio News Letter;
Divulgação da produção científica pelos meios de comunicação social, das redes sociais, de portais de internet;
Realização de reuniões científicas e de apresentação de resultados de pesquisas em fóruns de discussão;
Transferência de tecnologia;
Convite a autores de livros e coletâneas para exporem suas obras no espaço;
Lançamento das novas edições das revistas próprias da IES;
Mostras de Trabalhos científicos e semanas acadêmicas;
Mostras de teatros e estímulos às produções artísticas culturais;

Mostras de trabalhos voltados à educação inclusiva e tecnologias assistivas;
Seminários sobre educação inclusiva;
Trabalhos e apresentações voltados para a diversidade étnica – cultural;
Dias de campo e tecnologias voltadas para a agricultura;
Divulgação dos trabalhos realizados pelas diversas mídias tais como: TV, Rádio, Rede Sociais dentre outros;

Ressalta-se que a IES apoia a participação da comunidade acadêmica em congressos, simpósios dentre outros eventos externos que permitem a divulgação das produções da IES.

Meios de Divulgação de Trabalhos e Produções dos Alunos

A Revista ACTA CIENTÍFICA (ISSN-1984-0918) é uma publicação da FPM que tem por objetivo a publicação de trabalhos realizados no âmbito da Multidisciplinaridade com ênfase na integração dos cuidados em saúde. A classificação atual de acordo com o QUALIS/CAPES alocou a revista no estrato B3 a B5. A revista pode ser acessada por meio do link www.faculdadepatosdeminas.edu.br/a-faculdade/publicacoes.

Outra publicação é a revista PSICOLOGIA E SAÚDE EM BEBATE (ISSN-2446-922X), que é uma publicação científica periódica semestral, que publica resultados de pesquisa básica ou aplicada, relacionados à grande área de Biociência, com uma abordagem voltada para as diferentes vertentes da saúde e do meio ambiente. A revista pode ser acessada pelo link https://psicodebate.wordpress.com/

A Escola Superior de Negócios da FPM divulga chamada contínua para submissão de artigos e papers para a Virtua34, com ISSN 2526-5075.
A Virtua 34 – Revista Científica da Escola Superior de Negócios da Faculdade Patos de Minas (FPM) foi criada em 2016 e tem como missão publicar, semestralmente, artigos técnico-científicos escritos por pesquisadores de graduação e pós-graduação da FPM e de outros centros de pesquisa,

estimulando a pesquisa e divulgação do conhecimento científico nas áreas de Ciências Administrativas, Ciências Contábeis e Engenharias.

A publicação online pode ser acessada pelo seguinte link: http://www.esunfpm.net/virtua34.

A participação dos docentes, como forma de difusão das produções acadêmicas, está prevista em procedimentos internos e obtém investimento significativo da Instituição através da sua politica de capacitação docente.

A IES realiza semestralmente pesquisa nos lattes dos docentes. O resultado do levantamento dessa pesquisa a partir do Currículo Lattes dos docentes, indica a participação dos mesmos nos diversos eventos tanto internos quanto externos.

A IES através do NIPE sediou um número expressivo de eventos internos realizados nas diversas áreas de conhecimento nos últimos semestres. Tais eventos visam a divulgação as pesquisas que são realizadas no âmbito acadêmico pelos discentes e docentes. Tais eventos também permitem que a sociedade de maneira geral participe e se aproxime da pesquisa. Os egressos também são convidados a participaram de tais eventos com o intuito de incentivar o mesmo a produção cientifica e atualização de conhecimento.

3.6.1. Estímulo ás Atividades Acadêmicas

Com relação a Atividades Acadêmicas, os cursos cuidam da prestação de serviços através de programas e/ou projetos, de atendimento à população em geral, sobretudo a mais carente, nos locais em que as atividades podem ocorrer para minorar as fragilidades e/ou suprir as necessidades respectivas.

Professores e alunos têm participação em Seminários, Simpósios, Congressos e Conferências, centrados em temáticas da área própria, onde podem exteriorizar seus pontos de vista, reflexões, a fim de obterem novas

aprendizagens, via intercâmbios informativos e técnico-científicos.

A IES tem como certa uma ligação intrínseca com a comunidade, ao dar ênfase ao fato de que programas de extensão devem existir para servir às reivindicações e necessidades comunitárias. Portanto, é mantido, com qualidade, um setor próprio para cuidar, proporcionar a elaboração e execução de planos e projetos de extensão para o atendimento à população, facultando o acesso direto dos futuros profissionais às dificuldades das pessoas de baixo poder aquisitivo da comunidade local.

Cabe ao responsável por cada elemento do currículo, promover integradamente atividades de pesquisa operacional, de campo e/ou bibliográfica, que sirvam como elementos enriquecedores e atualizados do trabalho, tanto nas áreas pedagógica, social e da saúde, que possam incentivar e incrementar a produção de novos conhecimentos, descobertas e criação de novos métodos e técnicas. O aprofundamento da organização do trabalho intelectual, na análise de projetos, monografias, dissertações, estudos de casos, amostras, feiras, exposições, excursões de caráter científico, inquéritos sócios pedagógicos e o aperfeiçoamento do teor cognitivo, baseado em leituras, atualizações bibliográficas, debates, simpósios, seminários e outros.

Na dimensão da Pesquisa, as programações relativas cuidam da investigação teórica, levantamentos bibliográficos, seleção de material de apoio e outros, via coleta empírica, questionários, estatísticas, entrevistas e outros levantamentos, preparando o futuro profissional não só para aplicar e interpretar os conhecimentos da Educação, mas também para construí-los na medida em que a pesquisa o permitir.

A Faculdade, através da iniciação científica e da metodologia de pesquisa, estimula a elaboração de trabalhos com rigor científico e que problematizem dados da realidade, interroguem as instituições e provoquem a análise crítica e reflexiva sobre determinantes da Educação, das práticas e suas variáveis, de

suas interpretações e das decisões com superação das dúvidas metodológicas, que culmina com a apresentação do Trabalho de Conclusão do Curso (TCC).

3.6.2. Atividades Complementares

As atividades complementares são aquelas realizadas pelo aluno durante seu período de vinculação ao curso e relacionadas à sua formação profissional. São atividades paralelas de crescimento pessoal que possibilitam o desenvolvimento das práticas e estudos transversais e independentes preconizados pelas orientações de ensino no país objetivando orientar a formação requerida ao curso.

Pode-se observar do texto das Diretrizes Curriculares citada:

O controle da carga horária cumprida pelo aluno será feito mediante ficha individual, preenchida e assinada pelo responsável pelas atividades complementares e referendada pelos coordenadores de cada curso. O limite validável para cada modalidade objetiva estimular o aluno a participar de diferentes atividades e ampliar as possibilidades de sua atuação junto ao curso.

É desejável o equilíbrio entre todas as modalidades de atividades, mas o aluno é livre para definir e consolidar seu perfil em relação ao curso.

Abaixo, quadro de orientação para validação de carga horária realizada em atividades complementares:

ATIVIDADE	APROVEITAMENTO
	Serão consideradas disciplinas eletivas aquelas oferecidas pela Faculdade em cada linha de formação, não contabilizadas nas horas da linha de formação, desde que atendam as necessidades da formação do profissional, as

Disciplinas Eletivas	quais deverão ser solicitadas ao Colegiado até data prevista pelo mesmo, no semestre anterior, para apreciação e aprovação da viabilidade de aproveitamento curricular. Após aprovação no colegiado, o aluno deverá matricular-se na disciplina requerida, seguindo as normas da IES e, ao concluir a disciplina, o mesmo encaminhará ao Colegiado o pedido de aproveitamento, para que o mesmo aprove e encaminhe às respectivas coordenações de cursos da Graduação o estudo de aproveitamento da referida disciplina para constar no histórico escolar. A carga horária será contabilizada integralmente.
Estágio Extra Curricular	Será considerado estágio extracurricular aquele não previsto no currículo. Para ser considerada atividade complementar o aluno deverá apresentar no início do semestre um plano de atividades ao Colegiado de Curso, o qual aprova ou não. Ao final do estágio o acadêmico deverá entregar ao colegiado um relatório das atividades desenvolvidas para avaliação. Será contabilizado como atividade complementar 50% da carga horária total realizada.
Participação em Projetos de Ensino, Pesquisa e Extensão	Da carga horária total em projetos, o aluno poderá contabilizar 50% como atividade complementar, mediante a aprovação do professor coordenador do projeto, que deverá encaminhar ao Colegiado de Curso a carga horária total do aluno.
Participação em Seminários, Congressos, Fóruns, Encontros, Palestras, Workshops e	50% da carga horária total dessas atividades poderão ser contabilizadas como atividade complementar, desde que relacionadas com o Curso, mediante o encaminhamento de cópia do certificado de participação e relatório da atividade ao Colegiado de Curso, o qual aprovará a atividade.

Cursos	
Semana Acadêmica	A participação será contabilizada integralmente, mediante o encaminhamento de cópia do certificado ao Colegiado.
Monitoria	Da carga horária total de atividades de monitoria o aluno poderá contabilizar 50% como atividade complementar, mediante o encaminhamento do Relatório de Atividades pelo professor orientador ao Colegiado de Curso.
Apresentação de Trabalhos em Congressos, Fóruns e Seminários	Cada apresentação de trabalho corresponderá a 20 horas, mediante o encaminhamento de uma cópia do trabalho e cópia do comprovante de apresentação, que será avaliada pelo Colegiado de Curso.
Publicações	Cada trabalho publicado em periódicos nacionais corresponderá a 15 horas e o publicado em periódicos internacionais corresponderá a 30 horas, mediante o encaminhamento de uma cópia do artigo ao Colegiado de Curso, o qual será aprovado pelo mesmo.

Também como atividade complementar a IES possui convênio com escola(s) de idioma para que os integrantes da comunidade Acadêmica possam tornar-se fluentes em uma ou mais línguas estrangeiras, o certificado de conclusão do nível intermediário em língua estrangeira, de escola(s) que mantenha convênio com nossa Instituição, corresponderá a 30 horas de atividade complementar.

Conforme evidencia o quadro acima, as horas de atividades complementares se diferem do Estágio, podem ser adquiridas de diferentes maneiras e sua validação está sujeita aos critérios, dentre os quais podemos citar: 1) o próprio aluno deve fazer o controle e o registro de tais Atividades, estas horas serão computadas e registradas no Histórico Escolar do aluno; 2) os documentos comprobatórios deverão ser entregues aos supervisores e estarão sujeitos a aceitação ou não de sua validade para o cômputo das horas de atividades complementares - a decisão final caberá ao professor supervisor de estágio; 3)

as horas deverão estar distribuídas entre as áreas: acadêmicas, cientificas e culturais, sendo obrigatória os alunos ter horas nessas **três áreas**; 4) todas as horas deverão ter relação direta com o curso ou aspectos culturais expressivos.

3.6.3. Atividades Extraclasses

Diversas ações, atividades e programas serão mantidos pela Faculdade Cidade de Patos Minas, dentro das suas competências, em atendimento aos alunos. Cabe destacar: os Salões e Feiras de Iniciação Científica e Extensão, as atividades voltadas principalmente aos estudantes carentes de recursos socioeconômicos; os Programas de Nivelamento em Matemática, Português e Informática e de Monitoria destinados aos alunos com dificuldades de entendimento dos conteúdos.

Dentro da Faculdade há um grande incentivo para os discentes no que se refere aos assuntos de pesquisa, abrangendo os campos do conhecimento das áreas de formação do nosso aluno. Para tanto se prevê auxílio à participação em eventos. O estudante realiza a sua solicitação, indicando o tipo específico de auxílio que deseja (transporte, hospedagem, inscrição, etc). Em função da relevância do evento, do fato do estudante ter trabalho ou resumo aceito no evento e outros fatores (tais como disponibilidade de verba), o estudante, ou grupo de estudantes, recebe então um auxílio de custeio para participar deste evento. Este apoio é parcial e para participação em congressos/eventos realizados no País. O apoio é concedido por evento é limitado a um apoio por ano no assunto tratado neste.

3.6.4. Iniciação Científica

A IES busca um nível de excelência nos cursos já existentes com desenvolvimento de laboratórios e pesquisas de alta qualidade e pretende tornar-se um polo de referência para a região que está carente de profissionais. Inclusive a IES sempre buscou parcerias para trabalho em conjunto nos diversos segmentos que estes futuros profissionais podem atuar.

A intenção é que o desenvolvimento da iniciação científica venha a contribuir fortemente para o crescimento do município e região. Alguns contatos para bolsas e participações em linhas de pesquisas pertinentes ao desenvolvimento do curso já foram feitos bem como a busca de profissionais que possuam produção e características para orientarem futuros trabalhos. Ações como o cadastramento no CNPQ, PBIC, CAPES, FAPEMIG e outros órgãos de fomento a pesquisa estão sendo desenvolvidos e já possuímos alguns projetos sem parcerias.

3.6.5. Atividades Práticas e Estágio

As práticas, detalhadas abaixo, estarão asseguradas nos cursos existentes e propostos pela FPM sejam por meio do oferecimento de atividades laboratoriais, do Estágio Supervisionado, das Atividades Complementares e do Trabalho de Conclusão de Curso como forma de assegurar a qualidade dos cursos e da formação dos futuros egressos.

A FPM designa professores do seu quadro docente para realizar o acompanhamento e orientação das atividades a serem desenvolvidas nas práticas, como também destinar espaço físico próprio de acordo com a especificidade dos cursos propostos.

3.6.6. Práticas Laboratoriais

As práticas laboratoriais tratam de uma atividade que se constrói no âmbito do ensino e deverá ser uma atividade tão flexível quanto os outros pontos de apoio do processo formativo, de modo a abranger os múltiplos saberes da atividade acadêmica- científico-profissional.

Essas atividades, articuladas ao ensino, estão ligadas ao conceito de "capacidade laborativa" na medida em que as competências geradas irão contribuir para a formação específica do estudante no que se refere à sua formação profissional, bem como ao conceito de "laborabilidade" (em lugar de

empregabilidade) na medida em que essas competências constituem na verdade um trabalhador polivalente que pode, quando bem preparado, ser mais autônomo para decidir seu percurso no mercado de trabalho.

A Faculdade oportuniza situações concretas vinculadas à prática profissional dos graduandos, visando ao desempenho técnico, humano e político. Subsidiada pelas mais avançadas fundamentações teóricas de ensino e de aprendizagem cuja formação prevê um profissional competente nos atributos de sua profissão, detém uma metodologia de ensino cuja prática associa-se aos conceitos teóricos numa simbiose com dimensão que extrapola os antigos conceitos desarticulados da prática versus teoria em momentos sucessores.

Os laboratórios e as atividades práticas oferecem o ambiente necessário para a experiência na prática profissional daquilo que os egressos irão se defrontar no mercado de trabalho, promovendo a coexistência do exercício da prática e a reflexão inerente, embasada nos fundamentos teóricos que lhe servirão como patamar para análise.

3.6.7. Estágios Supervisionados

O propósito da FPM por meio do Estágio Supervisionado, quando integrar os cursos e de acordo com a legislação vigente, inserido na matriz curricular como prática obrigatória é o de construir um meio eficaz para a consecução de atividades práticas que possibilite, simultaneamente:

- Avaliar o aluno em relação aos conhecimentos adquiridos em sala de aula;
- Ajudar os acadêmicos na aplicação e fixação dos conteúdos teóricos;
- Capacitar os acadêmicos para o futuro exercício da profissão;
- Materializar a pesquisa acadêmica e as práticas de extensão através de atendimento continuado à população, fazendo com que a FPM cumpra com sua função social;
- Respeitar os critérios legais de excelência acadêmica.
- Contudo, as modalidades de estágio, como ato educativo, de acordo

com o projeto pedagógico de cada curso de graduação, atendido as diretrizes curriculares nacionais e o planejamento curricular do curso, são:

- Estágio obrigatório, em função das exigências decorrentes da própria natureza da habilitação ou qualificação profissional, planejado, executado e avaliado à luz do perfil profissional de conclusão do curso;
- Estágio não obrigatório, desenvolvido como atividade opcional, que deve manter coerência com o perfil profissional de conclusão do curso;
- Estágio sociocultural ou de iniciação cientifica, previsto na proposta pedagógica do curso, como forma de contextualização do currículo, em termos de educação para o trabalho e para o exercício da cidadania, o que o torna obrigatório para os seus alunos, podendo assumir a forma de atividade de extensão;
- Estágio profissional, sociocultural ou de iniciação científica, não incluído no planejamento da instituição, não obrigatório, mas assumido intencionalmente pela mesma, a partir de demanda de seus alunos ou de organizações de sua comunidade, objetivando o desenvolvimento de competências para a vida cidadã e para o trabalho produtivo;
- Estágio civil, caracterizado pela participação do aluno, em decorrência de ato educativo assumido intencionalmente pela instituição ou pelo Colegiado de Curso, em empreendimentos ou projetos de interesse social ou cultural da comunidade ou prestação de serviços voluntários de relevante caráter social, desenvolvido nos termos do respectivo projeto pedagógico.

As atividades de estágio, independentemente de sua natureza, são desenvolvidas, preferencialmente, ao abrigo de termos de compromisso celebrados, resguardados os direitos dos alunos quanto à segurança e à integridade e impedido o desvio de objetivos e finalidades.

3.6.8. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)

A atividade científica é parte integrante e fundamental da formação do profissional que se dedica a qualquer área do conhecimento, pois a sociedade contemporânea requer profissionais com conhecimento de métodos científicos

que auxiliem na produção de novos saberes e busquem as resoluções de problemas, razão pela qual o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), quando obrigatório, de acordo com a legislação vigente, na FPM tem como objetivo principal trazer respostas para questões que existem em relação as práticas oriundas no campo do saber.

O TCC tem sua estrutura composta por elementos obrigatórios e visa o estudo de um tema delimitado, objetivando o aprofundamento do conhecimento, como importante contribuição para o segmento em que se insere.

3.7. Comunicação da IES com a comunidade externa.

Gradativamente, as instituições educacionais vêm percebendo a necessidade de promover a inclusão social e compartilhar o saber, assumindo que a tarefa de educar não se restringe à mera transmissão de informações e conhecimentos, mas incorpora um compromisso com a realização pessoal e profissional dos educandos.

Em virtude desse modelo, instauram-se condições para que a comunicação entre as instituições de ensino e os seus públicos estratégicos (alunos e seus familiares, setor produtivo, grupos representativos da sociedade civil, dentre outros) coloque-se em um novo patamar, legitimando-se definitivamente como essencial para fortalecer o debate democrático e consolidar o papel da educação como indutora da inserção e da ascensão social e para o desenvolvimento do país.

A política de comunicação da FPM visa transmitir a sua filosofia para a comunidade e promover o fortalecimento da imagem através de um processo eficiente e contínuo de aperfeiçoamento dos canais de comunicação.

Através das novas tecnologias disponíveis na atualidade e das ferramentas de comunicação tradicionais, a FPM promove ampla divulgação dos Programas e

Projetos Institucionais que explicitam o seu código de valores para toda a comunidade educativa.

Desenvolve programas para a mídia local (Rádio, TV, Site de Noticias) (vídeo/áudio/texto) traduzindo, para a sociedade, a sua concepção, finalidades, objetivos, missão e visão, ou seja, suas bases filosóficas.

A IES conta com diversos veículos de comunicação externa tais como:

• Portal da Instituição na Internet;
• Filme institucional para exibição em eventos
• Campanhas promocionais e peças publicitárias
• Participação em eventos
• Apresentações de palestras por representantes da FPM em eventos e cursos externo
• Brindes, cartazes, displays, folders e estandes em eventos externos
• Apoios e patrocínios a eventos
• Ouvidoria
• Revistas Cientificas Eletrônicas;
• Link “fale conosco”;
• Telemarketing;
• Webmail;
• Acompanhamento aos egressos, particularmente por meio eletrônico;
• redes sociais tais como: Facebook; Instagram, Twitter.

A IES disponibiliza profissionais para visitar escolas públicas e privadas a fim de orientar os alunos com informações sobre a proposta pedagógica da IES e as áreas de atuação dos cursos ofertados pelas FPM.

3.8. Comunicação da IES com a comunidade interna.

A comunicação interna compreende os processos, ações, estratégias, veículos ou canais que se destinam ao relacionamento entre a IES e seus públicos

internos e externos. Ela está indissoluvelmente associada ao processo de gestão e à cultura organizacional.

Atenta às novas tendências, a comunicação interna da IES busca incorporar as potencialidades inerentes às tecnologias de informação e comunicação e, em particular, as mídias sociais, vistas como ambientes potencialmente úteis para incrementar a interação e o debate, permitindo a troca de informações, conhecimento e experiências. Ela busca também disseminar e consolidar a cultura, a missão e a visão e está empenhada para buscar, a todo momento, o engajamento e o comprometimento dos públicos internos.

A prática da Comunicação Institucional deverá pautar-se pelos seguintes princípios e valores:

• ser ética, responsável e transparente no planejamento e execução das ações de comunicação organizacional;
• ser ágil, clara e precisa na divulgação de informações para os públicos externo, sem prejuízo da confidencialidade, quando necessário;
• ser focada, eficiente e organizada para atingir os objetivos e resultados esperados;
defender os interesses da instituição,
resolver problemas, fazer uso planejado e responsável dos recursos e otimizar os custos das ações de comunicação;
• ser competitiva, técnica e pró-ativa na exploração de mídias espontâneas, no relacionamento com os meios de comunicação e com as fontes internas da entidade;
• ser dinâmica, moderna e inovadora, o que significa estar sintonizada com as novas tecnologias de informação e contribuir com as estratégias de gestão e de mudanças na cultura organizacional;

Canais de relacionamento são os veículos formais produzidos e mantidos pela IES com o objetivo de promover a interação com os seus públicos estratégicos.

A IES utiliza atualmente os seguintes canais para divulgação de todos os seus projetos e ainda para o desenvolvimento de ações promocionais e de relacionamento:

• Portal da Instituição na Internet;
• Ouvidoria;
• Sistema LS Educação (Sistema Online de Controle Acadêmico; Sistema Online de Lançamento de Notas e Faltas);
• Internet;
• Painel de notícias espalhados pelos campus;
• Revistas Cientificas Eletrônicas;
• Link “fale conosco”;
• Telemarketing;
• Webmail;
• Reuniões
• Eventos
• Vídeos institucionais
• Grupos de WhatsApp
• Informativos para docentes
• Informativos para discentes
• Murais
• Campanhas em redes sociais (Facebook; Instagram, Twitter).
• Acompanhamento aos egressos, particularmente por meio eletrônico;

3.9. Programas de atendimento aos estudantes.

Apoio ao Discente

O Atendimento Psicopedagógico busca sanar as dificuldades e motivar os seus discentes a participarem de todas as atividades e projetos ofertados pela IES.

Diante disso, coloca à disposição dos alunos a monitoria, iniciação científica, participação de programas de extensão, eventos diversos, de natureza

educacional, cultural, social e científica, como estratégia do processo ensino-aprendizagem, e fazem parte ainda ações da ouvidoria, CPA, coordenação acadêmica, secretaria acadêmica, nivelamentos, psicólogo, pedagogo, setor financeiro, jurídico com encaminhamentos a bolsas com recursos próprios e governamentais como FIES.

Dessa forma, as monitorias, os programas de extensão e a iniciação científica têm como objetivo o estreitamento da relação professor-aluno e a complementação do atendimento extraclasse.

Sendo assim, cabe ao Coordenador acompanhar o desenvolvimento discente e apoiar as suas atividades acadêmicas, em consonância com o professor da disciplina ou conteúdo que requer a atividade de nivelamento, recebendo o auxílio dos docentes, especialmente, na orientação para o processo de aprendizagem, na elaboração de trabalhos de graduação, nas atividades complementares e nos estágios curriculares e extracurriculares.

Mecanismos de Nivelamento

As Atividades de Nivelamento são para aqueles alunos que encontram dificuldades nas disciplinas propostas pelo curso quando ingressam na Faculdade, independente do nível de conhecimento básico, tem como objetivo reviver os conhecimentos adquiridos anteriormente, de forma que acelere a adaptação do ambiente acadêmico.

Esta atividade está disponível também para os discentes de outros períodos do curso, a fim de recuperar os aprendizados adquiridos em anos acadêmicos anteriores, refletir e aperfeiçoar os conhecimentos básicos, que por sua fez formam o alicerce para seu desenvolvimento não deixando também a conotação de Inclusão Social.

O coordenador de curso, ouvindo o Colegiado do Curso e NDE, a partir do diagnóstico inicial fomentará e apoiará ações de nivelamento, visando o atendimento dos alunos para o desenvolvimento dessas atividades.
Núcleo de Apoio Psicopedagógico (NAPD)

O NAPD tem o compromisso de auxiliar a todos os atores envolvidos no processo de ensino e aprendizagem da FPM a viabilizarem um processo educativo ampliado, onde o aprendiz e processo de aprendizagem sejam considerados de forma global. Nesse sentido, comprometido com o objetivo comum a todos os setores da faculdade – oferecer ensino de qualidade – o NAPD atua como facilitador para reflexões por parte da comunidade acadêmica acerca das relações psicopedagógicas e de como estas interferem no processo em questão.

A IES conta com profissionais especializados para atender os alunos (Psicólogos e Pedagogos) e conta ainda com uma clinica de psicologia para atendimento aos alunos e professores.

Setor de Projetos Sociais, Bolsas e Benefícios ao Aluno

O Setor dos Projetos Sociais foi criado com o intuito de prestar apoio aos alunos no que tange a tentativa de obtenção de bolsas públicas e particulares, além de oferecer atendimento pedagógico e educacional aos alunos quando os mesmos tiverem alguma dificuldade relacionada ao ensino, aprendizagem e as mudanças referentes à chegada e permanência na universidade como: adaptação a cidade, ao curso escolhido, ao ensino superior, dentre outras.

O Setor atua junto às Coordenações de Curso e conta com profissionais especializados nas áreas de pedagógica, psicológica, financeira e jurídica.

Ouvidoria

A Ouvidoria da FPM, criada em 2005, tem o objetivo de compreender e respeitar as necessidades, direitos e valores do corpo discente e de toda a comunidade interna e externa da Instituição.

O atendimento é feito pessoalmente, através das caixinhas da Ouvidoria espalhadas por todos os campi, ou eletronicamente através do site institucional. O atendimento direto e pessoal é marca da excepcionalidade encontrada na Ouvidoria da FPM.

A Comunicação e a Intercomunicação no Curso

No âmbito institucional, o aluno conta com um serviço de atendimento individualizado, realizado em um primeiro instante através de seus professores e do NAPD, e posteriormente pela coordenação de curso, integrado aos setores financeiro e de administração acadêmica.

O Portal Educacional da FPM conjuntamente com a CPA são as principais ferramentas de comunicação atuando na convergência dos serviços aos alunos, professores, funcionários e à comunidade externa. A página na web se presta, com indubitável eficiência e eficácia, à comunicação entre todos que se envolvem no processo educacional, quer na esfera do ensino, da pesquisa ou da extensão.

Monitoria

Além das atividades curriculares complementares, os alunos dos Cursos ofertados pela FPM são incentivados a participar ativamente da construção do conhecimento desde o início do curso.

Os alunos que efetivamente atuam como monitores recebem o certificado de exercício de monitoria na respectiva disciplina, onde consta, entre outros, a carga horária cumprida. Além disto, os monitores são agraciados com descontos diretamente incididos sobre o valor da mensalidade.

Iniciação Científica e Extensão

As relações semânticas entre o ensino, a iniciação científica e a extensão, num tripé de sustentação, é o que provê a identidade dos cursos superiores desta Instituição. Essas relações devem ser construídas de forma indissociável, de maneira que a atividade fim (ensino, extensão ou pesquisa) seja realizada com competência, eficiência, adequação, responsabilidade e constante processo de atualização e aperfeiçoamento.

À instituição caberá ainda criar, empreender e difundir outras atividades que possam contribuir para a melhoria da qualidade de vida de Patos de Minas. A realização de eventos culturais, artísticos, esportivos, de educação para o saber instrumental, educação ambiental, educação para a saúde, entre outros, deverá ser uma preocupação constante da instituição no atendimento da comunidade.

Meios de Divulgação de Trabalhos e Produções dos Alunos

A Revista ACTA CIENTÍFICA (ISSN-1984-0918) é uma publicação da FPM que tem por objetivo a publicação de trabalhos realizados no âmbito da Multidisciplinaridade com ênfase na integração dos cuidados em saúde. A classificação atual de acordo com o QUALIS/CAPES alocou a revista no estrato B3 a B5. A revista pode ser acessada por meio do link www.faculdadepatosdeminas.edu.br/a-faculdade/publicacoes.

Outra publicação é a revista PSICOLOGIA E SAÚDE EM BEBATE (ISSN-2446-922X), que é uma publicação científica periódica semestral, que publica resultados de pesquisa básica ou aplicada, relacionados à grande área de Biociência, com uma abordagem voltada para as diferentes vertentes da saúde e do meio ambiente. A revista pode ser acessada pelo link https://psicodebate.wordpress.com/

A Escola Superior de Negócios da FPM divulga chamada contínua para submissão de artigos e papers para a Virtua34, com ISSN 2526-5075.

A Virtua 34 – Revista Científica da Escola Superior de Negócios da Faculdade Patos de Minas (FPM) foi criada em 2016 e tem como missão publicar, semestralmente, artigos técnico-científicos escritos por pesquisadores de graduação e pós-graduação da FPM e de outros centros de pesquisa, estimulando a pesquisa e divulgação do conhecimento científico nas áreas de Ciências Administrativas, Ciências Contábeis e Engenharias.

A publicação online pode ser acessada pelo seguinte link: http://www.esunfpm.net/virtua34.

A IES ainda conta com o NEA (Núcleo de Educação Ambiental), que apoia os discentes no desenvolvimento de projetos relacionados a área ambiental.

A IES conta com CASE (Cultura, Arte e Saberes em Educação), que apoia os alunos nos desenvolvimentos de projetos artísticos.

3.10. Programas de apoio à realização de eventos internos, externos e à produção discente.

Dentre as ações de apoio à produção discente, são promovidos eventos internos e externos, com a participação ampla da comunidade científica e sociedade. Dentre os eventos destaca-se:

As semanas acadêmicas que são promovidas separadamente e especificamente por cada curso;
Semanas acadêmicas interdisciplinares;
Jornadas acadêmicas;
Fórum de Interdisciplinaridade;
Seminários Internos voltados para a iniciação cientifica;
Apoio à organização estudantil e realização de eventos;

Atendendo às políticas do PDI, de relacionamento com os estudantes, as quais estão institucionalizados o acompanhamento e o contínuo diálogo com os discentes através de seus representantes. São entidades juridicamente constituídas de representação dos estudantes da FPM, tendo prevista sua representação no colegiado de seus respectivos cursos e na Comissão Própria de Avaliação além de outras comissões e grupos de trabalho.
Apoio a eventos

O repasse de recursos financeiros apoia a organização e a gestão direcionada para as atividades acadêmicas, como as semanas acadêmicas, atividades esportivas, sociais e culturais. Os recursos são repassados mediante apresentação prévia ao CONSUAD do projeto do evento.

Além dos apoios a eventos, a IES apresenta outras formas de apoio à participação de discentes em eventos internos e externos, ações acadêmico/administrativas para a pesquisa ou iniciação científica, tecnológica, artística e cultural através das Políticas Institucionais e ações de estímulo relacionadas à difusão das produções acadêmicas: científica, didático-pedagógica, tecnológica, artística e cultural.

Apoio à organização estudantil e realização de eventos que se apresentam como:

I. concessão de auxílio para execução de projetos científicos;
II. promoção de meios e recursos para facilitar a publicação de livros e monografias de membros do corpo discente;
III. desenvolvimento de mecanismos de interação com a comunidade empresarial e órgãos de fomento à pesquisa de modo a facilitar a regularidade da assistência gerencial, a consultoria e prestação de serviços às empresas privadas e, entidades oficiais;
IV. realização de convênios com outras instituições públicas e privadas;
V. intercâmbio com instituições, visando a incentivar contratos entre pesquisadores e o desenvolvimento de projetos comuns.

Avaliação da Atenção ao Corpo Discente

O conjunto de indicadores relativos à atenção ao corpo discente é avaliado semestralmente através dos questionários disponibilizados pela CPA. Os resultados quantitativos e qualitativos são organizados e disponibilizados a todos os setores envolvidos, para a análise crítica, cuja síntese retorna à CPA e as decorrências são discutidas e implantadas ou incluídas no planejamento dos setores.

Essas ações deverão ser acompanhadas de melhorias concomitantes na divulgação do calendário institucional de atividades artísticas e culturais, com antecipação e detalhamento suficientes para a programação de participação de estudantes, docentes e comunidade.

Os eventos externos e internos recebem apoio e são voltados para a preservação da memória, do patrimônio cultural, para a promoção da sustentabilidade, para a promoção da saúde e bem estar e se fazem presentes em todos os cursos da IES, seja por meio de programas e ações específicas, seja por meio de sua incorporação como temas transversais nas estruturas curriculares.

Os programas de apoio a realização de eventos internos, externos e à produção discente estão devidamente implantados e regulamentados e a documentação comprobatória encontra-se disponível para consulta durante a visita in loco.

A IES possui política própria de realização de eventos e produção discente, que se encontra disponível juntamente com a documentação para a visita in loco. Trata-se de política institucional, aberta a todos os cursos ofertados pela IES.

3.11. Política e ações de acompanhamento dos egressos.

A Política de Acompanhamento do Egresso da Faculdade Cidade de Patos de Minas está fundamentada na possibilidade de discussão das ações que são realizadas pela instituição voltadas para o desenvolvimento dos acadêmicos tendo em vista o aperfeiçoamento dos cursos e dos serviços prestadas a fim de melhorar as competências e as habilidades dos discentes bem como a participação dos egressos nas distintas atividades que são oferecidas pela instituição.

Por meio da política de acompanhamento a instituição acompanha o egresso sendo possível traçar um mapeamento e sequencialmente a partir das informações obtidas, construir indicadores que permitem uma discussão e análise da qualidade dos cursos oferecidos pela IES e a repercussão dos mesmos no mercado de trabalho e na sociedade.
Devem-se levar em consideração que tais informações são importantes indicadores para o aperfeiçoamento dos próprios cursos e para o desenvolvimento qualitativo de oferta educacional da IES.

O programa de acompanhamento de egressos permite a coleta de dados sobre a inserção dos egressos no mercado de trabalho, possibilitando assim que a IES acompanhe de forma continua as mudanças e as necessidades atuais do mercado possibilitando assim a revisão e organização das propostas de formação dos cursos objetivando formar profissionais cada vez mais qualificados para o mercado.

A política de egressos também serve de apoio ao aluno durante a sua transição para o mercado de trabalho, uma vez que é de suma importância a continuidade da relação iniciada desde os primeiros semestres do curso de graduação. Tem-se o entendimento que a política de acompanhamento ao egresso não começa logo após a colação de grau.

Ela deve se iniciar enquanto o aluno está se preparando para sair do âmbito acadêmico para atuar no mundo do trabalho. Neste momento ocorre a necessidade de orientações específicas para que o mesmo possa se sentir mais seguro e preparado para enfrentar o a competitividade do mercado atual. Sendo assim as políticas de acompanhamento do egresso juntamente com o Programa de Acompanhamento de Egressos são ferramentas fundamentais e fonte de informações para a autoavaliação continuada da Faculdade Cidade de Patos de Minas.

A coleta dos dados é feita semestralmente através de questionário disponibilizado no site da IES bem como contato telefônico. A IES também mantem contato com egressos na participação dos eventos organizados pelos diversos cursos, possibilitando ao mesmo a atualização dos egressos através dos cursos e projetos ofertados pela IES.

A CPA acompanha esses egressos através do seu projeto de acompanhamento dos egressos.

3.12. Atuação dos egressos da IES no ambiente socioeconômico.

Com a aplicação dos questionários de autoavaliação, a FPM tem possibilitado o acompanhamento profissional e a inserção dos egressos no mercado de trabalho. Além disso, permite a avaliação da eficácia dos serviços educacionais promovidos pela Instituição, à adequação das matrizes curriculares às demandas sociais e econômicas regionais e nacionais, bem como o acompanhamento de seus egressos no mercado de trabalho. Também faz parte das políticas da IES a realização de atividades de responsabilidade social e cidadania como eventos, feiras e outras atividades de extensão.

Constantemente a IES se orgulha de seus egressos pela atuação significativa. É comum evidenciar nos meios de comunicação homenagens aos nossos egressos pela atuação e contribuição para o desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional. São profissionais das mais diversas áreas que

contribuem para que os Ambientes social e financeiro se renovem e alcancem maiores níveis de desenvolvimento. Tais resultados são alcançados graças à dedicação e seriedade com que os profissionais da FPM atuam reformulando os PPC's dos cursos, qualificando os profissionais e promovendo atividades para o desenvolvimento da instituição. Diversos egressos encontram-se incorporados ao quadro de colaboradores técnico-administrativos e docentes na própria instituição.

Assim, pode-se dizer que os egressos da FPM, pela própria condição formativa que lhes é possibilitada, estão presentes e de forma atuante nas mais diversas organizações. São profissionais que atuam de forma responsável e muitos ocupam posição de destaque no mercado uma vez que são profissionais reconhecidos e que contribuem de maneira significativa para o desenvolvimento socioeconômico local, regional e até nacional.

3.13. Inovação tecnológica e propriedade intelectual: coerência entre o PDI e as ações institucionais.

As ações da Faculdade Patos de Minas são realizadas integrando ensino, pesquisa e extensão, devem promover e fomentar a inovação tecnológica e contribuir para a consolidação e ampliação das políticas de proteção à propriedade intelectual.

Essas ações devem ser realizadas, de forma integrada, em todos os setores, considerando a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e devem ser trabalhadas de maneira que estreitem os laços entre a IES e a sociedade, contribuindo de maneira significativa para o desenvolvimento e crescimento socioeconômico da região.

Objetivos e metas para o desenvolvimento das ações de inovação tecnológica e propriedades intelectuais institucionais incluem a Consolidação e ampliação de Inovação tecnológica e propriedades intelectuais. Ampliação dos grupos e

laboratórios de pesquisa na área de inovação tecnológica e Instituição da política de propriedade intelectual.

As inovações tecnológicas da FPM ocorrem de acordo com os avanços, que surgem diariamente em todos os segmentos da humanidade, sejam educacionais, sociais ou do mundo do trabalho. Essas inovações ocorrerão, desde a melhoria de matrizes curriculares, laboratórios, biblioteca, e demais setores, como o de sistema de informação institucional, como a própria atualização dos maquinários existentes, para acompanhar as tendências globais de novas tecnologias.

O PDI da FPM estabelece que no campo da ciência e tecnologia, a pesquisa ocorra mediante a operacionalização de um conjunto de ações e procedimentos específicos. Dentre eles:

Estímulo ao discente interessado em pesquisa e inovação tecnológica;
Incremento a programas de iniciação científica;
Capacitação para acesso a portais de pesquisa;
Acompanhamento de editais;
Os estudantes são estimulados a participarem de pesquisa.

Em atendimento ao PDI, além do estimulo à pesquisa há também a orientação à participação em Empresas, Projetos internos e externos de iniciação científica, parcerias com outras instituições como estímulo à produção de propriedade intelectual e inovação tecnológica, estimulo a participação em eventos relacionados à produção científica e inovação tecnológica.

Os docentes também são estimulados a participarem e orientarem os estudantes. A flexibilização, contextualização, inter, multi e transdiciplinaridade, estabelecidas em vários cursos são também outras maneiras de incentivo à inovação tecnológica e propriedade intelectual.

EIXO 4 - POLÍTICAS DE GESTÃO

4.1. Política de formação e capacitação docente.

A Faculdade Cidade de Patos de Minas possui um plano institucionalizado para a capacitação dos recursos humanos, que tem por objetivo promover a melhoria da qualidade das funções de ensino, extensão e administração da Instituição, por meio de cursos de graduação, de pós-graduação, de treinamento e atualização profissional, voltado para a sua comunidade interna, oportunizando a seus professores e pessoal técnico/administrativo condições de aprofundamento e/ou aperfeiçoamento de seus conhecimentos científicos, tecnológicos e profissionais.

A política de formação continuada de docentes e técnicos administrativos dos diferentes setores inclui o incentivo à continuidade de estudos, participação em eventos específicos de sua área de atuação, treinamentos em serviço e incentivo financeiro para acesso aos cursos de Graduação e de Pós-Graduação ofertados pela Instituição.

A IES incentiva o Corpo Docente à participação em congressos, seminários e afins, de forma que os/as docentes tenham oportunidades variadas de atualizarem suas bases teórico-metodológicas. Para cumprir esse incentivo, os/as docentes são substituídos no período de ausência e recebem ajuda de custo para as inscrições no evento. A solicitação para pagamento da inscrição deve ser feita em formulário para este fim e encaminhado a direção geral.

Os Docentes poderão obter licença, com ou sem remuneração, pela Direção Geral da IES, à vista de parecer favorável para aperfeiçoar-se em instituições nacionais ou estrangeiras; comparecer a congressos, seminários, simpósios, cursos e similares, relacionados com a sua área de atuação na Instituição ou para se qualificar em programas de pós-graduação *lato sensu* ou *stricto sensu*.

Objetivos

Gerais

Promover o desenvolvimento das competências institucionais por meio do desenvolvimento das competências individuais e das equipes de trabalho, a fim de aprimorar, continuamente, os serviços prestados à sociedade.

Proporcionar as condições da formação continuada para o corpo docente e técnico administrativo, estimulando o aprimoramento profissional e acadêmico, despertando o espírito investigativo e crítico.

Especifico

Promover ações que atendam às necessidades de capacitação dos docentes e técnicos-administrativos da Faculdade Cidade Patos de Minas em consonância com os objetivos estratégicos, missão e visão do Plano de Desenvolvimento Institucional.

Incentivar a capacitação de forma que os colaboradores possam atingir a progressão na carreira, o crescimento pessoal e o desenvolvimento institucional.

Realizar, de forma contínua, o levantamento das necessidades e a avaliação das ações de capacitação.

Promover a melhoria da eficiência, eficácia e qualidade dos serviços prestados pela IES;

Contribuir para o desenvolvimento do servidor, como profissional, cidadão e ser humano;

Proporcionar aos colaboradores o conhecimento do seu papel, tanto a níveis institucional, pedagógico e social enquanto profissional da educação;

Dignificar o trabalho e elevar o ambiente moral da instituição;

Melhorar a eficiência da instituição e da qualidade dos serviços prestados ao cidadão;

Oportunizar aos colaboradores condições para aperfeiçoamento profissional no âmbito da própria instituição e de outras organizações conveniadas ou contratadas através de projetos de capacitação/qualificação;

Oportunizar o aperfeiçoamento das relações interpessoais e intrapessoais;

Incidir novas práticas na dimensão pedagógica;

Incentivar o desenvolvimento do trabalho em equipe.

Incentivar a publicação
Incentivar a melhora da titulação acadêmica

Linhas de Desenvolvimento

Formação geral: oferta de conjunto de informações ao colaborador sobre a importância dos aspectos profissionais vinculados à formulação, ao planejamento, à execução e ao controle das metas institucionais;

Educação formal: implementação de ações que contemplem os diversos níveis de educação formal;

Educação não formal: implementação de ações que contemplem as diversas áreas de educação não formal;

Gestão: preparação do colaborador para o desenvolvimento da atividade de gestão que deverá se constituir em pré-requisito para o exercício de funções de chefia, coordenação, assessoramento e direção;

Inter-relação entre ambientes: capacitação para o desenvolvimento de atividades relacionadas e desenvolvidas em mais de um ambiente organizacional;

Específica: capacitação (treinamento/desenvolvimento) para o desempenho de atividades vinculadas ao ambiente organizacional em que atua e ao cargo que ocupa.

Modalidades das Ações

As ações de capacitação contemplarão ações voltadas ao ensino não formal (treinamento/desenvolvimento) e aquelas voltadas para o ensino formal (qualificação).

As ações obedecerão as seguintes modalidades:

a) Forma direta - com participação do colaborador em cursos sistemáticos, com presença obrigatória em sala de aula;
b) Forma indireta – através de cursos à distância, com ou sem monitoração, utilizando recursos de multimídia; e
c) Forma mista – com adoção de cursos semipresenciais.

Formas de Divulgação

A divulgação dos Levantamentos e das Necessidade de Capacitação e dos cursos poderá ser feita por meio de cartazes, anúncio na página eletrônica da IES, e-mail e/ou outros instrumentos de comunicação que vierem a ser estabelecidos/oferecidos.

Previsão de Custos

A previsão de custos deverá considerar uma análise de custo geral sobre os eventos a serem realizados.

Esta previsão deverá ser encaminhada ao CONSUAD para avaliação e inclusão na proposta orçamentária da Instituição para o ano seguinte.

O custo de cada evento, preferencialmente, deverá constar no respectivo projeto, com objetivo de garantir a qualidade no desenvolvimento da ação, de modo a permitir que os setores envolvidos no processo possam se programar e tomarem as providências necessárias.

4.1.1. Núcleo de Apoio Pedagógico e Experiência Docente.

O Núcleo de Apoio Pedagógico e Experiência Docente NAPED-FPM apresenta-se como o canal de referência aos docentes, de forma a atendê-los em suas necessidades individuais e/ou coletivas, emocionais e/ou cognitivas e

em qualquer outra forma de ensinar, de ser e de se relacionar com o interdisciplinar e dinâmico mundo do conhecimento do ensino superior.

Além disso, o Núcleo adota uma postura ativa de busca das manifestações dos docentes sobre sua experiência ao longo das atividades acadêmicas, suas dúvidas, sugestões e necessidades especiais.

Para atender as demandas e especificidades dos cursos, o NAPED conta com uma equipe composta por profissionais qualificadas para o exercício da função e uma coordenação especializada em atendimento didático-pedagógico e psicopedagógico aos professores, responsável pelas atividades realizadas pelo setor.

O NAPED-FPM tem seu funcionamento pautado no seguinte regulamento:

REGULAMENTO DO NÚCLEO DE APOIO PEDAGÓGICO E EXPERIÊNCIA DOCENTE

Dispõe sobre a composição, atribuições e funcionamento do Núcleo de Apoio Pedagógico e Experiência Docente da Faculdade Patos de Minas.

CAPÍTULO I
DO CONCEITO, FINALIDADES E OBJETIVOS

Art. 1º - O Núcleo de Apoio Pedagógico e Experiência Docente (NAPED), no âmbito da estrutura organizacional, caracteriza-se como um órgão de apoio didático-pedagógico, subordinado à Coordenação Acadêmica. O mesmo se constitui como um instrumento de acompanhamento, orientação, supervisão e avaliação das práticas pedagógicas do curso da área de saúde da Faculdade Cidade de Patos de Minas.

Art. 2º - São objetivos do NAPED:

I - Qualificar, sistematicamente, os processos educativos do sistema de ensino da Instituição, em conformidade com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), o Projeto Pedagógico dos Cursos da área de saúde (PPC) e as Diretrizes Curriculares Nacionais.

II - Orientar e acompanhar os professores sobre questões de caráter didático-pedagógico.

III - Promover a permanente qualificação do corpo docente a partir de projetos específicos.

IV - Contribuir com a Comissão Própria de Avaliação (CPA) nos processos avaliativos institucionais.

V - Contribuir com o Núcleo Docente Estruturante (NDE) dos cursos da área da saúde no processo de elaboração, desenvolvimento e reestruturação do Projeto Pedagógico, visando a sua permanente melhoria, objetivando a efetivação da missão institucional.

VI - Auxiliar as atividades funcionais dos órgãos de apoio e prestação de serviços para o corpo discente.

VII - Desempenhar as demais atividades que recaiam no âmbito de suas competências e aquelas delegadas ou definidas pela Coordenação Acadêmica.

Art. 3º - O NAPED visa desenvolver as seguintes ações:

I - Auxiliar os colegiados dos cursos no planejamento e execução das ações que favoreçam o cumprimento da missão institucional, em conformidade com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e Projeto Pedagógico dos Cursos (PPC).

II - Desenvolver atividades voltadas para a ética profissional e pedagógica.

III - Fomentar discussões e práticas focadas nos fundamentos pedagógicos da docência universitária.

IV - Promover o debate e a implementação de atividades focadas nas tendências pedagógicas contemporâneas, enfatizando as temáticas do planejamento, do processo ensino-aprendizagem, das técnicas de ensino e da avaliação da aprendizagem.

V - Auxiliar o NDE no desenvolvimento das reflexões inerentes à implantação, desenvolvimento e avaliação dos Projetos Pedagógicos.
VI - Analisar semestralmente os resultados da autoavaliação institucional, no âmbito das reflexões didático-pedagógicas dos cursos, junto às coordenações.
VII - Apoiar os professores, de forma coletiva ou individualizada, nos processos de planejamento, desenvolvimento e avaliação das atividades docentes.
VIII - Promover oficinas pedagógicas e/ou cursos, de acordo com as demandas apresentadas pelos docentes.
IX - Promover espaços coletivos de reflexão sobre a docência universitária, realizados periodicamente.

CAPÍTULO II
DA COMPOSIÇÃO

Art. 4º - O NAPED é constituído individualmente por curso:
I - Pelo coordenador, que por sua vez será eleito entre os membros.
II - Por um professor representante de cada eixo de disciplinas dos cursos de acordo com as DCN's especificas, sendo indicados pela Coordenação Acadêmica e com, no mínimo, cinco anos de experiência docente.
III - Pelo coordenador do curso.
IV - Por um representante do Núcleo de Apoio Psicopedagógico.
Parágrafo único:
Na inobservância do disposto no artigo 4º inciso I, o representante será eleito pelos componentes dos respectivos núcleos.

CAPÍTULO III
DAS ATRIBUIÇÕES

Art. 6º - São atribuições dos membros do NAPED:

I - Participar das ações do núcleo que visem orientar e acompanhar os professores sobre questões de caráter didático-pedagógico.

II - Promover a permanente qualificação do corpo docente a partir de projetos específicos.
III - Contribuir com a CPA nos processos avaliativos institucionais referentes às funções didático-pedagógicas.
IV - Participar das ações do núcleo que visem orientar e acompanhar nos colegiados de curso o processo de elaboração, complementação e alteração dos projetos Pedagógicos dos cursos da área da saúde.
V - Desempenhar as demais atividades que recaiam no âmbito de suas competências e aquelas delegadas ou definidas pela coordenação do núcleo e/ou coordenação acadêmica.
VI – Analisar os resultados da Avaliação do Processo Acadêmico dos cursos detectando possíveis necessidades de ampliar o apoio.
VII – Realizar reuniões com as Coordenações de Cursos e com corpo docente, tendo em vista o levantamento de alternativas de solução para as fragilidades discentes detectadas e as possibilidades de apoio do NAPED.
VIII – Elaborar relatório das ações que foram desenvolvidas pelo NAPED ao longo de cada semestre.
IX – Elaboração do Plano Semestral de atividades do Núcleo com base nos resultados das referidas análises feitas juntamente com a CPA.
X – Atendimento especializado e personalizado aos alunos portadores de necessidades educacionais especiais (deficientes físicos, visuais e auditivos).

Art. 7º - São atribuições do coordenador do NAPED:

I - Representar o núcleo junto às outras instâncias ou atividades sempre que designado pela Coordenação Acadêmica.
II - Propor e receber propostas de atividades inerentes ao NAPED, bem como designar aos demais membros sua participação e responsabilidade sobre elas.
IV - Convocar as reuniões ordinárias e/ou extraordinárias em conformidade com este regulamento.
V - Conduzir as reuniões.
VI - Emitir e assinar documentos de competência do NAPED.

CAPÍTULO IV
DO FUNCIONAMENTO

Art. 8º - O NAPED se reunirá ordinariamente duas vezes em cada semestre, e extraordinariamente, sempre que necessário, mediante convocação da coordenação do núcleo ou da Diretoria Acadêmica.
Art. 9º - Os representantes do NAPED que não comparecem às reuniões, sem prévia justificativa, por três vezes consecutivas ou cinco alternadas, serão substituídos por outro docente eleito pelos demais componentes do respectivo núcleo.

CAPITULO V
DA AVALIAÇÃO DO NAPED

Art. 10° - A avaliação da ação de apoio discente e docente desenvolvida pelo NAPED será realizada em conjunto com as Coordenações de Cursos e a Comissão Própria de Avaliação (CPA), tendo em vista avaliar o nível de satisfação dos usuários, propor ações de melhoria para o apoio aos discentes e docentes nos seus devidos cursos.

CAPÍTULO VI
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 11º - Os casos omissos que eventualmente surgirem no desenvolvimento do presente Regulamento serão analisados e resolvidos pela Diretoria Acadêmica e, em última instância, pelo CONSUAD.
Art. 12º - O presente Regulamento entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

4.2. Politica de capacitação e formação continuada de tutores.

A Faculdade Patos de Minas entende que a prática formativa do tutor deve ser um processo continuado sempre aliando a prática de tutoria e o

aperfeiçoamento constante por via da diversidade de modalidades de estudos e reflexões.

O cenário da tutoria a ser praticado em ambiente relacionados a Educação a Distancia deve, em sua maioria, estar relacionado ou apoiado no conhecimento e uso eficiente das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs). O uso da tecnologia aliado às práticas ativas pedagógicas deve permear as atitudes e acompanhamentos realizados pelos tutores, principalmente no Ambiente Virtual de Aprendizagem.

Na perspectiva da formação dos tutores a IES busca a implementação de transformações que possibilitem, no uso das atribuições do tutor, atitudes mais reflexivas e dinâmicas. Nesta percepção entende-se que o tutor deva ser um construtor de “redes” e não um construtor de estruturas rígidas. Percepção que contempla o dinamismo das atitudes e uso frequente de ferramentas tecnológicas de apoio.

Este cenário de formação de redes de interação, que se pode compreender como comunidades de aprendizagem, tem por base a interdisciplinaridade e na cooperação da construção do conhecimento. Como resultado tem-se a formação de uma forte interação entre teoria e processos ou práticas. No entanto, para que se obtenha êxito, a atividade de tutoria deve ser capaz de agir ativamente no processos ensino-aprendizagem de forma construtiva na figura do tutor como moderador e não como apenas um líder de processo.

Para a construção da formação do tutor deve-se entender qual seu papel no contexto do processo de aprendizagem proposto pela IES, conforme descrito abaixo:

- Fazer a ligação entre a instituição e o aluno;
- Enriquecer o processo de aprendizagem com seu conhecimento e experiência;
- Facilitar a construção do saber através da reflexão e do intercâmbio de informações;
- Estabelecer relações empáticas com o aluno;
- Conhecer o ambiente tecnológico e acadêmico de atuação de tutoria;
- Auxiliar nos processos de gestão e coordenação de atividades junto ao aluno;

- Propor melhorias e sugestões na melhoria continua dos processos e materiais utilizados no NEAD;
- Constituir uma forte instância de personalização.

Para garantir a formação do corpo de tutores com o objetivo de formatar as atitudes e habilidades dentro das funções relacionadas, a FPM define algumas características e perfis profissionais fundamentais a atuação do tutor. Para a garantia de cumprimento da qualidade e excelência já conhecidos desta IES políticas para a formação continuada de tutores serão implementadas com o objetivo de promover o desenvolvimento das competências institucionais por meio do desenvolvimento das competências individuais e das equipes de trabalho, a fim de aprimorar, continuamente, os serviços prestados à sociedade, proporcionando as condições da formação continuada para o corpo de tutores, estimulando o aprimoramento profissional e acadêmico, despertando o espírito investigativo e crítico, são elas:

* Ampliar os incentivos para participação em eventos científicos/técnicos e culturais.

* Promover Formação Continuada didático-pedagogicamente, no início de cada semestre com oficinas, palestras etc.

* Valorizar a titulação acadêmica, experiência na tutoria e fora dela, produção científica e tecnológica como critério de seleção para admissão de tutores;

* Valorizar a produção científica como critério de ascensão horizontal para níveis sucessivos das categorias docentes.

* Disponibilizar acervo bibliográfico online aos tutores.

* Disponibilizar cursos de extensão realizados pela IES sem custo aos docentes.

* Disponibilizar bolsas de estudos para os cursos de pós gradua lato sensu ofertados pela IES.

* Criar programa de Inter formação entre os tutores EAD e professores da graduação presencial.

* Valorizar e capacitar o uso de ferramentas móveis para complemento do ambiente virtual de aprendizagem.

4.3. Política de formação e capacitação do corpo técnico-administrativo.

A Faculdade Cidade de Patos de Minas possui um plano institucionalizado para a capacitação dos recursos humanos, que tem por objetivo promover a melhoria da qualidade das funções de ensino, extensão e administração da Instituição, por meio de cursos de graduação, de pós-graduação, de treinamento e atualização profissional, voltado para a sua comunidade interna, oportunizando a seus professores e pessoal técnico administrativo condições de aprofundamento e/ou aperfeiçoamento de seus conhecimentos científicos, tecnológicos e profissionais.

A política de formação continuada de docentes e técnicos administrativos dos diferentes setores inclui o incentivo à continuidade de estudos, participação em eventos específicos de sua área de atuação, treinamentos em serviço e incentivo financeiro para acesso aos cursos de Graduação e de Pós-Graduação ofertados pela Instituição.

A IES incentiva o Corpo Docente à participação em congressos, seminários e afins, de forma que os/as docentes tenham oportunidades variadas de atualizarem suas bases teórico-metodológicas. Para cumprir esse incentivo, os/as docentes são substituídos no período de ausência e recebem ajuda de custo para as inscrições no evento. A solicitação para pagamento da inscrição deve ser feita em formulário para este fim e encaminhado a direção geral.

Os Docentes poderão obter licença, com ou sem remuneração, pela Direção Geral da IES, à vista de parecer favorável para aperfeiçoar-se em instituições nacionais ou estrangeiras; comparecer a congressos, seminários, simpósios, cursos e similares, relacionados com a sua área de atuação na Instituição ou para se qualificar em programas de pós-graduação *lato sensu* ou *stricto sensu*.

Objetivos

Gerais

Promover o desenvolvimento das competências institucionais por meio do desenvolvimento das competências individuais e das equipes de trabalho, a fim de aprimorar, continuamente, os serviços prestados à sociedade;

Proporcionar as condições da formação continuada para o corpo docente e técnico administrativo, estimulando o aprimoramento profissional e acadêmico, despertando o espírito investigativo e crítico;

Específicos

Promover ações que atendam às necessidades de capacitação dos docentes e técnicos-administrativos da Faculdade Cidade Patos de Minas em consonância com os objetivos estratégicos, missão e visão do Plano de Desenvolvimento Institucional.

Incentivar a capacitação de forma que os colaboradores possam atingir a progressão na carreira, o crescimento pessoal e o desenvolvimento institucional.

Realizar, de forma contínua, o levantamento das necessidades e a avaliação das ações de capacitação.

Promover a melhoria da eficiência, eficácia e qualidade dos serviços prestados pela IES;

Contribuir para o desenvolvimento do servidor, como profissional, cidadão e ser humano;

Proporcionar aos colaboradores o conhecimento do seu papel, tanto a níveis institucional, pedagógico e social enquanto profissional da educação;

Dignificar o trabalho e elevar o ambiente moral da instituição;

Melhorar a eficiência da instituição e da qualidade dos serviços prestados ao cidadão;

Oportunizar aos colaboradores condições para aperfeiçoamento profissional no âmbito da própria instituição e de outras organizações conveniadas ou contratadas através de projetos de capacitação/qualificação;

Oportunizar o aperfeiçoamento das relações interpessoais e intrapessoais;

Incidir novas práticas na dimensão pedagógica;

Incentivar o desenvolvimento do trabalho em equipe.

Incentivar a publicação
Incentivar a melhora da titulação acadêmica

Linhas de Desenvolvimento

Formação geral: oferta de conjunto de informações ao colaborador sobre a importância dos aspectos profissionais vinculados à formulação, ao planejamento, à execução e ao controle das metas institucionais;
Educação formal: implementação de ações que contemplem os diversos níveis de educação formal;
Educação não formal: implementação de ações que contemplem as diversas áreas de educação não formal;
Gestão: preparação do colaborador para o desenvolvimento da atividade de gestão que deverá se constituir em pré-requisito para o exercício de funções de chefia, coordenação, assessoramento e direção;
Inter-relação entre ambientes: capacitação para o desenvolvimento de atividades relacionadas e desenvolvidas em mais de um ambiente organizacional;
Específica: capacitação (treinamento/desenvolvimento) para o desempenho de atividades vinculadas ao ambiente organizacional em que atua e ao cargo que ocupa.

Modalidades das Ações

As ações de capacitação contemplarão ações voltadas ao ensino não formal (treinamento/desenvolvimento) e aquelas voltadas para o ensino formal (qualificação).

As ações obedecerão as seguintes modalidades:

a) Forma direta - com participação do colaborador em cursos sistemáticos, com presença obrigatória em sala de aula;

b) Forma indireta – através de cursos à distância, com ou sem monitoração, utilizando recursos de multimídia; e
c) Forma mista – com adoção de cursos semipresenciais.

Formas de Divulgação

A divulgação dos Levantamentos das Necessidades de Capacitação e dos cursos poderá ser feita por meio de cartazes, anúncio na página eletrônica da IES, e-mail e/ou outros instrumentos de comunicação que vierem a ser estabelecidos/oferecidos.

Previsão de Custos

A previsão de custos deverá considerar uma análise de custo geral sobre os eventos a serem realizados.

Esta previsão deverá ser encaminhada ao CONSUAD para avaliação e inclusão na proposta orçamentária da Instituição para o ano seguinte.

O custo de cada evento, preferencialmente, deverá constar no respectivo projeto, com objetivo de garantir a qualidade no desenvolvimento da ação, de modo a permitir que os setores envolvidos no processo possam se programar e tomarem as providências necessárias.

4.4. Gestão institucional.

A gestão educacional democrática passou a constituir-se em um dos princípios orientadores do processo educativo, possibilitando a abertura de espaços para discussão e debate, assim como, identificar as fragilidades nos processos administrativos e de planejamento para a superação das discordâncias entre o almejado e o praticado, visando explicitar as potencialidades da Instituição, bem como suas dificuldades e limitações.

Nesse contexto, a FPM adotou um modelo de gestão cujos processos técnicos administrativos estão integrados de forma a facilitar as decisões e ações acadêmicas. Um modelo de gestão participativa, no qual estudantes, docentes e o corpo técnico- administrativo desempenham papel fundamental nos cumprimentos dos objetivos propostos.

A FPM é mantida pela Associação Educacional de Patos de Minas, uma instituição sem fins lucrativos que tem o seu Conselho Superior de Administração (CONSUAD) o qual assessor na busca do compromisso com a missão estabelecida, oportunizando o desenvolvimento de metas temporais.

Cabe a ele fixar regras básicas com o propósito de formar a identidade da faculdade, assim como acompanhá-las, criando condições para a autonomia.

Os seguintes princípios têm orientado a gestão institucional: diálogo amplo, permanente, sistemático, transparente, democrático e responsável; discussão prioritária das diretrizes gerais por parte dos órgãos colegiados e valorização das coordenações de curso.

A partir dos princípios elencados e dos diagnósticos regularmente realizados, a meta básica e as ações consequentes, voltadas para o aperfeiçoamento da gestão institucional, relacionam-se ao exame acurado, quantitativo e qualitativo, que ocorre no interior de cada ciclo avaliativo que a FPM promove.

No que tange à gestão institucional, tanto a referente à organização administrativa, a de pessoal, é sempre levado em conta as avaliações da CPA, bem como as avaliações sistêmicas, as quais sempre apontam que a instituição tem um grande potencial e que tem muito a melhorar.

A Faculdade Cidade de Patos de Minas estrutura-se da seguinte forma:

1. Conselho Superior de Administração (CONSUAD)
2. Direção Geral

3. Coordenação Acadêmica
4. Coordenação Administrativa
5. Coordenações de Cursos.
6. Colegiados de Cursos
7. Núcleo Docente Estruturante (NDE)
8. Comissão Própria de Avaliação (CPA)
9. Órgãos de apoio

O mandato dos membros do CONSUAD, à exceção do Diretor Geral, e Secretário Geral são de um ano, podendo ser reconduzidos. O CONSUAD reúne-se, ordinariamente, no início e no fim da cada ano letivo e, extraordinariamente, quando convocado pelo Diretor Geral, por iniciativa própria ou a requerimento de 2/3 (dois terços) dos membros que o constitui.

Compete ao CONSUAD:

- Aprovar emendas e revisões do Regimento da Faculdade;
- Votar o plano anual de atividades da Faculdade;
- A provar o Calendário Escolar;
- Instituir cursos de graduação e pós-graduação, mediante prévia autorização do Conselho Nacional de Educação, quando for o caso, e após homologação da Mantenedora;
- Fixar normas para a organização dos cursos de graduação pós-graduação, sequenciais e educação à distância, respeitada a legislação em vigor;
- Aprovar normas de funcionamento dos estágios curriculares, respeitada a legislação em vigor;
- Elaborar o currículo pleno da graduação, bem como suas modificações, observado as diretrizes gerais pertinentes, e fixar os pré-requisitos das disciplinas curriculares;
- Estabelecer planos, programas e projetos de pesquisa científica e atividades de extensão;
- Disciplinar o Processo Seletivo, quando solicitado pela Comissão Permanente de Processo Seletivo;

- Coordenar e supervisionar os planos de atividades dos Coordenadores de Cursos;
- Deliberar sobre pedidos de transferência e aproveitamento de estudos, quando solicitado pelas Coordenadorias de Cursos;
- Apreciar relatório anual da Diretoria-Geral;
- Submeter à aprovação da entidade mantenedora acordos e convênios com entidades nacionais ou estrangeiras que envolvam o interesse da Faculdade;
- Decidir os recursos interpostos de decisões dos demais órgãos, em matéria didático- científica e disciplinar;
- Decidir sobre a concessão de dignidades acadêmicas;
- Regulamentar as solenidades de colação de grau e outras promovidas pela Faculdade;
- Sugerir medidas que visem ao aperfeiçoamento e desenvolvimento das atividades da Faculdade, bem como opinar sobre assuntos pertinentes que lhe sejam submetidos pelo Diretor Geral; e
- Exercer as demais atribuições que lhe sejam previstas em lei e neste Regimento.

DIREÇÃO GERAL

A Diretoria, exercida pelo Diretor Geral, é o órgão executivo superior de coordenação e fiscalização das atividades da Faculdade. Em sua ausência e impedimentos, o Diretor Geral será substituído pelo Diretor Acadêmico designado pela Entidade Mantenedora.

O Diretor Geral é designado pela Mantenedora tem as seguintes atribuições:

- Representar a Faculdade junto às pessoas ou instituições públicas ou privadas;
- Convocar e presidir as reuniões do colegiado da Faculdade;
- Elaborar o plano anual de atividades da Faculdade e submetê-lo à aprovação do CONSUAD;
- Elaborar o calendário anual de atividades da Faculdade;
- Elaborar o relatório anual das atividades da Faculdade e encaminhá-lo

aos órgãos competentes;

- Conferir grau, assinar diplomas, títulos e certificados escolares;
- Assinar a correspondência oficial, termos e despachos lavrados em nome, ou por deliberação do colegiado;
- Firmar convênio de natureza cultural entre a Faculdade e entidades públicas e privadas, nacionais ou internacionais, ouvido o CONSUAD;
- Submeter ao Conselho Nacional de Educação, depois de indicados pelo CONSUAD e homologado pela mantenedora, a aprovação de novos cursos;
- Submeter ao Conselho Nacional de Educação, alterações regimentais ou qualquer outro assunto de interesse da Faculdade;
- Promover a avaliação institucional e pedagógica da Faculdade, bem como proceder a elaboração do seu Projeto Pedagógico;
- Designar os Coordenadores de Cursos;
- Designar os membros da Comissão Permanente do Processo Seletivo;
- Designar representantes junto aos órgãos colegiados;
- Decidir sobre os pedidos de matrícula, trancamento, transferência e aproveitamento de estudos, após instrução dos órgãos colegiados da Faculdade;
- Fiscalizar o cumprimento do regime escolar e a execução dos programas e horários;
- Zelar pela manutenção da ordem e disciplina no âmbito da Faculdade;
- Propor à Entidade Mantenedora a contratação de pessoal docente e técnico- administrativo;
- Autorizar ou desautorizar publicações, que acarretem responsabilidade à Faculdade;

A Diretoria terá sua organização e funcionamento definidos no Regimento da Instituição.

COORDENAÇÃO ACADÊMICA

A Coordenação Acadêmica é o órgão executivo da Administração Superior, responsável pela gestão do Ensino de Graduação e Pós-Graduação e pelas

atividades de Iniciação Cientifica e Extensão da Faculdade. O Diretor Acadêmico deverá delegar competências nos períodos temporários de suas ausências ou impedimentos.

Compete ao Coordenador Acadêmico:

- Superintender o ensino de graduação e pós-graduação, bem como as atividades de pesquisa e extensão;
- Elaborar as normas de contratação, ou propor modificações, além do programa de capacitação docente da Faculdade, bem como encaminhá-los aos respectivos Conselhos para aprovação em suas esferas de competência;
- Dar parecer sobre projetos de cursos de pós-graduação e/ou atividades de pesquisa e extensão, encaminhando-os ao CONSUAD para aprovação;
- Dar parecer sobre pedido de dispensa ou demissão de pessoal docente e encaminhá-lo ao RH;
- Supervisionar, através de órgão próprio de registro de controle acadêmico, o planejamento e a execução dos trabalhos escolares, os processos de admissão e matrícula de discentes, assim como os assentamentos oficiais dele decorrentes;
- Manter informações atualizadas sobre os docentes e discentes da Faculdade;
- Exercer outras atribuições na sua esfera de competência.

COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA

A Coordenação Administrativa é abrangente, que inclui os departamentos: Administrativo, Financeiro, Recursos Humanos e Tecnologia da Informação.

Os departamentos realizam, além das atividades institucionais, ações de apoio às atividades docentes.

Compete ao coordenador administrativo:

- Assessorar a diretoria administrativa na área de sua competência.
- Supervisionar e coordenar a execução das atividades de pessoal, serviços gerais, contabilidade, informações e administração da Faculdade Cidade de Patos de Minas.
- Analisar a viabilidade econômica financeira da ampliação de patrimônio imobilizado da Faculdade Cidade de Patos de Minas.
- Decidir sobre necessidade e perfil de contratação do quadro funcional administrativo.
- Dar apoio técnico/administrativo/financeiro nos estudos de projetos de expansão da Faculdade Cidade de Patos de Minas.
- Controlar a administração de bolsas, auxílios e projetos da Diretoria Acadêmica.
- Elaborar propostas orçamentárias anuais e semestrais.
- Acompanhar a administração e controle de recursos financeiros aplicados na

Faculdade Cidade de Patos de Minas.

- Promover e presidir reuniões administrativas com o quadro de funcionários quando necessário.
- Participar de reuniões no Conselho diretor.
- Acompanhar, direta ou indiretamente, trâmites burocráticos de projetos, documentos ou qualquer outra forma de participação da Faculdade Cidade de Patos de Minas junto a órgãos institucionais tais como: Prefeitura, Conselhos, Secretarias Estaduais, Receita Federal etc. ou assistindo as Diretorias Administrativas e Acadêmicas nestes assuntos.
- Organizar e dirigir os serviços do Departamento de Pessoal juntamente com o

Diretor de Geral;

- Estabelecer juntamente com o setor Recursos Humanos a política salarial do Corpo Docente e do Pessoal Técnico-Administrativo a ser submetida à aprovação pela Diretoria;

- Estabelecer juntamente com a Direção Geral, semestral ou anualmente, os custos operacionais dos cursos em funcionamento ou a serem instalados.

COORDENADORIAS DE CURSO

A coordenação didática de cada curso de graduação é exercida por um coordenador designado pela Direção Geral dentre os docentes que integram o curso, para mandato de 01 (um) ano, permitida a recondução. Em eventuais ausências ou impedimento, o coordenador do curso será substituído por um membro designado pela Direção Geral.

Compete ao Coordenador do Curso:

- Convocar e presidir as reuniões do Colegiado de Curso;
- Representar a Coordenadoria de Curso perante as autoridades e órgãos da Faculdade; III - elaborar o horário escolar do curso, para apreciação e homologação da Direção Geral;
- Fornecer os subsídios necessários a Direção Geral para a organização do

Calendário acadêmico;

- Participar do processo seletivo, no papel designado pela Direção Geral; VI- orientar, coordenar e supervisionar as atividades do curso;
- Fiscalizar a observância do regime escolar, o cumprimento dos planos de ensino, o registro da frequência, dos conteúdos e práticas desenvolvidas, das avaliações procedidas, o aproveitamento escolar de suas turmas, bem como a execução dos demais projetos da coordenadoria;
- Acompanhar as atividades de estágios curriculares e extracurriculares no âmbito de seu curso;
- Homologar aproveitamento de estudos e propostas de adaptação de curso;
- A avaliação das atividades e programas ministrados em cada etapa e seus desdobramentos no curso, de forma integral;
- Exercer o poder disciplinar no âmbito do curso;

- Executar e fazer executar as decisões do Colegiado de Curso e as normas dos demais órgãos da Faculdade;
- Apresentar relatório mensal de atividades à Direção Geral;
- Propor a contratação ou dispensa de docentes auxiliares administrativos; e
- Exercer as demais atribuições previstas neste Regimento e aquelas que lhe forem atribuídas pela Direção Geral e demais órgãos da Faculdade.

COLEGIADOS DE CURSO

Cada curso conta com um Colegiado de Curso constituído por seus professores e um representante do corpo discente, escolhido pelo Diretor Geral entre três nomes indicado pelo órgão de representação estudantil, ouvido o Coordenador de Curso.

Cada Colegiado de Curso será responsável pelo planejamento, distribuição e execução das tarefas que lhe forem peculiares, em todos os níveis e para todos os fins da educação superior, atendidas as determinações dos órgãos superiores de coordenação do ensino, iniciação cientifica e extensão, na forma deste regimento.

Composição do Colegiado de Curso:

O Colegiado do Curso é integrado pelos seguintes membros:

O colegiado de curso é constituído por
I. pelo Coordenador do Curso;
II. por dois professores de disciplinas ou unidades curriculares específicas do curso;
III. Por dois discentes do curso.
IV. Por dois Técnicos-Administrativos.

Funcionamento:

O Colegiado de Curso reúne-se, no mínimo, duas vezes por semestre (preferencialmente ao final de cada bimestre) e, extraordinariamente, com homologação do Diretor Geral, por convocação do Coordenador do Curso ou por convocação de 2/3 (dois terços) de seus membros, devendo constar da convocação a pauta dos assuntos a serem tratados.

Atribuições:

- Fixar o perfil do curso e das diretrizes gerais das disciplinas, com suas ementas e respectivos programas;
- Elaborar o currículo do curso e suas alterações com a indicação das disciplinas e respectiva carga horária, de acordo com as diretrizes curriculares emanadas do Poder Público;
- Promover a avaliação do curso;
- Decidir sobre aproveitamento de estudos e de adaptações, mediante requerimento dos interessados;
- Elaborar os planos de ensino referentes às unidades curriculares que constituem cada curso, em consonância com o projeto pedagógico e articulando com demais docentes;
- Pronunciar-se sobre o aproveitamento de competências profissionais anteriormente desenvolvidas e adaptações de acadêmicos transferidos, diplomados ou que tenham desenvolvido competências profissionais no mundo do trabalho;
- Pronunciar-se sobre o aproveitamento discente extraordinário, no que se refere à abreviação de seu curso;
- Apreciar o plano e o Calendário Acadêmico das atividades do Curso a serem submetidos ao CONSUAD;
- Propor o material didático para o corpo docente ou sugerir sua aquisição;
- Zelar pela conservação e utilização dos equipamentos e recursos sob sua responsabilidade;
- Propor as atividades extracurriculares;

- Propor alterações no projeto do Curso quando necessário;
- Exercer outras atribuições de sua competência ou que lhe forem delegadas pelos demais órgãos colegiados.

OBS: O Núcleo Docente Estruturante assessora o Colegiado de Curso nas suas ações conforme as competências do mesmo.

NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE (NDE)

Compete ao Núcleo Docente Estruturante (NDE) dos cursos da Faculdade, órgão consultivo do curso o qual se constitui de um grupo de docentes, com atribuições acadêmicas de acompanhamento atuante no processo de concepção, consolidação e contínua atualização do Projeto Pedagógico do Curso (PPC), das Matrizes Curriculares e Conteúdos.

O Núcleo reunir-se-á, ordinariamente, por convocação de iniciativa do seu Presidente, 02 (duas) vezes por semestre, e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo Presidente ou pela maioria de seus membros titulares.

São atribuições do Núcleo Docente Estruturante:

- Contribuir para a consolidação, padronização e melhoria do Projeto Pedagógico do Curso e atualização do Sistema de Conteúdo do Curso;
- Zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades acadêmicas de ensino-aprendizagem do curso;
- Zelar pelo bom uso do Portal da Faculdade;
- Incentivar e contribuir para melhoria das atividades complementares de Estudos Dirigidos;
- Supervisionar as formas de avaliação e acompanhamento do curso;
- Zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares do curso.
- Assegurar estratégias de renovação parcial dos integrantes do NDE de

modo a assegurar continuidade no processo de acompanhamento do curso;

O Núcleo Docente Estruturante (NDE) será constituído de:

- Coordenador do Curso, como seu presidente;
- No mínimo 4 (quatro) professores pertencentes ao corpo docente do curso, indicados pelo Colegiado de Curso para um mandato de 2 (dois) anos, com possibilidade de recondução;

Compete ao presidente do Núcleo Docente Estruturante (NDE):

- Convocar e presidir as reuniões, com direito a voto, inclusive o de qualidade; Representar o NDE junto aos órgãos da instituição;
- Encaminhar as deliberações do Núcleo;
- Designar relator ou comissão para estudo de matéria a ser decidida pelo Núcleo e um representante do corpo docente para secretariar e lavrar as atas;
- Coordenar a integração com os demais Colegiados e setores da instituição.

Todos os membros do NDE devem possuir regime de trabalho de tempo parcial ou integral, sendo pelo menos 20% em tempo integral.

COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO (CPA)

Comissão Própria de Avaliação (CPA) da Instituição tem atuação autônoma em relação aos conselhos e demais órgãos colegiados da IES, tendo como atribuição a condução dos processos de avaliação internos.

A CPA é composta por representantes de todos os segmentos da comunidade acadêmica (Coordenador, docente, técnico-administrativo e discente) e da sociedade externa à Faculdade (membro da sociedade civil organizada).

A CPA, além de coordenar e articular o processo de autoavaliação institucional é responsável pelas seguintes atribuições:

- Coordenar e articular o processo de auto avaliação institucional;
- Coordenar e articular o processo de Avaliação Interna dos Cursos de Graduação;
- Organizar os relatórios dos processos de Avaliação;
- Divulgar os resultados consolidados;
- Examinar os relatórios da Comissão Externa de Avaliação dos Cursos;
- Examinar os resultados de desempenho dos alunos no ENADE;
- Avaliar o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI);
- Avaliar os Projetos Políticos Pedagógicos dos cursos (PPC);
- Coordenar pesquisas sobre Perfil do Ingressante e Egresso;
- Extrair indicativos para tomada de decisão nas diversas instâncias da Faculdade;
- Atuar como elo entre a Instituição e órgão federal competente;
- Elaborar e executar o projeto de auto avaliação institucional;
- Elaborar anualmente conforme a legislação, relatório da avaliação institucional, encaminhando à Direção Geral para divulgação aos órgãos internos e comunidade em Geral, bem como aos órgãos reguladores.

4.5. Sistema de registro acadêmico.

O registro acadêmico da IES é feito através de um sistema operacional próprio, que é elaborado pela empresa LS Educação, feito sob medida para a FPM, suprindo totalmente a necessidade institucional, tanto no que tange ao registro acadêmico, financeiro e demais áreas da faculdade.

Esse registro funciona da seguinte forma, no ato de efetivação da matrícula, a partir da entrega da documentação necessária, constante no regimento da IES, o estudante é registrado no sistema aqui citado, de onde receberá o seu RGM

(Registro Geral de Matrícula), que o identificará em todas as dependências institucionais.

Através desse registro, o discente poderá por via rede de computadores, consultar suas notas, faltas e outras pendências que consequentemente consta no sistema, que é também utilizado pela secretaria para que haja os lançamentos desses dados mencionados.

4.6. Sustentabilidade financeira.

A Diretoria Financeira, órgão diretamente ligado à Direção Geral, é responsável por elaborar a proposta orçamentária anual da Instituição. A proposta apresentada é fruto do levantamento das necessidades apontadas pelos colegiados dos cursos, os quais convergem às informações às Diretorias de Escolas, que, então, os repassa à Diretoria Financeira.

A Mantenedora, de posse da proposta, procede às análises necessárias, aprovando ou não a proposta. Depois de discutida com a Mantida, em caso de rejeição inicial, nova proposta é feita e, caso aceita, é devolvida à Mantida.

O mesmo fica responsável pela execução do orçamento proposto, sob a supervisão da Mantenedora. A Mantenedora, por sua vez, é responsável pelos recebimentos, pelos pagamentos e pela escrituração de todas as receitas e despesas. A Mantida, através de suas Escolas e de seus colegiados de cursos, intermediada pela Diretoria Financeira, poderá propor iniciativas para o ano subsequente ao ano letivo e fiscal, que poderão gerar ônus financeiros.

Em seguimento, essas iniciativas deverão ser obrigatoriamente aprovadas pela Mantenedora antes de implementadas. Da mesma forma, após a aprovação das mesmas, a execução deverá ficar a cargo da Diretoria Financeira, também sob supervisão da Mantenedora. Para que não haja falta de capacidade financeira da Mantenedora em executar o proposto pelo PDI, observaram -se limites financeiros de despesas, quando assim foi permitido, vinculados à

captação dos recursos necessários dando ênfase aos gerados com o pagamento de mensalidades pelos alunos.

Melhor explicando, os recursos destinados principalmente aos investimentos dependem diretamente da disponibilidade dos recursos próprios da Mantenedora. Assim, a escolha dos investimentos, será feita mediante as prioridades emanadas pelos colegiados e homologadas pelos Conselhos da Instituição. Mediante isso a Mantenedora disponibilizará os recursos nos percentuais que atendam às prioridades elencadas.

Em resumo podemos dizer que a Faculdade tem mantido uma política conservadora na projeção do seu faturamento. Como a principal fonte de recursos da Faculdade provém das mensalidades escolares, observa-se o resultado alcançado no exercício em curso, considera - se o número de alunos, sua manutenção, crescimento ou evasão. Para fins orçamentários, dentro de uma política conservadora, a receita é calculada considerando - se as mensalidades escolares, acrescidas do reajuste, que é definido de acordo com a evolução de índices econômicos oficiais e a situação de mercado e necessidade de investimento. Havendo alteração significativa na política econômica, mudança no segmento de mercado que afete o comportamento do caixa da Instituição, o orçamento é passível de revisão e adequação à nova realidade de mercado.

Dessa forma, como a Mantenedora hoje tem sua capacidade financeira equilibrada, os esforços são também em função de não expô-la a riscos de desequilíbrio financeiro que possam comprometer a execução do plano quinquenal de desenvolvimento.

4.7. Relação entre o planejamento financeiro (orçamento) e a gestão institucional.

O Planejamento Estratégico Institucional tem como foco suprir/atender as necessidades apontadas pela comunidade acadêmica, via pesquisa de satisfação no âmbito do processo de autoavaliação.

São destacadas as alocações orçamentárias via política institucional que busca inventariar a evolução patrimonial e as necessidades futuras em consonância com a demonstração de receitas e despesas previstas em seu plano institucional.

Existe adequação entre a proposta de desenvolvimento da IES, captação de recursos e a previsão orçamentária e compatibilidade entre os cursos oferecidos e os recursos disponíveis, bem como a existência de controle entre as despesas efetivas e as despesas correntes, de capital e de investimento. A Instituição realiza investimentos destinados à infraestrutura, capacitação docente e de técnico - administrativa divulgação do conhecimento científico tendo como meta a excelência na oferta dos serviços educacionais.

Os demonstrativos de capacidade e sustentabilidade financeira e o PDI estão condizentes com as políticas efetivas de aquisição de equipamentos e de expansão e/ou conservação do espaço físico necessário à adequada implementação dos programas de ensino, pesquisa e extensão.

A gestão financeira pauta-se pelos seguintes objetivos:
Adotar o orçamento no processo de gestão do plano de metas visando servir de referência para a avaliação das atividades e tomadas de decisões para investimentos, gerando melhoria da qualidade dos cursos;
Implementar políticas e instrumentos de gestão financeira e orçamentária para possibilitar a auto sustentação dos cursos e programas.

Possui como metas:
Elaborar orçamentos anuais para gestão da instituição, no gerenciamento de cursos, projetos pedagógicos, projetos artísticos, culturais e sociais;

Implementar instrumentos de gestão financeira para subsidiar estudos de viabilidade dos diversos produtos ofertados pela Instituição a partir de 2016;
Realizar reavaliações anuais do orçamento global da instituição.

A política de racionalização dos recursos financeiros disponibilizados pela Instituição inclui a elaboração prévia de estudos de viabilidade econômico-financeira como condição para aprovação. Isto, entretanto, não desconsidera os estudos e relevância social das ações e projetos.

O processo de desenvolvimento e acompanhamento da gestão acadêmica e administrativa da instituição far-se-á com base em orçamento anual, podendo ser desdobrado em orçamentos de cursos e setoriais. Todavia, o processo de construção do orçamento privilegiará a participação dos gestores de todos os níveis da estrutura organizacional.

Planos de Investimentos: As receitas serão originárias basicamente de mensalidades nas diversas modalidades de oferta de cursos. As despesas contemplam o custeio básico da instituição, incluindo-se a destinação de recursos para a capacitação de pessoal e significativo montante para a manutenção e adequação da estrutura física em padrão de excelência. Indica a viabilidade econômico-financeira da Instituição e a sua capacidade crescente para a realização de investimentos nos diversos projetos e ações planejados neste documento.

A FPM possui um Planejamento Econômico Financeiro equilibrado para os próximos cinco anos, como se observa no quadro abaixo:

Demonstrativo Financeiro FPM

RECEITAS	
Anuidade	**Mensalidade**
2016	11.454.928,95

2017	11.798.576,82
2018	12.152.534,12
2019	12.517.110,15
2020	12.892.623,45
BOLSA	
2016	**-**
2017	-
2018	-
2019	-
2020	-
DIVERSOS	
2016	**-**
2017	-
2018	-
2019	-
2020	-
FINANCIAMENTO	
2016	11.411.309,89
2017	11.753.649,19
2018	12.106.258,66
2019	12.469.446,42
2020	12.843.529,81
INADIMPLÊNCIA	
2016	**-**
2017	-
2018	-
2019	-
2020	-
SERVIÇOS	
2016	**-**
2017	-
2018	-

2019	-
2020	-
TAXAS	
2016	130.977,96
2017	131.632,85
2018	132.291,01
2019	132.952,47
2020	133.617,23
TOTAL RECEITAS	
2016	22.997.216,80
2017	23.683.858,86
2018	24.391.083,80
2019	25.119.509,04
2020	25.869.770,50
TOTAL	122.061.438,9

DESPESAS	
Acervo Bibliográfico	
2016	294.926,91
2017	353.912,29
2018	424.694,75
2019	209.633,74
2020	151.560,59
Aluguel	
2016	1.232.020,14
2017	1.355.222,15
2018	1.047.257,15
2019	1.112.839,44
2020	1.101.711,05
Despesas com Administrativo	
2016	803.241,61
2017	899.630,60

2018	989.593,66
2019	1.039.073,35
2020	1.142.980,68
Encargos	
2016	3.205.904,94
2017	3.462.377,34
2018	3.635.496,20
2019	3.817.271,01
2020	4.008.134,56
Equipamentos	
2016	828.579,86
2017	1.657.159,92
2018	1.740.017,91
2019	1.781.446,90
2020	1.847.733,29
Eventos	
2016	12.563,04
2017	15.075,65
2018	16.583,21
2019	18.241,53
2020	20.065,69
Investimentos (Imóvel)	
2016	2.320.023,61
2017	2.756.188,05
2018	2.552.025,97
2019	2.080.594,28
2020	1.832.152,05
Manutenção	
2016	497.147,91
2017	596.577,49
2018	656.235,24
2019	721.858,77

2020	794.044,64
Mobiliário	
2016	177.731,71
2017	213.278,05
2018	234.605,86
2019	258.066,44
2020	283.873,09
Pessoal ADM	
2016	2.860.476,33
2017	3.003.500,15
2018	3.153.675,15
2019	3.405.969,17
2020	3.576.267,62
Professores	
2016	7.154.303,85
2017	7.512.019,04
2018	8.112.980,57
2019	8.762.019,01
2020	9.200.119,96
Pesquisa Extensão	
2016	222.716,80
2017	244.988,48
2018	269.487,33
2019	296.436,06
2020	326.079,67
Treinamentos	
2016	150.733,39
2017	165.806,73
2018	182.387,40
2019	200.626,14
2020	220.688,76
Totais Despesas	

2016	19.760.370,10
2017	22.235.735,94
2018	23.015.040,40
2019	23.704.075,84
2020	24.505.411,65
TOTAL	**113.220.633,93**

TOTALIZAÇÕES	
RECEITAS	**122.061.438,99**
DESPESAS	**113.220.633,93**
TOTAL GERAL	**8.840.805,06**

4.8. Coerência entre o plano de carreira e a gestão do corpo docente

O Plano de Carreira Docente - PCD foi elaborado com a colaboração de consultores, equipe da Diretoria de Recursos Humanos e Jurídico. Durante a apresentação preliminar dos critérios de mobilidade na carreira, aos diretores foram incorporadas sugestões e revisados alguns critérios. Posteriormente, o plano foi apresentado aos coordenadores e professores para conhecimento dos instrumentos e procedimentos para as movimentações na carreira de docência, com base em critérios claros e objetivos de elegibilidade para progressão horizontal e vertical em cada categoria.

Assim, o PCD foi elaborado e submetido à apreciação e aprovação dos órgãos internos e direção da Instituição, estabelece um sistema justo de meritocracia, em bases sustentáveis e critérios definidos para as progressões na carreira dos professores. O plano observa e atende a todos os dispositivos legais que o regem, no que trata respectivamente sobre a isonomia salarial e a atividade docente e Acordo Coletivo de Trabalho da Categoria pelo qual estão enquadrados os professores da Instituição quanto as suas cláusulas econômicas e sociais, piso da categoria e especificamente quanto a existência específica relacionada ao plano de quadro de carreira. Esse plano abrange todas as Unidades da FPM.

O PCD tem o objetivo de: Promover a ascensão funcional e a retenção dos professores mais bem preparados; possibilitar o recrutamento de profissionais de reconhecida competência; atrair, reter e desenvolver o corpo de professores, atrelando a sua remuneração ao seu nível de desenvolvimento e ao bom desempenho na função. O PCD é composto de Categorias Funcionais, que correspondem aos Níveis de Desenvolvimento na carreira-ND.

O enquadramento dos professores nas categorias funcionais, leva em conta a sua formação (titulação), o seu nível de desenvolvimento profissional em termos de perfeição técnica, melhor produtividade e desempenho. Os procedimentos estabelecidos no Plano garantem a objetividade e a imparcialidade na aplicação desses critérios. O Plano protocolado congrega todos os docentes contratados no Regime da Consolidação das Leis do Trabalho-CLT.

As categorias funcionais e seus respectivos níveis do Quadro de Carreira do Magistério Superior da FPM são as seguintes:

1 - Quando considerada a titulação:

a) Professores Especialistas;
b) Professores Mestres;
c) Professores Doutores e
d) Professores Pós-doutores;

2 - Quando Considerado o Regime de Trabalho:

a) Professores Horistas;
b) Professores Parciais e
c) Professores Integrais

Horista é o regime de trabalho docente baseado no número de aulas ministradas, independente do turno de funcionamento do curso.

Tempo Parcial é o regime de trabalho para as quatro classificações dos docentes, comportando 20 horas de dedicação semanal, independentemente do turno e do curso, ficando 08 ou 12 horas semanais reservadas para as aulas e o restante em atividades de pesquisa, na confecção de projetos, na produção de artigos e textos técnicos e na realização de aulas ou palestras relacionadas com a pesquisa que estiver realizando, constando sua remuneração em tabela própria e contrato próprio.

Tempo Integral é o regime de trabalho docente para as quatro classificações dos docentes comportando 40 horas de dedicação semanal, independente do turno ou curso, ficando 20 horas semana reservadas para aulas e o restante para atividades de pesquisa, na confecção de projetos, na produção de artigos e textos técnicos e na realização de palestras relacionadas com a pesquisa que estiver realizando.

As progressões salariais no quadro de carreira priorizarão o aproveitamento interno dos professores da Instituição e podem ser Horizontais ou Verticais segundo critérios claramente estabelecidos no PCD.

4.9. Coerência entre o plano de carreira e a gestão do corpo técnico-administrativo.

O Regulamento do Plano de Carreira do Corpo Técnico Administrativo da Faculdade Patos de Minas - FPM aplica-se aos Grupos de Apoio Operacional, Administrativo e Técnico, instituídos com base em diferentes requisitos de escolaridade, formação, tempo de experiência, responsabilidade, bem como em outras exigências decorrentes das especificidades e características das atribuições e dos dispositivos legais.

Os funcionários administrativos que integram a carreira do Corpo Técnico Administrativo da FPM são selecionados e contratados em conformidade com a legislação trabalhista vigente, com o presente Regulamento e demais disposições complementares.

A partir de suas políticas institucionais de aperfeiçoamento de pessoal, a faculdade promove a integração, o desenvolvimento e a educação continuada do seu pessoal administrativo, incentivando o funcionário:

A participar de programas de desenvolvimento, seminários, eventos, cursos de capacitação e palestras que contribuam para o aperfeiçoamento, promoção humana e a atualização profissional;
A realizar cursos de extensão, sequenciais, de graduação e de pós-graduação profissional relacionados prioritariamente com a área de atuação na Instituição;
O acesso e as condições de participação em cursos e programas de desenvolvimento serão regulamentados por disposições específicas;
O Quadro de Carreira do corpo técnico-administrativo da FPM constitui-se de três grupos de Apoio, assim organizados:

Grupo de Apoio Operacional - GAO.
Grupo de Apoio Administrativo - GAA
Grupo de Apoio Técnico – GAT

Os Grupos de Apoio, referidos no artigo anterior, são estruturados e identificados em razão da natureza do trabalho, das funções e atribuições, nível de escolaridade, formação, experiência, habilidades, responsabilidade e demais requisitos exigidos para o desempenho dos cargos.

O Grupo de Apoio Operacional é composto por cargos com atribuições inerentes ás atividades voltadas para a execução de serviços gerais que exigem formação mínima de nível fundamental e/ou habilidades multifuncionais.

O Grupo de Apoio Administrativo é composto por cargos com atribuições inerentes às atividades de apoio nas áreas administrativas e acadêmicas que exigem formação mínima de nível médio ou profissionalizante.

O Grupo de Apoio Técnico é composto por cargos com atribuições inerentes às atividades que exigem formação mínima de nível superior na área.

Os cargos, organizados em Grupos de Apoio, são hierarquizados em classes e se desdobram em níveis.

O provimento em quaisquer dos cargos integrantes dos Grupos de Apoio referentes ao pessoal administrativo dar-se-á por:

Admissão.
Promoção.
Transferência.
Readaptação.

- Todo funcionário admitido fica sujeito ao regime de contrato experimental nos termos da legislação vigente, durante o qual será avaliado pelo SRH e Coordenadores imediatos, de acordo com a natureza das funções do grupo de apoio a que pertence o funcionário, com especial atenção à:

a) competência;
b) criatividade;
c) capacidade para trabalho em grupo;
d) organização;
e) probidade administrativa
f) assiduidade;
g) pontualidade;
h) compromisso institucional.

- Para efeito deste Regulamento, promoção é o ato de provimento mediante o qual o funcionário administrativo do quadro de carreira ascende ao nível imediatamente superior da mesma classe (promoção horizontal); ou o ocupante de uma classe ascende ao nível inicial da classe superior (promoção vertical).

- Toda promoção estará condicionada à disponibilidade e provisão de recursos orçamentários, de acordo com o Parágrafo Único do Art. 53 da Lei 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação-LDB).

- Constará do orçamento da FPM, aprovado pela Equipe Diretiva, rubrica especifica para o custeio das promoções, quando houver previsão de efetuá-las.

- De acordo com as normas do edital, a promoção horizontal na carreira administrativa da FPM dar-se-á conforme a legislação vigente e a regulamentação da matéria, dependendo da avaliação de desempenho do funcionário.

- De acordo com as normas do edital, a promoção vertical na carreira administrativa da FPM dar-se-á somente mediante apresentação de títulos e realização de provas de habilitação exigidas pela nova classe e subordina-se à existência de vagas no quadro.

- A promoção poderá ocorrer no caso de caráter excepcional direta pela Equipe Diretiva, desde que, respeitados os requisitos mínimos de competência.

- O regime de trabalho dos funcionários administrativos integrantes do quadro de carreira administrativa da FPM, respeitadas as disposições da legislação vigente, obedecerá ao presente Regulamento e ás demais normas da Instituição.

- A duração da jornada diária de trabalho do pessoal administrativo será de 08 (oito) horas, cumprindo uma jornada semanal de 44 (quarenta e quatro) horas, salvo as jornadas especiais de profissões regulamentadas em Lei.

- A fixação da jornada de trabalho e seus turnos obedecerão aos interesses da Instituição.

- A duração normal de trabalho dos funcionários administrativos da FPM poderá, excepcionalmente, ser prorrogada de acordo com a legislação vigente e o Acordo Coletivo de Condições de Trabalho em vigor.

- A FPM poderá conceder horário corrido para o funcionário que, comprovadamente, tenha filho(a) menor ou maior dependente, portador de necessidades especiais permanentes, desde que:

não haja na família parente que possa prestar atendimento;
da concessão do beneficio não decorra a necessidade de expansão do quadro de funcionários;
haja concordância por parte da respectiva Equipe Diretiva.

- O funcionário administrativo ocupante de cargo de confiança, independente da jornada de trabalho, atenderá às convocações decorrentes da necessidade de serviço de interesse da Instituição.

O funcionário administrativo, transferido de uma jornada menor para outra maior, receberá as horas acrescidas, de acordo as disposições legais.

- O funcionário administrativo terá assegurado, na forma da Lei, um descanso semanal remunerado, que, salvo por necessidade do serviço, deverá coincidir com o domingo.

- Fica estabelecido uma pausa de 15(quinze) minutos para repouso, ginástica laboral e lanche durante o expediente de cada turno, ficando a fixação do horário a critério da coordenação dos departamentos.

- Para atendimento das demandas específicas, devidamente justificadas, a Equipe Diretiva poderá contatar funcionários administrativos com regime de tempo parcial, com jornada semanal de trabalho menor que a prevista no artigo 34.

A remuneração do funcionário administrativo contratado nos termos deste artigo será proporcional à sua jornada semanal de trabalho, tendo como referencial de equivalência a remuneração do quadro permanente de carreira.

EIXO 5 - Infraestrutura Física

5.1. Instalações administrativas

A FPM possui 05 (cinco) unidades distribuídas pelo município de Patos de Minas, cada uma com as respectivas instalações administrativas:

- Unidade 1 (Rua Major Gote n° 1408, Centro)

O imóvel apresenta além das instalações acadêmicas, as seguintes estruturas administrativas:	
AMBIENTE	METRAGEM
Sala de Coordenação do NEAD	21,20 m²
Sala de CPA	14,10 m²
Sala de Coordenação do Curso de Administração	12 m²
Sala de Tecnologia de Informação	6,0 m²
Sala de Psicopedagogia	11 m²
Sala de professor T.I.	17 m²
Secretaria Acadêmica	42 m²
Sala de Coordenação do curso de Pedagogia	7,0 m²

Sala de Coordenação do curso de Educação Física	7,20 m²
Sala de Tutores	26 m²
Sala de NDE	25 m²
Sala de Professores	52 m²
Sala de Coordenação do Curso de Ciências Contábeis	27 m²
NEAD	51,10 m²
Salas de Aula	58 m²
Ouvidoria	8,2 m²

- Unidade JK (Av. Juscelino Kubitschek de Oliveira, n° 1200, Cidade Nova)

O imóvel é composto por três pavimentos (primeiro andar, segundo andar e terceiro andar) apresenta além das instalações acadêmicas, as seguintes estruturas administrativas:	
AMBIENTE	METRAGEM
7 (Sete) salas de coordenação de curso	média de 12,00m² cada
Coordenação Acadêmica	50,00m²
Sala de apoio ao discente	7,00m²
Sala de NDE	12m²
Sala de CPA	12m²
Sala do Núcleo de Educação Ambiental (NEA)	10m²
Sala de Cultura Artes e Saberes em Educação (CASE)	10m²
Secretaria de graduação	116,00m²
Departamento financeiro	10,80m²
Sala de atendimento psicopedagógico	12,20m²
Complexo de direção geral	117,00m²
Departamento jurídico	14,90m²
Departamento de projetos	14,00m²
Sala de reuniões	40,20m²
Comitê de ética	38,43
Sala de suporte técnico de T.I.	50,00m²
Sala de equipamentos audiovisuais	7,60m²

Projeto social	61,00m²
Copiadora	24,80m²
Almoxarifado	88,40m²

- Unidade Shopping (Rua Major Gote, n° 1901, Centro)

O imóvel apresenta além das instalações acadêmicas, as seguintes estruturas administrativas:	
AMBIENTE	METRAGEM
Complexo de coordenações de curso	143,50m²
Sala de NDE	25,60m²
Sala de CPA	32,50m²
Sala do Núcleo de Educação Ambiental (NEA)	20,20m²
Sala de Cultura Artes e Saberes em Educação (CASE)	12,20m²
Secretaria geral	200,00m²
Secretaria de pós-graduação	34,90m²
Departamento financeiro	26,80m²
Tesouraria	18,30m²
Sala de Coordenação Acadêmica	54,00m²
Sala da Direção de Projetos	26,10m²
Sala da Direção Geral	71,00m²
Departamento jurídico	36,70m²
Departamento de recursos humanos	40,90m²
Departamento de psicopedagogia	24,30m²
Projeto Social	97,90m²
Departamento de parcerias	30,30m²
Sala do Núcleo EAD	30,80m²
Departamento de tecnologia e informação	109,00m²
Copiadora	30,40m²
Departamento de equipamentos audiovisuais	9,00m²
Sala do setor de compras	34,20m²
Sala de reuniões	38,00m²

Departamento de telefonia	21,00m²

- Policlínica (Rua Major Gote, n° 1409, Centro)

O imóvel apresenta além das instalações técnicas para atendimento, as seguintes estruturas administrativas:	
AMBIENTE	METRAGEM
Recepção geral	113,00m²
Recepção do laboratório de análises clínicas	50,00m²
Sala de coordenação técnica	11,40m²
Sala de coordenação clínica	46,00m²

- Unidade Laboratório Gênesis (Rua Doutor Marcolino, n° 307, Centro)

O imóvel apresenta além das instalações técnicas para atendimento, as seguintes estruturas administrativas:	
AMBIENTE	METRAGEM
Recepção/coleta	90,30m²
Almoxarifado	15,50m²
Sala de coordenação técnica	12,00m²
Sala de contabilidade	9,40m²
Copa	4,60m²

As instalações administrativas existentes em todas as unidades atendem de maneira excelente às necessidades institucionais, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: quantidade, dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, segurança, acessibilidade e conservação.

5.2. Salas de aula.

Considerando as cinco unidades, a FPM apresenta salas de aula em três de suas unidades contemplando os cursos de graduação e pós-graduação. As mesmas estão equipadas com cadeiras para destros e canhotos, mesa e cadeira para o professor, lousas, e estão distribuídas da seguinte forma:

Unidade 1 (Rua Major Gote n° 1408, Centro)		
QTD.	AMBIENTE	METRAGEM
03	Salas de aula	58,00m²

Unidade JK (Av. Juscelino Kubitschek de Oliveira, n° 1200, Cidade Nova)		
QTD.	AMBIENTE	METRAGEM
47	Salas de aula	18 com média de 55,00m²
		25 com média de 40,00m²
		03 com média de 70,00m²
		01 com 80,00m²

Unidade Shopping (Rua Major Gote, n° 1901, Centro)		
QTD.	AMBIENTE	METRAGEM
24	Salas de aula	13 com média de 35,00m²
		06 com média de 25,00m²
		05 com média de 50,00m²

As salas de aula existentes atendem de maneira excelente às necessidades institucionais, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: quantidade, dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, segurança, acessibilidade e conservação.

5.3. Auditório(s).

A FPM apresenta três auditórios		
QTD.	AMBIENTE	METRAGEM
02	Auditórios para 150 (cento e cinquenta) pessoas	142,90m² de área cada na Unidade Shopping
01	Auditório para 400 (quatrocentas) pessoas	617m² de área na Unidade JK

Os auditórios existentes atendem de maneira excelente às necessidades institucionais, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: quantidade, dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, segurança, acessibilidade e conservação.

5.4. Sala(s) de professores.

Nas unidades onde são oferecidas aulas teóricas (Unidade 1, Unidade JK, Unidade Shopping), a FPM disponibiliza salas de professores com computadores conectados à internet, impressoras e espaços adequados de trabalho. As mesmas são distribuídas da seguinte forma:

Unidade 1 (Rua Major Gote n° 1408, Centro)		
QTD.	AMBIENTE	METRAGEM
01	Sala de professores	52,00m²
Unidade JK (Av. Juscelino Kubitschek de Oliveira, n° 1200, Cidade Nova)		

QTD.	AMBIENTE	METRAGEM
03	Salas de professores	01 (uma) com 14,30m²
		01 (uma) com 52,20m²
		01 (uma) com 12,90m²
Unidade Shopping (Rua Major Gote, n° 1901, Centro)		
02	Salas de professores	55,50m²

As salas de professores existentes atendem de maneira excelente às necessidades institucionais, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: quantidade, dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, segurança, acessibilidade, conservação e infraestrutura de informática.

5.5. Espaços para atendimento aos alunos.

A FPM disponibiliza espaços e serviços de atendimento aos alunos distribuídos nas unidades (Unidade 1, Unidade JK, Unidade Shopping) através das seguintes características:

- Salas de atendimento psicopedagógico: disponibiliza apoio didático-pedagógico em questões acadêmicas através de atendimento individual em espaço específico em cada unidade. Sendo na Unidade 1, espaço físico de 12,10m², na Unidade Shopping espaço físico de 24,30m² e na Unidade JK espaço físico de 12,20m².

- Salas de coordenação de curso: as salas de coordenação de curso distribuídas pelas unidades disponibilizam espaço de atendimento ao aluno para contato direto e individual com os coordenadores de curso.

- Secretaria: a secretaria acadêmica disponibiliza espaço para atendimento individual aos alunos em relação à andamento de protocolos, solicitação e entrega de documentos e acompanhamento da rotina acadêmica.

- Projeto social: o projeto social disponibiliza espaço próprio para atendimento individual aos alunos em relação à orientação e execução de rotinas relacionadas ao FIES, Financiamento próprio, convênios com empresas parceiras.

- Departamento de psicologia: o departamento de psicologia disponibiliza atendimento psicológico aos alunos através de seu estágio supervisionado. O mesmo conta com uma área que totaliza 210,00m³.

- Departamento de tecnologia de informação: disponibiliza atendimento técnico ao aluno em relação ao uso de tecnologias.

Os espaços existentes para atendimento aos alunos atendem de maneira excelente às necessidades institucionais, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: quantidade, dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, segurança, acessibilidade e conservação.

5.6. Infraestrutura para CPA.

A FPM disponibiliza uma ampla sala climatizada na Unidade Shopping, com computador conectado na internet, impressora, mesa para reuniões e arquivo que totaliza uma área de 14,10m².

A estrutura de aplicação dos questionários é virtual, disponível no portal do aluno/professor/funcionário. Os questionários são disponibilizados para preenchimento nos primeiros semestres de cada ano para os alunos e no segundo semestre para professores e funcionários. A infraestrutura destinada à CPA atende de maneira excelente às necessidades institucionais.

5.7. Gabinetes/estações de trabalho para professores Tempo Integral – TI.

A FPM disponibiliza postos para trabalho e atendimento individualizado em uma sala para a realização das atividades dos professores em tempo integral

nas unidades: Unidade 1 (17,0m²), Unidade JK (79,80m²), Unidade Shopping (69,50m²), que funcionam numa área equipada com armários, computadores interligados à Internet, com disponibilidade de rede Wireless para os docentes trabalharem nos seus notebooks, quadro branco, impressora, sofás e demais materiais necessários, servindo de suporte para eventuais reuniões do curso e atendimento aos alunos, em ótimas condições de iluminação, acústica, ventilação, acessibilidade, conservação e comodidade. Existe o serviço de secretaria para o atendimento destes professores. Dessa forma, os gabinetes/estações de trabalho para os docentes em TI atendem de maneira excelente às necessidades institucionais, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: quantidade, dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, segurança, acessibilidade, conservação e infraestrutura de informática.

5.8. Instalações sanitárias.

A FPM oferece em todas suas unidades sanitárias masculinas, femininas e em alguns locais vestiários, todas com acessibilidade. As unidades sanitárias estão distribuídas entre as unidades da seguinte forma:

Unidade 1 (Rua Major Gote n° 1408, Centro)		
QTD.	AMBIENTE	METRAGEM
01	Sanitário masculino	23,80m²
01	Sanitário feminino	23,80m²

Unidade JK (Av. Juscelino Kubitschek de Oliveira, n° 1200, Cidade Nova)		
QTD.	AMBIENTE	METRAGEM
1° Pavimento		
01	Sanitário masculino do auditório	9,00m²
01	Sanitário feminino do auditório	11,10m²
01	Sanitário masculino térreo	38,60m²

01	Sanitário feminino térreo	41,60m²
02	Sanitário masculino térreo	32,10m²
02	Sanitário feminino térreo	37,60m²
03	Sanitário masculino térreo	23,20m²
03	Sanitário feminino térreo	23,20m²
2° Pavimento		
01	Sanitário masculino	38,60m²
01	Sanitário feminino	41,60m²
02	Sanitário masculino	32,10m²
02	Sanitário masculino	37,60m²
3° Pavimento		
01	Sanitário masculino	38,60m²
01	Sanitário feminino	41,60m²
02	Sanitário masculino	2,10m²
02	Sanitário feminino	2,30m²
03	Sanitário masculino	32,10m²
03	Sanitário feminino	36,40m²

Unidade Shopping (Rua Major Gote, n° 1901, Centro)		
QTD.	AMBIENTE	METRAGEM
1° Pavimento		
01	Sanitário masculino	11,80m²
01	Sanitário feminino	11,80m²
3° Pavimento		
01	Sanitário masculino	39,00m²
01	Sanitário feminino	39,00m²

Policlínica (Rua Major Gote, n° 1409, Centro)		
QTD.	AMBIENTE	METRAGEM

03	Sanitários masculinos	17,00m²
03	Sanitários femininos	17,00m²

Unidade Laboratório Gênesis (Rua Doutor Marcolino, n° 307, Centro)		
QTD.	AMBIENTE	METRAGEM
03	Sanitários masculinos	3,00m²
03	Sanitários femininos	3,00m²

As instalações sanitárias existentes na FPM atendem de maneira excelente às necessidades institucionais, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: quantidade, dimensão, limpeza, iluminação, ventilação, segurança, acessibilidade e conservação.

5.9. Biblioteca: infraestrutura física.

A Biblioteca FPM é regulamentada pelo Regimento Geral da Instituição e atua conforme diretrizes de seu regulamento interno, prestando serviços e informações necessárias às atividades educacionais. Coordenada pela bibliotecária Maria Nazaré Brandão Borges Curi, devidamente registrada no Conselho Regional de Biblioteconomia 6ªRegião – CRB-6/1299, conta com 2 colaboradores em cada uma de suas 3 (três) unidades.

Considera a informação fundamental para o desenvolvimento em qualquer campo do conhecimento e da atividade humana e busca atingir seus objetivos tomando por referência sua missão e visão, proporcionando informação e cultura à comunidade acadêmica.

São considerados clientes da Biblioteca o corpo docente, discente e funcionários da Instituição, bem como a comunidade que busca informações e orientações gerais.

ESTRUTURA FÍSICA

Partindo do princípio que a Biblioteca é um organismo em crescimento, a adequação do espaço e recursos de infraestrutura se fazem necessários para o cumprimento de sua missão institucional, bem como a manutenção do acervo atualizado.

É dividida em três unidades e cada uma possui ampla área de acervo, salas de estudo em grupo, espaço para estudo individual, espaço para pesquisas via internet.

As dimensões são distribuídas da seguinte forma:

UNIDADE	METRAGEM
Unidade 1 (Rua Major Gote n° 1408, Centro)	251,00m²
Unidade JK (Av. Juscelino Kubitschek de Oliveira, n° 1200, Cidade Nova)	272,00m²
Unidade Shopping (Rua Major Gote, n° 1901, Centro)	360,00m²

HORÁRIO DE ATENDIMENTO

Segunda a Sexta-feira: 8h às 22h
Sábado: 9h às 13h

SERVIÇOS OFERECIDOS

- orientação quanto ao uso dos recursos informacionais disponíveis;
- empréstimo domiciliar;
- empréstimo local;
- atendimento via telefone;
- atendimento à comunidade geral (somente consulta);
- levantamento bibliográfico;
- acesso à internet, disponibilizando computadores para pesquisa;
- renovação de empréstimo;

- reserva de obras emprestadas;
- orientação e normalização bibliográfica;
- elaboração de fichas catalográficas para TCC;
- acesso a fontes de informação na área da saúde, através da BVS e BV
- treinamento de usuário; os usuários/clientes têm livre acesso ao acervo.

ABRANGÊNCIA

A linha de ação da Biblioteca abrange as Coordenações de Cursos, Coordenação de Pós e Direção Geral, visando a comunicação e troca de informações quanto a atualização do acervo conforme as grades curriculares. As indicações de aquisições são de responsabilidade dos docentes, representados por seus respectivos coordenadores, salvo situações extraordinárias em que a própria Biblioteca indique referências de interesse institucional.

ACERVO GERAL

O acervo geral da Biblioteca FPM é composto por livros, periódicos, multi-meios, monografias, referências. Conta atualmente com aproximadamente 11.272 títulos e 29.758 exemplares.

Além do acervo físico a biblioteca da FPM conta com assinatura da biblioteca virtual "Minha Biblioteca", a qual disponibiliza aos alunos e professores, login e senha para acesso fixo ou remoto de mais de 10.000 títulos. São utilizadas como fonte de informação *on line* as bases de dados livres na internet bem como periódicos eletrônicos de áreas específicas e afins.

ASSINATURA DE PERIÓDICOS

Assim como as referências bibliográficas, os periódicos serão adquiridos através de assinatura por indicação do Coordenador de Curso, aprovados pela Direção Geral. Cabe à Biblioteca assegurar a não duplicação de assinatura e

avaliar a utilização dos mesmos, em meio impresso e eletrônico visando sua renovação ou não. Disponibiliza no sistema links periódicos de acesso livre, referente aos cursos oferecidos.

Encontra-se em negociação, assinatura de uma base de dados de periódicos científicos, objetivando maior acesso a fontes de pesquisa científica.

A infraestrutura física das bibliotecas da FPM atende de maneira excelente às necessidades institucionais, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: espaço físico (dimensão, limpeza, iluminação, ventilação, segurança, acessibilidade, conservação e condições para atendimento educacional especializado), instalações para o acervo, ambientes de estudos individuais e em grupo, espaço para técnicos administrativos e plano de expansão física.

5.10. Biblioteca: serviços e informatização.

O acervo das Bibliotecas, composto por obras de referência, livros, folhetos, trabalhos de conclusão de cursos, periódicos e multimeios, nas várias áreas do conhecimento, são tratados tecnicamente segundo o Anglo American Cataloguing Rules - AACR2 e a Classificação Decimal de Universal - CDU e é sinalizado de modo a facilitar sua localização pelos usuários.

Sistema de gestão

A informatização da Biblioteca utiliza o Sistema, que contempla de forma integrada as principais funções de uma Biblioteca, com o objetivo de facilitar a gestão da informação, melhorando a rotina diária de seus usuários.

Principais Módulos:

Catalogação

Permite catalogar de acordo com as regras do Anglo American Cataloguing Rules – AACR2 e da Classificação Decimal de Universal – CDU

Circulação de Materiais

Controla o empréstimo de qualquer tipo de documento com prazos e quantidades diferenciadas por categoria de usuário.

Emite relatórios e estatísticas referentes ao processo de empréstimo.

Empréstimo

Empréstimo para consulta local;
Empréstimo domiciliar;
Reserva local;
Renovação online.

Os padrões de utilização das Bibliotecas estão definidos no Regulamento do Sistema Integrado de Bibliotecas da FPM. Disponível em: http://fpm.edu.br/pdf/20150309141114biblio_regulamento.pdf

Os serviços oferecidos pelas bibliotecas da FPM atendem de maneira excelente às necessidades institucionais, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: profissionais da área de biblioteconomia, acesso via internet (consulta, reserva), informatização do acervo, bancos de dados, empréstimo, relatórios de gestão e horário de funcionamento.

5.11. Biblioteca: plano de atualização do acervo.

A ampliação e atualização do acervo decorrem da aquisição de novos títulos e da adequação da quantidade de exemplares ao número de alunos de cada disciplina, a partir da indicação das coordenações de curso e da avaliação dos pedidos de reserva e das sugestões de usuários.

A avaliação dos pedidos de reserva efetuada pelos usuários é um fator utilizado para o desenvolvimento da coleção da Biblioteca e ocorre através da geração de relatórios semestrais, nos quais se medem o coeficiente quantidade dos títulos mais reservados pelos usuários no período, em comparação com a quantidade de exemplares desses títulos existentes no acervo.

A aquisição das obras é realizada após a análise do relatório, aqueles títulos com mais de 10 reservas por exemplar são adquiridos imediatamente. A seguir, são analisadas as obras com o coeficiente menor que 10 reservas, considerando sua condição de bibliografia básica ou complementar, para então efetuar a sua aquisição.

O plano de atualização do acervo (físico e eletrônico/digital) previsto/implantado da FPM atende de maneira excelente às necessidades institucionais, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: coerência com o PDI e alocação de recursos.

5.12. Salas(s) de apoio de informática ou infraestrutura equivalente.

Atualmente a FPM conta com 07 (sete) laboratórios de informática com instalações e equipamentos modernos e atualizados. Todos os laboratórios contam com a presença contínua de monitores sendo proporcionado acesso somente às pessoas credenciadas. Os laboratórios são distribuídos entre as unidades da seguinte forma:

Unidade 1 (Rua Major Gote n° 1408, Centro)		
QTD.	AMBIENTE	METRAGEM
01	Laboratório de informática contendo 42 (quarenta e duas) máquinas conectadas à internet banda larga	58,90m²

Unidade JK (Av. Juscelino Kubitschek de Oliveira, n° 1200, Cidade Nova)

QTD.	AMBIENTE	METRAGEM
03	Laboratórios de informática contendo 32 (trinta e duas), 24 (vinte e quatro) e 50 (cinquenta) máquinas conectadas à internet banda larga cada	Laboratório 01 - 82,00m²
		Laboratório 02 - 39,50m²
		Laboratório 03 - 58,00m²

Unidade Shopping (Rua Major Gote, n° 1901, Centro)		
QTD.	AMBIENTE	METRAGEM
03	Laboratórios de informática contendo 25 (vinte e cinco), 50 (cinquenta) e 25 (vinte e cinco) máquinas conectadas à internet banda larga cada	Laboratório 01 - 73,30m²
		Laboratório 02 - 105,90m²
		Laboratório 03 - 69,50m²

Os laboratórios de informática oferecidos pela FPM atendem de maneira excelente às necessidades institucionais, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: equipamentos, normas de segurança, espaço físico, acesso à internet, atualização de software, acessibilidade digital, acessibilidade física, condições ergonômicas, serviços, suporte e plano de atualização.

5.13. Recursos de Tecnologias de Informação e Comunicação.

O Departamento de Tecnologia e Informação e Comunicação conta com uma equipe de três colaboradores que oferecem apoio às atividades acadêmicas por meio dos serviços de Rede Lógica, física e Wireless / Telefonia, além de diversos sistemas informatizados disponibilizados na Web e também em dispositivos móveis, para os alunos e professores.

Os recursos da tecnologia da informação são amplamente utilizados nas dependências das unidades da Instituição, que disponibiliza aos professores pontos de rede de computadores, em diversas salas de aula além do apoio audiovisual pedagógico. A tecnologia de conexão sem fio também está presente nas áreas internas e externas das unidades da FPM, viabilizando o acesso à rede e à Internet por parte de alunos, professores e visitantes, estando atualmente em um processo de expansão.

Os recursos de tecnologias de informação e comunicação oferecidos pela FPM atendem de maneira excelente às necessidades dos processos de ensino e aprendizagem, que envolvem professores, técnicos, estudantes e sociedade civil.

5.14. Laboratórios, ambientes e cenários para práticas didáticas: infraestrutura física.

Atualmente a FPM conta com 37 (trinta e sete) laboratórios, dois complexos de análises clínicas e dois complexos de atendimento odontológico distribuídos pelas suas unidades destinados a apoiar atividades de ensino, pesquisa e atendimento ao público externo. Os mesmos estão distribuídos da seguinte forma e área:

Unidade 1 (Rua Major Gote n° 1408, Centro)		
QTD.	AMBIENTE	METRAGEM
01	Laboratório de informática	58,90m²
01	Laboratório de anatomia humana	73,15m²
01	Laboratório multidisciplinar (citologia e histologia)	66,60m²
01	Laboratório de química e bioquímica	64,00m²
01	Laboratório de odontologia pré-clínica analógico	61,00m²
01	Laboratório de odontologia pré-clínica digital	61,00m²
01	Copa	12 m^2

Unidade JK (Av. Juscelino Kubitschek de Oliveira, n° 1200, Cidade Nova)		
QTD.	AMBIENTE	METRAGEM
01	Laboratório automação	68,30 m²
01	Laboratório de eletrotécnica	76,30 m²
01	Laboratório de hidráulica	71,90 m²
01	Laboratório de química	73,40 m²
01	Laboratório de física	77,10 m²
01	Laboratório de práticas farmacêuticas	77,70 m²
01	Laboratório de alimentos e plantas	37,50 m²
01	Laboratório cozinha quente e frio	105,40 m²
01	Laboratório padaria e confeitaria	54,40 m²
01	Laboratório restaurante didático	63,00 m²
01	Laboratório cozinha mineira	29,00 m²
01	Laboratório de maquetes	77,70 m²
01	Laboratório de ergonomia	77,70 m²
01	Laboratório de matemática	76,40 m²
01	Laboratório de informática I	76,40 m²
01	Laboratório de informática II	39,50 m²
01	Laboratório de informática III	57,00 m²
01	Laboratório de avaliação comportamental	76,90 m²
01	Laboratório de avaliação psicológica	11,00 m²
01	Laboratório de multidisciplinar	16,00 m²
01	Laboratório de supervisão de estágio I	19,60 m²

01	Laboratório de supervisão de estágio II	16,90 m²
01	Laboratório de desenho técnico	115,50 m²
02	Copas	99 m^2

Unidade Shopping (Rua Major Gote, n° 1901, Centro)		
QTD.	AMBIENTE	METRAGEM
01	Laboratório de informática I	73,30m²
01	Laboratório de informática II	105,90m²
01	Laboratório de informática III	69,50m²
01	Laboratório de zoologia	37,80m²
01	Laboratório de evolução/paleontologia/geologia	37,80m²
01	Laboratório de enfermagem	74,50m²
01	Laboratório de anatomia veterinária	75,70m²
01	Laboratório de pedagogia/brinquedoteca	72,70 m²
01	Copa	10m^2

Policlínica (Rua Major Gote, n° 1409, Centro)		
QTD.	AMBIENTE	METRAGEM
01	Complexo odontológico 1 – (32 postos de atendimento) Compostos por equipamentos de atendimento odontológico clínico, ambientes de radiologia e ambientes para cirurgias.	316,00m²
01	Complexo odontológico 2 – (32 postos de atendimento) Compostos por equipamentos de atendimento odontológico clínico, ambientes de radiologia e ambientes para cirurgias.	316,00m²
01	Complexo de análises clínicas - Composto por:	262,00m²

	Laboratório de microbiologia, Laboratório de parasitologia, Laboratório de hematologia, Laboratório de bioquímica	
01	Copa	15,72m^2

Unidade Laboratório Gênesis (Rua Doutor Marcolino, n° 307, Centro)		
QTD.	AMBIENTE	METRAGEM
01	Complexo de análises clínicas - Composto por: Laboratório de citologia oncótica e microbiologia, Laboratório de bioquímica/hematologia, Biblioteca biológica.	85,00m²
01	Copa	10 m^2

Os laboratórios, ambientes e cenários para práticas didáticas da FPM atendem de maneira excelente às necessidades institucionais, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: espaço físico (dimensão, limpeza, iluminação, ventilação, segurança e conservação), plano de atualização e acessibilidade.

5.15. Laboratórios, ambientes e cenários para práticas didáticas: serviços.

Atualmente os laboratórios que oferecem serviços aos alunos e ao público externo, são os laboratórios de Psicologia, clínica de atendimento fisioterapêutico e os complexos de Análises Clínicas e de Atendimentos Odontológicos.

O restante dos laboratórios são destinados exclusivamente ao ensino e pesquisa. Há controle de entrada em todos os laboratórios das unidades, proporcionando acesso somente às pessoas credenciadas. A segurança nos laboratórios se dá por meio das normas técnicas, presentes nos manuais de utilização de cada um, seguindo rigorosamente as normas regulamentadoras que regem cada atividade.

Os laboratórios, ambientes e cenários para práticas didáticas da FPM atendem de maneira excelente às necessidades institucionais, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: serviços e normas de segurança.

5.16. Espaços de convivência e de alimentação.

No que se refere aos serviços de alimentação, a FPM oferece de maneira terceirizada, espaços nas unidades: Unidade 1 (Rua Major Gote n° 1408, Centro) – 110,00m² de área, Unidade JK (Av. Juscelino Kubitschek de Oliveira, n° 1200, Cidade Nova) – 556,00m² de área e Unidade Shopping (Rua Major Gote, n° 1901, Centro) – 145,00m² de área, lanchonetes que oferecem lanches, almoço e jantar.

Os espaços de convivência e de alimentação existentes atendem de maneira excelente às necessidades institucionais, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: quantidade, dimensão, limpeza, iluminação, ventilação, segurança, acessibilidade e conservação.

EIXO 6 - Requisitos Legais e Normativos

6.1. Alvará de Funcionamento.

A FPM dispõe de Alvará de Funcionamento de acordo com a legislação vigente.

6.2. Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB).

A FPM dispõe do Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros de acordo com a legislação vigente.

6.3. Manutenção e Guarda do Acervo Acadêmico.

A Secretaria Geral da FPM - Faculdade Cidade de Patos de Minas no uso de suas atribuições legais e tendo em vista a importância e necessidade de normatizar o Acervo Acadêmico da referida IES - Instituição de Ensino Superior, resolve:

Art. 1º. Consideram-se como Acervo Acadêmico os documentos acadêmicos produzidos e recebidos em decorrência do exercício administrativo e acadêmico da FPM - Faculdade Cidade de Patos de Minas, cuja estrutura é definida em regimento próprio.

Art. 2º. A Política de Manutenção e Guarda do Acervo Acadêmico da FPM - Faculdade Cidade de Patos de Minas visa à guarda e à manutenção do Acervo Acadêmico, documentos de arquivo relativos às atividades acadêmico/administrativas da Instituição, cuja gestão de documentos garantirá o cumprimento do previsto nos prazos de guarda, destinações finais e observações previstas na legislação vigente.

§1º. A FPM - Faculdade Cidade de Patos de Minas manterá permanentemente organizado e em condições adequadas de conservação, fácil acesso e pronta consulta todo o Acervo Acadêmicos sob sua guarda.

§2º. O Acervo Acadêmico poderá ser consultado a qualquer Tempo pela Comissão Própria de Avaliação (CPA).

§3º. O Acervo Acadêmico poderá ser averiguado a qualquer tempo pelos órgãos e agentes públicos atuantes para fins de regulação, avaliação e supervisão.

§4º. O representante legal da FPM-Faculdade Cidade de Patos de Minas, a Mantenedora e o Depositário do Acervo Acadêmico-DAA (responsável pela guarda e conservação do Acervo Acadêmico, indicado pela Direção Geral da IES) são solidariamente responsáveis pela manutenção e guarda do Acervo Acadêmico.

§ 5º. Em caso de alteração do DAA, a FPM - Faculdade Cidade de Patos de Minas, na pessoa do Diretor Geral, deverá protocolar nova indicação na Secretaria Geral.

Art. 3º. A gestão de documentos de arquivo da FPM engloba o conjunto de medidas e rotinas que visam à racionalização e à eficácia na criação, tramitação, classificação, uso, avaliação e arquivamento dos documentos em fase corrente e intermediária, visando o recolhimento para guarda permanente ou eliminação/destinação final.

§1º. Para efeitos da gestão de documentos, consideram-se documentos de arquivo aqueles produzidos, recebidos e acumulados no curso das atividades de (ensino, pesquisa e extensão) e as atividades da FPM - Faculdade Cidade de Patos de Minas, que sirvam como referência, prova, informação e/ou fonte de pesquisa.

§2º. Os documentos de arquivo serão classificados em correntes, intermediários e permanentes:

I - São documentos correntes aqueles que estão em curso ou que, mesmo sem movimentação, constituam objeto de consultas frequentes.
II - são documentos intermediários aqueles que, não sendo de uso corrente nas unidades que os produziram e/ou receberam por razões de interesse administrativo, aguardam recolhimento para guarda permanente ou eliminação;
III - são permanentes os documentos que apresentam valor histórico, probatório e/ou informativo, devendo ser preservados definitivamente.

§3º. Os documentos definitivamente preservados constituirão o arquivo permanente da FPM - Faculdade Cidade de Patos de Minas.

Art. 4º. São condições essenciais para o desenvolvimento da gestão de documentos na FPM - Faculdade Cidade de Patos de Minas:

d) os prazos de guarda referem-se ao tempo necessário para o arquivamento dos documentos nas fases corrente e intermediária, visando atender às necessidades da administração, observando-se os prazos precaucionais;

III - a definição de um Sistema Informatizado de Gestão de Processos e Documentos da FPM - Faculdade Cidade de Patos de Minas para cadastramento, tramitação e arquivamento dos documentos produzidos e recebidos pela FPM, que deverá ser utilizado por todas as unidades e órgãos da Instituição, sendo que:

a) o Sistema Informatizado compreenderá o conjunto de procedimentos e operações técnicas característico do sistema de gestão arquivística de documentos, processado eletronicamente e aplicável em ambientes digitais ou híbridos, isto é, composto de documentos digitais e não digitais.

b) o sucesso do Sistema Informatizado dependerá, fundamentalmente, da implementação prévia de uma política de gestão arquivística de documentos;

Art. 5º. A Secretaria é responsável pela guarda dos documentos que, no processo de avaliação, forem considerados permanentes.

§1º. Os documentos ainda em tramitação deverão ser armazenados nas unidades ou órgãos que os produziram ou receberam, até que seja determinado o seu arquivamento definitivo.

§2º. A Secretaria Geral deverá definir os instrumentos de organização e destinação de documentos da FPM - Faculdade Cidade de Patos de Minas, sendo que a classificação dos documentos será realizada nos arquivos correntes pelos seus produtores, de acordo com as necessidades e peculiaridades de cada setor.

§3º. Os documentos físicos transferidos ou recolhidos deverão estar organizados de acordo com classificação previamente definida pela Secretaria Geral, e devidamente acondicionados.

§4º. Cada unidade acadêmica da FPM - Faculdade Cidade de Patos de Minas deverá utilizar os instrumentos de destinação de documentos definidos pela Secretaria Geral para transferência ou recolhimento ao arquivo permanente.

§5º. Será de responsabilidade de cada unidade acadêmica da FPM - Faculdade Cidade de Patos de Minas, o preenchimento dos referidos instrumentos.

§6º. É vedada a eliminação de documentos que integram o patrimônio arquivístico desta Instituição, sem prévia consulta e aprovação do Depositário do Acervo Acadêmico da FPM - Faculdade Cidade de Patos de Minas.

§7º. A eliminação dos documentos físicos será realizada por fragmentação ou maceração e posterior incineração.

§8º. Para a eliminação dos documentos digitais a FPM estabelecerá medidas de precaução para evitar a recuperação dos dados.

Art. 6º A Secretaria e o Setor de Tecnologia da Informação - TI serão responsáveis por administrar, no Sistema de Gestão, as atividades de gestão de documentos (classificação, avaliação, destinação), bem como alterações e novos cadastros que se fizerem necessários.

§1º. As alterações e os novos cadastros que cabem à Secretaria e ao TI administrar são: resumo de assuntos de processos e documentos, novos tipos de documentos, cadastro/alteração de classes, cadastro de grupos de correspondências e grupos de interessados.

§2º. Todos os setores da FPM devem utilizar o Sistema de Gestão para cadastro e tramitação dos documentos, de modo que a numeração dos documentos físicos deve seguir a numeração gerada pelo Sistema.

§3º. Todos os documentos originais físicos devem ser assinados, sendo as demais vias consideradas cópias.

§4º. O documento digitalizado anexado no Sistema poderá ser salvo ou impresso a qualquer momento, evitando realizar cópias físicas do documento original.

a) Documento digital é a informação registrada, codificada em dígitos binários, acessível e interpretável por meio de sistema computacional.

b) Documento digitalizado é aquele que passa por um processo de conversão do formato tradicional para o formato digital, por meio de dispositivo apropriado.

§5º. Os documentos criados eletronicamente no Sistema e assinados digitalmente tramitarão de forma eletrônica sem a necessidade de serem impressos em meio físico.

a) Assinatura digital é a modalidade de assinatura eletrônica, resultado de uma operação matemática, que utiliza algoritmos de criptografia e permite aferir, com segurança, a origem e a integridade do documento.

b) Assinatura digitalizada é a digitalização da assinatura manuscrita (imagem capturada), e consiste na sequência de bits que pode ser copiada e colada, não garantindo a integridade nem a autenticidade do conteúdo do documento.

Art. 7º. Este Regulamento entra em vigor na data de sua aprovação pela direção geral.

6.4. Condições de ACESSIBILIDADE FÍSICA para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, transtornos de conduta e altas habilidades/superdotação.

A Educação Inclusiva é destinada a todos os alunos, sem discriminação de raça, cor, religião ou qualquer tipo de deficiência. Diante disso, o Decreto 6949/2009 no qual promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, em seu Artigo 9º, discute as questões de eliminação das barreiras de Acessibilidade, que implicam nas barreiras à acessibilidade arquitetônica; de comunicação; o acesso a informações, pedagógicas, como também a eliminação das barreiras à acessibilidade digital.

A inclusão educacional compreende o atendimento à todos os alunos e em todos os níveis de ensino. Dessa maneira, segundo a Política Nacional De Educação Especial Na Perspectiva Da Educação Inclusiva de 2008, o atendimento deve se estender também aos alunos com Distúrbios de Aprendizagem e TDAH, os quais também requerem um atendimento educacional especializado e, como revela o documento, se enquadram no grupo dos Transtornos Funcionais Específicos. Podemos apontar como os que fazem parte deste grupo de alunos com NEEs, os que apresentam: dislexia, disortografia, disgrafia, discalculia, e ainda os com transtorno de atenção e hiperatividade.

A IES apresenta condições de acesso para pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida.

A inclusão das pessoas com deficiência na educação superior deve assegurar-lhes a participação na comunidade com as demais pessoas, as oportunidades de desenvolvimento pessoal, social e profissional, bem como não restringir sua participação em determinados ambientes e atividades com base na deficiência. Igualmente, a condição de deficiência não deve definir a área de seu interesse profissional. Para a efetivação deste, as IES disponibiliza serviços e recursos de acessibilidade que promovam a plena participação dos estudantes.

Necessidades Auditivas:

A Faculdade Cidade de Patos de Minas disponibiliza no projeto pedagógico de cada curso a inclusão da disciplina de LIBRAS.
A FPM conta com uma excelente rede Wi-Fi que possibilita ao aluno com deficiência auditiva a utilização Pager e celulares, com possibilidade de recebimento e envio de mensagens escritas, que auxiliará no processo ensino-aprendizagem.

A IES conta com profissionais especializados bem como estrutura fisica para atender os alunos com deficiência auditiva.
Necessidades Físicas
Pode ser definida como “diferentes condições motoras que acometem as pessoas comprometendo a mobilidade, a coordenação motora geral e da fala, em consequência de lesões neurológicas, neuromusculares, ortopédicas, ou más formações congênitas ou adquiridas”. A Deficiência física é: alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos dos corpos humanos, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação, ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções (BRASIL, 2004, p. 02).

A Faculdade Cidade de Patos de Minas proporciona condições de acesso e utilização de todos os seus ambientes ou compartimentos para pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.

Conta com rampas para livre acesso à todos os andares e espaços do campus.
Conta com sanitários devidamente adaptados em toda a instituição.

Todos os períodos que possuem alunos que apresentam algum tipo de deficiência física são remanejados para salas de fácil acesso.
O laboratório de informática e a biblioteca possuem máquinas adaptadas para o aluno.
Os setores de acesso dos acadêmicos apresentam bancadas com altura padrão para o atendimento dos cadeirantes.

Necessidades Visuais

É a redução ou perda total da capacidade de ver com o melhor olho e após a melhor correção ótica. A deficiência visual pode manifestar-se como:

Cegueira: perda da visão, em ambos os olhos, de menos de 0,1 no melhor olho após a correção, ou um campo visual não excedente a 20 graus, no maior meridiano do melhor olho, mesmo com o uso de lentes de correção. Sob o enfoque educacional, a cegueira representa a perda total ou o resíduo mínimo da visão que leva o indivíduo a necessitar do método Braille como meio de leitura e escrita, além de outros recursos didáticos e equipamentos especiais para a sua educação;

Visão reduzida: acuidade visual dentre 6/20 e 6/60, no melhor olho, após correção máxima. Sob o enfoque educacional, trata-se de resíduo visual que permite ao educando ler impressos a tinta, desde que empreguem recursos didáticos e equipamentos especiais.

• A instituição disponibiliza o piso direcional indicando o caminho a ser percorrido e em espaços muito amplos e também o piso tátil de alerta que é usado para sinalizar situações que envolvem risco de segurança.
• A instituição disponibiliza softwares instalados em máquinas específicas com fones de ouvido para atender ao aluno.
• A Faculdade também disponibiliza caso necessário material didático impresso em tamanho diferenciado.
• Caso necessário a instituição também tem a disposição do aluno um profissional capacitado para acompanhar o mesmo em sala de aula.

A acessibilidade desenvolvida é para os alunos, com deficiência e necessidades educativas especiais (transtornos globais do desenvolvimento e

altas habilidades/superdotação, incluindo transtornos do espectro autista) e também contempla professores, funcionários e a população que frequenta a instituição.

A IES, através da sua política de responsabilidade social, busca desenvolver o processo de inclusão educacional em seus cursos de graduação e pós-graduação, a partir do entendimento do direito de todos à educação e a garantia de igualdade de oportunidades de acesso, permanência e participação satisfatória dos alunos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

A acessibilidade desenvolvida na IES abrange os alunos com deficiência e necessidades educativas especiais (transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, incluindo transtornos do espectro autista) e também contempla professores, funcionários e a população que por motivos diversos frequenta a instituição. Desse modo, todos, sem distinção, são atendidos e acessam plenamente os serviços prestados por esta instituição de ensino.

Neste contexto a IES está desenvolvendo uma política de acompanhamento dos alunos que com deficiência e necessidades educativas especiais (transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação e autismo).

6.5. Condições de ACESSIBILIDADE PEDAGÓGICA, ATITUDINAL E DAS COMUNICAÇÕES para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, transtornos de conduta e altas habilidades/superdotação.

A IES oferece através das suas políticas de acessibilidade condições de acessibilidade pedagógica, atitudinal e das comunicações para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, transtornos de conduta e altas habilidades/superdotação.

A IES visa a promoção de maior acessibilidade comunicacional, dentro da sua politica e disponibiliza digitalmente de forma acessível documentos tais como (editais, matriz, calendário etc.), possibilitando a utilização em dispositivos móveis.

A IES também disponibiliza material didático em Braille (caso necessário) para alunos cegos ou softwares ampliadores ou leitores de tela para alunos com deficiência visual (cegueira ou baixa visão), considerando a melhor adaptação de cada um.

A utilização de critérios de avaliação diferenciados nas disciplinas dos cursos, considerando-se a diversidade linguística do aluno surdo é umas ações previstas na política.

Para que se promova a acessibilidade metodológica e uma maior acessibilidade metodológica a IES inclui a elaboração de estratégias de ensino de modo que apresentem múltiplas formas de representação do conhecimento, considerando os estilos de aprendizagem e as inteligências múltiplas, dentre elas: texto, imagem, áudio e/ou vídeo.

Deve ocorrer o incentivo aos discentes no desenvolvimento de Trabalhos de Conclusão de Curso – TCC – na temática da Educação Inclusiva; Criação de eixo temático de Educação Inclusiva em eventos científicos; Organização de práticas de ensino utilizadas de forma que favoreçam a todos os alunos e não somente os alunos com necessidades específicas bem como a utilização das mídias de forma contextualizada e potencializadora da aprendizagem de todos os alunos.

A IES deve oferecer a formação necessária ao professor através da participação em congressos, seminários ou oficinas, para que eles compreendam as estratégias para diversificar a natureza dos estímulos, a fim de abranger as diversas formas de inteligência e estilos de aprendizagem em

seu planejamento, favorecendo a todos, inclusive os alunos com necessidades específicas.

A IES estimula a reflexão (reflexão/ação/reflexão), para que o professor possa repensar sua prática e utilizar novas estratégias que oportunizem o aprendizado de todos os alunos e garante metodologias avaliativas inclusivas, que atendam às necessidades específicas dos discentes, contribuindo assim com o processo de ensino e aprendizagem.

A IES permite a flexibilização na correção das provas escritas, valorizando o conteúdo semântico (coerentes com o aprendizado da língua portuguesa como segunda língua, de acordo com o Decreto nº 5.626/2005) e a ampliação do tempo de realização das provas.

A adaptação de provas – a prova em Braille, a prova ampliada, assim como a prova digitalizada, para que o candidato utilize o formato de prova segundo sua condição são itens fundamentais.

Inserir no Projeto Pedagógico Institucional os itens sobre as Flexibilizações e Adaptações Curriculares para alunos com necessidades específicas, pois, para adaptar e flexibilizar um currículo, é necessário que o Projeto Pedagógico Institucional contemple estas mudanças, bem como que seja analisada, por uma equipe multidisciplinar, a necessidade efetiva desta alteração e o seu caráter individual.

Identificar e promover as flexibilizações e adaptações curriculares necessárias ao atendimento das dificuldades e necessidades específicas dos alunos e ao favorecimento de sua aprendizagem, especificadas no Plano de Ensino do professor.

Para a promoção de maior acessibilidade atitudinal, a instituição deve oferecer formação continuada da equipe multidisciplinar sobre a acessibilidade

atitudinal, com ações de sensibilização e orientação quanto à melhor forma de atender às pessoas com necessidades específicas.

Devem ser Inseridos, nos Cursos de Capacitação de Professores temas que comtemplem a educação Inclusiva, acessibilidade atitudinal e sua importância para a aprendizagem bem como afetividade na aprendizagem.

Ações que visem a divulgação dos temas são fundamentais. As ações podem incluir:

vídeos e banners com datas comemorativas sobre Diversidade e Educação inclusiva disponibilizados no site da IES;
Informativo sobre Inclusão e Acessibilidade em formato digital e impresso;
Pesquisas de clima organizacional junto a comunidade acadêmica.

Neste contexto a IES está desenvolvendo uma política de acompanhamento dos alunos com deficiência e necessidades educativas especiais (transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação e autismo).

6.6. Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, conforme disposto na Lei N° 12.764, de 27 de dezembro de 2012.

O Autismo é uma denominação que atualmente é melhor explicada pelas nomenclaturas Transtorno Global do Desenvolvimento (TGD) ou Transtorno do Espectro do Autismo (TEA), que indicam uma ampla variação na sintomatologia, onde se inclui um tripé de características: dificuldade de comunicação, de interação social, e interesse e atividades restritos, estereotipados e repetitivos. Dentro do quadro do autismo, existem vários graus de comprometimento dos sintomas, tornando mais ou menos severa a situação do portador desta síndrome. Dentre os graus de severidade, propõe-se um indivíduo de comprometimento maior, outro intermediário e o terceiro com comprometimento mais discreto.

A Faculdade Cidade de Patos de Minas preocupa-se com a temática e trabalha em sala de aula práticas pedagógicas que visam a redução das barreiras à participação e à aprendizagem desses alunos, mostrando a importância da mediação e destacando o ensino superior como um espaço privilegiado, sendo o professor como elemento essencial para o acesso à aprendizagem.

A FPM conta com atendimento psicopedagógico através do NAPD - Núcleo de Apoio Psicopedagógico para acompanhar o aluno autista, em cada uma de suas unidades, oferendo ao mesmo o suporte necessário. São desenvolvidas periodicamente palestras e seminários que abordam a temática para toda a comunidade acadêmica. Os professores das diversas áreas trabalhão o tema de forma transversal com os alunos, instigando a curiosidade e levando os mesmos a pesquisar e se informar mais sobre o assunto.

A coordenadora do NAPD é profissional detentora de dois títulos de graduação em psicologia e pedagogia, além de possuir pós-graduação stricto sensu em nível de mestrado, o que fortalece o núcleo podendo o mesmo desenvolver atividades de cunho psicológico e pedagógico, atingindo as necessidades e as demandas apresentadas pelos docentes, discentes e técnicos administrativos.

Neste contexto a FPM segue o disposto na Lei N° 12.764, de 27 de dezembro de 2012 e desenvolve política de acompanhamento e auxílio ao portador de autismo e não apenas a transmissão de conteúdos numa disciplina motivo este das reuniões e discussões sobre o tema em questão.

6.7. Plano de Cargos e Carreira Docente.

A Faculdade Cidade de Patos de Minas disponibiliza aos seus docentes o “Plano de Carreira do Corpo Docente do Magistério Superior da FPM”, plano este que garante progressão salarial vertical (por titulação) e horizontal (por tempo de casa). O Plano de Carreira do Corpo Docente do Magistério Superior da FPM se encontra devidamente homologado no Ministério do Trabalho.

6.8. Plano de Cargos e Carreira dos técnicos administrativos.

O corpo técnico-administrativo é constituído e têm a seu cargo os serviços administrativos e técnicos de apoio necessários ao normal funcionamento das atividades da Instituição. A estrutura do corpo técnico-administrativo será através de enquadramento no programa de cargos e salários proposto em uma divisão em faixas de pisos onde se enquadrarão os cargos e salários.

A admissão do pessoal técnico-administrativo é proposta e encaminhada pela Diretoria Acadêmica para preenchimento de funções existentes, de acordo com as necessidades elencadas pela Faculdade Cidade de Patos de Minas, ao CONSUAD. O pessoal técnico-administrativo é admitido e regido na forma da CLT, da Convenção Coletiva de Trabalho, do Regimento Geral e das demais normas baixadas pelos Conselhos Superiores. A contratação de qualquer funcionário técnico-administrativo far-se-á para atender às necessidades da Direção Acadêmica.

A Faculdade Cidade de Patos de Minas disponibiliza aos seus colaboradores técnicos administrativos o “Plano de Carreira do Corpo Técnico Administrativo da FPM”, documento este que se encontra devidamente homologado no Ministério do Trabalho.

6.9. Titulação do Corpo Docente

Faculdades: No mínimo docentes com formação em pós-graduação *lato sensu*, conforme disposto na Lei N° 9.394/96.

A IES primando por um padrão de excelência em conformidade com seu projeto pedagógico institucional buscou um corpo docente com titulação obtida predominantemente em programa de pós-graduação stricto sensu. Possuindo em seu quadro de docentes professores doutores, mestres e especialistas.

Atualmente a FPM conta com a seguinte distribuição dos docentes com

relação à suas titulações:		
Nº.	**TITULAÇÃO**	**PERCENTUAL**
77	ESPECIALISTAS	43,5%
15	DOUTORES	8,5%
85	MESTRES	48%
100	*Stricto Sensu*	56,5%
TOTAL = 177 DOCENTES		**100%**

A FPM constantemente tem ampliado os percentuais de docentes com titulação de Mestrado e Doutorado e mantém a política de não contratação de docentes apenas com título de graduação, em resumo, todos os professores tem titulação mínima de especialização Lato Sensu atendendo ao disposto na Lei N° 9.394/96.

6.10. Forma Legal de Contratação dos Professores.

A admissão do pessoal docente é proposta e encaminhada pela Diretoria Acadêmica para preenchimento de funções existentes, de acordo com as necessidades elencadas pela Faculdade Cidade de Patos de Minas. Cabe à Coordenação do Curso informar à Diretoria Acadêmica os quesitos necessários ao docente, cursos com vistas à manutenção ou à melhoria dos indicativos de qualidade dos diferentes cursos. O CONSUAD, analisadas as necessidades de cada curso, estabelecerá os quesitos para o processo seletivo para o cargo de docentes, sempre que necessário.

O regime jurídico do pessoal docente é o da CLT, acrescidos da Convenção Coletiva de Trabalho, do Regimento Institucional e das demais normas complementares baixadas pelos Conselhos Superiores da Faculdade Cidade de Patos de Minas. Os docentes prestarão serviços em regime de tempo integral, tempo parcial ou de horas-aula e/ou atividades semanais, conforme o estabelecido na legislação específica vigente e no Regimento geral.

As horas de trabalho a que estejam obrigados os docentes compreendem todas as funções relacionadas com as atividades da educação superior, de acordo com os planos das coordenações da Faculdade Cidade de Patos de Minas. Consideram-se atividades da educação superior ministrar aulas, orientar trabalhos acadêmicos e quaisquer atividades extracurriculares relacionadas com a disciplina, cumprir e fazer cumprir as disposições regimentais referentes à verificação do aproveitamento dos alunos fornece as notas correspondentes às atividades previstas no calendário acadêmico, comparecer às reuniões quando convocado e demais atividades relacionadas à docência e à investigação acadêmica.

O regime de dedicação integral e parcial abrange as modalidades previstas nas normas que regem a matéria, atendendo à programação determinada pelas coordenações da Faculdade Cidade de Patos de Minas, diante de suas reais necessidades. O corpo docente tem representação com direito a voz e voto nos colegiados da Faculdade Cidade de Patos de Minas.

6.11. Comissão Própria de Avaliação (CPA.

A comissão Própria de Avaliação da FPM é formulada seguindo os parâmetros e atribuições da lei 10.861/2004, sobretudo no que diz respeito à sua constituição que é realizada através de portaria da Direção Geral da IES, a sua composição, pois, a mesma é composta pelo mesmo número de componentes representantes de cada setor e sociedade civil e a sua autonomia perante o processo avaliativo.

Lei nº 10.861, de 14 de Abril de 2004.

“Art. 11. Cada instituição de ensino superior, pública ou privada, constituirá Comissão Própria de Avaliação - CPA, no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da publicação desta Lei, com Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior SCS Quadra 07 Bloco "A" Sala 526 - Ed. Torre do Pátio Brasil Shopping 70.307-901 - Brasília - DF Tel.: (61) 322-3252 Fax: (61) 224-4933 E-

Mail: abmes@abmes.org.br Home Page: http://www.abmes.org.br as atribuições de condução dos processos de avaliação internos da instituição, de sistematização e de prestação das informações solicitadas pelo INEP, obedecidas as seguintes diretrizes:

I - constituição por ato do dirigente máximo da instituição de ensino superior, ou por previsão no seu próprio estatuto ou regimento, assegurada a participação de todos os segmentos da comunidade universitária e da sociedade civil organizada, e vedada a composição que privilegie a maioria absoluta de um dos segmentos;

II - atuação autônoma em relação a conselhos e demais órgãos colegiados existentes na instituição de educação superior."

A CPA, além de coordenar e articular o processo de auto avaliação institucional é responsável pelas seguintes atribuições:

- Coordenar e articular o processo de auto avaliação institucional;
- Coordenar e articular o processo de Avaliação Interna dos Cursos de Graduação;
- Organizar os relatórios dos processos de Avaliação;
- Divulgar os resultados consolidados;
- Examinar os relatórios da Comissão Externa de Avaliação dos Cursos;
- Examinar os resultados de desempenho dos alunos no ENADE;
- Avaliar o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI);
- Avaliar os Projetos Políticos Pedagógicos dos cursos (PPC);
- Coordenar pesquisas sobre Perfil do Ingressante e Egresso;
- Extrair indicativos para tomada de decisão nas diversas instâncias da Faculdade;
- Atuar como elo entre a Instituição e órgão federal competente;
- Elaborar e executar o projeto de auto avaliação institucional;

Elaborar anualmente conforme a legislação, relatório da avaliação institucional, encaminhando à Direção Geral para divulgação aos órgãos internos e comunidade em Geral, bem como aos órgãos reguladores.

6.12. Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira, Africana e Indígena.

A cultura afrodescendente está presente em diversos pontos da cultura do brasileiro, como música onde o samba é considerado como a principal influência africana na área da música. Porém em os africanos não trouxeram apenas o samba para o Brasil com eles vieram também, o Maracatu, a Cavalhada, a Congada o Moçambique e a Capoeira onde inicialmente era utilizada em para ser uma defesa e foi ensinada aos negros cativos brasileiros pelos escravos africanos, como os senhores de engenho não permitiriam que eles treinassem e aprendessem uma luta que poderia ser utilizada contra eles os passos e movimentos da luta foram adaptados ao ritmo das músicas levando a entender que seria uma dança.

A cultura afrodescendente é de suma importância para o povo brasileiro pois foi ela quem ajudou a formar a atual identidade brasileiro. Foi assim que os brasileiros deixaram de ser uma cópia dos colonizadores formando sua própria identidade possibilitando o aprendizado de culturas novas.

O estudo da diversidade cultural e linguística dos povos indígenas é de extrema importância uma vez que influencia os modos de ser da população mestiça que, a partir da mistura de diferentes matrizes, caracteriza a população brasileira atual.

Os povos indígenas deixaram para a sociedade brasileira uma diversidade cultural que foi importante para a formação da população brasileira.

As questões que dizem respeito a temática afro- brasileira e indígena são de grande relevância social levando em consideração o momento atual que vem se difundindo por toda a sociedade de forma a passar da esfera social para a esfera política sendo portanto, pauta nas políticas públicas de cunho social como forma de dialogo com os militantes e simpatizantes das lutas por melhores relações para com os povos diretamente e favorecidos com as diretrizes das leis promulgadas. Trabalhar com a temática dentro da instituição se torna um desafio uma vez que a mesma é pouco difundida.

Sendo assim a instituição conta com a politica afrodescendente e indígena e executa projetos que incentivem a cultura indígena e africana através de seminários, palestras, peças de teatro dentre outros eventos que visam discutir a temática não somente com a comunidade acadêmica, mais com a sociedade como um todo, através dos convênios que busquem o intercâmbio de conhecimento, possibilitando ao aluno um maior contato com a cultura tanto indígena quanto africana.

A FPM, em busca de uma maior aproximação da comunidade acadêmica com o tema, foi acrescida a disciplina de “Cultura Afro-brasileira e Indígena” na matriz curricular de todos os cursos ofertados pela IES.

Para uma maior organização das ações voltadas ao cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira, Africana e Indígena foi implantado o CASE- Cultura Artes e Saberes em Educação, que é um núcleo coordenado por docente vinculado à IES e que conta com a participação de membros de vários setores da comunidade acadêmica. O CASE elabora e executa projetos pautados na valorização da cultura respeitando as suas mais diversas vertentes, proporcionando aos acadêmicos da instituição a oportunidade de vivenciar situações e ações desenvolvidas para aproximar os mesmos de temas culturais e artísticos que valorizam a história de nossa região.

Neste contexto a IES busca constantemente parcerias entre movimentos sociais, gestores educacionais e sociedade civil com o objetivo de divulgar, promover e implementar as recomendações contidas nos pareceres do Conselho Nacional de Educação com relação à educação para as relações étnico-raciais e educação indígena.

6.13. Políticas de Educação Ambiental

A FPM compreende a importância da mobilização da comunidade acadêmica para reflexões que envolvem questões relacionadas à Educação Ambiental. Assim, as coordenações de cursos da instituição, juntamente com a Direção Geral da IES, elaboraram uma proposta de Educação Ambiental de acordo com os princípios de qualidade, ética, bem como com a legislação específica, incorporada pela Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, regulamentada pelo Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002, proporcionando uma visão crítica da ciência e cultura, permitindo atividades de conservação da biodiversidade, de gerenciamento de resíduos, de manejo sustentável de recursos ambientais, e melhoria de qualidade ambiental, a partir de uma visão mais globalizada da questão ambiental como propiciadora do pleno exercício da cidadania.

A abordagem do tema é feita não apenas na transmissão do conhecimento, mas na valorização e resgate do conhecimento prévio, possibilitando uma aprendizagem significativa, na qual se aproximam os conceitos com a realidade da comunidade.

A Discussão Acadêmica social e econômica problemática em relação ao meio ambiente e seu processo de degradação tem ganhado cada vez mais espaço e tem sido objeto de políticas públicas voltadas, principalmente, ao processo educacional. Neste contexto, várias ações foram realizadas: os primeiros Fóruns Nacionais de Educação Ambiental, a instituição do Programa Nacional de Educação Ambiental pelo Ministério do Meio Ambiente e dos Parâmetros Curriculares Nacionais pelo MEC, no qual a temática ambiental foi inserida como conteúdo transversal em todas as disciplinas do currículo escolar.

Diante disso, a FPM iniciou um trabalho em conjunto com representantes da comunidade acadêmica com o objetivo de elaborar uma proposta de educação ambiental voltada para a realidade regional, contando com a participação de professores, alunos e pessoal técnico administrativo, institucionalizando a presença da disciplina “Educação Ambiental” na matriz curricular de todos os cursos ofertados pela instituição.

A possibilidade de integrar diferentes cursos superiores e preparar uma proposta a partir da realidade socioambiental regional, integrando Faculdade/Comunidade justificou plenamente a necessidade e relevância de um projeto que relaciona ensino, extensão e iniciação científica. A partir dessa necessidade foi Criado o NEA (Núcleo de educação Ambiental) cujo objetivo principal é a interação entre a comunidade acadêmica, sociedade e as questões ambientais.

6.14. Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.

A IES, considerando o que dispõe o MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO e o CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO CONSELHO PLENO através da RESOLUÇÃO Nº 1, DE 30 DE MAIO DE 2012 que estabelece as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos (EDH) a formação para a vida e para a convivência, no exercício cotidiano dos direitos humanos como forma de vida e de organização social, política, econômica e cultural nos níveis regionais, nacionais e planetário e para assegurar o direito à educação a todos(as), adota em sua missão e em todos regulamentos e ações que norteiam e efetivam suas ações práticas educativas para a defesa e aplicação na vida cotidiana e cidadã de sujeitos de direitos e de responsabilidades individuais e coletivas, nos âmbitos de direitos civis, políticos, sociais, econômicos, culturais e ambientais, sejam eles individuais, coletivos, a fim de garantir a igualdade e de defesa da dignidade humana, com a finalidade de promover a educação para a mudança e a transformação social, independente da área de estudo ou formação.

Para alcançar a Missão Institucional, de forma sistêmica, transversal e multidimensional, calcada fortemente no contexto da EDH, a IES declara como norteadores de suas ações seu PDI e PPC os seguintes fundamentos : I - dignidade humana; II - igualdade de direitos; III - reconhecimento e valorização das diferenças e das diversidades; IV - laicidade do Estado; V - democracia na educação, posicionamentos estes apresentados na Resolução CNE/CP 1/2012. Diário Oficial da União, Brasília, 31 de maio de 2012 – Seção 1 – p. 48. VI - transversalidade, vivência e globalidade; e VII - sustentabilidade socioambiental.

Os princípios supracitados são articulados nas dimensões:

I - apreensão de conhecimentos historicamente construídos sobre direitos humanos e a sua relação com os contextos internacional, nacional e local;
II - afirmação de valores, atitudes e práticas sociais que expressem a cultura dos direitos humanos em todos os espaços da sociedade;
III - formação de uma consciência cidadã capaz de se fazer presente em níveis cognitivo, social, cultural e político;
IV - desenvolvimento de processos metodológicos participativos e de construção coletiva, utilizando linguagens e materiais didáticos contextualizados; e
V - fortalecimento de práticas individuais e sociais que gerem ações e instrumentos em favor da promoção, da proteção e da defesa dos direitos humanos, bem como da reparação das diferentes formas de violação de direitos.

Caberá ainda a IES, incentivar a pesquisa e a extensão no tema, promovendo diálogo com segmentos em situação de exclusão social e movimentos sociais, atuando assim com ações efetivas na formação de uma sociedade mais cidadã e responsável, junto a região onde atua, divulgando inclusive, pelos mais diversos meios midiáticos, os resultados e experiências vivenciados e obtidos.

Para facilitar o alcance dos resultados e aproximar os docentes e discentes do referido tema, a Faculdade Patos de Minas acrescentou na matriz curricular de todos os cursos ofertados a disciplina de “Direitos Humanos”.

Iniciação Científica (Pesquisa)

No que se refere à pesquisa a IES incentivará o desenvolvimento de saberes e ações no campo da EDH através de apoio a investigações especializadas focando na promoção da paz, desenvolvimento, justiça, igualdade e liberdade. Além de propostas de iniciação científica em questões ambientais, do afrodescendente indígena, memória do patrimônio cultural, gestões especificas de ações sociais e demais atividades que possam se tornar de referencia para o desenvolvimento de outros projetos.

Atividades de Extensão

São desenvolvidos projetos de extensão que enfatizam o compromisso da IES com a promoção e a defesa dos direitos humanos nos diversos segmentos que a mesma tenha inserção de forma direta ou indireta, internas e externas ao ambiente escolar de forma a contribuir com o crescimento local e regional em termos de políticas em prol dos direitos humanos.

Gestão

Na gestão os direitos humanos são incorporados na cultura e gestão organizacional, no modo de mediação de conflitos, lidando e reparando processos de violações através de ouvidorias, representação institucional e intervenção social junto ás esferas publicas de cidadania, com participação da IES em conselhos, comitês, fóruns de direito e políticas públicas além da participação em projetos sociais principalmente relacionados a saúde proposto pelo governo federal e que muitas vezes encontra dificuldades na gestão dos mesmos por falta de colaboradores com experiência ou conhecimento de gestão.

Desta forma a IES espera contemplar estes princípios orientadores e a EDH como parte do processo educativo uma vez que sem os direitos humanos não

será possível consolidar uma democracia substancial e uma Educação Completa e Inclusiva. Fatores estes necessários ao comprometimento da IES com a cultura e política dos direitos humanos, contribuindo assim para o bem estar de todos, salientando que outras formas de problemas com o avanço das tecnologias (bullying, invasão de privacidade), também terão de ser repensadas para a manutenção destes direitos.